APONTAMENTOS

PARA A

HISTORIA DOS JESUITAS NO BRASIL

Extrahidos dos chronistas da companhia de Jesus



SENADO FEDERAL

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL

Antônio Henriques Leal

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Volume 166



Antônio Henriques Leal,
(*24/7/1828 Cantanhede, MA – ✞29/9/1885 Rio de Janeiro, RJ),
médico, escritor e polígrafo brasileiro.

Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil

Edições do Senado Federal – Vol. 166

Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil

Dr. Antônio Henriques Leal

Senado Federal

Brasília – 2012

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 166

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm

ISBN: 978-85-7018-410-8

. . . .

Leal, Antônio Henriques.
Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil / Antônio Henriques Leal. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

442 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 166)

1. Jesuítas, história, Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 981.0311

. . . .

Sumário

À SAUDOSÍSSIMA MEMÓRIA

DO MEU AMIGO

O

CONSELHEIRO FRANCISCO JOSÉ FURTADO

Prefação

ESCREVER a história dos jesuítas no Brasil é escrever do nosso império desde o descobrimento até 1724.

As missões e a catequese, as lutas com os índios e com os colonos, as intrigas nos palácios do governo, nos senados das câmaras, nos colégios dos jesuítas, nos conventos e nos paços episcopais, são quadros que, traçados por mão de mestre, iluminariam a nossa galeria histórica, dando vida, movimento, cor e o verdadeiro sombreado à maior parte dos acontecimentos e aos fatos principais da nossa história dos tempos coloniais.

Gonçalves Dias trazia há anos esse trabalho entre mãos e, se chegou a concluí-lo, submergiu nas águas do Maranhão com o seu cadáver, assim como Os timbiras *e outras preciosidades, ou param em Alcântara, onde alguns de seus escritos foram subtraídos pela vaidosa estupidez de desastrada gralha!...*

Com exceção da História do Brasil *por Southey, outra não conheço até hoje que reúna à beleza do estilo, profundeza de vistas, verdade dos fatos e crítica segura e despreocupada. Entre os*

escritores brasileiros hodiernos, quem tinha pulso para isso, em que pese ao Sr. Varnhagen[1]*, era, sem contestação, o ilustre prosador João Francisco Lisboa, que a uma crítica sagaz aliava um espírito esclarecido e estilo vigoroso e arrebatador.*

---

1 Quando apareceu pela primeira vez este trabalho na segunda parte do tomo XXXIV da *Revista Trimensal do Instituto Histórico,* acompanhava-o a seguinte nota:
"Vid. a diatribe escrita pelo Sr. Varnhagen com o título – *Os índios bravos* – impressa em Lima em 1867, três anos depois de morto este vulto literário. Foi semelhante libelo, ao que parece, motivado pelos reparos da nota *E* do volume do *Jornal de Timon,* publicado em Lisboa em 1858, e tanto se temeu de tão robusto adversário, que deixou passar anos e se impôs a morte de Lisboa é que veio a campo!..."
Enfureceu-se o ex.mo Sr. Barão de Porto Seguro, não tanto com esta nota, como com as verdades a que ela serve de comentário, procurando negar o filho; mas o estilo, e até a ortografia, o denunciam, como bem pondera o nosso talentoso e elegante Joaquim Serra, em um folheto, publicado na *Reforma* a propósito do *Selvagem* do ex.mo Sr. Couto de Magalhães, e que foi transcrito no n.º 146 do *País* (do Maranhão) de 10 de dezembro (1873). Outras provas também possuo, que o legitimam, afirmando-lhe a verdadeira paternidade. Se fosse motivada essa recusa por sincero arrependimento de tão reprovado e descomunal proceder, ninguém mais falaria em tal, aceitando a desculpa e louvando o ato; mas ao passo que o nobre barão dirigia um ofício ao Instituto Histórico, fazia sair escondida, como de envergonhada, entre os a-pedidos do *Jornal do Recife* e do *Diário do Maranhão* (n.º 5 de 6 de agosto de 1873) uma correspondência anônima, deixando conhecer pelo *dedo* o *gigante,* e nela anuncia responder-me energicamente, dissecando os meus *Apontamentos.* Se com efeito o fizer e indicar no meu trabalho erros, creia que ficar-lhe-ei por isso muito agradecido. Mas se vier de novo macular as cinzas de João Francisco Lisboa, caluniando seu impoluto e honestíssimo caráter, "tanto na sua vida particular como na pública", conforme promete; como brasileiro e como comprovinciano e amigo, que fui, da vítima, constituo-me na obrigação de desagravar sua memória, que o requintado ódio da mais pueril e ridícula enfatuação procura tisnar. Se o Ex.mo Sr. Barão de Porto Seguro acha admiradores da ordem daqueles de que reza a sátira de Boileau, e com os quais forma a sua parceria de *elogio mútuo,* encontra muita gente de bom senso que reprova altamente que venha ele reproduzir a fabula do *Leão moribundo* em grau mais censurável, dando em um morto. Deploro também que não polisse a linguagem do ex.mo Sr. Barão de Porto Seguro o título que hoje o nobilita, e seja sempre...peão! como já o tem atestado em outras polêmicas.

Dia virá, porém, em que se apresente escritor que possua todos os predicamentos para realizar tão sedutor empreendimento, e esse achará aqui compilados e resumidos os fatos, se bem que por uma só de suas feições, pela mais descorada e imperfeita decerto; mas que lhe proporcionará não só a leitura de obras de difícil aquisição, como poupar-lhe-á o tempo que consumiria em compulsar outras mui volumosas, para aplicá-lo com mais proveito na investigação das crônicas seculares e das de outras ordens religiosas, das informações dos governadores, das devassas janeirinhas e de outros documentos, para que consubstancie tudo isto, e destarte complete e forme então a nossa história.

Estes padres, que desde o começo do seu Instituto foram o alvo dos mais exagerados encarecimentos e das mais implacáveis acusações, tiveram o singular privilégio de conservar, depois de extinta a corporação, o louvor e a censura quase no mesmo grau de efervescência dos tempos florescentes da Ordem.

Pondo de parte o esmerilhar as causas de tal fato em outras regiões, de que me não tenho por agora de ocupar, no Brasil erguia-se uma única voz, e essa de louvores. Conservou-se tradicionalmente no povo por motivo de religião, enraizou-se nos mais ilustrados com a lição da suposta nossa história*, e não esta crença as medidas do grande ministro português e as publicações que se fizeram no seu tempo passaram despercebidas ou foram tidas sem discussão como artimanhas políticas que dão pretexto à história sem justificar o resultado do acontecimento.*

Tenho ultimamente ouvido alguns, que tomam-se de cólera e verberam sem piedade todos quantos não consideram jesuítas como os dignos, os grandes, os únicos benfeitores da nossa pátria, e defendem-nos sem tréguas, a todo transe, e com tal calor e veemência, que, só parece, lhes cobre a roupeta senão o corpo, o coração, que por sem dúvida, pertence à Ordem, sendo para eles essa capa tão sagrada e venerada como a túnica de Cristo posta à mercê de

um lanço de dados tirado pelos soldados do Pretório, ou em suma, como que se dali lhes proviesse grave perigo para a salvação da alma, quando menos risco para a ordem pública!

Quando se conhecem os adeptos do jesuitismo fracos, e veem rebatidos todos os argumentos que produzem em defesa e louvor dos padres na sua passagem pelo nosso território, entrincheiram-se por fim nas preconizadas obras e propagação do ensino público, exagerando tudo isto,[2] *como que se as casas e templos que construíram não foram para si, para seus cômodos e regalos e para prover sua necessidade, no que não fizeram mais do que os carmelitas, franciscanos, mercenários e beneditinos. Quanto à criação das escolas e propagação das letras, não há nisso a menor virtude; porque era ela o instrumento do seu predomínio, o meio mais poderoso e eficaz de proselitismo e de trazer agrilhoado o povo, tanto que empregava todos os seus esforços por monopolizá-las.*

Quanto a mim, não prova tudo isso senão que vai calando nos espíritos a necessidade de se reconsiderar o que obraram os jesuítas no Brasil, e a conveniência de se ler com reflexão e critério a sua história, de que aliás são eles os próprios escritores, e por consequência, não isenta de grande soma de parcialidade e inverossimilhança, e bem assim as queixas dos governadores, dos senados das câmaras e dos procuradores de diversas capitanias, que adoecem da mesma pecha. Eis o principal motivo que me levou a empreender tão ímprobo quanto inglório trabalho de compilar uma parte do que existe escrito sobre o assunto.

2 Já até houve um anônimo – C. C. – que teve o arrojo de asseverar no *País* (jornal do Maranhão) que o nosso quartel do Campo de Ourique foi construído pelos jesuítas! Admira tanto despejo, quando não há quem ignore que esse edifício foi feito no tempo de D. Maria I por ordem régia e por conta do erário! É a mentira um dos achaques da gente de roupeta e de seus sectários, assim não há que admirar esta *esperteza.*

Como o escritor latino, longe do ódio ou do favor para com uma instituição que, quaisquer que sejam os esforços de alguns espíritos retrógrados e hipócritas, pertence ao passado, contentar-me-ei com a exposição dos fatos que extraí dos seus próprios livros, copiando-lhes trechos textual e fielmente, e deixando ao leitor a dedução dos corolários; porque o que levo só em mira é poupar aos curiosos e desvelados pelas nossas coisas antigas o enfado de lerem volumosas crônicas e outras obras, escritas em estilo difuso, pesado e seco, e que amiudeiam, explanam e se demoram tanto em descrever os fatos, tornando-se por isso soporíferas, sensaboronas, sobre serem a mor parte delas raras e de difícil acesso à leitura. Quis ao mesmo tempo proporcionar-lhes meios de examinar neste fiel resumo o que há de melhor e mais importante com respeito aos jesuítas no Brasil, e que eu não poderia nunca efetuar, se, vindo a Lisboa, não fosse ali privado, por causa de temerosa enfermidade, de entregar-me a trabalhos que demandassem grande atenção e esforço de imaginação. Há, todavia, um fato que desejo fique bem patente, e é que os jesuítas, sem renunciarem a nenhum de seus princípios, mas empregando os mesmos meios de que usaram sempre, puderam no nosso país prestar alguns serviços; mas isto só enquanto não obtiveram os mesmos resultados de outras partes, cujas circunstâncias diferiam das do Brasil primitivo,

Se não é erro crê-lo, é seguramente crime ensiná-lo e tê-lo como doutrina. Pode a política, como se tem visto por muitas vezes, sacrificar a moral às suas conveniências; mas um instituto religioso, um ministro de verdade e sacerdote de Deus, não deve esquecer nunca Aquele em nome de quem fala; o mal não pode impor nem aconselhar em nome de Deus – embora dele advenham todos bens imagináveis; porque entre o ato e suas conseqüências há de mediar um instante, um milionésimo de instante. Na vida de um povo isso é nada, se quiserem a todo custo desculpar a política; porém nesse espaço infinitamente breve (note-se que reflexiono eu que não sou

sacerdote, antes secular, e secular tachado por alguns hipócritas de racionalista e não sei de que mais pecados) pode ele ser chamado à presença do Altíssimo com o crime nas mãos, e, na sua cegueira, ufano de o haver cometido. Demais, só a Deus é dado saber o mal ou o bem que há de necessariamente resultar de um fato.

Como o semeador de abrolhos, de que fala o Evangelho, tiveram os jesuítas larga messe de espinhos, e na sua condenação se revelou tremenda a vendeta dos Céus, tornando mais uma vez exato o gladio feriet...

Isto quando aos meios; porque quanto ao fim parece que se propunham a liberdade dos índios. Mas Deus, que deles se servia segundo as vistas da sua alta providência, tinha disposto que eles, que se declaravam protetores dos indígenas, não fossem senão o instrumento da sua aniquilação, para que os portugueses pudessem na América estabelecer e consolidar seu domínio.

Feito isto, viu um homem superior, o marquês de Pombal, que rejeitou o instrumento já bastante gasto e usado, o que se tornara inútil depois de completa a obra para que era destinado. Se, conforme dizem os aderentes da Companhia, não houve nisso justiça, certo que houve lógica, e a expulsão, que em parte se baseou em uma acusação caluniosa, mostrou mais uma vez a inexorabilidade da justiça, sobre-humana, quando fez reverter contra os jesuítas o princípio subversivo de toda a moral, de que – os fins justificam os meios!

Refiro-me aqui ao passado; pois que o Instituto, suprimido a 21 de julho de 1773 por Clemente XIV, que pagou com a vida esse ato, foi restabelecido em toda a cristandade pela bula de 7 de agosto de 1814, como garantia do contrato lavrado tacitamente entre a cúria romano e a Santa Aliança. *A Companhia de Jesus, que em todo esse período tivera casa na Rússia, nação herética à proteção de cujo chefe se acolhera, acudiu pressurosa ao reclamo do Santo Padre. O jesuitismo, Proteu que muda as cores e reveste mil formas – que com despotismo mostra-se absolutista, com o povo democra-*

ta, e nas revoluções brande o facho dos incêndios – abaixando-se, espalmando-se, recurvando-se, diluindo-se e pulverizando-se, por assim dizer, embebe-se e infiltra-se por toda a parte, e está presente às convulsões da humanidade onde quer que elas se manifestam, e se lhe oferece ensejo de desacreditar a liberdade – nos delírios da Comuna de Paris com os petroleiros, na Internacional, especulando com a miséria e a ignorância, nos levantamentos carlistas e cantonais, onde quer que possa, enfim, inflamar paixões para tornar a liberdade odiosa aos meticulosos, aos íntimos, aos proprietários, aos ricos, aos remediados, aos que têm, em suma, alguma coisa que perder ou família que zelar. Incansável e perseverante na sua obra dos séculos, sonda todos os terrenos, e onde quer que encontre o azado a recebê-lo, implanta-se-lhe, alastra-se por onde há sombras, aprofunda como a toupeira, enraíza-se no corpo social, encrosta-se nas instituições livres para privá-las do ar e da luz, enlaçá-las, sorver-lhes a seiva até exauri-las e torná-las inúteis, se não antágonas, ao povo, que de antes as considerava árvores de vida. Oculto e protegido pelas comunidades religiosas de que se apoderou, e iludindo a vigilância dos povos livres, entra sorrateiramente com as irmãs da caridade, transfigurado em lazaristas, com as confrarias de S. Pedro, da Propagação da Fé, de S. Francisco Xavier, de S. Francisco Régis, das mulheres educadoras, da obra *dos advogados das famílias, das irmãs de Maria, etc., e à sombra dessa milícia clerical, confundindo e baralhando tudo pela intriga, pela calúnia, pela astúcia, pela extinção das paixões, pelo incitamento e lisonja dos vícios, pelo crime*[3]*, pela superstição, enriquecendo-se por todos os meios que a cobiça e*

3 Se quiserem pôr em dúvida que fosse obra dos jesuítas a tentativa do atentado contra a vida de D. José I de Portugal, não poderão negar os regicídios praticados em França pelos jesuítas Jacques Clement, João Chutel e Ravaillac contra Henrique III e Henrique IV.

a avareza sugerem-lhe, contando que se torne poderosa a Ordem, temida e árbitra de todas as situações e dos destinos do mundo.

As revoluções têm-no atravessado e a humanidade caminhado; no meio de tanto movimento, conservando imutáveis os seus princípios, é o que era desde o seu começo – a morte voluntária da consciência, a demissão de si próprio, a consequência inevitável e rigorosa da doutrina de submissão e obediência cega dos membros a seus superiores – per inde ac cadaver *ou* limam in manibus fabri. *Para que se ajuíze dessa nefasta corporação basta atentar nos preceitos da* Monita secreta[4]*, que dizem bem alto o que é ela, a inimiga irreconciliável do livre-arbítrio, levando a desordem ao lar doméstico, a espionagem e delação entre esposos, pais, filhos e amos; a perturbação nas consciências, abatendo e rebaixando a natureza humana, e isto onde quer que ela predomine.*

Restar-me-ia, por derradeiro, ventilar uma grave questão, qual a de saber se na atualidade conviria ao Brasil tal corporação; mas além de julgá-la ociosa, longe me arrastariam considerações de toda a monta, dizendo sempre de passagem que devem ser atendidas outras causas, visto que as nossas circunstâncias felizmente mudaram: em vez de colônia está constituído um império; em vez de tutelados somos brasileiros; em vez de governo absoluto e despótico rege-nos uma constituição livre com o sistema representativo; e em vez de súditos somos cidadãos. Jesuítas, o que foram? Um estado no Estado, e ao mesmo tempo a igreja na Igreja. E ainda hoje qual o seu ideal? A teocracia, o predomínio da cúria romana nos negócios das nações – a submissão do temporal ao espiritual, da política ao eclesiástico – a realização das doutrinas de um dos seus doutores, de Belarmino, que proclamava: – Clericos a jurisdictione seculari

---

4 Vid. a nota *A* [p. 137} , onde vem transcrito esse corpo de delito do que é e do que pretende a Companhia de Jesus.

exemplos non tantum in spiritualibus ad etiam in temporalibus (De potest. Sum. Pontif., *cap. XXXIV § 273, 281, 283). Trata-se, pois, de saber se convém para o nosso país uma instituição que dominava os reis nos conselhos, o povo no púlpito, as famílias no confessionário e as crianças nas escolas.*

Senhores por esta forma do estado, que dirigiam, das consciências, que governavam, das índoles, que preparavam, do mundo, por onde se derramavam, do presente, que com todos estes elementos era seu, e até do futuro, pela educação, cuja direção era sua, pelas histórias que escreviam e que faziam ler e decorar nas aulas, impunham-se desta arte à posteridade! Tal corporação seria, por sem dúvida, um disparate, uma anomalia, uma excrescência repulsiva no século XIX, e demais, sem raízes no povo, poderia apenas contar com as simpatias de governantes de pensar retrospectivo, que se contentassem mais com as aparências do que com a efetividade do mando.

Reduz-se por fim a questão a saber se nas circunstâncias atuais podiam prestar-se à catequese dos indígenas, como nos primeiros anos do seu estabelecimento no Brasil, ou se procurariam a ruína da liberdade com a vassalagem ultramontana; para não aceitar a segunda hipótese importava primeiro expungir da história a experiência e subtrair da inteligência humana o infinito cabedal de conhecimentos nela enceleirado pelas maravilhas e conquistas do nosso século, o mais assombroso nos anais da humanidade, apesar de seus erros.

Por minha parte, desassombrado deste receio, como estou, e podemos estar na América livre, torna-se fácil a imparcialidade para desentranhar das crônicas escritas em português, em latim, em italiano e espanhol pelos próprios jesuítas, partes interessadas, o que há nesses escritos de substancial e de interessante para a nossa história pátria, e tenho que o consegui; e se neste trabalho há pela ventura algum merecimento é unicamente esse, e também é o que prevalece nos desta natureza.

Introdução

*F**OI A SOCIEDADE DE JESUS** instituída pela bula pontifícia que começa:* para regimen da igreja militante, etc. (Regimini militantis eclesiae, etc.)*, e que trás a data de 27 de setembro de 1540. Contava ainda poucos operários; esses, porém, moços e vigorosos, entusiastas, cheios de ciência e de uma espantosa atividade. Começavam de aparecer em toda a parte e em toda a parte tinham a arte de atrair sobre si os olhos do povo, e a boa fortuna de prender a atenção pública.*

A novidade da Ordem, o desregramento em que vivia o clero na própria Itália, e até mesmo dentro dos muros de Roma, a crise da reforma que abalava e ameaçava invadir e assenhorear o mundo com a eloquência audaz e fogosa de Lutero, de Mélanchton e de Calvino, foi tudo aproveitado pela diplomacia de Loiola, e na tormenta que se desfechara contra a nau de S. Pedro julgou o pontífice, e acreditaram os fiéis, que a Providência havia suscitado aqueles obreiros para sustentáculos da Igreja, que, nunca antes assim combalida, ameaçava desabar com deplorável ruína.

1551

Loiola, eleito geral da Companhia de Jesus, aceitou o cargo a 17 de abril de 1551. A maioria de seus companheiros estava ausente, em missão da Ordem ou do pontífice. S. Francisco Xavier e Rodrigues em Lisboa; Lefèvre, chamado de Parma, vai assistir à conferência de Worms; Bobadilla recebe ordem de não abandonar o seu posto da ilha de Ischia, de forma que foi preciso recolher os votos dos ausentes para a eleição do geral, ou general, como melhor e com mais propriedade escreviam os padres em latim; porque, adotando a linguagem do povo mais conquistador e mais fortemente organizado, e tomando aquele título de acordo com a significação da palavra na baixa latinidade, como a adotaram em francês, e com o sentido da bula da sua instituição – para regimen da igreja militante – *ainda nisto mostrou o Instituto sua profunda sagacidade. Era, por certo, o termo bem cabido a uma associação tão severamente constituída, que deixava atrás de si, e muito longe, todas as corporações e regulamentos daqueles tempos.*

Os países mais cobiçados pelo novo instituto eram: – a Itália, como centro do orbe católico, e de onde a proteção decidida do herdeiro de S. Pedro lhe franqueava e aplanava todos os caminhos, e a Península Ibérica, pátria de Loiola, conhecida pela dedicação à Igreja romana e obediência às ordens emanadas da sede apostólica, e que tinha as chaves das portas do Oriente, do Novo Mundo, da África, dos Países-Baixos e dos demais domínios da Espanha na Europa. No mundo, na Península, foi, porém, Portugal quem se mostrou sôfrego em chamar, hospedar e enriquecer os membros daquela Sociedade, antes mesmo da bula de sua confirmação, como se mais que nenhuma outra nação devesse temer o contágio das ideias da Reforma, quando elas, pelo contrário, não podiam criar raízes neste país pelo espírito religioso do povo, e, mais ainda, pelo ódio que aqui se manifestava a tudo quanto tinha ressaibos de estrangeirismo; por-

que com sobrada razão se ufanava de não ter carecido de modelos para chegar ao fastígio de prosperidade a que tinha atingido.

Como quer que fosse, D. Pedro de Mascarenhas, embaixador português junto à pessoa do Santo Padre, tomou sob sua proteção os companheiros de Loiola, e apoiado no seu empenho, com a informação favorável do dr. Diogo de Teive, os recomendou ao seu piedoso monarca como homens muito próprios para missionários da Índia Oriental.

O rei, que então era D. João III, e a rainha D. Catarina, depois regente do reino por sua morte dele, aceitaram agradecidos e alvoroçados a proposta, e foi assim que se passaram a Portugal os padres Simão Rodrigues e Francisco Xavier. O último dos dois, varão verdadeiramente apostólico, e que não enxergara no seu Instituto outro fim que não fosse a pregação do Evangelho aos povos ainda privados da luz da revelação, e de uma fé tão viva e inquebrantável, quanto era o amor que tinha ao próximo, partiu para a Índia, onde passou trabalhos excessivos, sofreu cruéis martírios e morreu gloriosamente, deixando um nome respeitado pelos bárbaros, admirado pelo mundo, pouco depois santificado pela nossa Igreja, e adorado pelos fiéis.[5]

Se é certo haver Loiola apressado a missão do padre Francisco Xavier por ciúmes de que se tomou, como asseveram algumas autoridades respeitáveis, e sem que este tivesse conhecimento das leis orgânicas do Instituto, que só foram bem sabidas muito depois, por ocasião do célebre processo de Luli Tolendal, ao menos aquele santo varão, pio e modesto como era, aceitou o encargo tão isento de suspeita, com tanta humildade, com quanto esforço e constância varonil se portou ao executá-lo!

---

5 Vid. *História da vida do padre Francisco Xavier* por João de Lucena – obra estimada por clássica e pela beleza do estilo. Há dela três edições portuguesas e ultimamente foi reimpressa, fazendo parte da Livraria Clássica de que é editor o sr. Garnier. Precede-a um estudo do sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro.

No entretanto havia sua canonização de concorrer tão poderosamente para o lustre, engrandecimento e glória do Instituto, que não há mal em supor que para logo todas as baterias jesuíticas convergiram para esse ponto, e que por fins, que se podiam ter por menos temporais, menos mundanos, se conseguiu isso dentro em um prazo admiravelmente curto, se bem que houvesse no ato inteira justiça.

Tomou, contudo, Simão Rodrigues outro rumo. Portugal se lhe antolhava como uma região muito acomodada à plantação da sua seara, e antevia que, se assim prestava menos serviço à causa da religião, era de muita utilidade à sua Ordem. Como para isso lhe não faltassem pretextos, deixou Xavier seguir seu destino, e ficou-se em Lisboa para levar a bom caminho seus projetos.

Começando por furtar-se à hospitalidade que o rei lhe mandara preparar benignamente, aposentou-se em um hospício, de onde saía a esmolar, visitando também cadeias e hospitais, e exercendo obras de grande piedade e misericórdia. Calculava que ao mesmo tempo que cativasse, deste jeito, o espírito do povo, ganharia largas na vontade do rei, a ponto de dominá-lo. Surtiu, como sempre, o desejado efeito este expediente, tanto que alguns anos depois achava-se a Companhia em pé tão florescente no reino, que seus membros se haviam espalhado por todo ele, com casas em Évora, em Lisboa, em Coimbra e no Porto, e isto malgrado a oposição que por toda a parte encontravam os jesuítas; oposição não disfarçada, mas às claras, mas implacável e tenaz. Em Lisboa, lastimava o povo que se gastasse tão mal o dinheiro que seria melhor empregado na fortificação e reparo das praças de África, com os beneméritos e com as urgências do estado; e em Coimbra, a universidade, que se via esbulhada de alguns dos seus estabelecimentos e privilégios, procurava reagir. No Porto, já resentido da quebra das condições com que os padres se tinham ali introduzido, declarou o senado da câmara em acórdão que nenhum morador fosse ousado a mandar seus filhos às

escolas dos padres, sob pena de ser riscado do livro dos cidadãos, no caso de nobreza, e lançado fora da cidade, com as penas que aprouvesse ao mesmo senado, se fosse peão o delinquente. Em Évora se lhes opunha o infante D. Henrique, irmão do rei, arcebispo e cardeal, e que, como inquisidor-mor do Santo Ofício, mandou devassar sobre a doutrina dos padres.

Lutaram contra todos e venceram, graças à proteção do rei, que, onde quer que se achasse, assinava as provisões, cartas e portarias, escritas por qualquer desses religiosos, e nas quais mandava sentenciar a duras penas os autores de alguns folhetos que por esse tempo se publicaram contra a Companhia, como se não quisesse, *diz ingenuamente um historiador jesuíta,* conhecer por seus vassalos os que estavam julgados por inimigos nossos.

Neste comenos iam tomando corpo certos acontecimentos, alguns dos quais, posto que não fossem sem antecedente no Brasil, eram assaz graves para solicitarem a atenção da corte portuguesa. Orellana tinha descido o Amazonas e Aiolas fundado Buenos Aires. Os espanhóis atacavam, pois, o Brasil pelas nossas extremas do norte e do sul, e o próprio centro fora já por mais de uma vez visitado por aqueles hóspedes, cujas vistas não eram nada caroáveis, nem extremes de perigo. Os portos da Bahia, do Rio de Janeiro e de S. Vicente lhes eram conhecidos, assim como outros pontos da costa do Brasil.

Nem eram estes os únicos contrários de quem devessem arreceiar-se. Os franceses, desde os primeiros tempos do descobrimento, começaram de lançar olhos cobiçosos sobre o Brasil, cujos mares os atrevidos aventureiros normandos devassavam com tanta frequência, que era raro aportarem os portugueses onde quer que fosse, que não encontrassem franceses, ou, pelo menos, ouvissem novas deles. É certo que o governo daquela nação não favorecia tais empresas; mas fechava os olhos e tacitamente consentia no comércio de seus súditos, ou, revelando mais a descoberto o seu pensamento, cerrava os ouvidos às iterativas reclamações do embaixador português em França.

Bem que tais tentativas se fizessem sem nexo e sem continuidade, com os poucos meios de que podiam dispor particulares, está também fora de dúvida que eles não perderiam ensejo de se estabelecerem no Brasil, se porventura tomassem pé, como a reveses o tentaram sem fruto. Se não conseguiram consolidar sua conquista, porque com a sua índole impetuosa e sôfrega o francês é apto para os mais grandiosos cometimentos; a persistência, porém, na resolução, a constância nos trabalhos longos, penosos e inglórios, dado que úteis, são dotes que lhe negara a natureza, se bem que indispensáveis ao colono.

Para obviar, portanto, os danos occorrentes da posse espanhola ou do estabelecimento de uma colônia francesa, Portugal dividira o Brasil em capitanias, mais por ciúme de guardar a conquista do que por convencido da sua futura importância.

O sistema para isso adotado e que se julgou o mais econômico e proveitoso falava por si, visto ter já sido anteriormente levado à prática na colonização da ilha da Madeira; porém os seus maus resultados naquela vastidão de terras foram tão rápidos como fatais. As capitanias, demasiadamente extensas para serem povoadas pelos esforços dos particulares, estavam muito afastadas da metrópole e umas das outras para serem socorridas; de maneira que assim se viram impossibilitadas de mutuarem-se auxílio, incapazes de resistir aos indígenas e expostas ao mesmo tempo às tentativas dos aventureiros estranhos, que ali se quiseram estabelecer ainda com meios, por sua mesquinhez, muito desproporcionados à empresa.

Outro mal, e de maior monta, provinha dos mesmos colonos que de ordinário vinham para o Brasil. Para acudir aos seus vastos planos de conquista, Portugal se viu obrigado a trasladar para as suas colônias homens que a vindita pública estigmatizava por crimes graves, sendo a penalidade dos mais enormes o desterro

temporário ou perpétuo para o Brasil[6] *ou para a costa da África, como até agora ainda se pratica para com esta colônia portuguesa.*

Hoje em dia, quando por uma infeliz experiência sabemos quão difícil é conter-se na ordem os penitenciários da Europa, poucos em relação da massa da população, e em tempos em que se respeita muito mais a lei, e há excelente policiamento, bem se pode calcular como procederiam esses homens no meio de selvagens e de brenhas impérvias, eles que eram muito superiores em número aos seus compatriotas de bons costumes!

Consubstancia Robert Southey nestas palavras o efeito da política portuguesa: "Suas relações com os selvagens só produziram males, tornando-se todos piores do que dantes: os antropófagos adquiriram novos meios de destruição, e os europeus novas práticas bárbaras. Perderam estes esse pavor que sentiam pelos banquetes sanguinários, apesar da perversidade deles, e aqueles o respeito e veneração de uma raça grosseira, no entanto que tais sentimentos poderiam ser aproveitados em benefício de todos".[7]

São também uníssonos nestas queixas Baltasar Teles, Simão de Vasconcelos e outros cronistas[8]*; mas é das palavras de Duarte da Costa, donatário de Pernambuco, de onde elas ressaltam com mais energia, como de homem virtuoso, magoado e cheio de louvável indignação. Em todos estes documentos vê-se a improficuidade e insuficiência dos castigos para a repressão de tantos e tão incessantes crimes. Eis como o donatário se exprimia, segundo leio na excelente memória histórica –* O Brasil e a Oceania *– do nosso*

---

6 No foral de João de Barros, que juntei na nota A de minhas "Lucubrações", vem assaz patente esse modo de povoar nossas terras.

7 *History of Brasil*, vol. I, Cap. I, *in fine*, pág. 48 da tradução de que é editor Garnier.

8 Vid. a *Crônica da Companhia de Jesus*, quer a escrita por Baltasar Teles, hoje muito rara, ou a de S. de Vasconcelos, não menos rara na primeira edição; mas de que há modernamente segunda. Resumo ambas no corpo desta obra.

confrade Gonçalves Dias: "...certifico a V. A. que nenhum fruto nem bem *fazem na terra, mas* muito mal e dano*, e por sua causa se fazem cada dia males, e o termos perdido o* crédito que até aqui tínhamos com os índios... *e não são para nenhum trabalho, vêm proves e nus e não podem deixar de usar de suas manhas, etc."*[9]

Eram grandes, por certo, aqueles males; eram porém ainda maiores do que isso, como dá deles testemunho o regimento de Tomé de Sousa, cujo registo oficial escapou por casualidade ao terremoto de Lisboa. Dele se evidencia que eram as vistas da metrópole contrariadas no modo por que eram tratados os selvagens. Nesse documento se proibia, sob graves penas, a comunicação dos portugueses com os indígenas, a construção de bergantins com que iam salteá-los para os prear e vender, e isto em tamanho excesso, que Solórzano cita o fato de irem os portugueses do Brasil às Índias de Castela para venderem ali escravos.[10]

Por toda a parte se tinham rebelado os indígenas, reduzindo a maior parte das capitanias a ruínas, e os seus donatários à extrema miséria. Mais audazes com o triunfo anterior, mais fortes com o adjutório de alguns estrangeiros, mais numerosos pelo descimento e junção de outros até ali seus adversários, importava para os chamar à concórdia o emprego de meios até então não conhecidos. Apareceram, pois, a propósito os jesuítas.

Repito: não tenho a intenção de abocanhar nem amesquinhar os serviços que ali prestaram os primeiros missionários. Deus terá acolhido a infinidade de almas de inocentes e convertidos

---

9 Vid. *Brasil e Oceania*, memória apresentada no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil por A. Gonçalves Dias, impressa no vol. VI, de suas *Obras Póstumas*, de pág. 264 a 266, ou no tom. XXX da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico,* a pág. 276.

10 Vid. Obras citadas, quanto à primeira na pág. 218, e quanto a esta na pág. 174, 3º trimestre.

que todos os dias mandavam aos Céus; mas a missão dos jesuítas, segundo hoje nos diz a história, se a lemos sem prevenção, não foi outra senão conter os indígenas, assegurando com a extinção e redução deles o domínio português no Brasil.

Era disso que se tratava nessa época. Um rei fradesco e fanático, qual foi D. João III, a quem Portugal deveu a Inquisição e os jesuítas, que tantos sacrifícios fez para que Roma os confirmasse, e que tanto se desvelou para os atrair e estabelecer nos seus domínios, como se daí dependesse a sua salvação na outra vida como católico, tal rei não podia pensar em melhoramentos sem lhes associar as religiões, assim chamadas no plural para dar a entender que a religião do Crucificado é uma e felizmente independente das ordens religiosas, que estão sujeitas à variedade dos tempos, das pessoas de que se compõem, e das cabeças por que se dirigem.

Por esse tempo já estavam os jesuítas bem entrados no ânimo do rei e com a estrada franca para a África e para a Ásia, e pouco depois para o Brasil, o que era consequência de seus progressos anteriores, assim como um efeito das dádivas e outorgas reais, e da força expansiva da Sociedade.

Foi o Brasil elevado à categoria de governo, e como o seu primeiro donatário tinha levado à India o primeiro jesuíta, também sucedeu que o primeiro governador do Brasil trouxesse os primeiros à Bahia.

Primeiros jesuítas – seus nomes

Partiu Tomé de Sousa de Lisboa a 2 de fevereiro de 1549, e na sua companhia vieram os padres João de Aspilcueta, Antônio Peres, Leonardo Nunes, e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Menciono-lhes por extenso os nomes por serem os primeiros jesuítas que pisaram essas terras do Brasil, parecendo-me por isso conveniente assim fazê-lo por ser este trabalho a eles consagrado.

Faltava entre eles o superior de todos, o padre Manuel da Nóbrega, que, retardado em Coimbra por alguns padecimentos, embarcou-se dias depois no navio em que vinha o provedor da fazenda, André Cardoso de Barros. Alto-mar reuniu-se à conserva do comboi e se passou à nau do governador, onde se achavam seus companheiros.

Nóbrega, descendente de família ilustre, era filho de um desembargador e sobrinho do chanceler, empregos ambos naquelas eras de muito maior importância do que a que hoje se lhes dá. Demais, era seu tio, o chanceler, privado do monarca.

Moço distinto, já formado em cânones, ciência mista de teologia e de direito, e prometendo de si um brilhante futuro, tanto pelos merecimentos próprios, como pela posição e valimento dos seus, Nóbrega parecia destinado a carreira muito diversa daquela que depois abraçou e onde se illustrou.

Profissão de Manuel da Nóbrega (1544)

Foi despeito o motivo da sua entrada para a Ordem. Tendo vagado uma colegiatura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, opôs-se ele à cadeira em concurso com outro canonista; mas apesar de sobrepujar ao adversário no exame, foi-lhe este preferido e provido no lugar. Estomagado pelo malogro de suas bem fundadas esperanças, enfadado com o mundo, e com o desalento próprio do verdor dos anos, não experimentados nem curtidos pelos sofrimentos e desilusões, resolveu-se a buscar consolo na religião, e no ano de 1544 entrou em Coimbra as portas do colégio dos jesuítas, que não eram estranhos ao acontecido, empregando, como é sabido, estes e outros meios ocultos e tortuosos para chamarem ao seu aprisco pastores daquele conceito.

De então por diante voltou-se Nóbrega para a Ordem que professara, e com louvável abnegação de si próprio e esquecimento de quanto o mundo lhe oferecia, entregou-se àquelas obras

santas de quotidianos sacrifícios, em que o amor de Deus e do próximo se amalgama, antes se identifica de um modo admirável. Começou em Coimbra com exercícios de grandíssima piedade. Logo depois entrou em missão por outras províncias de Portugal e de Espanha, chegando a Santiago e a Salamanca nas suas jornadas, que foram feitas constantemente a pé, sem embargo das distâncias, e sempre pronto no termo delas a fazer pregações onde quer que se lhe deparasse oportunidade para isso, sem que lhe servisse de estorvo o ser gago.

Foi deste modo ganhando tamanha nomeada, que, apesar de contar tão-somente cinco anos de estada na Ordem, o provincial Simão Rodrigues o achou digno de o substituir nesta missão, que a princípio, segundo se conta, ele ambicionara para si. Novo malogro deste pobre Simão Rodrigues, que, andando sempre em cata de missões remotas, nunca achou léu para sair de Portugal, onde sua Companhia lhe talhava tarefa com que não poderia carregar ombros menos robustos que os do mestre!

Navegava a frota com vento próspero e de feição, empregando os missionários durante a viagem suas horas em fazer práticas espirituais, ouvir de confissão e exercer outras obras de piedade, com o que, é provável, careassem a vontade e simpatias dos navegantes, como costumavam os da Companhia a exemplo de S. Francisco Xavier, quando em navios portugueses faziam viagens de longo curso[11]*. Com o governador importava, porém, que as obras fossem outras para que maiores frutos produzissem.*

Tinha Tomé de Sousa por devoção não comer cabeça de peixe nem de outro qualquer animal, por honra de João Batista; repreendeu-lhe Nóbrega este costume supersticioso, aconselhando-o a cuidar de outras devoções, e, para melhor o convencer, fez lançar

11 Vid. no fim a nota *B* [p. 179].

ao mar uma sedela, vindo incontinênti e com geral espanto uma cabeça de peixe sem o resto do corpo, que, segundo os cronistas, tinham os anjos cortado e aparelhado para este milagre.[12]

Estes e outros semelhantes fatos, de que estão inçadas as crônicas dos jesuítas, terei ocasião de mencionar muitas vezes no decurso deste trabalho, deixando ao critério do leitor decidir à luz da simples razão que conceito é lícito formar da veracidade deles. Quanto a mim são tantos, tão maravilhosos, ocorrem com tanta frequência, a propósito de circunstâncias tão mínimas e por meio de todos, ainda dos meninos da mais somenos congregação de Jesus, que a sua narração se me afigura não como originada de pura credulidade, senão filha do desejo de abrilhantar e encarecer os merecimentos desses servos de Deus e a santidade do Instituto, por intervenção de cujos filhos Deus se servia de praticar coisas tão extraordinárias, estupendas e incríveis. Mas nisso mesmo se funda meu reparo: que se há milagres, como diz a religião e eu piamente creio, não me parece por outro lado que Deus haja de derrogar a todo o momento as leis eternas da natureza para fins talvez, ou antes quase sempre, inferiores aos meios empregados. Um milagre que bastaria para a conversão do universo à fé cristã, tenho por mal cabido quando dele não resulta mais que a canonização de um santo: e assim também quando os anjos descessem dos Céus teriam mais que fazer na Terra do que cortar a cabeça a um peixe, só para que os companheiros de Nóbrega tivessem mais ascendência no espírito do governador do Brasil! Estou que Nóbrega nenhuma parte teria na propalação deste fato, que se diz referido pelo próprio governador, e que só foi publicado pelos cronistas da Ordem um século depois de acontecido.

12 Vid., também no fim, a nota *C* [p. 181]. Na compilação da *Crônica* de S. de Vasconcelos reproduzo o fato com mais individualização.

Chegada do governador e dos jesuítas à Bahia (29 de março de 1549)

*A frota de Tomé de Sousa, que se compunha de cinco navios, com seiscentos voluntários e quatrocentos degradados, entre eles alguns casais, aportou à Bahia no dia 29 de março seguinte. Desembarcaram na Vila Velha, povoação em que vivera Diogo Álvares (*Caramuru*) e residência do primeiro donatário; mas que já tinha sido entrada dos selvagens no tempo de Francisco Pereira.*

Este acontecimento, e, porventura, outras informações, persuadiram o rei a mandar inserir nos artigos do regimento do governador o exame do lugar em que estava assentada a povoação de S. Salvador, e ver se era acomodado para a fundação de uma cidade, que se devia constituir em sede dos domínios portugueses na Ámerica, e não lhe parecendo tal, escolhesse outro. Assim pareceu, de feito, a Tomé de Sousa, e a povoação que se achava no sítio onde hoje se veem as igrejas da Vitória e da Graça, na cidade da Bahia, foi transferida a meia légua mais para o norte a começar da freguesia da Sé. Deu-se princípio às edificações com a missa votiva do Espírito Santo, celebrada em um altar portátil pelo padre Nóbrega, que servia também de pároco, e prosseguiu-se nelas com tanto ardor e constância, urgidos os récem-chegados pela necessidade e movidos os indígenas de curiosidade, que no fim de quatro meses achavam-se erguidos o palácio do governador, casa da Câmara e Contos, baterias para a defesa da cidade, sobre o mar e para o lado de terra, além de outras fortificações, como muros de taipa, e mais de cem fogos para os moradores; sendo para notar que, se não tinham solidez e segurança, supriam temporariamente as necessidades mais cogentes.

Enquanto se ocupava Tomé de Sousa com estas obras, não se esqueciam nem ele, nem os padres da igreja principal, da invocação de Nossa Senhora da Ajuda*, onde, depois de pronta, os jesuítas*

celebravam missa, faziam pregação, doutrinavam e administravam os sacramentos, para o que tinham provisão do Santo Padre, a fim de exercerem os ofícios de curas de almas. Mas como isto era contra os estatutos da Ordem e só para o caso de faltarem religiosos regulares, apenas estes chegaram, eles se viram desapressados *de semelhante encargo e entregaram a igreja a quem cumpria, para que servisse de matriz. Então arranjaram o seu hospício no monte chamado do Calvário, no meio dos gentios domesticados que povoavam as faldas e o cume dessa montanha, para se entregarem exclusivamente, como apregoavam, ao cuidado da conversão e civilização dos selvagens.*

Importa por derradeiro não louvar só as excelências do sistema de catequese e de aldeamento dos jesuítas, escurecendo o que há nele de pernicioso e incompleto. Se se proclamavam estrênuos defensores da liberdade dos índios, se lastimavam as crueldades de que estes eram vítimas, não foi por amor e dó dos infelizes indígenas, senão como meio de oposição às outras ordens religiosas e aos colonos, seus competidores no comércio e lavoura, bem como de contrariar os governadores, bispos e todos quantos não pactuavam com a Companhia. Houve, é certo, conversões pela prédica, pela persuasão, pelos meios brandos; a maior parte delas, porém, pela coação e viva força, de que foram conselheiros e instigadores até os primeiros missionários e mais santos e apostólicos membros da Sociedade. O padre Nóbrega, escrevendo ao primeiro governador do Brasil, Tomé de Sousa, expressava-se a esse respeito do seguinte modo: "em mentes o gentio não for senhoreado por guerra e sujeito como o fazem os castelhanos *nas suas terras que conquistam, não se faz nada com ele". O padre José d'Anchieta insistia por sua parte: "sobre estes índios já temos sabido que* por temor se hão de converter mais que por amor*". Notava também, depois dele, o padre Rui Pereira: "ajudou grandemente a esta conversão [dos indígenas] cair o governador na conta e assentar que* sem temor não pode haver fruto*". Vamos agora ao padre Antônio Vieira, que*

tanto se esforçava a favor dos índios, e que, todavia, aconselhava a força para os domesticar, comparando-os à murta, que, para dela afeiçoarem nos jardins estátuas e outros ornatos, cumpre talhá-la à tesoira*! Em vez de conversos e atraídos ao grêmio da civilização e do cristianismo, moviam-lhes os padres crua guerra, organizando* bandeiras *ou* descidas*, verdadeiros corpos militares, feitos a fim de os caçar como feras, preá-los e conduzi-los manietados para as missões, onde, reduzidos ao mais duro cativeiro, eram empregados em todo o gênero de misteres braçais e castigados rigorosamente quando se esquivavam ao trabalho. Em vez de os civilizar, coando-lhes nos entenebrecidos e rudes espíritos a luz puríssima e suave do Evangelho, substituíam-se os jesuítas aos* pajés *ou feiticeiros, e a* tupã, *a* anhangá, *aos* manitós, *e a esse esboço de religião idólatra um Deus vingativo e cruel, e as mais extravagantes práticas de uma grosseira e infantil superstição. Quanto à leitura e à doutrina limitavam-se a ensinar-lhes orações: e no tendente às artes ou ofícios, àqueles de que se utilizavam na agricultura. Fazendeiros e senhores de engenhos de açúcar, só cobiçavam os jesuítas os lucros enormes que provinham do monopólio na permuta dos gêneros, com detrimento das populações e das rendas do estado. Não declamo, reproduzo em breves e rápidos traços aquilo que se encontra nos documentos e é o resultado de estudos desprevenidos e imparciais. Para aqueles que desejam mais larga notícia, remeto-os para o que a este respeito escreveu o sr. conselheiro Mendes Leal e apenso aqui em nota*[13].

13 Vid. a nota *D* no fim deste tomo [pág. 182].

. . . .

Apontamentos

CRÔNICA DA COMPANHIA DE JESUS
PELO PADRE-MESTRE BALTASAR TELES[1]

(Tomo I – Livro III)

ESPALHADAS as missões pela Europa, Ásia e África, o padre-mestre Simão não limitou o seu grande espírito a um só hemisfério. Em 1549 levou a efeito a primeira missão que a Companhia mandou ao Novo Mundo.

Baltasar Teles pretende que não havia no Brasil quem desse aos índios as boas novas do sagrado Evangelho, e que o primeiro pregador fora o padre fr. Henrique, da religião seráfica, depois bispo de Ceuta, quem pregou nas praias da capitania de Porto Seguro, e celebrou missa durante as quatro semanas, ou pouco mais, que a armada de Pedro Álvares ali esteve ancorada. Não sabia que viessem outros religiosos ou pregadores ao Brasil

---

1 À obsequiosidade do Sr. Inocêncio Francisco da Silva devo o ter consultado de meu vagar tanto esta obra, que é hoje mui rara, como a primeira edição da *Crônica da Companhia* do padre Simão de Vasconcelos, igualmente rara. Por esse favor e pela presteza com que acudiu ao meu empenho cabe-me aqui reiterar-lhe os meus cordiais agradecimentos.

a não serem três ou quatro da mesma ordem, "que também acudiram à capitania de Porto Seguro, aonde ainda hoje se mostram as ruínas das pobres casinhas, aonde santamente habitavam". Um deles morreu afogado, e daí vem o nome do *rio do Frade*, sendo os outros mortos pelos índios.

Diz que o rei D. João III mandara chamar o padre-mestre Simão, e ordenou-lhe que escolhesse religiosos de grandes espíritos para com a doutrina evangélica trazerem ao aprisco de Cristo aquelas feras que viviam sem lei.

O Padre Simão, que não pudera acompanhar S. Francisco às Índias, houve que Deus lhe oferecia a missão do Brasil; era, contudo, mestre do príncipe, e conta Baltasar Teles que, apesar disso, o rei lhe dera tal permissão limitada por três anos, e que estava tudo preparado para esta empresa, havendo ele já tirado e obtido a licença de Loiola. Ia com dez companheiros e fazia de conta partir no começo de 1549. Esperava somente que chegasse de Roma o padre Martinho de Santa Cruz, que tinha ido àquela santa cidade sobre matérias de grande importância para a província de Portugal, e em especial para o colégio de Coimbra.

O padre Santa Cruz morreu quando era esperado, e sobrevieram, além disso, tantos negócios graves ocasionados de tão gravíssimos impedimentos, que o padre Simão não pôde ir.

Inibido de sua pessoa, escolheu seis religiosos para darem princípio a tão gloriosa empresa, cujos nomes são (Baltasar Teles, *loc. cit.,* cap. II, nº 7):

O padre Manuel da Nóbrega, superior e provincial daquela província; o padre João de Aspilcueta, o padre Antônio Peres, o padre Leonardo Nunes e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

Partiram com o primeiro governador Tomé de Sousa que veio a ser veador da fazendo do rei D. João III e da rainha D. Catarina.

PARTIDA DOS PADRES COM TOMÉ DE SOUSA

Partiu Tomé de Sousa em princípio de fevereiro de 1549, levando consigo os padres.[2] Com viagem próspera e monção tendente chegaram à baía de Todos os Santos e desembarcaram na Vila Velha, onde armaram

2 O padre Nóbrega passou-se para a nau do governador já em viagem, por ter partido pouco depois.

uma cruz em campo raso, à sombra da qual se alojaram, permanecendo obra de um mês, enquanto tratavam de ganhar as vontades dos bárbaros e escolhiam sítio para a nova cidade que queriam fundar. Receoso dos selvagens, o governador trazia a sua gente em ordenança de guerra; contudo "os índios, esquecidos da sua natural fereza, se vieram meter entre os portugueses, fiando-se deles e admitindo o comércio e resgate que entre si faziam, como se de muito tempo se conheceram. Vendo, pois, o governador que não impediam, antes ajudavam a fundação da cidade, repartiu entre eles certos lugares e sítios para que edificassem as suas casas, etc". (cap. v).

O autor diz que o governador levara do reino a planta da nova cidade, o que me não parece crível, atentando em que não conhecia a topografia do terreno onde havia de assentá-la.

Andavam todos ocupados com suas casas, e já com os muros da cidade, conforme a repartição que tinham. Os padres eram *sós* para a obra da igreja, servindo de carpinteiros e pedreiros, etc. Sem alimentos, porque até então não tinham ordenado de obrigação, e não querendo ser molestos ao governador, pediam de porta em porta; mas quando os portugueses mal se precataram a igreja estava capaz de missa, e nela pregavam e administravam os padres os sacramentos, fazendo de curas de almas, visto como então não havia sacerdotes.

Chamou-se a igreja de *Nossa Senhora da Ajuda.* "Porém, como o intento dos padres jesuítas só era acudir aos portugueses nesta falta, tanto que do reino foi pessoa suficiente para curar daquelas almas, lhe largaram o sítio e a igreja, que com tanto trabalho tinham edificado, indo-se morar entre os gentios, com grande edificação dos portugueses".

Puseram a sua residência fora dos muros, em um monte chamado do *Calvário.* Naquele tempo era o monte povoado pelas faldas e encostas de gentios que viviam nas suas pobres choças e choupanas.

As dificuldades da conversão eram grandes, além da rudeza natural; e "cegos só obravam pela natureza depravada pelo pecado".

"Por outra parte também a vida pouco exemplar de alguma gente portuguesa (que naqueles tempos obrigada por justiça a ir povoar o Brasil), sua cobiça, seus enganos e sua devassidão nos costumes faziam entre aqueles gentios odioso o nome cristão".

Os poucos padres, ignorantes da língua, começaram a aprendê-la, e entanto socorriam-se aos portugueses que lhes podiam servir de intérpretes, e desta sorte doutrinavam os gentios que viviam por aquelas montanhas.

Cobrando os índios grande respeito e amor aos padres, vinham buscá-los, como se de muitos anos os conhecessem: já os não estranham, já se fiam deles, pedem-lhes remédio nas suas enfermidades, batismo, etc.

Os padres, estão mais confiados, já os repreendiam de seus vícios; mas nem por isso produziam efeito suas censuras quanto à gulodice da carne humana.

Um dia em que os índios da baixa do monte sacrificavam um prisioneiro, ouvem os padres os gritos e arruído das cerimônias para semelhante ato; acodem e acham a vítima já estirada por terra; repreendem-nos das suas infames iguarias e tiram o cadáver das garras daqueles leões carniceiros. Os homens, atônitos, consentem; mas as mulheres, e principalmente as velhas, vendo-se frustradas, soltam gritos espantosos, amotinam os mais gentios a fim de virem exigir a presa dos padres, que já a tinham enterrada. Vindo aqueles, revolvem a terra, sacam o cadáver e cortam-lhe um braço. Os padres instam com eles, que se aquietam e voltam atrás. As velhas, porém, vendo-os chegar sem o corpo, improperam-lhes a cobardia. Arrependidos de seus feitos, volvem então armados; porém já ali não encontram os padres, que, avisados, se recolhem à cidade por mandado do governador.

Pouco faltou que os índios não entrassem os muros dela.

No sítio a que os padres se recolheram, na Bahia, fundou-se pelo tempo adiante o seu colégio.

Ao passo que o governador fazia os índios afastarem-se da proximidade da cidade por meio das armas de fogo, os afagavam e atraíam os colonos, julgando as coisas "mais por paixões humanas que por razões divinas"; diziam que os padres foram causa daquele motim com seus imprudentes fervores e zelo indiscreto, pondo a risco a cidade toda e seus moradores, tirando o comércio e resgate com os índios, o que tanto lhes importava.

"O governador acudiu a isto com a sua prudência e cristandade – que os padres o fizeram com bom intento, e que por seu meio e santo zelo lhes havia Deus de fazer muitas mercês".

Passada aquela primeira cólera e apetite desordenado, vieram os índios mui arrependidos pedir perdão aos padres e paz aos portugueses. Dis-

seram então que havia outros muitos semelhantes prisioneiros, retidos por outras povoações, no intuito de os cevarem para os comerem. Já que lhes não podiam os padres salvar o corpo, entenderam com as almas. Foram lá e deram-lhes doutrina e batismo; mas os gentios que tinham para si que a carne humana, depois do batismo, perdia muito do sabor que dantes tinha, não consentiram que dali por diante tratassem os padres com seus prisioneiros.

Não é crível o que diz o autor – "que os padres iam a estas festas como folgando de assistir a elas – viam e ouviam tudo, e quando os tinham descuidados, um se chegava ao padecente, instruía-o na fé e dava-lhe o batismo com a água de um lenço".

Tanto se esforçaram os padres, que por fim conseguiram que os bárbaros daquele sítio cessarem de comer carne humana e se fizessem ovelhas de Cristo.

O PADRE MANUEL DA NÓBREGA

Volvamos agora por um pouco a nossa atenção para este pio varão, segundo o que dele referem os cronistas. Diz o padre Baltasar Teles que ele entrou para a Companhia no ano de 1544 (*loc. cit.,* cap. VI, nº 2).

Era bacharel formado em cânones e conhecidamente o melhor do seu curso; "com boas esperanças de grandes despachos, assim por suas partes, como pela muita valia que tinha. O pai, desembargador, um tio 'chançarel-mor' e mui valido do rei". (*loc. cit*., nº 3, e S. de Vasconcelos, *Crôn. da Comp.,* liv. II)

No fim de seus estudos vagou uma colegiatura; opôs-se Manuel da Nóbrega com outro que lhe era inferior, mesmo a juízo do seu mestre o Dr. Martim de Aspilcueta Navarro. O que sabia menos foi o preferido. Entrou para o colégio, donde saía a fazer doutrinação pelas cidades e lugares vizinhos – muitas missões pelo reino, todas a pé e pedindo esmolas, e fora do reino, a Salamanca e Santo Iago, como fica relatado na *Introdução* desta obra.

Desenganado o padre Simão de que não podia ir ao Brasil, resolveu mandar em seu lugar o padre Manuel da Nóbrega, então em Coimbra. O padre veio a pé; mas por mais pressa que se deu, já era partido o governador quando chegou a Lisboa. Embarcou-se, pois, com Antônio Cardoso

de Barros,[3] sem companheiro algum, até que se encontrou com a frota, e aí passou-se para a nau do governador, onde iam seus companheiros.

No navio empregou-se em práticas espirituais, confissões e outros ofícios de piedade, e o governador lhe tomou por tudo isso muita afeição.

"Houve um caso, pelo qual quis Deus indicar qual era a virtude desse milagroso varão, e quanta estima queria que dele tomasse o governador para ao diante o favorecer nas conquistas espirituais, que no Brasil havia de empreender".

O governador não comia cabeça de peixe, em comemoração da degolação de S. João Batista. Foi isto prática da Mesa.

Nóbrega o repreende! Vendo o padre que o não podia persuadir com palavras, que deixasse aquela imaginada devoção, com uma certeza profética do que havia de suceder, disse ao governador que mandasse lançar uma linha ao mar, e que conforme o que tirassem veriam qual era a vontade divina naquele particular. "Lançou-se a sedela, e veio no anzol uma cabeça de peixe – que os anjos, sem dúvida, ali tinham cortada e aparelhada para cumprimento da doutrina e verdade da religião". O governador mandou logo cozinhar a cabeça e comeu-a com sumo gosto e alegria, e repartiu dela pelos circunstantes.

Grande foi à opinião que por este caso e outros semelhantes cobrou o governador da santidade do Padre Manuel da Nóbrega.

"Era ele um pai muito amoroso para os pobres, e único remédio para os desamparados, assim portugueses, como índios; ele foi o principal que amansou e domesticou aquela gente, mais feras que as mesmas feras, ele os ajuntou em aldeias, ele lhes dava leis, ele os ensinava e doutrinava, e lhe tinham tão grande obediência, que o que não podia acabar o governador por força de armas e violência da pólvora e pelouro, acabava o padre Manuel da Nóbrega só com a sua presença e poucas palavras". (Liv. III, cap. VII, nº 5).

Feiticeiros – Teve modo para fazer vir diante de si e de todo aquele povo um famoso e celebrado feiticeiro de tanto nome e autoridade pelas respostas que dava e mezinhas que fingia, que era venerado entre os índios...

---

3 Vem por inadvertência na *Introdução* – André – em vez de – Antônio – por isso apresso-me em retificar esse engano.

Chegado este autorizado feiticeiro a um grande terreiro no meio do infinito povo, que tinha concorrido e descido daquelas montanhas, "uns para buscarem remédio de suas enfermidades neste seu Esculápio, outros para verem o sucesso do desafio que havia de ter com o padre Manuel da Nóbrega".

"A este pois saiu o padre ao encontro, e por principio do desafio lhe pergunta com grande império e liberdade em virtude de quem fazia as obras, que dele se contavam, se em nome de Deus criador do Céu e da Terra, se em nome do Demônio, inimigo da geração soberba que se podia esperar de nenhum ministro de Satanás – que ele era o mesmo Deus, e filho do que reinava no Céu, do qual era muito amado, e que muitas vezes se lhe tinha mostrado nas nuvens resplandecentes e entre temerosos trovões".

Nóbrega troveja-lhe como se o céu estivesse para cair, intimida-o e o pobre-diabo pede em joelhos que o faça cristão.

Ensino – Aplicou-se o padre ao ensino com todas as veras, como quem bem entendia quanto monta a boa educação em tenras idades. "Não se ouviam pelos matos senão cantigas ao divino, e rezas e doutrinas".

Teor de vida – "Visitava o bom padre todas as aldeias, andando sempre a pé, e ainda depois de velho e mui doente, e talvez com os pés cheios de chagas, acudia a todas as partes com um bordão na mão, subindo pouco a pouco pelas ladeiras mais íngremes daquelas montanhas, e ainda que o espírito do seu zelo o animava, contudo a fraqueza do corpo o retardava de tal maneira que talvez parava sem poder dar passo adiante, necessitando da ajuda do companheiro, que umas vezes o sustentava, e outras ia diante dele tirando-o pelo bordão.

"Não vestia nunca coisa nova, nem usava de mantel, andando sempre em corpo, como os mais irmãos, por causa da muita pobreza em que viviam, e por andarem mais desimpedidos nas grandes caminhadas que faziam: nenhum perigo, nem trabalho recusou nunca pelo bem e salvação dos naturais da terra, por cuja liberdade se punha em campo contra a avareza dos portugueses, que os queriam cativar, sofrendo com muita paciência e com notável longanimidade os grandes ódios e perseguições que por esta causa se lhe originaram".

A regra na Companhia, assim como costume, é que a missa se diga em meia hora. O padre buscava dispensação para levar nela uma hora com muitas lágrimas, das quais Deus lhe tinha concedido especial dom.

Guardador da castidade – Confessa de público em uma tormenta, em que todos se davam por perdidos, que o que mais o consolava era ter conservado a sua pureza.

Excitados os *tamoios* da capitania de S. Vicente pelas crueldades e tiranias dos portugueses, levantam-se, assolam tudo, e estes fogem e querem despovoar o sítio; mas Nóbrega mete-se no meio deles, negocia a paz e fica mais o companheiro em reféns de dez índios, que foram ter com os colonos.

Na capitania de Porto Seguro fez-se muito milagrosa a casa de Nossa Senhora da Ajuda. Era ela fundada na coroa de um outeiro, tendo em volta canaviais que a separavam da baixa onde havia água, tanto para gasto como para as obras. Um irmão, vendo o tronco de uma árvore mui próxima à ermida, pediu à senhora o milagre de lhe dar água naquele lugar, ao que Nóbrega diz-lhe que muito e mais podia a Santa Virgem.

"Vão-se logo dali todos a dizer missa, e no meio do santo sacrifício arrebenta de súbito um grande torno de água no lugar assinalado no tronco da árvore, junto ao altar da Senhora". Prega-se o milagre, concorrem todos a vê-lo, e o dono dos canaviais é o primeiro que a ele se rende e se torna mui devoto da Companhia.

"Cresce a opinião da virtude do padre Manuel da Nóbrega, a cuja intercessão atribuíam o milagre da água, que ainda hoje corre".

Passou o padre no Rio de Janeiro os últimos três anos da sua vida. "Deus lhe declarou que era chegado o ditoso fim de seus dias". Saiu a despedir-se por toda a cidade dos amigos e devotos da Companhia, dava-lhes as graças pelas caridades recebidas, exortava-os à piedade e à virtude, etc., com o que se fez naquela praia um grande pranto.

Recolheu-se depois ao colégio, e recebidos os sacramentos, expirou a 18 de outubro – dia do glorioso evangelista S. Lucas.

"Em dia semelhante *nascera*, entrara em outro tal para a Companhia, e enfim, nela *morrera*". (*Ob. cit.*, liv. III, cap. VIII, nº 9)

Foi o primeiro religioso da Companhia que desembarcou e pôs pé em terra do Brasil, saindo da nau com sua grande cruz às costas, até que a arvorou no lugar onde se abrigaram todos com o governador.

Foi também o primeiro e principal da Companhia naquela província, continuando por espaço de trinta anos naquela nova e inculta vinha do Senhor, sofrendo com rara paciência os costumes e barbarias daqueles índios, a variedade dos climas que mudava, e a pobreza que naqueles primeiros tempos foi mui apertada. De entre os lances de sua vida trabalhada há que citar o naufrágio em S. Vicente, e de que escapou sem saber nadar.

Fundou o colégio da Bahia, começou o de Piratininga, e dali passou-se para o do Rio de Janeiro. Fez a casa de S. Vicente e a de Porto Seguro, com a sua ermida milagrosa de Nossa Senhora da Ajuda.

O padre provincial do Brasil, posto que nos primeiros *dez anos* só era *superior* sem o título de provincial, que cabia ao de Portugal, gozava, no entanto, das mesmas regalias.

O PADRE JOÃO DE ASPILCUETA

Era o padre João de Aspilcueta dos companheiros de Nóbrega, e natural do reino de Navarra, sobrinho do célebre Dr. Martim de Aspilcueta Navarro, catedrático de prima da faculdade de cânones, e entrou na Companhia em 1544 (*Ob.* e *loc. cit.,* cap. IX, nº 1).

Foi escolhido para esta missão pelo padre Simão, por ser pessoa de grande exemplo e conhecido fervor.

"Havia por aquele tempo no Brasil muitos malfeitores degradados de Portugal (que sempre esta praga perseguiu ao Brasil e as mais conquistas deste reino)".

Sobressaía entre eles Barbosa, com grande fama de valente, temerário e atrevido, e que tendo sido um dia perseguido no reino pela justiça, acolheu-se à Sé, fez-se forte na torre dos sinos, defendeu-se, depois saltou dela e veio rodando pelas muralhas abaixo, sem nenhuma lesão considerável. Empós larga prisão carregado de ferros, foi desterrado para o Brasil. Era o mesmo no desterro que tinha sido em Portugal (que assim costuma suceder, reflexiona o autor). É acometido de longa enfermidade, desamparado nos braços da miséria e longe dos demais portugueses. Vai-se a ele o padre João, trata-o, limpa-o e serve-lhe de enfermeiro. A nada o

bruto se move, que antes irrita-se contra o padre, maltrata-o de palavras, e o acusa de desajeitado e descuidado. O padre com umas disciplinas entrou a flagelar-se diante da imagem de Cristo ao que vendo o malvado, lança-se-lhe aos pés todo pranto, mudando desde então de vida. Era pasmo ver-se como seguia ele os padres e quantas carolices fazia!

Não se contentando o padre João de Aspilcueta das aldeias que tinha junto das capitanias, meteu-se, diz o padre Baltasar Teles (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 8), por mais de duzentas léguas pelo sertão adentro, a pé, por matos incultos e charnecas bravias, rias e lagoas, de que não sabia o vau, e deu com muitos gentios, aos quais ia buscar, e trouxe-os para as aldeias. Voltou tão desbaratado no vestido, tão ferido e escalavrado pelo corpo, tão maltratado na saúde, que em breves dias, depois de tornado, deu a alma ao Criador.

O PADRE ANTÔNIO PERES

O padre Antônio Peres, outro companheiro de Nóbrega (*Ob.* e *loc. cit.*, cap. X, nº 1), edificou muitas igrejas, trabalhando por suas próprias mãos em o ofício de pedreiro, e começou o colégio de Pernambuco.

"Recolhendo-se das aldeias dos índios para o colégio da Bahia, do qual era superior, com grande fraqueza e enfermidade que ganhou, visitando aqueles sertões e decorrendo por aqueles matos, veio a morrer como verdadeiro servo de Deus".

O PADRE LEONARDO NUNES

O padre Leonardo Nunes foi também com Nóbrega (*ob.* e *loc. cit.,* nº 2).

Pouco depois da sua chegada foi mandado pelo padre Nóbrega à capitania de S. Vicente "na qual havia alguns cinco lugares de portugueses que necessitavam muito da boa doutrina de tal missionário, porque os maus costumes e escandalosos pecados destes colonos, em parte piores que os mesmos *brasis,*[4] não tinham quase mais que o nome de cristãos". Reformam-se em parte, se bem que com dificuldade.

Edificam estes povos casa e igreja, com tanto fervor e tão especial vontade, que os principais da terra traziam às costas a madeira do

---

4 Denominação que davam os cronistas e colonos aos nossos indígenas.

mato, contribuindo todos com suas esmolas – muitos que quase nunca se confessavam nem comungavam, entraram a frequentar dali em diante estes sacramentos com notável devoção.

Acudia o padre com remédio e doutrina ao mesmo tempo a muitas paragens e por modo tão incrível que os índios, apesar de bons caminheiros, o chamavam o *Padre Voador*, sendo para notar que esse apelido não o deram só a este padre.

Entrou mais de cem léguas pelo sertão, tirou das garras dos *tamoios* muitos portugueses e castelhanos, batizou milhares de índios com grande trabalho, mas também com muito proveito.

Veio a morrer por obediência, porque, mandado chamar a Roma pelo fundador para tratar com ele das coisas da província, acabou a vida com quase todos que vinham na viagem em um lastimoso naufrágio, do qual escaparam poucos, os quais deram larga notícia de como o padre trabalhou para ajudar os companheiros naquele último perigo.

Foram mais nesta missão dois irmãos, que no Brasil se ordenaram de missa, dos quais Vicente Rodrigues correu toda a costa convertendo gentios e pregando aos portugueses, e ali morreu.[5]

O segundo, que também no Brasil se ordenou de missa, foi o irmão Diogo Jácome (*ob.* e *loc. cit.*, nº 6).

Em chegando este ao Brasil, foi logo enviado à capitania de S. Vicente com o padre Leonardo, e dali se passou sem detença à do Espírito Santo, acudindo sem cessar às aldeias que ali havia.

Torneava contas para as dar aos índios, ofício que aprendeu consigo por caridade, "tanto ela é engenhosa".

"Foi este bom padre o primeiro que no Brasil deu motivo para entre os nossos se renovar, o que antigamente faziam aqueles santos do ermo, procurando saber algum ofício mecânico, servindo-lhes esta ocupação para evitarem a ociosidade nos tempos que lhes sobejavam, e para ajudarem sua sustentação com o trabalho de suas mãos e com o suor de seu rosto; e assim sabemos que tivemos no Brasil, neste tempo, insignes oficiais – pedreiros, carpinteiros, sapateiros, ferreiros, e de outros semelhantes ofícios, usando destas traças para acudir aqueles pobres *brasis*".

---

5 Vid. Orlandini, liv. VIII, nº 81.

"Desta maneira o bom padre com o ofício mecânico deu exemplo a muitos nossos que o exercitavam no Brasil com grande edificação dos religiosos".

Mandado acudir a uma cristandade, não se quis escusar com a enfermidade que já padecia, e assim morreu em caminho, como já disse.

1550

Recebidas as primeiras cartas do padre Nóbrega (*ob. cit.,* cap. XIII) e de seus companheiros no colégio de Coimbra, todos se alvoroçaram, mostrando desejos de o irem acompanhar na sua missão.

Foi por isso fácil a escolha, partindo neste ano quatro [6] – os padres Salvador Rodrigues, Francisco Pires, Manuel de Paiva e Afonso Brás.

O PADRE SALVADOR RODRIGUES

Era o padre Salvador Rodrigues homem de maravilhosa simplicidade e admirável obediência; de sorte que não fazia coisa alguma sem particular ordem e direção do superior. Andando ele já muito doente e consumido em forças, e estando na Bahia, acertou de partir o padre Nóbrega para S. Vicente, dizendo-lhe à despedida: "Animai-vos, não morrais até que eu torne a esta cidade". "Tomou isto o bom do padre tanto deveras e com tanta singeleza de obediência que, crescendo a moléstia, ele sentia de não poder morrer por falta de licença, pois que o padre Nóbrega não voltaria senão dali a muitos meses".

A morte respeitou simplicidade tão santa e obediência tão perfeita (cap. já cit., nº 4). Chegou nesse tempo o padre Luís da Grã, que vinha por colateral do provincial do Brasil, e sabendo disto, e achando o padre no extremo da fraqueza e com ardentíssimos desejos de ir em paz de Deus, lhe tirou o escrúpulo, dizendo-lhe que podia morrer quietamente, porque o desobrigava da obediência, pelos poderes de superior e comissão que tinha do padre-mestre Simão.

---

6 O padre A. Franco diz na *Sinopse* que aos quatro se ajuntaram mais sete do seminário dos órfãos para ensinar a fé no Brasil (ano de 1550). Que estes, com seu superior, o padre Domingos, fundador do tal seminário, foram com os mais meninos e com grande comoção e novidade do povo até o lugar de embarque, em Belém.

Consolou-se o padre, pois que desejava morrer em dia da Assunção, de que era particularmente devoto: "recebeu os sacramentos e esteve em seu perfeito juízo até ser meia-noite da véspera daquele dia, no qual ponto entrou em passamento e deu o espírito nas primeiras luzes daquele dia".

O PADRE FRANCISCO PIRES

O segundo foi o padre Francisco Pires (*ob. cit.,* cap. XIII, nº 5.), varão verdadeiramente dos escolhidos de Deus, por seu grande exemplo e extremada virtude – não podendo tomar a língua da terra, se aproveitava de intérpretes, por meio dos quais fez grandes serviços a Deus.

Pouco depois da sua chegada, foi mandado pelo padre Nóbrega com alguns de seus companheiros para a capitania de Porto Seguro, para ali dar princípio à residência da Companhia. Assim o fez, edificando (como diz o cronista) "uma casinha para os nossos se recolherem, e ajudando a fazer a ermida de Nossa Senhora da Ajuda, tão célebre hoje, e tão frequentada em razão da fonte milagrosa".

O padre Francisco Pires teve muita parte neste milagre, por ser quem oficiava a missa quando ele se deu, e é de crer que fosse o ajeitador dessa artimanha, preparada para embair o povo ingênuo.

Foi superior em muitas residências daquela costa, e reitor do colégio da Bahia; e depois de muitos trabalhos e caminhos até chegar de pura cansaço a lançar sangue pela boca, veio a acabar héctico no mesmo colégio da Bahia.

O PADRE MANUEL DE PAIVA

O terceiro foi o padre Manuel de Paiva (*ob.* e *cap. cit.*, nº 6) que entrara no colégio de Coimbra, sendo já sacerdote e cura das almas; homem de muita paz e assento, de grande lhaneza em seu trato e sinceridade em sua conversação, não havia nele engano nem malícia.

Logo que entrou para a Companhia, sucedeu que estando ocupado e recolhido nos exercícios espirituais, o noviço se esqueceu dele, e lhe não levou de comer, e assim passaram-se dois dias. Persuadiu-se a princípio o padre que era isso modo de provar a sua paciência, caindo depois na conta de que seria pobreza da casa, e que por falta de meios lhe não davam alimento. Vai-se a um par de luvas velhas, que lhe tinham ficado do tempo de suas grandezas, e pede ao irmão que por elas lhe

houvesse de comprar alguma coisa de comer: o noviço então caiu em si e referiu o caso ao superior, que estimou muito a paz e sofrimento do bom sacerdote.

Refere mais o cronista este outro caso de obediência do mesmo jesuíta: – chegando ao Brasil e conhecendo os apertos que todos passavam, e a falta de meios que havia para se acudir aos pobres, aos doentes, e, principalmente, aos índios, novamente convertidos, lembrou-lhe o exemplo de S. Paulino, bispo de Nola, o qual se fez cativo dos vândalos para resgatar o filho de uma pobre viúva da sua diocese. Desejou com muita caridade que também o vendessem para acudir aos pobres e remediar as faltas que havia nas igrejas e entre os cristãos que de novo se batizassem.

Quis o padre Nóbrega deixar neste servo tão raro exemplo de caridade, e agradeceu-lhe muito aquela boa vontade com que mostrava-se contente que o vendessem. Entrega-o nessa intenção a um corretor de escravos, que o trouxe muitos dias pelas ruas e praças com pregão público, até que um sujeito (que não devia de ser dos mais maliciosos) ofereceu por ele cento e vinte mil cruzados, para o ter por capelão em sua fazenda. O padre entrou às rebatinhas com o lançador rogando-lhe que desse mais alguma coisa por estarem os padres muito pobres, e que ele o serviria valentemente, oferecendo-se para todo o serviço da casa.

Soube Nóbrega quanto se subia no preço deste leilão e quão deveras tratava o padre Paiva da sua venda. Mandou-o vir para casa, declarando aos lançadores que o que pretendera com esta amoeda não era vender o padre, que estimava em preço infinito, mas que só queria dar mostras ao mundo da grande caridade e humildade deste virtuoso servo de Deus.

"Não se pode dizer em poucas palavras o muito que este bom padre serviu a Deus Nosso Senhor nas partes do Brasil, ajudando aos portugueses, e indo sempre adiante nos seus exércitos contra os bárbaros e gentios *tamoios,* por mar e por terra, visitando todas as capitanias, colégios, residências e aldeias por onde os nossos religiosos andaram espalhados, cultivando aquela tão estendida e trabalhosa vinha". (*Ob. cit.,* cap. XIII, nº 9).

Homem robusto e de grandes forças, a nenhum trabalho e perigo se negava. Foi por intervenção e ajuda dele que alcançaram os portugue-

ses gloriosas vitórias daqueles cruéis inimigos. Refere dele o cronista que sucedeu algumas vezes que, despedindo os bárbaros inumeráveis frechas contra o padre, e sendo tão certeiros no atirar, não permitiu Deus que nenhuma o tocasse, não sem grande espanto dos mesmos *tamoios,* que depois perguntaram quem era aquele de uma roupa comprida, que andava com uma cruz na mão, diante de todos, e ao qual nenhum de seus grandes tiradores podia frechar?! Com o mesmo cuidado solicitava o bem dos índios, que se convertiam, dos quais era um pai comum. "Finalmente, nestes e outros santos exercícios gastou a vida o bom velho Manuel de Paiva, até Nosso Senhor o chamar para si, com uma doença prolongada, que passou na capitania do Espírito Santo, sem com ela dar trabalho, nem moléstia a alguém, até acabar santamente, carregado de dias e cheio de merecimentos". (*Loc. cit.,* nº 9).

O PADRE AFONSO BRÁS

O quarto foi o padre Afonso Brás, superior dos mais, homem de grande virtude e mui digno do cargo que lhe confiou o padre-mestre Simão Rodrigues; pois como superior sempre foi diante dos companheiros no exemplo e no zelo das almas (*loc. cit.,* nº 10).

"Foram, segundo pretendo", diz o cronista, "os últimos que o padre Simão destes reinos mandou para o Brasil".

. . . .

(Tomo II – Livros IV e V)

"O PADRE INÁCIO DE AZEVEDO

NÃO é a menor glória entre as grandes prerrogativas do colégio de Santo Antão (de Lisboa), a do primeiro reitor que teve depois de ser em forma, o qual o padre Inácio de Azevedo. Foi em tudo primeiro no ilustre sangue que herdou de seus avós, e muito mais ilustre pelo sangue que derramou pela fé católica". (*Ob. cit.,* part. 2ª, cap. VI, nº 1)

Por morte de Loiola foi a Roma o padre Inácio de Azevedo e assistiu ali à primeira congregação geral, em que foi eleito prepósito-geral da Companhia o padre-mestre Diogo Laynes.

Tendo morrido este segundo geral em janeiro de 1565 (*ob.* e *loc. cit.,* nº 7), ajuntaram-se os padres portugueses em congregação provincial para nomearem quem havia de ir a Roma à criação do prepósito-geral, que saiu o beato Francisco de Borja (Borgio). Foi a isto o padre Inácio de Azevedo por procurador da Índia e do Brasil, a ali fez todas as instâncias possíveis para que o enviassem a essas regiões; e de feito o nomeou o novo geral em 1566 por visitador do Brasil "que desta maneira, já de longe o chamava Deus para a glória do martírio". (*Ob.* e *loc. cit.,* cap. VII, nº 1)

Embarcou-se na primeira ocasião que se lhe ofereceu, partindo de Lisboa com mais oito religiosos da Companhia.

"Entrou no Brasil, e com sua chegada tomaram melhores alentos, e conceberam novos espíritos, assim os da Companhia, a quem muito consolou, como também os novos cristãos, cujo bem por todas as vias procurou, apesar de inumeráveis trabalhos e de grandes perigos que passou" (*ob.* e *loc. cit.,* nº 2).

Visitou todos os colégios, residências e aldeias por onde andavam espalhados os padres.

"Tal era o zelo e tão cordial o afeto que o padre Inácio de Azevedo mostrava da salvação daquelas almas, que quando via vir das aldeias os padres e os irmãos, que os instruíam nas coisas da fé, descalços, cheios de lama, magoados ou feridos dos matos e charnecas por onde atravessavam, lançava-se de joelhos, e por devoção lhes beijava os pés, reverenciando neles assim escalavrados a graça e a formosura que o profeta Isaías achava nos pés dos pregadores que caminhavam pelas montanhas, anunciando a paz e a lei divina". – *Quam pulchri super montes pedes annunciantis praedicantis pacem* (Isaías, cap. V. 7).

Concluída a visita, continua o padre Inácio de Azevedo com o cargo de provincial do Brasil, tendo no entretanto nesse comenos obtido licença do geral para vir a Portugal, o que de feito realizou, não para deixar o Brasil como para buscar mais gente e chamar outros pescadores que o ajudassem a tirar as redes que deixava lançadas nos mares vastíssimos daquela grande gentilidade, não menos bárbara nos costumes que desamparada de mestres.

Assim que chegou a Lisboa, partiu imediatamente para Almerim a se encontrar com o rei D. Sebastião, a quem fez seus requerimentos.

O rei tratou de o favorecer, e nomeou para governador do Brasil D. Luís de Vasconcelos de Meneses, fidalgo de muito valor, comendador da Valada da ordem de Cristo, e filho de D. Fernando de Meneses.

"Ao padre Inácio de Azevedo mandou fazer, com toda a liberalidade, os gastos para sua pessoa, e para quantos religiosos fossem com ele".

Daqui se passou a Roma a requerer do Santo Padre outros favores espirituais; alcançando dele grandes graças, muitas indulgências e relíquias de grande preço. Trouxe então a cópia do quadro da Virgem Maria, tirado pelo Evangelista S. Lucas, Nossa Senhora do *Popolo,* como lhe chama o padre Teles, ou Santa Maria Maior, como se lê na emenda à margem do

exemplar da Academia Real das Ciências de Lisboa, onde fiz este extrato. Trouxe o padre Inácio, além disso, sacerdotes da Itália e da Espanha.

"Chegou o padre com este exército de anjos a Lisboa, deixando na cidade do Porto fretada a metade de uma nau, chamada *Sant'Iago*, para que os viesse tomar a Lisboa, e se partissem logo, sem querer esperar pela armada e pelo governador do Brasil, D. Luís de Vasconcelos, que ainda estava devagar, porque estas coisas de armadas reais e jornadas de semelhantes personagens, vão sempre com grandes detenças, ou por negligência dos ministros, que são vagarosos em despachar, ou por culpa das partes, que são importunas em requerer". (*Ob. cit.,* cap. VII, nº 9).

No ano de 1570, quando ainda se achava em Lisboa, aconteceu haver ali rebate de peste naquele verão, por cujo motivo retirou-se com os companheiros para uma quinta ou vinha do colégio de Santo Antão, chamada de Val-de-Rosal, da banda de além – termo de Almada, limite de Caparica, freguesia de Nossa Senhora do Monte, distante de Cacilhas uma légua. "Fica esta quinta no meio de uma grande e estendida charneca, é o lugar todo à roda mui tosco, seco e estéril, cheio de silvados incultos, continuado de matos maninhos e de areais escalvados, escondido em vales, cercado de brenhas, coberto de pinheirais bravios, de zimbros, de tojos e outros frútices silvestres: mui frequentado de corças e veados, infestado de lobos e de outros semelhantes animais monteses".

Por outra parte é o lugar um santo retiro; mui solitário, se bem que tenha estradas e caminhos mui livres e saídas mui alegres. A meia légua para o poente o mar – "para o qual se desce por umas quebradas, entre algumas barrocas, que o tempo e a corrente das águas têm abertas. Do alto destas quebradas se sobe para algumas assomadas, que têm vistas mui aprazíveis, mui largas e mui formosas, por que se descobre todo este grande vale, que começa quase ao pé da montanha de Palmela e se vai estendendo até Nossa Senhora do Cabo, e dali volta para Caparica, e vem a fazer em roda coisa de doze ou treze léguas; além disto se descobre dali muita parte da cidade de Lisboa, e se veem montes mui formosos, como é o de S. Luís e a serra da Arrábida, que ficam para a parte do sueste, e também se alcança para o noroeste a formosa serra de Cintra, e tem outras vistas de longes mui saudosos".

Destas assomadas se descortinam mui largamente as estendidas campinas do Oceano, e seis léguas de praia desde a ponta da Trafaria, junto

a Caparica, até o cabo Espichel. A vista de tão esplêndidos e vastos horizontes, as larguezas daquelas imensas águas, o contínuo crescer e baixar das marés, o rolo do mar, a ressaca das ondas, todo esse conjunto harmônico dá grande ocasião para se pensar no Criador.

Nesta quinta ajuntaram-se com o padre Inácio de Azevedo mais de sessenta companheiros seus, além de outros que já ali se alojavam, esperando monção, a fim de irem para as ilhas Terceira e da Madeira, no intento de promoverem ali as fundações de colégios. Dentre todos eles era o padre Diogo de Andrade o mais antigo, depois do padre Inácio de Azevedo.

Cinco meses aqui se deteve o padre Inácio de Azevedo com os seus ditosos companheiros, até que, chegado o tempo da navegação, se passou com o seu esquadrão de mártires para a casa de S. Roque.

Embarcou-se na nau, conservando ali com pontualidade todos os exercícios religiosos. No decorrer da rota, abicou à Madeira, donde a nau *Sant'Iago* velejou para a ilha de Palma, uma das Canárias, no intuito de tomar carga. Corriam notícias de corsários, pelo que deu licença para ficarem os que deles se temessem. Ficaram quatro, que depois foram despedidos da Companhia, por outras faltas. "Faltou à virtude para morrer religiosos, aos que lhes faltou o ânimo para morrerem mártires", reflexiona o padre Baltasar Teles.

A duas léguas do porto de Palma se levantou um temporal, que obrigou a nau a vir tomar um surgidouro, que está atrás da ilha, chamado Terçacorte, a fim de esperar melhor tempo para ferrar o porto de Palma. Desembarcou ali o padre e hospedou-se em casa de um flamengo, fidalgo, que o quis persuadir a ir-se por terra, por serem aqueles mares muito infestados.

O padre Azevedo hesita a princípio; mas depois resolve-se a continuar por mar, e parte num sábado do surgidoiro de Terçacorte fazendo um grande rodeio pela Gomeria, e no outro sábado pela manhã, ao romper d'alva, achava-se a nau a três léguas do porto de Palma.

Andava ali um famoso corsário da Rochella, Jacques Soria, em um possante galeão, e com mais quatro vasos acomete a nau portuguesa, que resiste. Tirando Inácio de Azevedo nessa extremidade a imagem de Nossa Senhora, pintada por S. Lucas, apresenta-a aos seus e os exorta.

Rende-se, afinal, a nau *Sant'Iago*. Soria os condena à morte "para que não fossem ao Brasil semear a sua *falsa doutrina*". Ou fosse a resistência oferecida pelos padres, ou a causa que alega o cronista, o certo é que são

lançados ao mar, acutilados previamente os que tinham coroa aberta. Azevedo assim também, ferido gravemente na cabeça, acaba seus dias a 15 de julho de 1570, trespassado o peito de três lançadas. Foram, ao que parece, perdoados os que não eram ordenados de missa.

No ano de 1628, tratando-se de promover a sua canonização, "alegou-se que os hereges nunca lhe puderam sacar a imagem da Virgem, e que lançado ao mar ficou suspenso nas ondas até que dali se afastaram os piratas".

Em 1553 veio de Roma, com o título de comissário da Espanha, o padre-mestre Jerónimo Nadal (*ob.* e *loc. cit.*, cap. XIV, nº 1), que era da ilha de Mallorca, e pessoa mui autorizada na Companhia em virtudes e letras "para se haverem de publicar as constituições". Eram superiores em Portugal Diogo Miram e Miguel de Torres, seu colateral. Nesse mesmo ano enviou o padre S. Inácio de Loiola à província a carta de obediência, na qual pintou com vivas cores um singular retrato do verdadeiro obediente. Dela transcrevo os seguintes trechos mais notáveis, segundo se lê no tom. II, parte 2ª, cap. XV, nºs 1 a 7 desta crônica:

"Poderemos sofrer que as outras religiões nos levem vantagens em jejuns, vigílias e outras asperezas, que cada uma delas, segundo o seu instituto, santamente guarda; contudo, na pureza e perfeição da obediência com a verdadeira resignação de nossas vontades, e abnegação de nossos juízos, muito desejo, irmãos caríssimos, que se assinalem os que nesta Companhia servem a Deus Nosso Senhor, e que nisto se conheçam os filhos verdadeiros dela, nunca olhando para a pessoa a quem se obedece, senão nela a Cristo, nosso redentor, por quem se obedece".

"Assim que todos vós, queria, exercitásseis em reconhecer em qualquer superior a Cristo Nosso Senhor, e reverenciar e obedecer nele a sua Divina Majestade com toda a devoção".

"Daqui podereis inferir quando um religioso toma a um, não somente por superior, mas expressamente em lugar de Cristo Nosso Senhor, para que o guie, e governe em seu divino serviço, em que grau o deve ter em sua alma".

"Também desejo que se assente muito em vossas almas, que é mui baixo o primeiro grau de obediência, que consiste na execução do que se manda; nem merece o nome, por não chegar ao valor desta virtude, se não se sobe ao segundo de fazer sua a vontade do superior; de maneira que não somente haja execução no efeito, mas também conformidade no afeto,

com um mesmo querer, e não querer. Por isso diz a Escritura[7] que: *Melior est obedientia quam victimas,* porque, segundo S. Gregório[8]: *Per victimas aliena caro, per obedientiam verò voluntas propria mactatur".*

O padre Luís da Grã tinha sido o quarto reitor do colégio de Coimbra (*Ob.* e *loc. cit.,* liv. V, cap. VI, nº 1), o qual sendo uma das principais pessoas da província, pediu com tão grandes instâncias esta missão, que houveram os superiores de lhe deferir, e o sucesso pelo tempo adiante mostrou bem quão acertada foi semelhante eleição, e quanto bem aceitos foram a Deus os ditosos trabalhos deste seu grande servo.

Foi ele provincial e colateral do padre Manuel da Nóbrega, e por quase cinquenta anos se ocupou em acudir ao bem das almas, sem nunca largar mão desta espiritual conquista até o último remate da sua vida, "que Deus lhe concedeu mui comprida, apesar dos muitos achaques que o molestavam, tanto que obrigaram os superiores a lhe mandar ordem a se voltar para Portugal; porém ele escolheu antes, como capitão esforçado, morrer no campo do Brasil, pelejando, que vir à sua pátria por tão pouco ganho, como era buscar em breve saúde, quando era já velho, e para ele maior o interesse por ganhar as almas dos gentios no Brasil, embora com a perda da sua vida".

PARTIDA DO PADRE LUÍS DA GRÃ

A 8 de maio de 1553 partiu de Lisboa o padre Luís da Grã com seis companheiros e na mesma nau em que ia D. Duarte da Costa, sucessor de Tomé de Sousa.

Era D. Duarte filho de D. Álvaro da Costa, embaixador de D. Manuel junto a Carlos V, e de D. Brites de Paiva. Estimou muito aos padres no mar e na terra. Logo que lançaram ferro na Bahia a 13 de julho, foram recebidos do padre Manuel da Nóbrega e mui festejados do bispo D. Pedro Leitão, homem de muitos merecimentos e que tinha sido provisor na Índia.

Os companheiros do padre Luís da Grã, segundo Maffei,[9] que nisto fala mais ao certo, foram os padres Brás Lourenço, Gregório Serrão,

---

7 Reg. Cap. XV, nº 22.

8 Greg., liv. 35. Moral cap. XII

9 Baltasar Teles, tom. II, liv. v, cap. VI, nº 2. – Maffei, *Historia Indiorum,* cap. I, nº 16 – José d'Anchieta (sua vida).

João Gonçalves, Antônio Brás Castelhano e o irmão José d'Anchieta, que era o menor na idade.

"Este é aquele tão celebrado José d'Anchieta, tão afamado no mundo, tão respeitado de todos, santo na vida, prudente no governo, prodigioso nas obras, zelador das almas e verdadeiro apóstolo do Brasil, cheio de obras tão milagrosas com que assombrou o mundo todo, e de sucessos tão inauditos que com razão é chamado o segundo *Taumaturgo*".

Passemos, portanto, a ocupar-nos agora deste pio varão, segundo o que reza esta crônica.

JOSÉ D'ANCHIETA

Nascimento – "Nasceu em Tanarife, uma das ilhas Canárias, no ano de 1533".

"Deus o quis tirar de uma ilha para o trazer por muitos mares, e para o levar por muitas terras". Estudou na universidade de Coimbra. Em 1551 (havia poucos anos da entrada da Companhia em Coimbra) pediu ser admitido nela, sendo ele de quase dezessete anos de idade. Mostrou desde o logo muita vocação, ajudando a oito missas por dia, todas em joelhos; com isto e com as mais penitências veio a adoecer gravemente e a render pelas costas, ficando com achaque de velho ainda em idade de moço. No fim de três anos aconselharam os médicos a mudança de ar. Em consequência disto partiu para o Brasil em 1553.

O padre, que ensinou latim no Brasil, ao mesmo tempo que aprendia a língua geral, dentro em seis meses, saiu mestre tão perito dela, que era o melhor intérprete do padre provincial Nóbrega, verteu o catecismo e compôs uma gramática dessa língua brasílica ou geral.[10]

Neste tempo era mui cruel a guerra que os *tamoios* moviam aos portugueses, e para aquietá-los foi uma embaixada composta do padre Nóbrega, levando consigo Anchieta, que era seu fiel intérprete e inseparável companheiro (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 7).

10 Hoje são raras essas obras. Adiante, neste trabalho, torno a ocupar-me com os padres Inácio de Azevedo e José d'Anchieta, no resumo de outras crônicas e escritos dos jesuítas; mas quem quiser ter mais ampla notícia deste missionário encontra-la-á no tomo I dos *Varões ilustres*, do ex.mo Sr. Dr. J. M. Pereira da Silva.

"Para melhor estabelecimento dos concertos, quiseram os bárbaros reter lá os padres, e foi necessário ficar Anchieta entre os *tamoios* (*ob.* e *loc. cit.*). Três meses se deteve neste cativeiro, e ali, para se conservar puro, compôs em latim a vida da Virgem Santíssima em cinco mil e setecentos versos, repetidos não ao som das cítaras, nem das harpas, mas ao som dos arcos e flechas dos *tamoios*".

No fim desse prazo, negociada a paz, recolheu-se Anchieta a continuar os seus estudos da teologia. Tomou na Bahia ordens de missa, que lhe deu o bispo D. Pedro Leitão, e desde esse momento trabalhou naquela vinha de gentilidade por espaço de quarenta e quatro anos, sendo em muitos deles superior e provincial da Companhia naquelas terras.

"Quem poderá contar as terras que correu, os mares que passou, os golfos que atravessou, os batismos que fez, os perigos de que escapou, as profecias que disse, as virtudes que exercitou, os prodígios e milagres que obrou?"

Caridade – "Devoção constante nos cubículos e igrejas entre os santos, nos matos e caminhos entre os infiéis". Conservar a devoção nos matos, nas charnecas, nas aldeias entre os *aimorés* e *tapuias,* entre gentios brutais, entre feras humanas e índios desumanos, entre uns tumultos e confusões de gente sem rei e sem lei; exercê-la, como se estivesse no maior retiro da mais remontada cova da Tebaida, isto é, por sem dúvida, um dos maiores milagres desde milagroso varão!

Mortificação – "Jejuns mui ordinários (*loc. cit.,* nº 4), disciplinas mui constantes. Não admitia lençóis nem cobertores, e só por enfermidade é que se deitava em cama; que para estar prestes a todas as horas servia-lhe de brando colchão uma tábua, onde passava as noites, e metendo um sapato no outro, deles fazia almofada – que tampouco basta para sustentar a natureza".

Enquanto esteve no colégio de S. Vicente dormiu sempre no chão de espinhos, observando o cronista que – o Senhor na cruz, para tomar o sono da morte, reclinou a cabeça sobre agudos espinhos.

Consoante os regalos da cama, eram as delícias da mesa – jejum contínuo – com qualquer coisa passava o dia, e o seu comer ordinário, o que a ocasião lhe preparava, bastante para fugir da morte e não para ganhar saúde.

Pobreza – Em seu cubículo não havia nem escritório, nem arca, nem canastra, nem gaveta (que quem não tem que guardar escusa todos estes impedimentos), nem penas tinha, e quando delas necessitava para escrever as práticas, pregações e obras insignes de poesia latina que compôs

sendo mancebo, e o mais que fazia, recitava aos outros e logo o dava, e algum papel que lhe era necessário tinha depositado na mão do superior, para ficar de todo sem outro cuidado mais que em Deus.

A mesma pobreza exercitava por fora. Sendo muitas as caminhadas que fez, mui largas as peregrinações, "muitas as entradas por aqueles sertões, ou a converter índios, sendo pregador, ou a visitar os nossos, sendo provincial, sempre andou a pé; e saindo calçado da cidade, logo fora do povoado tirava os sapatos".

"Desta sorte andava com tanta pressa pelas costas do mar, pelas montanhas fragosas, pelas brenhas e matos incultos, que os mesmos *brasis,* curtidos por aquelas charnecas, acostumados a matejar e a saltar por aqueles montes como gamos ligeiros, o não podiam alcançar".

Sabendo de algum índio enfermo, acudia com tanta pressa que deixava de correr, antes parecia que voava, só para aplicar, quando o caso o pedia, medicamentos, e exercer assim a profissão de médico e de cirurgião.

Com muito maior cuidado acudia à cura de suas almas, e para alcançar este fim nenhuma dificuldade se lhe punha diante, por mais áspera e indomável que se ela oferecesse.

Casos milagrosos – Da vila de S. Vicente para o sul corre uma costa brava e praia mui áspera, e mui estéril, por espaço de nove léguas, a que o padre chamava o seu *Peró,* pelos muitos portugueses que ali acudiam com suas famílias e índios de serviço, todos necessitados de socorro espiritual.

Um dia, por inspiração divina, e como se o levassem pela mão, entrou sem destino pelo mato, e veio a encontrar com um índio muito velho, que estava assentado na terra e encostado a uma árvore, o qual, falando primeiro com o padre, lhe dizia com grandes braços: "Vinde depressa, que muito tempo há que vos espero aqui".

O padre, pelos sinais que o homem deu, ficou entendendo que não pertencia a nenhuma daquelas terras que estão sujeitas aos portugueses, "e que era de alguma outra muito mais remontada, pertencente, porém, ao Brasil (porque a língua era brasílica), e que por braço superior fora ali trazido da outra banda da costa do Brasil da parte do oeste".

Batizou-se, pôs o nome de Adão, servindo-se para a cerimônia de água da chuva, "que até o céu quis concorrer para esse milagre". E logo depois expirou o velho.

O padre Teles acrescenta (*loc. cit.*, cap. VIII, nº 3): “Se não queremos errar, não o queiramos pesquisar: são segredos altíssimos, escondidos no incompreensível tesouro, e ininvestigáveis juízos de Deus, dos quais só nos ficam razões para os reverenciar com temor, mas não temos fundamento para os inquirir com curiosidade”.

“Vejamos o caminho por onde Deus, por meio do mesmo padre, salvou outro que ainda não era batizado, e cuidava que era cristão. Morreu na Vila dos Santos, um *brasil* por nome Diogo; amortalharam-no e abriram-lhe a sepultura. Tratando-se de levar a enterrar, advertiu a dona da casa, chamada Grácia Rodrigues, que o defunto visivelmente se movia, e com ânimo varonil chegou a ver se se enganava; porém o índio, pouco antes cadáver frio, distintamente lhe falou, pedindo-lhe que o tirassem daquela mortalha, e lhe chamassem o padre José. Atônitos ficaram os presentes com tão estranho sucesso; e dizendo-se-lhe que o padre se tinha ido a S. Vicente, que é dali a duas léguas, replicou o ressuscitado, que já o padre era vindo, e que ambos vieram juntos até um riacho, que corre próximo ao lugar, e que dali o tinha o padre mandado adiante a que se tornasse a vestir de seu corpo. Foram logo chamar o padre, e tanto que chegou, lhe perguntou o índio pelo relicário, que no caminho lhe mostrara; tirou-o o padre do peito, e o índio com sua vista muito se alegrou; e logo o padre lhe disse que contasse a ele e aos circunstantes o sucesso da sua morte e de sua nova vida; ele o fez dizendo que em saindo desta vida encontrara com quem lhe dissera que não caminhava pela estrada real para o Céu, porque não estava batizado, e ele confessou que assim fora, e que nunca havia caído naquele erro, contentando-se com o nome de Diogo, cuidando que bastava ter o nome de cristão”. (*Ob.* e *loc. cit.*, nº 4)

Batizou-o então o padre, e ele expirou:

Non soli, quia cum ceciderit, non haaet sublevantem se. (Ecl. c. IV, v. 10)

Se é o mesmo índio do milagre antecedente, segue-se que foi batizado duas vezes!

Andou vinte quatro léguas num dia para acudir a um irmão que no colégio de S. Vicente era por seu superior castigado menos justamente.

“Revelou-lhe o Céu a pequena falta do irmão”.

“Doutra vez estava outro irmão muito melancólico e aflito em lugar como numa ilha. O padre veio para o consolar, e depois de o ter composto em boa paz, desapareceu como tinha vindo, não se sabe nem como, nem como não”.

"Caminhava ele uma vez de S. Vicente a Piratininga, acompanhado de seu ordinário companheiro, o padre Vicente Rodrigues, e de outros sacerdotes, e depois de andarem sete léguas, chegaram a uma ermida para dizerem missa; porém o trabalho foi que faltava o missal, posto que havia todo o mais aparelho: a desconsolação dos padres era grande; porque além de terem subidas algumas serras para chegar à ermida, era o dia de guarda, e sentiam muito ficar sem missa: tomou o padre José à sua conta fazer vir o missal da casa de S. Vicente, aceitaram os padres a oferta, uns porque queriam experimentar se o era".

"A resolução do caso foi que, dentro em meia hora, chegou o padre Anchieta, trazendo debaixo do braço o missal, que sendo o mesmo da casa de S. Vicente, nem o padre José lá apareceu, nem o missal de lá desapareceu".

No nº 2 do cap. V, da parte 2.ª da *Crônica da companhia* diz o padre Baltasar Teles que profetizara o padre José d'Anchieta a perda d'el-rei D. Sebastião na célebre e malograda batalha de Alcacerquibir, declarando ao mesmo tempo que D. Sebastião não morreria no conflito, e que quanto à sua aparição "reservava isso para Deus".

Milagre do mar Vermelho – Referindo Baltasar Teles um dos milagres do padre José d'Anchieta, diz que a maré enchendo, para não tocar nele, que estava em oração na praia, se fez como um muro todo em roda, deixando um esteiro por onde ele pudesse sair (*ob. cit.*, part. 2.ª, liv. V, cap. XII, nº 2). Omitimos, para não cansar o leitor, outros casos milagrosos do padre Anchieta, que vêm narrados nos cap. X, XI e XII do tom. II da *Crônica* do padre Baltasar Teles.

Em 1551 chegou ao Rio à armada espanhola, de que era general Diogo Flores Baldez, que ia assegurar a entrada do estreito de Magalhães.

Vinha ali um carpinteiro mui perito e de nome Francisco Escalante, que desembarcou e procurou logo o colégio; porque pedia a Companhia. Entrou também na Bahia, para a Ordem, João Fernandes, pedreiro e bom homem, mas já velho. A notícia que teve da morte da mulher em Portugal é que ocasionou essa sua resolução; porém pouco durou, morrendo dentro de sete dias. Parece que foi quem pôs os sinos na igreja do novo colégio.

MORTE DO PADRE JOSÉ D'ANCHIETA

Passou este evangélico missionário a vida toda com grandes achaques e contínuas enfermidades, que todas tiveram a primeira origem naquele mal de costas, que se lhe desencaixaram.

Ajuntaram-se depois com a idade outras várias incomodidades, de fomes, caminhos longos e outras fadigas quase cotidianas.

Acrescentem-se a todos estes cansaços, que navegando uma vez se afundou a canoa em que ia, e saindo todos a nado, só ele ficou debaixo d'água por espaço de meia hora; mas como saiu todo molhado, e lhe foi necessário caminhar logo por praias, de noite e com muita chuva, e matejar por aquelas charnecas, se lhe agravaram esses achaques em seu corpo, velho, fraco e debilitado; e que demais a mais sofria perpétua falta de sono.

Crescendo a moléstia, licenciou-se de governar a outros, "como quem já não podia reger sua própria fraqueza". (*Ob.* e *loc. cit.*)

Com licença do visitador, o padre Cristóvão de Gouveia o jubilou do governo da província, e entregou-o ao padre Marçal Beliarte, havendo sete anos que era provincial. Foi isto em 1585, e ainda viveu doze anos.

Continuou sempre em seus exercícios, doutrinando e acudindo aos índios, até que de todo caiu na cama.

Estava ele então na casa do Espírito Santo, de onde o passaram a uma aldeia de índios (*Reritigiba*), quatorze léguas distante, a ver se melhorava com a mudança de clima.

Quis morrer entre os índios; tomou a Extrema-Unção e logo entrou em artigo de morte, que lhe durou meia hora, e expirou entre cinco padres da Companhia (*ob. cit.*, cap. XIII, nº 4).

Morreu a 9 de junho de 1597, com sessenta e quatro anos de idade, dos quais viveu na Companhia quarenta e sete, três em Portugal e quarenta e quatro no Brasil.

"Divulgada sua morte, foi grandíssimo o sentimento em todos os estados de pessoas, chorando todas a perda de um pai comum. Seu corpo foi metido em um caixão sem cal nem defensivo algum que o preservasse da corrupção e mau cheiro, e em ombros de índios foi levado à nossa casa do Espírito Santo, com pompa funeral, dois dias depois da sua ditosa morte. Ia o padre João Fernandes, da Companhia, revestido de alva

e estola, e com grande multidão de gente, que lhe iam cantando, ou, para melhor dizer, chorando nas exéquias".

"Chegando o corpo à porta da vila, o saíram a receber todos quantos havia na terra, assim seculares como religiosos, e com todas as honras fúnebres possíveis o levaram a enterrar ao nosso colégio".

"Pregou nas exéquias o administrador, que ali tem as vezes de bispo, e se apelidava Bartolomeu Simões, chamando-o de *Apóstolo do Brasil.* Houve grande abalo nos ouvintes com grande cópia de lagrimas, porque todos, vivo, o respeitavam com estranho amor, e morto, o choravam com notável tristeza".

Foi sepultado na igreja da Companhia, em uma capela dedicada a Santiago, ficando seu túmulo pegado logo ao do padre Gregório Serrão.

Daí a algum tempo, pela fama de suas obras, o geral Cláudio Aquaviva mandou que fossem transladados seus ossos para o colégio da Bahia, ficando aí sua sepultura junto ao altar-mor, "e seus ossos buscados e estimados em Portugal, pelos milagres que faziam nos enfermos de maleitas".

"Era homem de pequena estatura, e ainda parecia menor por causa das costas que tinha desencaixadas e proeminentes para fora; era muito magro por suas muitas penitências e grandes achaques: as cores morenas e requeimadas do sol, que de dia muitas vezes sofria, e do sereno, que de noite levava. Todas estas propriedades assim juntas faziam ao padre José no exterior mui desprezível; porém, quem o via e tratava logo reconhecia nele alguma coisa superior". (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 7).

Aquele general da armada de Espanha, D. Diogo Flores Baldez, que tomara porto no Rio de Janeiro, lhe tinha grandíssimo respeito e fazia quanto o padre lhe pedia; confessara, todavia, que a primeira vez que o vira nunca se lhe representara coisa mais contentível; porém que depois tratando-o nunca em presença de alguma majestade se sentira mais apoucado.

"Foi Anchieta homem de grandes talentos, raro engenho, memória fecundíssima, teve um ânimo capacíssimo, que a nenhum perigo se sujeitava; e ainda que as forças do corpo, por causa de suas indisposições, eram poucas, contudo foi grande trabalhador e sofredor de trabalho; apesar de tão enfermo, parece que era de ferro – com ser tão áspero para consigo, parecia de cera para com seus súditos: tratava de os persuadir com brandura, não de os domar com aspereza". (*Ob.* e *loc.,* nº 8)

Pelos anos de 1640 se estava tratando da sua canonização, e ao que parece os autos pendentes da congregação da Rota.

MORTE DO PADRE FRANCISCO PINTO

Neste ano de 1608 morreu o padre Francisco Pinto, que foi companheiro d'Anchieta desde o ano de 1582. Depois de muitos gloriosos trabalhos, depois de batizar muitos milhares de almas, pereceu às mãos dos índios do Ceará, em uma de suas entradas ao sertão, quando procurava descobrir o Maranhão.

MORTE DE PERO CORREIA E DE JOÃO DE SOUSA IRMÃOS DA COMPANHIA – ANO DE 1551

O irmão Pero Correia, antes de entrar na Companhia, residia já no Brasil, empregando o esforço do seu braço (pelo qual era conhecido e temido) em fazer injusta guerra àqueles gentios, salteando a uns e cativando a outros, conforme o danoso costume de muitos portugueses naquele tempo. Pediu com instância à Companhia, e foi nela recebido pelo padre Leonardo Nunes, na capitania de S. Vicente, desejando satisfazer com boas obras o mal que tinha feito aos *brasis* (*ob. cit.*, cap. XII, n.ºs 1 e 2).

"Como era mui corrente e o melhor exercitado na língua da terra, discorria por uma e outra parte, rompendo matos, atravessando rios, vadeando alagoas com grandes trabalhos, com excessivas fomes e intoleráveis calmas, com tão abrasada caridade, que de todos aqueles índios era mui amado e estimado, e por lhe terem grande respeito, acabava com eles coisas mui dificultosas, pregando-lhes de dia nas igrejas das aldeias, aonde os ajuntava, e de noite pelas choupanas, aonde os buscava, entoando (conforme o costume dos *brasis*) em altas vozes o mistério que lhes queria intimar; e continuava o fervoroso irmão o exercício destes seus brados pelas portas das choupanas com tanto fervor, que muitas vezes lhe acontecia continuar da meia-noite até romper da alva e nascer do sol; aceitando aqueles bárbaros tão alegres alvoradas com tal gosto, que tanto que uma vez ouviam a sua voz, que já mui bem conheciam, não queriam mais dormir, pondo-se todos em vigia, e ouvindo com grande aplicação e silêncio os mistérios da nossa santa fé".

Certos espanhóis, vindo por aquele tempo do rio da Prata, foram cativados pelos índios. Não duvidou o padre Manuel da Nóbrega de

o mandar só, confiando que ele acabaria espúrio a obra do santo serviço de Deus (*ob*. e *loc. cit*., nº 3).

Chegando o irmão Pero Correia e entrando muito pelo sertão dentro, foi dar com os pobres cativos, e insinuando-se pelo seu modo no ânimo dos índios, ora com práticas familiares, ora com pregações, facilmente acabou com eles o que queria.

"Teria notícia neste tempo o padre Manuel da Nóbrega de uma nação de gentios, que está além dos *carijós*, que em sua língua se chamam *hirajaras* (bilreiros dos portugueses), dos quais dizem ser algum tanto mais domésticos e disciplináveis que os índios da costa do Brasil, e posto que difiram alguma coisa na língua, o irmão Pero Correia com o seu grande zelo tinha já alcançado o conhecimento de seus vocábulos e modos de falar por via de um índio que muito tempo cativara entre eles".

A esta missão foi o irmão Correia com mais dois companheiros, acrescentando-se "a este principal intento uma obra de caridade, qual era levar em sua companhia certos castelhanos nobres, que com suas famílias tornavam para o rio da Prata, e que só com a presença desse irmão se davam por seguros dos índios *tupis*, que por serem contrários aos índios *carijós* (com quem os castelhanos tinham amizade), se temiam estes que neles fizessem presa".

"Postos em salvo os dois castelhanos, começou o bem-aventurado irmão a pregar a lei de Cristo por todas aquelas terras, persuadindo aos *tupis* a paz com os *carijós*, seus fronteiros, para desta maneira mais facilmente cultivar a uns e outros com a pregação do Evangelho. Tão boas razões lhes deu o irmão, que os persuadiu à paz e a fazerem de novo uma grande povoação para todos juntamente aprenderem as coisas da santa fé; logo, contra seu bárbaro costume, lhe entregaram dois *tamoios*, gentios, seus contrários, que já tinham em cordas presos, e bem cevados para os levarem ao matadouro. Deram mais um espanhol também prisioneiro, mas este tão enfermo e maltratado que, por compaixão, deixou aí para cuidar dele a um dos dois religiosos que consigo levava".

"Prosseguiu seu caminho com o outro irmão, chamado João de Sousa, entrando pelo sertão adentro, pregando entre aqueles bárbaros a fé de Cristo".

Havia naquelas terras um castelhano que servia de língua, ao qual um padre da Companhia, por nome Manuel de Chaves, tinha dado a

liberdade e a vida, aliviando-o das mãos dos bárbaros *tupis*, que nele queriam fazer presa.

Estava juntamente cativa uma índia, com a qual o castelhano, antes de detido pelos bárbaros, vivia em pecado.

O padre livrou também a esta, casando-a com outro da sua igualha dela. O castelhano fez extremos para tornar a haver a sua índia, e, cego de ira e ciúme, resolveu perseguir a ferro e fogo o padre e seus companheiros. Já era então partido o padre Manuel de Chaves.

Sabendo que, pois, tinham chegado àquela aldeia dois religiosos, juntou os bárbaros, metendo-lhes em cabeça que aqueles vinham como espias dos *tupis,* e que convinha matá-los, por que os não enganassem.

"Ei-los subitamente amotinados! Bradam, assobiam, convocam as tribos, tomam seus arcos e flechas, põem-se todos em som de guerra, e logo com ímpeto diabólico e fúria infernal lhes tomam o caminho aos dois pregadores do Evangelho, cercam-nos, dão vozes e alaridos".

"Vinha o irmão João de Sousa com um cestinho de pinhões nas mãos, que era o viático e provisão para o caminho aos *hirajaras*: apenas teve tempo de se pôr em joelhos e com as mãos postos, e assim expirou atravessado de flechas".

Este, antes de entrar para a Companhia, fora criado de Tomé de Sousa, e o padre Manuel da Nóbrega quem nela o recebeu.

Enquanto o irmão João de Sousa de joelhos recebia a morte, o irmão Pero Correia falava aos bárbaros – que advertissem que não mereciam a morte. Não o atenderam nem se abrandaram. Descarregaram as flechas também sobre este, que só teve tempo de largar o bordão para mais facilmente levantar as mãos ao céu, e assim em pouco também acabou a vida.

1555

O padre Dr. Martim de Olhavo tratava de introduzir a Companhia em França. Henrique II remete as bulas e letras pontifícias à Sorbona para que as examine (*ob.* e *loc. cit.*, cap. XVI, nº 4).

"Em resolução na universidade de Paris, a faculdade dos teólogos sorbônicos saiu com um decreto mui pesado e ofensivo contra a nossa religião; porque nele entre outros cargos que nos punham, nos chamavam perturba-

dores da paz comum, semeadores de discórdias, homens prejudiciais a toda a igreja de Deus, desobedientes aos prelados, suspeitos à fé católica, e que recebíamos entre nós gente aviltada e infame; e que, finalmente, mais tínhamos vindo ao mundo para destruição, que para edificação". (*Ob.* e *loc. cit.*, nº 5)

Loiola tratou de haver um testemunho público dos mais reinos da cristandade onde já estava a Companhia, e D. João III deu-se pressa em atender a esse apelo, escrevendo nesse mesmo ano de 1555 ao bispo conde D. João Soares pelo seguinte teor:

"Reverendo bispo. – Eu tenho muita afeição aos padres da Companhia de Jesus pelo grande louvor que se segue a Deus Nosso Senhor, proveito espiritual às almas, e a mim muito serviço, e a todos meus reinos e senhorios grande consolação no religioso exemplo, virtuosa vida, conversão, doutrina, indústria e zelo do amor de Deus e das almas, que os padres e pessoas da Companhia têm mostrado e mostram cada dia em meu reino, desde o tempo que há que neles edificam colégios da Companhia, com que têm feito e fazem muito fruto, de que eu tenho recebido e recebo muito contentamento e serviço, e lhes sou por isso em muita obrigação, pelo que nos encomendo muito que por isso assim ser, como sabeis, queirais dar isso vossa fé e testemunho por escrito, e de como sabeis de quanta qualidade e exemplo são as pessoas que em a dita Companhia se recebem, etc". (*Ob.* e *loc. cit.,* cap. XV, nº 1)

Foi o padre Diogo Miram provincial três anos, sucedendo-lhe em 1555 no cargo o padre Dr. Miguel de Torres. (*Ob.* e *loc. cit.*, cap XII, nº 1)

Nos anos em que foi geral o padre S. Francisco de Borja, exerceu Diogo Miram em Roma o de assistente de Portugal, e das províncias da Índia e do Brasil.

Chega o padre Baltasar Teles com a sua *Crônica da Companhia* até aqui, isto é, até 1556 ou a dezessete anos da Companhia de Jesus, ocupando-se dos jesuítas no Brasil até o cap. LII, do liv. v, nº 13, pág. 506 do tom. II, isto é, até 1554.[11]

---

11 Há destes anacronismos nos cronistas, que narrando os fatos por anos seguidos, às vezes dão saltos passando a citá-los de datas posteriores. Dando Baltasar Teles por concluída a sua *Crônica* em 1557, fala, contudo, da entrada da frota de Baldez, em 1581, da morte d'Anchieta, em 1597, e da do padre Francisco Pinto, 1608!

. . . .

Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil

PELO PADRE SIMÃO DE VASCONCELOS[1]

PRINCIPIO a compilação desta *Crônica* por dar a suma do que diz o cronista a respeito do padre Manuel da Nóbrega, no que não discrepa, como verá o leitor, do padre Baltasar Teles.

Nasceu Nóbrega de pais nobres: passou a Coimbra, onde estudou humanidades. Daí a Salamanca, onde principiou os seus cânones (a que sempre foi inclinado). Voltando a Coimbra, tomou o grau de bacharel formado na referida faculdade (*Cr. da Comp.,* liv. I, nº 8, pág. 8).

"Vagara uma colegiatura na universidade: era costume levar-se esta por oposição: opôs-se a ela o padre Manuel da Nóbrega, já então sacerdote de missa, e suposto levasse ao seu opositor conhecidas vantagens,

---

1 Extrato da 1.ª edição de 1663. Seu autor, o padre Simão de Vasconcelos, vestiu roupeta na Bahia, e foi lente de teologia e provincial da Ordem no Brasil, e segundo o bem informado e monumental *Dicionário Bibliográfico Português,* nasceu o padre na cidade de Porto em 1597 e morreu na do Rio de Janeiro a 22 de setembro de 1671. Além da *Crônica da Companhia* escreveu outras obras, como se verá à pág. 286 do 7.º volume do citado *Dicionário Bibliográfico.*

a juízo dos melhores, ficou contudo aquele vitorioso e Nóbrega rejeitado". (*Ob.* e *loc. cit.*, nº 9)

"Determinou despicar-se com o mundo, afrontá-lo e repudiá-lo, como o mundo o fizera com ele". Entrou no colégio de Coimbra em 1544, e entrou nele com toda a alma e zelo pelos pobres. Depois de ter daí partido, por muito tempo ainda se falou no *padre gago,* que assim o chamavam por ter alguma coisa de impedimento no falar.

"Não cabia em um só colégio, em uma só cidade zelo tão grande. Saía com a licença dos superiores a desafogar em missões por diversas partes do reino, e ainda dos de Galiza e Castela". Partiu de Coimbra com um bordão na mão e o breviário pendurado do braço, sem mais outro viático, caminhando a pé, e o vestido mui roto e desprezível.

A este escolheu o padre-mestre Simão Rodrigues para o substituir na empresa do Brasil. Mandaram-no chamar das contínuas missões em que andava, mas por mais pressa que se deu, já o governador tinha partido com os seus companheiros quando ele chegou a Lisboa. Eram estes companheiros:

O padre Leonardo Nunes, o padre João de Aspilcueta Navarro, o padre Antônio Peres, e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

Embarcou-se na formosa nau de Antônio Cardoso, que ficara esperando por ele, até que se encontrou com a frota, onde passou-se para a nau do governador (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 24, pág. 26).

Tomé de Sousa, "mui experimentado nas guerras da África e da Índia, nas quais partes se tinha portado valoroso cavaleiro, mereceu fiar dele o rei empresa tão grande". Partiu de Lisboa em 1.º de fevereiro de 1549.

Na frota, pregando, praticando, fazendo procissões, proibindo jogos e juramentos, chamando-os aos sacramentos, etc., em breve reformou Nóbrega e frota.[2]

Narrando o padre Simão de Vasconcelos o caso da cabeça de peixe (*loc. cit.*), funda-se para isso na *Crônica* do padre Baltasar Teles, e conclui: "Conciliou o caso assim para com o governador, como para com

2 Veja-se no fim a nota *A* [pág. 167], já citada.

toda a nau, conceito de santo a Nóbrega; e a volta desta opinião obrava em bem de suas almas grandes coisas.[3]"

Como se vê, segue o padre Simão de Vasconcelos até aqui *pari e passu* a *Crônica* do padre Baltasar Teles.

Em fins de março, ou, como querem outros, em princípios de abril, avistaram sinais de terra. Segundo Orlandini chegaram à Bahia com sessenta e seis dias de viagem.

DESCRIÇÃO DA BAHIA

Tem um golfo de trinta e seis léguas de circunferência: "é estância fiel para navios, abrigada dos ventos e tempestades do Oceano. Dentro de uma barra real de mais de duas léguas de largura (limpa, funda, navegável), entrada segura para galeões e naus da Índia, suficiente para todas as armadas do mundo, entressachada de aprazíveis ilhas, tantas em número, que se assevera passam de cento". Do sertão vêm pagar-lhe tributo os grandes rios Pirajá, Matuim, Parnamirim, Seregipe, Paraguaçu, Jaguaripe.

"Veem-se hoje todas estas baías e margens de rios cercadas de rica lavoura de cana-de-açúcar, quase inumeráveis – fazendas à beira dos rios, comércio em todas estas lavouras – todas com porto e saída em alegre confusão". (*Ob.* e *loc. cit.*, nº 28).

Quando escrevia o padre Simão de Vasconcelos, contavam-se sessenta e nove engenho, que representavam outras tantas vilas para onde iam-se em barcos, escusando carros e cavalgaduras.

"Os moradores, naturais da terra, são por natureza liberais, engenhosos, magnânimos e dadivosos".

Refere que o primeiro descobridor da Bahia, Cristóvão Jaques, quando ali chegou, encontrou duas naus de franceses a regatearem com os índios, e porque não quiseram largar o porto, meteu-se no fundo, com gente e fazenda (*ob.* e *loc. cit.* nº 33, pág. 34).

O primeiro governador, Francisco Pereira Coutinho, destro nas guerras da Índia, despeja a terra, depois de oito anos de guerra com os *tu-*

3 Veja-se a nota *B*, *in fine* [pág. 179], citada na *Introdução*.

pinambás. Voltando dos Ilhéus, aonde se tinha acolhido de um naufrágio, é tomado e morto pelos selvagens (*ob.* e *loc. cit.*, nº 34).

Daqui veio tomar o rei para si a capitania, assim como a Bahia, que por doação posterior ficará pertencendo ao mesmo povoador Coutinho.

Caramuru – "Assentou suas casas naquele raso, que hoje se vê em Vila Velha, além de Nossa Senhora da Vitória – cujas ruínas *ainda agora* dão sinais".

Pedro Fernandes Sardinha, despachado vigário-geral para a Índia, veio depois por primeiro bispo do Brasil.

Uns castelhanos, navegando para o rio da Prata, foram dar à costa em Boipeba, depois chamada a *Ponta dos Castelhanos*. Caramuru salvou-os; e eles, voltando à Espanha, foram causa de Carlos V escrever a Caramuru uma carta de muitos favores.

Deste *naufrágio* ou *encalhe* salvou um índio uma imagem (painel) de Nossa Senhora. Caramuru fez-lhe casa sob a invocação de *Nossa Senhora da Graça.*

Por este tempo Martim Afonso de Sousa, indo para Índia, arribou a este porto. Vinham com ele alguns religiosos, que batizaram os filhos de Caramuru. Então, e na mesma ocasião, uma das filhas casou com Afonso Rodrigues, de Óbidos, e a outra com Paulo Dias Adorno, fidalgo genovês, que tinha vindo de S. Vicente por causa de um homicídio.

Tomé de Sousa, desembarcando, demandou o lugar chamado Vila Velha, sítio aprazível e donde se descobre a formosura de toda a baía. Veio marchando em som de guerra, armados os seus em ordem de peleja, já por se não confiar dos índios, já para mostrar o poder com que vinha.

Ali se demorou um mês, enquanto se demarcava o sítio para a nova cidade.

Trazia mil homens, seiscentos soldados e quatrocentos degradados. Eram ouvidor-geral Pero Borges, e provedor-mor do estado Antônio Cardoso de Barros.

Desembarcaram também os jesuítas, alojaram-se junto do arraial e ali, com a maior solenidade que puderam, celebraram o primeiro sacrifício, em ação de graças, erigindo depois a cruz.

Diz o autor que o padre Nóbrega "levantando os olhos do alto daquela eminência por todo o grande contorno da baía, alcançou que tudo eram estâncias de índios bárbaros, e que com a mesma frequência habitavam pelo interior do sertão, em tanta quantidade, que podia duvidar-se quais eram mais, se eles ou as folhas das árvores".

Eram impedimentos para a conversão: primeiro, não haver sacerdotes, mas a pedido do governador e de todos começaram os padres da Companhia a pregar, confessar, desobrigar e os mais ofícios de pároco; segundo, não saberem a língua, nem terem intérpretes; terceiro, andarem os índios em guerra entre si, e muitos deles com os portugueses, sendo as causas desta, como diz o cronista:

"A raiz delas sabe-se que foi antiga, desde os primeiros fundadores das capitanias... porque foram notando os naturais da terra em nossos portugueses outra intenção mui diferente da com que aportaram a ela em Porto Seguro. Então tratavam com eles como hóspedes, mostravam alegrar-se com sua presença e enchiam-nos de favores e mimos; porém agora haviam-se como inimigos, pretendiam desterrá-los de suas pátrias, fazerem-se senhores delas e inda de suas liberdades. Para remédio destes males e defensão sua natural, passaram palavra por toda a costa do Brasil, e confederaram-se as nações, suspendendo os arcos que maneavam uns contra outros, passando a força deles contra os portugueses, inimigo comum".

Entraram depois em concertos de paz com os portugueses; sendo os primeiros os *tabajaras* e *tupinambás* da Bahia; os *tabajaras* de Pernambuco e os *tamoios* do Rio, receosos também dos *potiguaras* e *tapuias*, que lhes ficavam sobre as costas e de cuja amizade jamais se fiavam.

Estes últimos ficaram por isso exasperados, mas vieram por fim a imitar os outros.

"Duraram estas pazes enquanto durou a paciência nos índios; porque a gente portuguesa, não contente com senhorear as pessoas, e como em caso de liberdade natural todo o homem, por mais tosco que seja, acuda por si, houveram de tomar a rompimento muitas destas nações".

"A primeira traça com que saíram os padres foi fazerem familiares (ainda à custa de dádivas e mimos) os meninos, filhos dos índios, porque estes, por menos divertidos e por mais hábeis que os grandes, em

todas as nações do Brasil, são mais fáceis de doutrinar, e, doutrinados os filhos, por eles se começariam a doutrinar os pais".

À volta de ensinar os meninos, iam também os padres aprendendo a língua do país.

Fizeram ou fizeram-se tais quais pazes. "No entanto não era o seu trabalho sem fruto, salvando as almas de muitos inocentes, e de velhos e enfermos que batizavam *in extremis*".

Passado o mês de abril, mudou-se o governador para o sítio onde demarcara a nova cidade (*ob.* e *loc. cit.,* nº 46). Esforçaram-se todos em fazer suas casas, e os edifícios públicos, e fortificações, visto que se não confiavam muito dos índios. Transferiram também os padres sua residência para o lugar onde fizeram a igreja, depois reconstruída, de Nossa Senhora da Ajuda. Eles, como todos, iam ao mato, cortavam madeiras, acarretavam-nas, e eram os mestres da taipa; porém o que mais os molestava era a grande falta de alimento corporal, de modo que andavam esmolando e colhiam pouco, porque a necessidade chegava a todos. Iam também à fonte para água e ao mato para lenha, etc.

"Depois, chegando sacerdote do reino, entregaram-lhe a casa, igreja e vigararia, e passaram-se para fora da cidade, ao monte chamado *Calvário*, onde depois se edificou o mosteiro do Carmo".

Confirmando o dizer de Baltasar Teles, refere o padre Simão de Vasconcelos que "naquele tempo era este sítio o principal assento das aldeias dos índios, por seus bons ares, vizinhança do mar e outras melhorias que nele conheciam".

As dificuldades com que lutavam os padres eram impedir que os índios comessem carne humana, tivessem muitas mulheres, e conservassem ódios entre si, vivendo em guerras, amigos de feitiçarias e de excessos de vinhos, sem que os missionários soubessem a língua para lhe fazerem compreender seu erro. O padre João de Aspilcueta Navarro "saiu em breve tempo suficiente pera pregar nela, e foi o primeiro que pôs na língua geral algumas orações e diálogos da nossa santa fé".

Viam a cada passo diante de seus olhos aquela carneceria nefanda, ouviam as solenidades das festas com que retalhavam e distribuíam, como em açougue, a carne de seus inimigos.

Gostavam dela os indígenas: primeiro, porque supunham-na o manjar mais saboroso e vital que havia no mundo: segundo, por vingança; terceiro, por acreditarem que a maior glória que pode ter um homem nesta vida e cativar um contrário seu, cevá-lo, chamá-lo a terreiro, e matá-lo ao som de vivas, aplausos e danças, para depois o comer.

"Contava um padre de nossa Companhia, grande língua brasílica, que penetrando uma vez o sertão, chegando em certa aldeia, que achou uma índia velhíssima no último da vida, catequizou naquele extremo, ensinou-lhe as coisas da fé e fez compridamente seu ofício. Depois de haver-se cansado em coisas de tanta importância, atendendo à sua fraqueza e fastio, lhe disse, falando à moda da terra: 'Minha avó (assim chamam as que são muito velhas), se eu vos dera agora um pequeno torrão de açúcar um outro bocado de conforto de lá de nossas partes do mar, não o comeríeis?' Respondeu a velha já catequizada: 'Meu neto, nenhuma coisa da vida desejo, tudo já me aborreceu; só uma coisa me poderá abrir agora o fastio. Se eu tivera uma mãozinha de um rapaz tapuia de pouca idade, tenrinho, lhe chupava aqueles ossinhos, e então me parece tomara algum alento; porém eu (coitada de mim) não tenho quem me vá frechar um destes.'"

Tiram os padres um dia um morto do poder das velhas, elas gritam, instigam os homens, acoimando-os de covardes e fracos. Em vista disto tomam armas, e vêm contra os padres; mas estes já se tinham recolhido a umas pobres casas de barro, onde hoje é o colégio. Acometem então a cidade: o governador acode com o presídio e os faz recuar com as armas de fogo (*ob.* e *loc. cit.,* nº 51), como atrás fica dito, na *Crônica* do padre Baltasar Teles.

Os portugueses incriminam os padres de que o *resgate* dos índios era o remédio dos homens (isto parece, quanto a mim, queixa posterior); porque nas guerras estava a salvação de todos, e o comércio e a alimentação deles.

Esta aldeia pede paz, e os padres conseguem das outras que deixem batizar os cativos, mas os índios aceitam-no com grande constrangimento, porque acreditam que o batismo tira o gosto à carne, e por isso rescindem por fim o contrato.

Vão então os padres às aldeias a pretexto de assistirem às suas festas, e os batizam a sorrelfa!

Aqui repete o autor o caso, já narrado pelo padre Baltasar Teles, do feiticeiro com o padre Manuel da Nóbrega (*ob*. e *loc. cit*., nº 55). Apareceu por esse tempo uma epidemia, que naturalmente havia de atacar com mais força os índios que andavam com os portugueses, em razão da mudança de hábitos e alimentos (*ob*. e *loc. cit*., nº 57).

Creem eles, todavia, que provinha o mal do batismo; mas o padre Nóbrega conseguiu debelá-la com aplicação de sangrias.

Correu a notícia que na capitania de S. Vicente havia grande desamparo da doutrina de Cristo; porque os portugueses, que já ali estavam e começavam a povoar aquele lugar, viviam a modo de gentios, e os gentios, a exemplo destes, iam fazendo maus conceitos dos cristãos, em especial daqueles portugueses que estavam imersos em um trato vilíssimo, salteando os pobres indígenas, ou nos caminhos, ou em suas próprias terras, sendo muitos destes – cristãos batizados por certos religiosos de S. Francisco, castelhanos, que por sucesso de viagem tinham estado com eles algum tempo na paragem a que chamam dos *Patos* (Santa Catarina) (*ob.* e *loc, cit.,* nº 58).

O Padre Nóbrega mandou acudirem a isso o padre Leonardo Nunes e o irmão Diogo Jácome, que partiram da Bahia em 1.º de novembro de 1549, com provisões eficazes do governador Tomé de Sousa (*ob.* e *loc. cit.,* nº 61).

Fizeram escala pela capitania do Espírito Santo, que já então era principiada, e receberam aí por noviço o irmão Mateus Nogueira, ferreiro de profissão.

Eis como descreve o padre Simão de Vasconcelos, a capitania de São Vicente (*ob.* e *loc. cit.,* nº 62): - "Terreno fértil, abundantes searas de trigo e fecundas vinhas. Esta capitania era a fartura de carnes e trigo pera abastecer todo o estado – tem todo o gênero de metais, principalmente ouro, e *deste se bate hoje moeda*".

Quando Martim Afonso andava, em uma armada à sua custa, sondando até o rio da Prata, fundou a vila de S. Vicente, em porto onde senhoreiam duas ilhas com duas barras: a do norte, que fortificou com uma torre a que chamam Bertioga, e a do sul com outro forte. A duas léguas de S. Vicente fundou Santos. Em S. Vicente foi onde primeiro se fez açúcar na costa do Brasil, e donde as outras proveram suas lavouras de canas e seus campos de vacas.

Diz o autor que os índios de S. Vicente, tais como os *tapuias, carijós, patos,* e *goianases*, se foram afastando para o sul (*ob.* e *loc. cit.,* nº 65).

"Os costumes dos portugueses, moradores que então se achavam nestas vilas, vinham a ser como os dos índios, porque sendo cristãos, viviam à moda dos gentios.

"Na sensualidade era grande a sua devassidão, amancebando-se ordinariamente de portas adentro com suas próprias escravas índias, ou fossem casados ou solteiros". Daí vinha que não confessavam, nem frequentavam os sacramentos, nem jejuns, nem nada. Conclui assim o cronista:

"Vivia-se de rapto de índios, e era todo o oficio assaltá-los por valentia, e por ele eram os homens estimados".

Era este o estado das coisas, quando chegou àquela capitania o padre Leonardo Nunes com seu companheiro: sendo todavia para notar que foram os padres recebidos em S. Vicente com grande alvoroço (*ob.* e *loc. cit.*, nº 66).

"Começaram a fabricar-lhes casas e igrejas, folgando cada um de intervir no trabalho delas, trazendo a seus próprios ombros, ainda os mais graves da terra, como por devoção, as madeiras e outros materiais".

"Era o padre Leonardo Nunes varão descarnado de todos os afetos humanos, mortificado, pobre, humilde, prudente e paciente". (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 68)

Este exemplo bastava para os converter. Viam o padre Leonardo, pobremente vestido, talvez descalço, esmolando nas praças, nas praias, nos campos; doutrinando aos filhos, aos escravos, na casa do pobre e do rico, do pecador, do sensual, do salteador; fazendo amizades, alcançando perdão, pregando no púlpito, dizendo missa aqui, e duas e três léguas mais adiante, outra vez missa no mesmo dia, e doutrina e sermão, de noite, de dia, pelo relento, pela calma, e por isso chamaram-lhe os índios *Abaré Bebé – padre que voa.*

Reformam-se, casam-se e mudam de teor de vida, como o testifica o próprio padre Anchieta com sua afirmativa.

Para o ajudar, começou este a receber noviços, que sabiam bem a língua brasílica, ou que a podiam aprender facilmente (*ob.* e *loc. cit.*, nº 70).

"Em primeiro lugar, a Pedro Correia e Manuel de Chaves, homens principais, moradores da terra, de muitos anos no Brasil e muito grandes línguas".

Após estes, alguns moços pequenos, europeus ou mestiços. Dentre todos estes, os que melhor provaram foram João de Vale e Gaspar Lourenço.

"O irmão Pedro Correia foi pondo em estilo da língua da terra a súmula da doutrina cristã".

O padre Leonardo, em companhia de um dos mais robustos irmãos, bom língua, entrou pelo sertão, atravessou as serras e conseguiu que os índios lhe entregassem os filhos, que trouxe para S. Vicente.

Formou então um seminário com alguns órfãos, vindos de Portugal, com mestiços da terra, e com estes índios, a quem ensinou o português, e a alguns mais hábeis de entre eles o latim.

Para os sustentar, o irmão Diogo Jácome levantou um torno, onde fazia coroas e rosários de pau. Outros irmãos aprendiam a fazer sapatos, "que vendiam a alguns dos homens ordinários, e de que estes usam para caminhos ásperos, e para isso punham de molho quinze ou vinte dias *gravatás* ou *coroatás*, depois tiravam as *cascas* ou estrigas e com elas teciam as tais alpercatas". (*Ob* e *loc. cit.*, nº 72)

Outro se fez oficial de carpinteiro.

O irmão Mateus Nogueira, que tinha vindo do Espírito Santo, com o padre Leonardo, usava de seu ofício de ferreiro "fazendo anzóis, cunhas, facas, e o mais gênero de ferramenta com que acudia grandemente ao sustento dos meninos".

"E deste tempo ficou introduzido trabalharem os irmãos em alguns ofícios mecânicos e proveitosos à comunidade, por razão da grande pobreza em que então viviam".

Esta tranquilidade não durou muito. O padre Leonardo trouxera provisão do governador-geral, "em que mandava fossem restituídos os índios que os portugueses haviam cativado contra justiça, ou em caminhos, ou em suas terras, ou de outro qualquer modo, em especial os cristãos, que tinham doutrinado e batizado os religiosos de S. Francisco (castelhanos) para que fossem todos postos em sua liberdade".

O padre, ao chegar, conseguiu isso de alguns moradores, mas logo arrependidos, começaram a murmurar dos padres, a persegui-los, tirando-lhes as esmolas, "e dizendo deles coisas que sua paixão lhes ditava". Recompuseram-se as coisas, porém mal; impedindo aos padres outras amarguras.

Um homem tão entrado na idade, como envelhecido nos vícios da carne, vivia amancebado e com filhos. O padre insta com ele, aconselha-o e o admoesta, e dali vem que este o aborrece; mas nem por isso o padre esmorece, e, segundo as expressões pouco sombreadas do padre Simão de Vasconcelos, até na igreja o persegue.

O pecador espera-o no meio da rua para dar-lhe com um pau, em vista do que um filho deste mete-se de permeio. O homem arrepende-se, e quando aconteceu morrer, com mais de cem anos, sobrou-lhe a *cera do enterro*, segundo conta o autor, atribuindo o fenômeno à salvação do homem.

João Ramalho, "homem por graves crimes infame e então excomungado" é posto pelo padre Leonardo fora da igreja, pelo que dois filhos daquele quiseram vingar a injúria ao pai, e o esperaram para isso à porta desta.

Ao dar com eles, ajoelha-se o padre e os homens apiadam-se e não ousam feri-lo.

Resgata do poder dos *tamoios* umas mulheres de portugueses, que eles tinham no cevo, devendo-se este milagroso resultado ao irmão Pedro Correia, que era grande talento e extremado língua, e a quem o padre Leonardo levara consigo para esta expedição.

Fez o padre Leonardo outra viagem aos índios dos *Patos*, dali a cem léguas; porque "indo ter àquela paragem então inimiga, certos fidalgos castelhanos com suas famílias, que navegavam para o rio da Prata, por meio da presença do padre Leonardo, cuja autoridade era conhecida e venerada entre aquelas gentes, que vieram a amansar-se, conseguiu deles deixarem livres aqueles cristãos.

Voltaram os castelhanos com o padre para S. Vicente até que "houve ocasião oportuna de prosseguirem a sua viagem".

Tinha o padre Leonardo convertido a capitania de S. Vicente, quando em 1553 a foi visitar o padre Nóbrega pela primeira vez. (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 79)

No ano de 1550, chegou a armada à Bahia, com o galeão chamado "*o Velho*" e outros menores com gente e socorro para a nova cidade do Rio de Janeiro. Mariz supõe que veio também nessa ocasião D. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, com clérigos e "quantidade de ornamentos para o culto de sua sé". (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 80).

Simão de Vasconcelos diz que viu nos livros da fazenda que "o seu provimento é de 4 de dezembro de 1551; mas no entanto chegou ao Brasil em princípios de 1552, e aí morreu a 16 de junho de 1556". Há aqui manifesto engano de datas.

Naquela armada de 1550, de que era capitão Simão Gama vieram quatro padres: Afonso Brás, Salvador Rodrigues, Manuel de Paiva e Francisco Pires, mandados por ordem do geral Inácio de Loiola, o qual nomeara nessa monção para vice-provincial do Brasil o padre Nóbrega (*ob.* e *loc. cit.,* nº 81).

O padre tinha para si que todo o espírito dos missionários do Brasil se devia reduzir a dois pontos: *mortificação* e *obediência.*

Mandou, pois, a pretexto de necessidade, vender o padre Manuel de Paiva, com pregão público pelas ruas.

O pregoeiro, que era o padre Vicente Rodrigues, continuou por alguns dias com este pregão: – "quem quer comprar este homem que é já sacerdote, e pode servir para muitos usos?"

O governador Tomé de Sousa propôs o caso ao ouvidor Pero Borges, acrescentando: "Eu nunca vi vender sacerdote de missa, mas como vejo que os padres o fazem, não ouso condená-lo". Já havia quem prometesse cem cruzados e os moradores de Vila Velha subiam no lanço, porque o queriam para capelão. Ao referir o padre Simão de Vasconcelos este caso, e o que se segue, afastou-se um pouco de Baltasar Teles, dando-lhes mais escanchas e variando nos incidentes, como lhe pedia sua índole mais fantasiosa.

Acrescenta o cronista que depois desta prova, reproduzindo a de Abraão, menos a fogueira, mandou que se deitasse de um monte íngreme, e o padre Paiva, já o ia fazendo, sem detença, quando Nóbrega o susteve!

Ao padre Vicente Rodrigues mandou que entrasse de discípulo em casa de um tecelão, e com ele morasse até sair perfeito no ofício.

Ao padre João de Aspilcueta Navarro, que era confessor do governador, "mandou que se fosse disciplinando pelas ruas até chegar à praça do governador, que folgaria de ver penitente tão destro" (*ob.* e *loc. cit.,* nº 85).

"Havia ainda neste tempo grande corrupção de costumes, assim na gente portuguesa como nos índios. Os portugueses, licenciosos com a vida soldadesca, versejaram em vícios públicos, que serviam de escândalo a toda a terra. Os índios estavam ainda pertinazes no pior dos seus vícios, e com mais força nos que são mais conformes a carne".

"Com um português degradado, nobre no sangue, mas infame nos vícios, e escandaloso em toda a cidade, importunou-o a ponto que o homem, perdendo a paciência, lhe disse que em vez de lhe estar quebrando a cabeça, faria melhor em limpar-lhe o ourinol, e ir-lhe à fonte para água. Assim o fez o padre mui prontamente". (*Loc. cit.,* nº 86)

Rendeu-se o pecador, prometeu emenda, e chegou a viver como religioso, acolhendo-se à sombra dos padres.

Com outro cometeu a empresa ao padre Navarro, que era do solar dos Aspilcuetas, do reino de Navarra, e ainda aparentado dos Loiolas. Do tal pecador, aos cuidados do padre João de Aspilcueta, diz Vasconcelos: "Eram mais ilustres que ele seus vícios, cometidos assim em Portugal, como no Brasil, malfeitor, arrogante, soberbo, desbocado, sem temor de Deus, nem dos homens, um cabo desalmado".

Caiu doente, estava em uma choupana fora da cidade. O padre ofereceu-lhe os seus serviços, o que ele aceitou como coisa devida à sua pessoa. Malcriado de si e mais com as impertinências da moléstia, insultava o padre por achar que nada fazia a seu gosto, era desastrado, etc. O padre açoita-se detrás de um Crucifixo, e ele o atalha, chora e rende-se.

Com os índios das aldeias de em torno da baía se ocupava o padre Navarro, que já era grande língua, e persuadia-lhes edificassem capelas e igrejas para receberem doutrinação, ao que se prestaram contentes, por imitarem os portugueses.

O outro mal era que viviam sempre *vagos*, como homens que do arco tiravam o sustento; mas o padre Navarro usou da seguinte traça a fim

de doutriná-los: "Ia esperá-los sobre a tarde, a tempo que vinham carregados com suas caças, dava-lhes as boas-vindas, e aos que tinham tido boa dita os parabéns do sucesso. Dizia-lhes que descansassem e ceassem muito embora com suas famílias; e quando já estavam descansados e satisfeitos, começava ele, quando já era noite fechada, a despregar a torrente da sua eloquência, levantando a voz e pregando-lhes os mistérios da fé, andando em roda deles, batendo o pé, espalmando as mãos, fazendo as mesmas pausas, quebros, esgares e espanto costumados entre seus pregadores, para mais os agradar e persuadir. Arrebatavam-se de sua grande eloquência, etc".

Acabou também com os índios, que levantassem em duas aldeias principais duas casas, aonde se ajuntassem seus filhos e os das mais aldeias, à imitação de outro seminário que o padre Nóbrega levantara junto à cidade. (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 91).

Aprendiam, cantavam, transmitiam a doutrina e o ensino aos pais.

Por mandado dos padres rezavam o Padre Nosso sobre os doentes, e muitos curavam! Como esta prática supersticiosa há muitas mais apontadas nas crônicas com visos de candura.

Diz o padre Simão de Vasconcelos que a conversão dos indígenas parecia vinculada na família dos Aspilcuetas; pois que João de Aspilcueta era parente ou aparentado de S. Francisco Xavier (*ob.* e *loc. cit.,* nº 92).

Junto à cidade da Bahia tinha Nóbrega fundado, como já fica dito, um seminário, onde recolhera muita quantidade de meninos índios e mestiços naturais da terra. De todas as partes concorriam outros em tanto número, que parecia impossível sustentá-lo. Entre outros usos introduzidos nesse estabelecimento havia o de saírem os mais provectos em procissão pelas ruas, entoando em solfa as orações e mistérios da fé na língua da terra. (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 93)

O padre Vicente Rodrigues, além de muito doente há mais de um ano, não tinha obreiros que o ajudassem. Manda-lhe o padre Nóbrega, "que em virtude da *santa obediência*, lance fora a moléstia e vá acudir ao próximo". Assim o fez o padre e desde esse instante que melhorou e veio daí a ficar bom.

Em 1551 veio em socorro da cidade de S. Salvador nova armada, igual à do ano anterior, sendo capitão dela Antônio de Oliveira, em

quem encabeçou o rei a alcaidaria-mor da cidade, que permaneceu nos seus descendentes até o ano em que Vasconcelos escrevia a sua *Crônica.* (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 94)

Vinha na armada quantidade de homens degradados e raparigas órfãs, que a rainha D. Catarina mandou para se casarem e povoarem a terra.

Neste ano de 1551 mandou o padre Nóbrega ao padre Afonso Brás que fosse à capitania do Espírito Santo, fundada em 1525 por Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo valente e dos mais nobres de Portugal. Foram-lhe concedidas, em atenção aos serviços que prestara nas Índias, cinquenta léguas por costa, correndo ao sul e a começar donde acabasse a data de Pedro de Campos, donatário de Porto Seguro.

Fez o donatário uma armada com gente e aprestos necessários para defensão da terra, incluídos sessenta homens nobres, criados do rei, entre os quais D. Jorge de Meneses e D. Simão de Castelo Branco. Entrando no porto, lançaram a gente à mão esquerda, junto ao monte de Nossa Senhora, onde fundaram a vila chamada "*Velha*" sob a invocação do *Espírito Santo.*

Para tomar posse da doação travou guerra com os *goianás* de uma parte, e com os *tupinaquis* da outra, e daí renderam-se uns e outros, retiraram-se e deram-lhe espaço para a fundação da vila da Vitória.

Diz o autor que fica a vila em lugar cômodo, defensável, cercado de águas, armada pela natureza de penedia horrível, habitável por arte, com arredores de terra fértil, capaz de grandes canaviais, campos amenos, retalhados de rios e fontes, farta de matos – delícias de cheiros, bálsamos, *copaíbas*, almécegas, sassafrases, jutaí, etc.; montes prenhes de ricas minas de pedras finas, e ao que se supunha, também de ouro e prata.

Entre as árvores balsâmicas que descreve o padre Simão de Vasconcelos, faz especial menção da *cabureigba*. Diz ele que a "*cabureigba* é de cor cinzenta, folhas largas à maneira de mirto, e casca de grossura de um dedo. Esta casca, golpeada nos meses de fevereiro ou março, em conjunção de lua cheia, lança pelas feridas cópia do licor amarelo fragrantíssimo e preciosíssimo, a que chamamos de *bálsamo,* em tanta quantidade que corre o mundo todo: ou como sai da árvore, ou feito em obra de bolas, vasos, contas e semelhantes peças cheirosas e prezadas". (*Ob.* e *loc. cit.*, nº 96)

"É admirável sua virtude medicinal, ele só supre uma botica de remédios humanos – resolve, digere, conforta, por intenção cálida e seca. Duas gotas dele levadas em jejum na boca, desfaz a asma e cruezas do ventre, e conforta as entranhas. Com ele morno, esfregado no peito, desfazem-se as opilações frias; e esfregados a cabeça e pescoço com *pano vermelho* corrobora o cérebro e preserva de apoplexia e espasmo. Tem eficácia grande para sarar mordeduras e feridas de animais peçonhentos".

É, segundo o padre, o mesmo que a *copaíba,* salvo ter esta as folhas maiores e o bálsamo não tão bom.

O padre Afonso Brás e seu companheiro foram aqui bem recebidos e fizeram casa e igreja, em cuja construção trabalhou o padre Afonso Brás de carpinteiro, ofício aliás que nunca aprendera. Destes edifícios pouco resta.

Neste ano de 1551 foi o padre Nóbrega a Pernambuco, a fim de ver o modo que haveria para converter aquelas almas, que eram inumeráveis.

Corre a capitania de Pernambuco por cinquenta e uma léguas de costa desde o rio de S. Francisco até o de Iguaraçu. "É terra bem assentada, com moderada compostura de monte e campinas, o torrão fértil, feraz, vigoroso, e que promete desempenhar os desejos dos que o cultivarem, por mais ambiciosos que sejam. Os campos são fecundos de cópia de gados, regados de rios abundantes de fontes e águas salutíferas". (*Ob.* e *loc. cit.*, nº 98 e 99)

Foi fundada por Duarte Coelho, chegado da Índia, rico de bens e de serviços.

PARTIDA DE DUARTE COELHO

Tendo partido o donatário Duarte Coelho de Lisboa em março de 1530 (*ob.* e *loc. cit.,* nº 100 e 102), foi chegar a Pernambuco e pôs-se logo em guerra com os índios, do que saía-se sempre vitorioso, matando e obrando "infinidade de barbaria, e aos que ficaram obrigou a retirada do sítio por larga distância"; sendo-lhe de grande auxílio os índios *tabajaras*, que se puseram da parte dos portugueses. Tinham por chefe *Tabira*, de quem diz o padre Simão de Vasconcelos ser "capitão de valor, esforço e

arte", e chegou a ser o terror e assombro de nossos inimigos, venceu batalhas, matou inumeráveis, e fez tais proezas em armas, que só com *Tabira* sonhavam".[4]

Foram estes *tabajaras* os primeiros que se puseram da parte dos portugueses, com *Tabira*, o seu chefe; mas não lhe foi inferior no valor e potência o grande *Pirajuba*, ou *Braço-de-peixe*, que tais façanhas praticou, em favor dos portugueses, que mereceu o hábito de Cristo e tença. (*Ob.* e *loc. cit.*, nº 103)

Em 1551, governando ainda Tomé de Sousa, chegou a Olinda o padre Nóbrega, tendo por companheiro o padre Antônio Peres, e sendo já governador de Pernambuco Duarte Coelho, o moço.

Foram os padres bem recebidos deste, e dos portugueses, e com grande alegria dos índios, que desceram logo de suas aldeias a lhes darem as boas-vindas, avergados de caça, legumes, bijus, farinhas (*ob.* e *loc. cit.,* nº 108).

Eram graves impedimentos à doutrina e pregações dos padres os amancebados com suas próprias índias e os possuidores de escravos.

"Era para eles o mesmo que à hora da morte ouvir falar na liberdade dos índios ou na resolução da entrega dos cristãos cativados a seu serviço deles".

Não só os seculares, senão ainda os próprios sacerdotes possuidores de escravos, conceberam tal ódio aos padres da Companhia, que pretenderam expulsá-los, infamá-los, ou acabá-los, se o pudessem. Intrometeram-se nisto e conciliaram as coisas homens principais do governo e despidos de paixões.

Os índios de fora pediam no entanto aos padres que fossem às suas aldeias. "Era a multidão grande, e os obreiros somente dois; e os quais, por pouco industriados em sua língua deles, era impossível acudir a todos. Escolheram cem dos mais hábeis entre os catecúmenos, que fossem catequizá-los, e servissem de mestres aos outros". (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 111)

---

4 Os feitos deste guerreiro indígena inspiraram ao famoso poeta Gonçalves Dias a bela poesia que tem por título o nome deste herói, e vem impressa nos *Segundos Cantos*. Vejam-se *Cantos*, pág. 237.

Diz o cronista que um dos chefes, indignado de não ser contado no número dos *cem*, tratou de meter em cabeça aos simples índios que ele era da geração dos padres, e que aprendera deles antigamente e por certa via a doutrina; que depois morreu e por mandado de Deus ressuscitará para os ensinar a eles gentios. Que, pois, deixassem ir os padres que ele só bastava para o efeito. Nóbrega soube disto e "desfez seus embustes com tão grande efeito, que foi desterrado por falso, e esteve a ponto de ser morto às mãos do povo".

Voltou Nóbrega à Bahia e deixou *em reféns* o padre Antônio Peres, benquisto dos índios e dos portugueses.

Deu-lhe Duarte Coelho a ermida de Nossa Senhora da Graça, que edificara com intenção de trazer para ela religiosos de Santo Agostinho: "edificada no próprio monte onde *hoje* vemos o colégio da Companhia". Diz que a poder de braço, porque era homem de grande força, arrasou este padre um grande terreiro, no qual por suas próprias mãos edificou casas de taipa, onde se agasalhou com extremado recolhimento.

Chegou Nóbrega à Bahia em março de 1552. Era então semana santa, e para que os intérpretes ficassem livres para se ocupar com as aldeias, "no dia-santo, pela manhã, dizia missa na nossa igreja da cidade, depois dela confessava e pregava até certas horas, e logo, a pé, com seu bordão na mão, ia a Vila Velha dizer missa outra vez, pregar e confessar". (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 113)

Nesta necessidade de obreiros chegou em 1552, segundo o último acordo de Vasconcelos, D. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, com alguns sacerdotes, cônegos e dignidades, para formar sua fé e igreja catedral.

Sardinha estudou em Paris, sendo depois nomeado vigário-geral da Índia e daí bispo do Brasil. Era dotado de grande zelo do serviço de Deus, e nele tinham posto os olhos e esperanças os moradores de sua diocese. Quis ajudar-se dos trabalhos dos padres para desempenho de suas obrigações pastorais. Com beneplácito de Nóbrega deu provisão ao padre Antônio Peres para que visitasse aquela diocese de Pernambuco. "Este fez o ofício com grande prudência, dando remédio a muitos negócios, que parecia impossível acabarem-se em tempos tão licenciosos". Voltou à Bahia para dar conta ao prelado da sua comissão.

Neste meio tempo acendeu-se quase de repente uma como peste terrível de tosse e catarro mortal em certas casas de índios já batizados, mas dados ainda com público escândalo a seus antigos vícios; "porque somente eles morriam com todos os seus filhos e famílias, não tocando a peste nos bons e tementes a Deus". Os índios acreditam que a peste vinha dos padres, resultado da água do batismo, pelo que os evitavam, "e o mesmo era vê-los em um caminho, que voltarem por outro". (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 115)

"Chegaram a usar do último remédio,[5] que quando ouviam que haviam de vir por um caminho, ajuntava-se toda a comunidade e nele queimavam pimenta e sal, como para retê-los e esconjurá-los não fossem por diante, segundo costumavam fazer por sítios antigos de suas gentilidades, quando queriam afugentar maus prodígios, pestes ou animais nocivos".

Os padres corriam as casas dos doentes, curavam com água benta; e se algum acertava de escapar, era isso atribuído àquela santa água. Foi um menino batizado em artigo de morte, e logo tornou a si; viveu, e foi isto o que, segundo Vasconcelos, acabou de desenganar aquela gente.

Um sacerdote, que se supõe ter sido o padre João de Aspilcueta, corria as aldeias disciplinando-se até o sangue, pregando aos índios que a peste era castigo do Céu, por comerem carne humana, "ao que eles prometeram emenda, e assim foi".

Quando os índios e mestiços saíam do seminário, percorrendo as ruas da cidade, todos juntos e em procissão, cantando ladainhas e orações, agregavam-lhes também os colonos seus filhos. Vinham então reunir-se a eles das aldeias, de cruz levantada, cantando orações na língua da terra "com sumo gosto e alegria dos pais, que de nenhuma coisa se prezavam tanto".

"Nenhuma outra coisa satisfaz tanto a esta gente como a doçura do canto: nela põem a felicidade humana". Chegou a ser opinião de Nóbrega, que a doce harmonia do canto era um dos meios por que podia converter-se a gentilidade do Brasil, e levado desse intento ordenou-se pusessem em solfa as orações e documentos mais necessários a nossa fé; por

5 Note-se que não foi só desta vez que empregaram os jesuítas as práticas supersticiosas dos próprios indígenas para os ganharem.

que à volta da suavidade do canto entrasse em suas almas a inteligência das coisas do Céu". (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 118)

"Nas aldeias rezavam os meninos sobre os doentes, com fé de que se curariam".

"Chegou a ser demasiada a opinião que se tinha acerca destes meninos entre os índios; porque os respeitavam como a coisa sagrada; nenhum ousava obrar coisa alguma contra a sua vontade, criam no que diziam, e cuidavam que neles estava posta alguma divindade, e até os caminhos enramavam por onde haviam de passar".

Fundaram os portugueses outros seminários em diversas povoações, assinando-lhes renda para seu sustento. Foi esta, em parte, a maneira de converter os indígenas, e oxalá a seguinte sempre e com ânimo deliberado! (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 119)

Neste tempo apresentava o governador, por ordem régia, uma missão ao centro do Brasil, distante duzentas léguas ao sul da Bahia para explorar certas minas. Ao passo que o padre João de Aspilcueta desejava acompanhar a expedição a título de capelão, vinha-lhe o governador adiante do intento, fazendo-lhe igual requerimento.

Não se descobriram os imaginados haveres, lutando a expedição com as dificuldades daquelas primeiras entradas, sem caminhos e quase sem rumo.

"Eram aqueles sertões, ainda virgens, intratáveis a pés de portugueses, dificultosíssimos de penetrar, sendo necessário abrir caminho à força de braços, atravessar inúmeras lagoas e rios, caminhar sempre a pé, e pela maior parte sempre descalços, os montes fragosíssimos, as matas espessíssimas, que chegavam a impedir-lhes o dia! Entre todos estes trabalhos muitos desfaleciam, e muitos acabavam a vida..".

Trouxe consigo o padre grande quantidade de almas, e veio sair em Porto Seguro, onde as assentou em aldeia. Debilitado pelos achaques e pela viagem, ali se ficou com eles o padre João de Aspilcueta Navarro, até que no ano seguinte (1553) se avistou com Nóbrega.

Nicolau Orlandini, na *Crônica da Companhia,* liv. XIII, nº 71, e Baltasar Teles no tom. I, liv. III, cap. IX, falam desta missão, sem lhe assinalarem, contudo, a data.

Vasconcelos a supõe em 1552, porque sabe com certeza do encontro dos dois padres em princípios de 1553.

A 2 de dezembro de 1552 faleceu o maior dos missionários, o padre S. Francisco Xavier, que foi depois canonizado.

Entramos em 1553. Logo em janeiro partiu Nóbrega da Bahia, na companhia de Tomé de Sousa, que ia visitar a costa do sul. No intuito de visitar as missões de S. Vicente levou consigo o padre Francisco Pires, e quatro órfãos de Portugal, que viviam da doutrina dos padres. Foi percorrendo as capitanias (*ob.* e *loc. cit.,* nº 124).

Nos Ilhéus impôs com o exemplo e pregações.

Em Porto Seguro encontrou o padre João de Aspilcueta, que tinha edificado aquele povo. Pediam com instância os padres, e o governador logo lhes destinou lugar para casa e igreja.

Na do Espírito Santo achou casa e seminário presididos pelo padre Afonso Brás, com boa criação daquelas tenras plantas, e ajuda dos índios e portugueses.

Avistaram a barra do Rio, onde não entraram por constar que a gente estava de guerra e não admitia comércio com os portugueses. Discorrendo para o sul, sofreram daí em diante maus tempos, e o navio de Nóbrega foi ao fundo: diz o cronista "que o padre não sabia nadar e que boiava em cima das águas" os índios o salvaram e o puseram numa ilhota, que ali faz o Oceano, de onde o vieram buscar, e o levaram com muita festa a S. Vicente", onde houve *Te Deum*, etc.

Parece, contudo, haver manifesta contradição entre isto e o que adiante refere o cronista, dizendo que João Ramalho, homem rico da terra, acompanhado de seus filhos, que eram muitos e de má casta – mamelucos, ilegítimos e desalmados – *com arcos, flechas e gritarias, fazendo gente*, desinquietava a vila contra os padres, espalhando de alguns deles crimes péssimos, etc. (*ob.* e *loc. cit.,* nº 126).

Não me parece que ele se atravesse a isso na presença do governador, nem o cronista nos informa da parte que este tomou no negócio, sendo tão amigo dos padres, e tão cheio da sua autoridade, como quem estivera na Índia!

Vasconcelos ajunta que se tomaram testemunhos e saíram culpados os acusadores dos padres, como homens de tão má vida que eram.

Segundo o cronistas eram recebidos nas casas mestiços, e dentre eles aproveitados para a Companhia ou para línguas aqueles que mostravam aptidão.

Entre estes se achou um culpado, não diz de que crime. Nóbrega o condenou "a ser enterrado vivo". Confessou-o, comungou, dobraram os sinos, celebrou-se o ofício de defuntos, disse o padre Manuel de Paiva missa de corpo presente, amortalhado o desgraçado, etc. Deitam-no na cova, lançam-lhe um pouco de terra, e neste passo os padres se ajoelham, intervêm, e Nóbrega despede-o então da Companhia!...

"Dali em diante se abstiveram de receber semelhante gente", o que me não parece exato, se se confronta o número dos padres vindos do reino com o que, segundo os *Casos Anuais*, existiam nos colégios do Brasil.

Vendo Nóbrega que aqui pouco fruto colhia pelo desmando em que todos viviam, e sedento do serviço dos índios, determinou-se a entrar pelo sertão, levando o irmão Antônio Rodrigues, há pouco noviço, que tinha *sido soldado nas partes do Paraguai*, mui versado nos costumes dos carijós, entre os quais vivera muitos anos (*ob.* e *loc. cit.,* nº 130).

Com este e alguns catecúmenos dos índios de Piratininga, entrou pelo sertão coisa de quarenta léguas, até às aldeias de *Japiúba* e *Maniçoba*, onde fizera uma pequena igreja, dando também princípio a uma residência "que continuou alguns anos com muito fruto daquelas almas, principalmente de inocentes e batizados *in extremis*".

Diz mais o autor que a fama de Nóbrega era mui conhecida pelos sertões do Paraguai, e que o chamavam *Barcactué* (o homem santo); que se abalaram grandes levas de carijós (que eram os tais *paraguaios)* a virem às aldeias já mencionadas, por ser mais perto, visto que *tantas vezes já os tinham debalde convidado os padres.*

Meteu-se de pura inveja o Diabo de permeio a este negócio. Os *tupis,* seus contrários, os esperam no caminho, os matam e roubam. Afrontaram-nos eles dizendo que os matassem e comessem, pois que se haviam certamente de salvar!

Afirma Vasconcelos que com estes *carijós* vieram alguns castelhanos, os quais ao tempo de combate se meteram fugidos pelos matos, e foram alguns ter à aldeia de *Maniçoba,* onde os acolheu o padre Antônio

Peres. Outros caíram no poder dos inimigos, que os estavam cevando. A estes índios do *Paraná-itá* mandou o padre Nóbrega por seu embaixador o irmão Pedro Correia, e eles entregaram sem custo os prisioneiros (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 132).

Nóbrega instituiu aqui a confraria do *Menino Jesus,* como já estabelecera outra na Bahia, e achara outra no Espírito Santo. Por *virtude* de bulas pontifícias, que para isso *houvera*, agregou a elas os quatro órfãos portugueses que trouxera, e dos quais pretendia fazer dignos obreiros da vinha do Senhor, e juntamente os meninos índios que o padre Leonardo Nunes havia congregado. Aprendiam aí uns a língua, outros português, etc. (*loc. cit.,* nº 133).

O padre Leonardo Nunes é mandado à Bahia para trazer mais padres (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 134). A 13 de julho de 1553 chegaram de socorro sete sujeitos, tendo por superior o padre Luís da Grã, que o fora do colégio de Coimbra. Eram destes, sacerdotes, os padres Brás Lourenço e Ambrósio Peres, e os irmãos, João Gonçalves, Antônio Blasques (castelhano), Gregório Serrão e José d'Anchieta.[6]

Partidos de Lisboa a 8 de maio com D. Duarte da Costa, filho de D. Álvaro da Costa, que fora embaixador de D. Manuel a Carlos V, não se sabe ao certo quando chegaram.

Mariz, no *Diálogo* v, cap. II, diz que foi em 1552. No livro de *Assentos* do colégio da Bahia, onde se escreveu por ordem cronológica e data por data os que chegavam, também se diz que este socorro foi do ano de 1552; mas os *Apontamentos* de Anchieta, aos quais seguem Orlandini, liv. XIII, pág. 68; Paternina, pág. 23 e 43; Baltasar Teles, liv. V, cap. VI, dão o embarque a 8 de maio, e chegada a 13 de julho de 1553.

Nos registros da fazenda da Bahia consta que Duarte da Costa foi provido a 1 de março de 1553; e assim caem por terra, quanto a mim,

---

6 Diz a *Sinopse* do padre Franco que em 1553 veio o padre Luís da Grã, reitor que tinha sido do colégio de Coimbra, com os padres Brás Lourenço e Ambrósio Peres. Este, eloquente na língua brasílica, porém menos humilde do que convinha a um padre, abandonou a Sociedade, iludido nas suas esperanças de volver a Portugal, e morreu em extrema miséria. Foram além daqueles Gregório Serrão, João Gonçalves, Antônio Blasques (castelhano) e José d'Anchieta. Partiram a 8 de maio e chegaram à Bahia no dia 13 de julho, como acima extrato da *Crônica*, se bem que não a adote.

as razões dos que sustentam que veio em 1552, e que Tomé de Sousa governou sete anos.

Foram recebidos por dois irmãos, e um sacerdote – o padre Salvador Rodrigues e os irmãos Vicente Rodrigues e Domingos Pecorela (assim chamado por sua extrema candura), que eram só os que havia então na Bahia (*ob.* e *loc. cit.,* nº 137).

Um mês depois morreu na casa da Bahia o padre Salvador Rodrigues, a quem Nóbrega dissera partindo: "Nosso reverendo, não morra enquanto eu não torno!" O padre Luís da Grã com poderes de colateral do provincial "absolveu aquela alma retida em laços de obediência só imaginados".

Foram mandados a Porto Seguro, em lugar do padre João de Aspilcueta Navarro, os padres Ambrósio Peres e Gregório Serrão, ainda debilitados de uma viagem ao sertão.

Milagres do padre João de Aspilcueta Navarro – Reinando contendas e ódios entre aqueles moradores (os de Porto Seguro) vem um incêndio que tudo devora. Em outro lugar licencioso em vícios há outro incêndio. Se não são provados os milagres, são-no decerto os embaraços com que lutaram no começo estas povoações, e como entre quatro palhoças ardia a discórdia e folgavam os vícios dos antigos e grandes povoados!

Porto Seguro foi dado a Pedro de Campos Tourinho, homem nobre, natural de Viana de Lima, segundo outros da Vila do Conde. Vendeu a sua fazenda, embarcou com mulher e filhos e trouxe consigo famílias conhecidas, vindo desembarcar no lugar onde aportara Cabral, e daí fundou as vilas de Santa Cruz e Santo Amaro, e teve guerra com os *tupinaquis* (*loc. cit.*, nº 142).

Por morte de Tourinho, herdou a capitania sua filha D. Leonor de Campos, que a vendeu por cem mil réis de juro a D. João de Alencastre, duque de Aveiro. O duque mandava todos os anos gente e mercadorias, e chegou a ter ali sete engenhos. Entestava esta capitania, ao norte, com os Ilhéus, de que era separada pelo Rio Grande; e ao sul com o Espírito Santo, de que era dividida pelo rio *Muruí.*

O padre Leonardo Nunes demorou-se na Bahia até 8 de novembro, e nesse tempo voltou daí para S. Vicente com Vicente Rodrigues, já então sacerdote, e mais quatro irmãos, entre eles Anchieta.

Foi tormentosa a viagem. O navio em que ia Anchieta perdeu escaler, mastros, velas, etc., e se bem que destroçado, sempre pôde entrar no porto de Caravelas, onde saíram com as coisas sagradas e padeceram fome.

Consertado o navio, foram ao Espírito Santo, onde, depois de alguma refeição, embarcaram o padre Afonso Brás deixando em seu lugar o padre Brás Lourenço, e largando desse porto chegaram a S. Vicente a 24 de dezembro de 1553.

Havia Nóbrega até então governado como provincial subordinado à província de Portugal (*loc. cit.*, nº 147); mas Loiola, atendendo às grandes distâncias e outros inconvenientes, faz do Brasil província e nomeia para ela Nóbrega, com jurisdição independente de Portugal, e por seu colateral o padre Luís da Grã, ordenando-lhes que escolhessem alguns de mais experiência por consultores, com voto somente consultivo, e que os dois provinciais, Nóbrega e Grã, fizessem profissão solene dos quatro votos *nas mãos de qualquer ordinário destas partes.*

Feito provincial, a primeira coisa em que intentou o padre Nóbrega foi a criação de um colégio nos campos de Piratininga, para onde já tinha feito mudar alguns índios principais com suas aldeias, deixando o lugar dos antigos por duas razões:

Primeira porque naquele lugar podiam mais comodamente acudir, por meio dos muitos e bons línguas que lá havia, não só as aldeias dos índios que já ali moravam, senão a outras muitas que estavam por aquele sertão; segunda, porque no lugar onde estavam eram muitos, e tinham à sua conta para sustentar grande número de meninos do seminário, assim brancos como filhos de índios, "e a terra estava muito pobre, e as esmolas não podiam abranger a tantos"; terceira, porque sendo o Brasil província de per si, era força haver estudos e criar sujeitos em tal número que acudissem a tão diversas partes.

Deixados na vila os que pareceram necessários para os ministérios dos portugueses, foram mandados treze ou quatorze sujeitos (padres e irmãos) logo no princípio de janeiro de 1554 fundar o colégio de Piratininga sob a obediência do padre Manuel de Paiva.

Estes campos, onde se fundou o maior colégio da província, "bem merecem o nome de *elíseos*. De toda a abundância de coisas ne-

cessárias para uso da vida humana, tão capazes, e ainda para recreação e diligência a quem os procurar. Revestem-se de flores, de cravos, de rosas, açucenas, lírios; são férteis de uvas, maçãs, pêssegos, nozes, ginjas, figos, marmelos, amoras, melões, *balancias* e quase todas as frutas da Europa". (*Ob.* e *loc. cit.*, nº 149)

"De searas de trigo, grandes vinhas, abundância de gados, cavalos, carneiros, cabras, porcos mansos, monteses e aquários (capivaras).

"Caça infinita de animais, aves, galinhas, perus, perdizes, rolas: seria longo contar só as espécies de todas estas coisas". Distam obra de dez léguas do mar, e doze ou treze de S. Vicente: fica-se como na segunda região do ar, depois de atravessada aquela notável serrania, que sempre vai subindo, acumulando montes sobre montes.

"Áspero de subir, o caminho mais fácil que acharam os moradores da outra parte do sertão de Piratininga para o mar (chamam-lhe os índios a este caminho *Paraná-piacaba*), com ser parte escolhida e o caminho feito por arte, é ele tal, que põe assombro aos que hão de descer ou subir.

"O mais do espaço não é caminhar, é trepar de pés e mãos, aferrados às raízes das árvores, e por entre quebradas tais e tais despenhadeiros, que confesso de mim que a primeira vez que passei por aqui me tremeram as carnes olhando para baixo.

"A profundura dos vales é espantosa; a diversidade dos montes uns sobre outros, parece tirar a esperança de chegar ao fim; quando cuidais que chegais ao cume de um, achais-vos ao pé de outro não menor.

"A subida compensa; porque olhando de cima, parecia-me que via todo o globo da Terra posto debaixo de meus pés, e com notável formosura pela variedade de vistas do mar, da terra, dos campos, dos bosques e serranias, tudo vário e sobremaneira aprazível". A serrania é sempre a mesma; posto que aqui se chame *Paraná-piacá-miri,* e logo adiante *Cabaru-parangaba.*

"E, finalmente, vai subindo sempre, até chegar ao raso dos campos e à segunda região do ar, onde corre tão delgado, que parece se não podem fartar os que de novo vão a ela. A grande cópia de lagoas, fontes e rios, a formosura dos bosques, brutescos e arvoredos, a diversidade de ervas e flores, a variedade de animais terrenos e voadores, as aparências admiráveis de compostura da penedia posta em ordem desigual; a riqueza dos minerais de ferro, cobre, chumbo e ainda ouro, prata e pedraria, etc".

PRIMEIRA MISSA – NOME À PROVÍNCIA DE S. PAULO E À SUA CAPITAL

Ita ae cera (parece que é estrondo de pedra, segundo se traduz), foi aqui, no mais patente destes campos, junto a um rio e perto da vivenda dos índios, que escolheram os padres sítio para seu colégio. Disseram missa a 25 de janeiro, dia da conversão do apóstolo S. Paulo, cujo nome se deu ao sítio, estendendo-se depois à vila e ao território todo.

Eis como Simão de Vasconcelos se expressa quanto ao viver dos irmãos naquele lugar e tempo:

"Aqui se fez uma casinha de palha, com uma esteira de canas por porta, tendo quatorze passos de comprido e doze de largo, e ali moraram algum tempo bem apertados os irmãos; mas este aperto era ajuda contra o frio, que naquela terra é grande com as muitas geadas. As camas eram redes que os índios costumam: os cobertores o fogo, para o qual os irmãos comumente, acabada a lição da tarde, iam por lenha ao mato e a traziam às costas para passarem a noite. O vestido era muito pouco, pobre e de pano de algodão, sem calças nem sapatos. Para mesa usaram algum tempo de folhas largas de árvores em lugar de guardanapos; mas bem se escusavam toalhas onde faltava o comer, o qual não tinham onde lhes viesse senão dos índios, que lhes davam alguma esmola de farinha, e às vezes, mas raras, alguns peixinhos do rio e caça do mato". (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 153)

Passaram por muito tempo grande fome e frio, e contudo prosseguiram seu estudo com fervor, lendo às vezes a lição fora, ao frio, com o qual se haviam melhor que com o fumo dentro de casa (*Carta Ânua,* do padre José d'Anchieta).

Aqui se abriu a segunda classe de gramática latina, que o fazia com bastante trabalho por lhe faltarem os livros. Anchieta escrevia as apostilas, uma para cada discípulo, e nisto passava as noites, porque o dia tinha-os ocupados nas obrigações do seu ofício, e assim amanhecia escrevendo. Tornou-se mestre da língua geral ou *tupi*, reduzindo-a a regras gramaticais, e dela se fazia uso nos colégios da província (*ob.* e *loc. cit.,* nº 154).

Compôs um vocabulário, traduziu a doutrina e mistério da fé, tratados, interrogatórios e avisos necessários para os que houvessem de confessar e instruir. Aprendeu a fazer alparcatas de cardos bravos, e inventava artes e modo que pudessem ser de alívio a seus irmãos naquele desterro do mundo, e até sangrava.

Fizeram igrejas de taipa à mão e as cobriram de palha.

Dos índios que primeiro se agregaram aos padres foram os principais: Martim Afonso *Tibyreçá* e João *Cai Ubi*; senhor de *Jaraibatigba*, já muito velho, o qual, deixando no sertão parentes, casas e roças, veio viver junto aos padres, em uma pequena choupana. Daqui volvia com grande trabalho, pela velhice, ao seu lugar em busca de mantimento; dizia o dia de volta, e em dia certo se apresentava aos padres a dar razão de si, e nesta boa fé foi catequizado, doutrinado e batizado, e morreu cheio de dias.

Vieram também os filhos dos índios criados no seminário de S. Vicente, sabendo já muitos deles ler, escrever e contar, e continuaram na escola ajudando os ofícios, cantando com instrumentos músicos, que era o maior gosto e incitamento que podia haver para os pais. Eram estes os mestres dos outros. No fim da lição cantavam na igreja a ladainha, e à tarde a Salve Rainha com outras pias orações. Os pais se emendavam, com isto, dos seus grandes vícios, tais como mulheres e vinho. "A nenhuns tinham mais contrários a estes vícios do que seus próprios filhos; porque estes, com zelo já cristão, vigiavam os pais e os acusavam aos padres, e ajudavam a lhes quebrar as talhas de vinho em suas bebedices".

"Começou a apoderar-se dos índios uma peste de priorizes, que matavam em três ou quatro dias. Persuadiam-se eles que a morte lhes vinha dos padres, porque não morriam assim em seus sertões". (*Loc. cit.,* nº 162)

Fizeram-se por isso novenas de procissões, com coro de anjos, e os meninos com cruzes às costas, disciplinando-se muitos deles até derramarem sangue. "Parecendo-lhes que o mal era força do sangue, Anchieta com um canivete os sangrava, e raro foi o que depois morreu". Diziam que a doença a dava o Diabo e a saúde os padres.

"Este meio de caridade que com esta gente usamos em suas enfermidades, é uma das razões mais forçosas que abrandam a sua natural fereza".

Ódios – Os Ramalhos suscitam novos rancores aos moradores; por isso que lhes faltavam índios para o seu trabalho. "Aos próprios índios persuadiam com argumento de maior força que pode haver entre esta gente, e era lançar-lhes em rosto aos que se acolhiam à igreja, por covardes, e por não prestarem para a guerra contra os seus inimigos. "Na aldeia de Ma-

niçoba amotinam tudo, os persuadem a que larguem os padres, homens estrangeiros e degradados por serem gente vadia; e que maior honra lhes seria sujeitarem-se a homens destros em arcos e flechas, como eles, que a uns estranhos covardes.

"Enganados da eloquência dos mamelucos, em cujo corpo parece que falava o Diabo, assim se foram embravecendo e amotinando, que os padres tiveram por então de largar a aldeia".

Nisto puseram-se os índios em guerra, talvez ateada pelos mesmos mamelucos. "Vieram aqueles a pelejar com os do Piratininga; mas são afugentados, com morte de dois dos portugueses. Voltaram à noite, desenterraram os cadáveres, julgando dos contrários, e com maravilha acham os dos próprios *seus.*

Ponho embargos, todavia, a esta volta e desenterro; porque não estão nos costumes dos índios e devem de ser tidos à conta do cronista.

O padre Leonardo Nunes, primeiro companheiro de Nóbrega e fundador no espiritual da capitania de S. Vicente, e nomeado em 1554 para ir a Roma levar ao geral, que ainda era Loiola, notícias da província, para o que se fez em junho de volta para ali; mas com tamanha infelicidade que o navio naufragou e ele morreu. Os serviços que prestou em S. Vicente, reformando os costumes, tornam o seu nome benemérito.

Ao mesmo tempo chega do sertão a nova das mortes de dois outros: de Pedro Correia e de João de Sousa, recebidos ambos pelo padre Leonardo.

"Contava-se de uma nação de gente que habitava além dos *carijós,* aos quais chamavam *hieraiaras* e os portugueses *bilreiros,* dotada de bons costumes, de uma só mulher; de não comerem carne humana, de sujeição a uma só cabeça, e que não eram amigos de matar". Pareciam, portanto, próprios da doutrina de Cristo, e foi isso o primeiro motivo por que despacharam a essa missão o irmão Pedro Correia; sendo o segundo o estarem desamparados no porto dos *Patos* uns espanhóis, que indo para o rio da Prata, ali naufragaram. Dali os trouxe o padre Leonardo com suas famílias a S. Vicente. Com medo dos *tupis,* que lhes ficavam entremeio, pediram a Nóbrega mandasse aplacar estes bárbaros pelo irmão Pedro Correia; foi o terceiro para acabar as guerras entre os *tupis* e *carijós,* com as quais se lhes não poderia pregar e doutrinar (*ob.* e *loc. cit.,* nº 172).

Partiu Pedro Correia a 24 de agosto de 1554, acompanhado de dois outros irmãos – João de Sousa e Fabiano (*loc. cit.*, nº 174).

Chegaram ao porto principal dos *tupis*, que depois se chamou *Cananéia.* Prometeram estes gentios pazes aos padres e fazer igreja; e entregaram também os prisioneiros que tinham, entre os quais havia um castelhano malferido, razão por que ficou o irmão Fabiano para o curar e tratar.

Passar o irmão Correia aos *carijós,* e daí aos *tupis,* de quem consegue pazes; porém, não lhe sucedeu o mesmo com os *bilreiros*. Conhecendo que nada conseguia deles, tratou de pôr a salvo os espanhóis, e procurou voltar aos *carijós.*

No caminho encontrou a morte que lhe estava aparelhada. Dizem uns que foi ela tramada por um castelhano a quem o padre Manuel de Chaves havia livrado da corda dos *tupis*, e cujo serviço pagava com ódio aos da Companhia (Orlandini, liv. XIV, nº 125).

Mete o tal castelhano em cabeça aos índios que os dois irmãos vinham como espias dos *tupis,* e estes batem os pés e os arcos, e arremetem contra os padres. Primeiro cai João de Sousa, e depois o irmão Pedro Correia, que se pôs em joelhos, sempre a pregar e a bradar até que o acabaram.

Este irmão, antes de entrar para a Companhia, gastou muitos anos da sua vida acomodando-se ao modo de viver do lugar, salteando e cativando índios por mar e por terra, "de que enriquecia a sua casa, não lhe parecendo que fazia nisso dando aquelas criaturas, antes serviço a Deus".

Chegando, porém, o padre Leonardo Nunes à capitania de S. Vicente em 1554, e ouvindo Pedro Correia a sua doutrina, deliberou deixar o ofício e o mundo, consagrando-se todo aos índios no espaço de cinco anos que lhe restou de vida.

Pregou aos *tamoios*, aos *tupis, tupinaquis* e *carijós,* sendo homem de muito eloquência na língua brasílica. Estudou o latim com Anchieta.

O irmão João de Sousa foi dos primeiros povoadores de S. Vicente, e dos primeiros que o padre Nóbrega recebeu ali na Companhia. Era da casa de Tomé de Sousa. Ainda pertencia ao século e já vivia como em religião: jejuava às quartas, sextas e sábados. Não consentia, onde quer que estava, coisa que parecesse ofensa a Deus, e por esta causa, padeceu alguns desprezos e vitupérios. Folgava de servir, por humildade, na cozinha e mais ofícios baixos.

Destes dois escreveram:

Orlandini, liv. XIV, desde nº 118; Maffei, liv. XVI, *Hist. Indiarum*; o padre Pedro Jarich, *Tesouro Índico*, tom. II, liv. I, cap. XXIV; o padre Pedro de Ribadeneira, *Vida de Santo Inácio,* liv. IV, cap. XII; o padre Spínola, *Vida de Virgem*, cap. XX; *Catálogo dos Mártires da Companhia*; Eusébio de Nieremberg, *Varões Ilustres da Companhia* tom. II.

Na casa do Espírito Santo continuava o padre Brás Lourenço, e fez ali a devota confraria da Caridade. Os que nela entravam, eram obrigados a procurar com todas as forças desarraigar os dois vícios mais comuns na terra – juramentos e murmurações. Se o fazia, ou não o tolhia, podendo, pagava multa para ajuda de casar uma órfã.

"Não teve nunca padre companheiro, nem ainda sacerdote de fora, que o aliviasse nas obrigações exteriores do povo, ou nas interiores da consciência". Afirmava o padre José d'Anchieta que, sendo ele já velho, ainda durava viva a memória das boas obras daquele padre, "especialmente nas mulheres, continuando o femíneo sexo a confissão e comunhão cada oito e quinze dias, com notável fama de honestidade entre todas as do Brasil.

"Ainda no mesmo ano faleceu no colégio da Bahia aquele irmão simplicíssimo chamado Domingos Pecorela, do qual se não sabe se era mais simples ou se mais obediente. Cinco anos serviu este servo fiel à Companhia, e em todos eles se teve sempre por um escravo comprado por dinheiro para o serviço da casa, sem mais querer, nem mais pretender que o de um escravo leal.

"O jumentinho, de que tinha cuidado, ia com ele a todas as partes a que era preciso para sustento da casa. – Irmão Domingos, ide a lenha para a cozinha. – Sem mais demora, a pé, descalço, sem barrete ou sombreiro, roupeta a meia perna, lá ia ao mato com o seu jumentinho, e logo à fonte, e logo para o que era mais preciso!

"Quando faltava o comer, orneava o seu jumento, ia às aldeias, entrava com os índios, que muito o estimavam, e voltava carregado com o mais precioso de seus haveres – caça, carás, inhames, farinha, bananas, batatas, etc. Acudia ao jumentinho como a irmão; tomava-lhe a carga, quando vinha carregado de mais e assim o aliviava". (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 189)

"Puro, pobre, manso, douto, devoto, mortificado, sofredor de trabalhos e de grande zelo".

Perito na língua, fazia grande fruto aos índios com aquele seu modo chão e simples, de que eles gostavam. Foi dos primeiros que o padre Nóbrega recebeu na Bahia.

MORTE DE JOÃO DE SOUSA

Adoeceu de pedra, perdeu os sentidos antes que lhe faltasse a paciência, e expirou a 24 de dezembro de 1554. *Veniunt indocti et rapiunt regnum coelorum,* escreveu Santo Agostinho, citado por Simão de Vasconcelos. (*Ob.* e *loc. cit.,* nº 191)

Neste ano tinha a província vinte seis sujeitos da Companhia: quatro na Bahia, dois em Porto Seguro, dois em Espírito Santo, cinco em S. Vicente e treze em Piratininga.

No fim deste ano partiu da Bahia o padre Luís da Grã a avistar-se pela primeira vez com Nóbrega em S. Vicente (*loc. cit.,* nº 193).

MORTE DO PADRE JOÃO DE ASPILCUETA NAVARRO

O padre João de Aspilcueta Navarro, que entrara para a Companhia em 1544, veio a morrer no ano de 1554, em viagem pelo sertão, e jaz sepultado na igreja velha do colégio da Bahia. Comemora e compendia o padre Simão de Vasconcelos todos os seus feitos e virtude nos n.os 194 e 195 da sua *Crônica*; mas que escuso aqui repetir por se acharem resumidos, da *Crônica* do padre Baltasar Teles, em outros lugares desta obra.

Não tinha, entretanto, pouco que fazer o padre Nóbrega com os seus índios de Piratininga. No princípio do ano apanharam estes um *tapuia* inimigo e o arrastaram consigo para uma aldeia distante, de nome *Jaraibatigbá*, onde fizeram suas festas e comeram o prisioneiro. Nóbrega, sabedor disto, mostrou-se irado e deu-lhes por penitência não entrarem na igreja. Para se conciliarem o perdão do provincial, saíram pelas ruas, açoitando-se uns aos outros, e os filhos em procissão cantando a ladainha e o *miserere.*

Não se tinham passado muitos dias, quando, indo à guerra, apanharam um *goianá* de tão boas carnes, que lhes aguçou o apetite. O principal, já cristão, de nome Martim Afonso de Melo, preparou e presidiu às

solenidades, "arrebatados todos do deleite da vingança ou da honra que cuidam ganhar". Intervém Nóbrega e os repreende sem fruto, em vista do que algum religiosos mais resolutos "rompem as cordas, quebram os vasos e panelas, afugentam as velhas e tomam a própria massa do sacrifício, que o é entre eles o maior agravo".

Tomou-se de ira o principal: bradou, assobiou, bateu o arco e o pé, convocou as suas gentes, e daí, mais sossegados, porém sempre anojados, porque lhes tinha escapado o *goianá,* se foram meter em suas casas. A mulher e a sogra do principal, índias já batizadas, o convenceram do mal que fizera, e por isso veio lançar-se aos pés dos padres.

A 15 de maio de 1555 chega a S. Vicente o padre Luís da Grã.

Em seguida a este tópico ocupa-se a *Crônica* de uns castelhanos do Rio da Prata, que foram levados pelo padre Leonardo Nunes, e de uma missão e embaixada do Paraguai, cujo principal, de nome Antônio de Leiva, era já cristão; mas como me parece repetição do que já fica extratado, e não teve efeito tal jornada, basta só lembrá-la.

Diz também o padre Simão de Vasconcelos, que o padre Luís da Grã, como era homem de muitos espíritos, tentou logo uma entrada pelo sertão na companhia do padre Manuel de Chaves, grande língua brasílica: que fora mal recebido por estarem os naturais de guerra. Voltando depois, fora já melhor acolhido por outra aldeia, que estava de paz, e que até fizera a igreja, etc.; mas como parece que Simão de Vasconcelos tivera em mira exaltar os feitos do padre Luís da Grã, tanto que em nenhum mais cronista se encontra este fato, passo também por alto estes sucessos.

O positivo é que em janeiro de 1556 acharam os dois provinciais conveniente formar um perfeito colégio do que já havia sido principiado em Piratininga. Estavam ali no coração da gentilidade do Brasil a que podiam acudir mais de pronto; acrescendo que a terra era mais farta. Meteram mãos à obra, construindo-se as casas e igreja de taipa de pilão com não pouco suor dos estudantes, que no intervalo das lições traziam às costas cestos de terra e potes de água. Ao padre Afonso Brás não coube pouca glória; por isso que era o mestre assim das obras de taipa como das de carpintaria. Acomodaram-se mais as classes, e passou para o colégio os bens de raiz que possuía a casa de S. Vicente.

Ainda neste ano de 1556 Luís da Grã fica em S. Vicente e o padre Nóbrega voltou à Bahia. No Espírito Santo continuava o padre Brás Lourenço. Estavam de guerra por este tempo no Rio de Janeiro os *termiminós* e *tamoios,* que se destruíam e comiam. Conseguiu o padre que o governador Vasco Fernandes Coutinho oferecesse gasalhado ao principal dos *temiminós,* que estava de pior partido. Chamava-se *Maracaiaguaçu* (grande gato).[7] Estes índios, que já de nome conheciam os padres, acolheram-se à sua sombra, mandando-se-lhes incessantemente embarcações para o seu transporte, e assim vieram todos e formou-se uma populosa aldeia (*loc. cit.*, nº 203).

"*Maracaiaguaçu*, além de perfeito cristão, era homem muito prudente em coisas de paz, e em seu trato pouco diferente de qualquer bem governado português".

À fama destes, desceram dos sertões grandes levas de gente, e entre elas o afamado *Piraquira* (peixe verde), com grandes aldeias (*loc. cit.,* nº 205).

De Porto Seguro desceram também muitos da nação dos *tupinaquis,* e "fizeram todos grossas povoações. E foram estas aldeias de grande adjutório na conquista que depois intentamos na enseada do Rio de Janeiro, indo a ela em companhia do governador Mem de Sá e de seu sobrinho Estácio de Sá".

Andava na Bahia, por esse tempo, ocupado em guerra com todos os índios, o governador D. Duarte da Costa; porquanto eles, irritados das tiranias, vexames e soberba dos portugueses, confederaram-se os *tupinambás*, numerosos, valentes e aguerridos, com os *tapuios* do sertão. Une-os a vingança, o estímulo da honra, o amor das guerras. Roubam nos caminhos, atacam as fazendas e assolam tudo: sofrem os moradores e, por mais expostos, os índios dos padres. Os da cidade cansados das guerras passadas, menos guerreiros pelo oiro, mais ociosos e amigos do bem-estar

---

7 Não é mui exata a significação que dá o padre Simão de Vasconcelos da palavra *Maracajaguaçu,* porquanto a espécie felina correspondente ao nome do índio aproxima-se mais à onça na configuração e mosqueada de pelo, e conserva entre nós seu nome indígena. Quanto ao aumentativo *açu*, ou leva por epêntese antes de si *gu*, como por eufonia usavam os índios para evitar o mal soante encontro das duas vogais – *a a,* assim como outras vezes mudavam o *a* em *o*: ex. *Pindob-oçu* (palmeira grande).

pelo clima, querem paz, bradam e instam por ela ao governador, ainda com condições desiguais. (*Ob. cit.,* liv. II, nº 1)

Resiste a tais instâncias o governador, que era homem de grande ânimo, prudência e experiência; contribuindo também para que não desse ouvidos às lastimas dos interessados seu filho, o capitão D. Álvaro da Costa.

Como as armas tinham mais alcance do que as flechas, atiravam de longe, e assim não perdiam gente e saíam os portugueses sempre vencedores, conservando-se os índios em respeito: mas a guerra ia-se prolongando, atento o número dos inimigos. Usou então D. Duarte de manha: fingiu que tratava pazes com os *tupinambás*, e daí, não se fiando os *tapuias* naqueles, com quem andavam antes sempre em guerra, receiam-se de traição e retiram-se. Vendo-se os *tupinambás* sós e mais fracos concordam em pazes com o governador (*ob.* e *loc. cit.,* nº 3).

Os que a não pediram foram vencidos, parte mortos, parte cativos, *"e eram estes muitos milhares*: e assi teve fim esta molesta; mas bem afortunada guerra no mês de maio do ano do Senhor de 1556".

Neste comenos chega de S. Vicente à Bahia o padre Nóbrega, levando por companheiros o padre Francisco Pires, e os irmãos Antônio Rodrigues, Antônio de Sousa e Fabiano de Lucena. Pediu e conseguiu do ânimo pio do governador que reduzisse a aldeias os índios novamente cativados, que já eram cristãos, ou o quisessem ser (*loc. cit.,* nº 4).

Fundaram-se muitas aldeias, sendo a primeira junto ao *Rio Vermelho*, onde residiram os padres Antônio Rodrigues, ordenado de próximo, e Leonardo do Vale, ambos peritos na língua do Brasil. Esta gente mudou-se depois para a aldeia de S. Paulo (*loc. cit.*, nº 5); a segunda a de S. Sebastião, em outro sítio a meia légua da cidade, que, depois unida com outras em uma só, intitulou-se de Santiago; a terceira do Espírito Santo, "não longe do Rio de Janeiro, que *hoje* ainda persevera, mas não naquela antiga grandeza, que "era de mais de mil arcos"; a quarta, finalmente, de S. João, no sítio que depois se chamou *Tapera de Boiranguaba.* Tinham todas padres, e desta sorte cessou a antropologia com a falta de guerras e ausência de contrários. Tomou-se grande cuidado com os meninos, entretidos nas aulas de manhã, e à noite fazendo-os rezar ladainhas, e ocupando-os com procissões e cantos.

Diz assim dos índios o padre Simão de Vasconcelos:

"É esta gente tanto mais fácil em aceitar a fé do verdadeiro Deus, quanto menos empenhada está com os falsos, porque nenhum conhece ou

ama, que possa roubar-lhe a afeição. Vencidos seus vícios...nenhuma repugnância lhes fica para coisas da fé. Assim que, vencidas as dificuldades dos votos, é muito para louvar a Deus ver nesta gente o cuidado com que os já cristãos acodem a celebrar as festas e os ofícios divinos. São afeiçoadíssimos à música, e os que são escolhidos para cantores de igreja, prezam-se muito do ofício, e gastam os dias e as noites em aprender a ensinar a outros. São destros em todos os instrumentos músicos. Prezam-se de que andem suas igrejas bem ornadas. Será entre eles falta mui notada possuírem coisa de preço sem que repartam com a sua igreja. Nos dias de festa ornam com grande curiosidade suas igrejas, com enramados aprazíveis de ervas e flores. Será tido por sacrilégio entre eles deixar de acudir a uma destas festas: índias com os filhos aos peitos, cestos de comida à cabeça, e assim andam duas e cinco léguas, em jejum, porque antes da missa nada comem".

Em Piratininga crescia o trabalho. Os índios, pelas necessidades de suas lavouras, dividiram-se em sete distintas povoações, e todas distantes. Deviam os padres acudir a todos, e ainda às casas dos portugueses; com falta de curas, e isto às vezes em distância de três léguas, por maus caminhos, não raro de noite, com frio e geadas, descalços e por meio de matos espessos, onde se faziam alumiar por archotes.

Neste tempo chegaram novas de que a frota francesa era entrada na enseada, que os índios chamavam *Niterói* e os portugueses depois *Rio de Janeiro*, distante vinte e quatro léguas da costa de S. Vicente. Isto pôs em perturbação toda aquela costa (*ob.* e *loc. cit.,* nº 13).

Na capitania do Espírito Santo, donde partira Vasco Fernandes Coutinho, deixando entregue o governo a D. Jorge de Meneses, levantaram-se os índios, principalmente os *tupinaquis,* deram cruéis assaltos nas terras, destruíram os engenhos e fazendas, mataram a D. Jorge e depois a seu sucessor, D. Leonardo Castelo Branco, e chegaram a pôr a vila em tal aperto que muitos moradores a despovoaram.

NAUFRÁGIO E MORTE DE D. PEDRO FERNANDES SARDINHA

Embarcou-se o bispo para Portugal em companhia de Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor que fora de estado. Ignora o autor, Simão de Vasconcelos, o motivo desta viagem. Vão também outras pessoas nobres com as mulheres e filhos, e já a 2 de junho de 1556 eram partidos.

Com quatorze dias de navegação, assalta-os uma tormenta, que lhes arrebata âncoras e amarras, e naufragam nos baixos de S. Francisco, lugar chamado *Porto dos Franceses,* na altura de dez graus e meio, entre o rio de S. Francisco e outro chamado *Curcuruig* (*loc. cit.,* nº 14).

Assistem os *caetés* a este naufrágio do alto das serras, donde descem à praia com refalsado intento, e assim os hospedam, ferem lume, dão-lhes alimentos e ao mesmo tempo avisam a seus circunvizinhos.

Despedem depois os náufragos, que seguem o caminho que os hóspedes lhes haviam indicado, mas junto ao rio que da força deviam de passar, saem chusmas de selvagens, e logo que as mulheres e crianças os enxergam, desmaiam aquelas e estes entram a gritar. Matam uns e carregam com outros. O prelado tinha atravessado o rio e assistia da outra margem a este espetáculo. Do mar saem outros à ribeira e acabam o infeliz bispo.

É tradição mui vulgar que o sítio onde foi morto este virtuoso prelado "nunca mais viu em si formosura ou ornato algum natural; porque, vestindo-se antes de ervas, ficou daí em diante estéril, escalvado e seco, quais outros montes de Gilboé, pela maldição de Davi". (*loc. cit.,* nº 18).

MORTE DE LOIOLA

Morre Inácio de Loiola em Roma a 31 de julho de 1556, com sessenta e cinco anos de idade e dezesseis da fundação da Companhia de Jesus.

No seguinte ano sucede que Nóbrega vem a padecer na Bahia longas e graves enfermidades.

No mês de junho morre D. João III, que de idade de vinte anos tomara o cetro por morte de D. Manuel, seu pai, e casara com D. Catarina, filha de Filipe I, rei de Castela e irmão de Carlos V.

Foi este rei o primeiro a pedir em Roma de S. Inácio e do pontífice padres da Companhia (*loc. cit*., nº 27), vindo para Portugal os dois padres, Francisco Xavier e Simão Rodrigues, o primeiro fundador da província da Índia, o segundo da de Portugal, como já fica relatado no resumo do *Crônica da Companhia de Jesus*, do padre Baltasar Teles.

Fez levantar suntuosos templos, provendo a todos de sacerdotes, ornamentos e peças de custoso valor. Doou com magníficos brindes, que ainda hoje existem, as igrejas de Jerusalém e de Galiza e de outros lugares. Assegura-se porém, que leva vantagem a todos o formoso alampadário do templo de Santiago.

Encomendou na última hora à rainha sua mulher que desse ao neto, D. Sebastião, mestre e confessor da Companhia.

Além dos jesuítas e da Inquisição, introduziu este rei outros religiosos de S. Francisco mais observantes, tais como os da Piedade e da Arrábida. Foi, portanto, quem mais contribuiu para a decadência e abatimento moral do reino de Portugal, e a história o marcara eternamente com o ferrete de fanático e crendeiro, dado à carolice, e, como o classifica o Sr. Alexandre Herculano, ruim de condição e inepto.

"Foi de medíocre estatura, rosto formoso, alvo, corado, negra a densa barba, olhos da cor do céu, resplandecentes e cheios de majestade; que muitos se perturbavam em sua presença, e com ser tão grande a autoridade de sua pessoa, tinha uma serenidade de aspecto tão amável, que todos os que o viam, se lhe aproximavam".

Morreu de apoplexia em Lisboa a 11 de junho de 1557 com cinquenta e cinco anos de idade e trinta e cinco e cinco meses de reinado. Está, com D. Manuel, sepultado em Belém.

FRANCESES NO RIO DE JANEIRO

Grandes e graves sucessos estavam no entanto se passando no Rio de Janeiro, onde havia aportado Villegaillon, cavaleiro de S. João, com navios para o resgate de pau-brasil, ali tão abundante, e que achando os *tamoios* generosos, uniu-se a eles e assentaram pazes.

Já vimos que no ano de 1556 havia-se passado *Maracajaguaçu* para as terras do Espírito Santo, e que os *temiminós*, obrigados da cobiça dos portugueses, viram-se na extremidade de refugiarem-se nas brenhas, donde os padres conseguem retirar a muitos. Passemos agora à expulsão dos franceses.

CHEGADA DE MEM DE SÁ

Mem de Sá, que fora nomeado governador por provisão de 13 de julho de 1556, cujo registro é de 1558, chega ao Brasil neste último

ano. Daqui se colige que os governadores seus antecessores ocuparam o poder por mais de três anos, nem era possível ajustarem-se-lhes em prazo mui breve as contas em partes tão distantes, navegações longas e aprestos demorados. Nessa provisão declarava-se que, além dos três anos ordinários, serviria o mais tempo que a el-rei aprouvesse. Daí aconteceu que Mem de Sá servisse quatorze anos.

A primeira coisa que fez este governador foi meter-se num cubículo dos religiosos, passando oito dias em exercícios espirituais, ouvindo missa e os ofícios divinos todos os dias, assíduo nas pregações, e confessando e comungando aos sábados (*loc. cit.,* nº 49).

Em saindo daí, lançou bando ordenando que nenhum dos índios confederados aos portugueses ousasse comer carne humana; que se não fizessem guerras sem causa justa, aprovada por ele e por seu conselho; que se ajuntassem em povoações grandes, e fizessem casas aos padres para residirem entre eles.

Os portugueses opõem-se a esta ordem, ponderando que as guerras eram a sua segurança, davam-lhes trabalhadores, etc. Sem embargo disso, foi a ordem sendo executada. Por sua parte instigados os índios reúnem-se em quatro poderosas aldeias, a de S. Paulo, a de Santiago, a de S. João e a do Espírito Santo, e obedecem sem que se empregue contra eles a força.

Havia também entre estes um grande principal por extremo soberbo e arrogante, já pelo número de seus arcos, como pelo sítio aspérrimo e defensável em que vivia. Chamava-se ele *Cururupeba* (sapo bufador). Lançava grandes arrogâncias contra os portugueses e dizia que eram covardes; que não se atreviam a provar suas forças; que se não lhe dava de seus mandados; que havia de conservar seus antigos ritos, comer seus contrários, e os próprios portugueses quando lhe quisessem impedir ações tão generosas.

Mem de Sá teve isto por mau exemplo, e por mui conveniente abater aquela soberba, e nesse propósito faz à calada marchar tropa bem aguerrida contra suas aldeias. Esta dá de repente sobre elas, quando dormiam os índios, que, surpresos pelo estrondo das armas e do fogo, deixam-se facilmente entrar, e são desbaratados e mortos, e dentre os que se puderam escapar pelo escuro da noite, achava-se *Cururupeba* só e desamparado. Descoberto por gente da tropa, é tomado, algemado e acorrentado, e assim

trazido à cidade a ali metido em dura prisão, "para que a fama do castigo servisse de exemplo e terror aos outros".

Vieram em 1558 queixas dos índios aldeados de que os contrários haviam apanhado três dos seus, que, descuidados, pescavam em uma praia, e os comeram. O governador manda recado que entreguem os criminosos, ao que respondem eles que os portugueses os fossem lá buscar. Eram muitos em armas, e haviam chamado em seu auxílio os do sertão, que tinham para mais de trezentas aldeias, onde habitavam às margens do rio Paraguaçu. Parte Mem de Sá com ajuda dos mesmos agravados, e vai com eles o padre Antônio Rodrigues. Desembarcam nas praias, rompem por entre matos para o sertão, abrindo entrada a machado e foice, passando lagoas por todo um dia e uma noite, até que, afinal, chegam ao lugar (*loc. cit.,* nº 55).

"Era uma eminência cercada em contorno de madeiros grossos, com valas, fossos e muitos milhares de bárbaros, ao som de guerra, empenados e arrogantes, que, batendo os arcos, enchendo os montes de vozerias, assobios e búzios, provocavam à guerra".

Mem de Sá divide o seu esquadrão e acomete por dois lados: enfraquecidos e diminuídos aqueles, voltam as costas: os índios ofendidos os seguem e fazem neles estrago lastimoso. Um dos índios auxiliares de Mem de Sá corta um braço a um morto. Sabendo disto o governador manda, sob pena de morte, que em tantas horas o ponham ali; e, com efeito, assim o fizeram eles com temor do castigo (*loc. cit,* n.os 56 e 57).

No dia seguinte segue os inimigos por entre brenhas, para acabar de uma vez com aquela guedelha e ronco do gentilismo da Bahia. Acharam mais de duzentas aldeias nos cabeços dos altos montes, até onde subiam trepando de pés e mãos, servindo os que iam adiante de ponto de apoio e segurança aos imediatos, e de dar entrada a todos. Caem sobre os índios, que eram tudo pavor e espanto, apesar de suas flechas sem número. Foi grande a carnificina feita neles, segundo afirma o cronista, dizendo que no terreiro havia tantos mortos que impediam a marcha dos vivos! Os que escaparam deste assalto valem-se das brenhas, "com tão grande terror que se afirma matava o pai ao filho pequeno, por que não fosse descobridor, com seu choro, da vereda por onde se escondia. Foi tão grande a mortandade que não podiam contar-se os mortos". (*Loc. cit.,* nº 58)

Voltaram à cidade, e "foi nela recebido o governador Mem de Sá como homem mandado do Céu (!) para honra, desagravo e quietação do estado". Foi festejado com públicas demonstrações de regozijo e ações de graças.

Passados daí três dias chega uma embarcação de Paraguaçu, fazendo sinal de paz, e trazem nela os delinquentes, que entregam, e mostram-se prontos a pazes e a viver em aldeias com os padres.

No entretanto os franceses se iam cada vez mais fortalecendo e entrincheirando no Rio, e isto desde 1556.

1559

Chega o segundo bispo, D. Pedro Leitão, a 9 de dezembro de 1559. Vieram com ele sete da Companhia, dois padres e cinco irmãos, sendo os padres João de Melo e Dício, e os irmãos Jorge Rodrigues, Rui Pereira, José Crasto e Vicente Mestre. O padre Dício que vinha por causa de saúde, voltou a Portugal. O irmão José faleceu em breve no colégio da Bahia; Crasto, Rui Pereira e Vicente Mestre foram despedidos dela por faltos de zelo.

Noticia aqui a *Crônica* ser Diogo Laynes geral, e o padre Luís da Grã feito provincial pelos incômodos de Nóbrega, ficando assim aquele em S. Vicente e este na Bahia.

Contava a Companhia no Brasil mais quarenta sujeitos. Nóbrega foi pondo em cada residência dos índios um padre e um irmão, e por esse tempo já muitos índios podiam ser mestres do catecismo, e outros pregadores da fé, sobretudo um principal, de nome Garcia de Sá. Com a sua pregação se uniram duas aldeias, assentadas em tempo de Duarte da Costa no rio Vermelho. Mudaram-se estas para mais perto da cidade, e ali reuniram-se com outras aldeias pequenas, e com todas se fez a de *S. Paulo.*

À de *S. Sebastião,* com outras menos numerosas, formaram uma povoação junto a Pirajá, três léguas da cidade. Puseram a esta o nome de *Santiago.*

Animados os *tamoios* das boas relações e proteção dos franceses que conviviam com eles no Rio de Janeiro, mostravam-se insolentes, e discorriam e perturbavam a costa. Villegaillon, chefe dos franceses, era

capitão católico, zeloso da justiça e vingador dos agravos que se faziam aos índios, principalmente às mulheres (*loc. cit.,* nº 66).

Aconteceu que pretendendo castigar quatro soldados, todos hereges, por erros cometidos, estes fugiram e são bem recebidos em S. Vicente. Achava-se entre estes João de Bolés, homem versado nas línguas latina, grega e hebreia, e sabedor das Escrituras. Entrou a falar de imagens santas, bulas e indulgências, de modo que fazia rir. Apega-se a Luís da Grã, a quem argui por deixar os portugueses sem a palavra de Deus para a pregar aos gentios contra o preceito de S. Paulo, que manda começar pelos próprios (*loc. cit.,* n.os 66 e 67).

O povo dizia que Bolés era homem doutíssimo, e que Luís da Grã não ousava disputar com ele, e por isso o perseguia, como de fato o fazia, até que se meteu de permeio a justiça eclesiástica e Bolés foi preso com dois companheiros moços e idiotas, e remetido ao bispo da Bahia, deixando de os acompanhar um deles por se ter reduzido à fé católica.

Em dezembro de 1559 recebeu o padre Luís da Grã a sua patente de provincial, para servir, como já fica dito, de parceria com Nóbrega.

Em Porto Seguro funda por esse tempo o padre Francisco Pires aquela famosa capela de Nossa Senhora da Ajuda, um terço de légua donde *hoje* está a vila. Trata também o padre Simão de Vasconcelos da fonte milagrosa que mencionei no extrato da *Crônica* do padre Baltasar Teles (S. V., *loc. cit.,* nº 70).

1560

Chegaram de socorro, vindos do reino, dois irmãos: Antônio Gonçalves e Luís Rodrigues.

Fez em Portugal grande eco a notícia dos franceses no Rio de Janeiro; de como ali estavam havia quatro anos: que crescia o seu poder com os *tamoios*, e mais índios seus vizinhos, acrescentados com socorros de França; que enriqueciam-se das drogas, de pau-brasil, etc. A rainha D. Catarina d'Áustria, regente na menoridade de D. Sebastião, depois de ponderadas estas razões, manda uma armada ao Brasil, e ordem a Mem de Sá para que por "todos os modos lançasse fora aquela ignomínia do nome português" (*loc. cit.,* nº 74).

Juntou na Bahia mais navios, subindo assim a armada a dez ou onze vasos, entre eles duas naus, não falando em barcos. Nóbrega vai com ele, e entram a barra do Rio de Janeiro nos primeiros meses do ano de 1559. Em vista disto, recolhem-se os franceses à fortaleza que já possuíam. Nóbrega, que vinha doente e lançara sangue, partiu para seu destino, que era S. Vicente; mas dali mandaram por sua diligência um bergantim artilhado, com coisas de guerra, muitos índios e os dois religiosos Fernão Luís e Gaspar Lourenço.

Com este reforço demandam a barra, entram, pojam em terra e combatem a fortaleza, a que os franceses denominaram de Villegaillon, e onde sofreram muito; mas quando estavam para se voltarem às suas embarcações, tentaram um derradeiro esforço e arremeteram ao cabeço principal, que olha para a barra, chamado das *Palmeiras*, onde entram, e depois ganham a casa da pólvora. Perdido o ânimo aos índios e franceses, despejam o forte, despenhando-se aos poucos das muralhas abaixo, e confiados no secreto e escuro da noite foram-se em batéis parte às naus, parte às brenhas. No dia seguinte "fez Mem de Sá ação de graças a Deus e os padres da Companhia celebraram *a primeira missa* que viu aquela ilha" (*loc. cit.,* nº 78).

Entre os índios primou Martim Afonso, e teve hábito de Cristo e tença, da qual depois gozaram alguns dos seus descendentes. A ele se atribui em máxima parte a derrota dos franceses, como era tradição no tempo de Vasconcelos, se não basta o hábito de Cristo para o provar.

Tomaram a artilharia dos franceses e arrasaram o forte, porém não ocuparam a terra por falta de meios.

Um dos mais ricos e poderosos moradores de S. Vicente, de nome Adão Gonçalves, e que foi dos principais motores desta vitória, achava-se na Bahia a requerer certidão de seus serviços, quando de improviso abandona tudo e dá seus bens (de consideração na capitania de S. Vicente) à Companhia de Jesus e entra para ela com o filho, que andava a estudar, e veio depois a morrer ainda moço.

Foi o governador Mem de Sá do Rio a S. Vicente para ali tomar mantimentos, e no último de março de 1560 estava em Santos.

Enquanto aqui esteve, mudou o governador para Piratininga a vila de Santo André (a três léguas de distância), que estava junto às matas, e por isso mui salteada dos índios do rio Paraíba. Luís da Grã

obteve do governador ajudasse a mudar o colégio de Piratininga para S. Vicente, onde fundaram classes e estudos, e assim estiveram até que no reinado de D. Sebastião se passou o colégio para o Rio de Janeiro (*loc. cit.,* nº 84).

O caminho de *Paranapiacaba*, entre S. Vicente e Piratininga, como terra deserta, fragosa e cheia de matas bravas, era muito infestada dos índios das margens do Paraíba, que ali vinham esperar os caminhantes de uma e outra parte, e por isso fez-se novo caminho.

Neste comenos levantou-se horrível tormenta sobre todas as vilas de S. Vicente, acompanhada de tremor de terra; mas parece que o furacão fez mais dano que o terremoto (*loc. cit.,* nº 86).

Chegado o tempo de monções, quando em 25 de junho, despedido o governador do seu fiel amigo o padre Nóbrega, embarca-se com o padre Luís da Grã, e com dois irmãos, grandes línguas do Brasil, Gonçalo de Oliveira e Gaspar Lourenço, e dá à vela em demanda da Bahia, onde chegaram todos em agosto, deixando Luís da Grã ao padre Nóbrega feito superior de S. Vicente e do Espírito Santo.

Logo em outubro foi Luís da Grã visitar as aldeias, a pé, com edificação de todos que conheciam as suas poucas forças. No mesmo mês fundou a aldeia de Santo Antônio, juntando ali grande número de gente que vivia inculta no lugar chamado *Erembé.*

No fim do ano (1560) passaram a Pernambuco os padres Gonçalo de Oliveira, para cuidar dos índios como bom língua deles, e outro para servir de cura aos portugueses. Foram bem recebidos em Olinda, e agasalhados em casas que o padre Antônio Peres lá deixara feitas no alto do sítio onde depois se fundou o colégio. Passados ali dois anos se tornaram à Bahia.

São as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro assaltadas pelos *aimorés*, a casta mais brutal e desumana dos indígenas do Brasil, no dizer de Vasconcelos, que assim os descreve:

"Descende dos antigos *tapuias*; porém por ocasião de guerras que houve entre eles, sucedeu que certos bandos menos poderosos, fugindo a seus inimigos, se recolheram ao interior do sertão, a lugares fragosos e montanhas estéreis, onde não pudessem ser achados; e como ali viviam separados do comércio de toda a mais gente, por discurso de tempo vieram

seus filhos e netos a perder a notícia da linguagem própria, e formaram outra, de que nenhuma outra nação era entendida, feia, gurutal, arrancada do peito".

"Gente agigantada, robusta, forçosa, não consentem cabelo senão na cabeça, todo o mais arrancam. Usam de arcos imensamente grandes; sendo de resto destríssimos flecheiros, grandes corredores, sem casas, nem aldeias, nem roças; dormem na terra, sustentam-se de frutos e caça; comem cru e andam tosquiados com navalhas de cana. Acometem à traição e nunca a descoberto, andam aos poucos, sem lealdade de uns para outros, nem mesmo de pais para filhos" (*loc. cit.,* nº 93).

Estes *aimorés* começaram, pois, "por esse tempo a descer de suas serras, e guiados das correntes dos rios, vinham após elas sair ao mar, assaltando e matando tudo, deixando desbaratadas as aldeias e fazendas de Ilhéus e Porto Seguro" (*loc. cit.,* nº 94).

Acode Mem de Sá, aconselhado por Nóbrega, e chegando aos Ilhéus, sobe à noite a serra e dá neles de improviso, quando dormiam, e com suas tropas "os degolam, ferem, pondo por terra todo o vivente, homens, mulheres e meninos" (*loc. cit.,* nº 95).

Como eram valentes, voltam a si e armam ciladas quando os portugueses buscavam as praias. Mem de Sá previne-as com contraciladas. Tomados pelas costas, não sabendo nadar, e só tendo livre o mar, foram postos na última derrota. É Mem de Sá por isso recebido nos Ilhéus como em triunfo.

Não desmaiam ainda assim os *aimorés* e procuram as praias para desforçarem-se; mas batidos de novo, cedem por fim e pedem pazes.

Torna-se o governador à Bahia, deixando *destruídas trezentas aldeias do gentio rebelde*, refugindo outros a mais de sessenta léguas pelas brenhas adentro (*loc. cit.,* nº 97).

Com a entrada do novo ano de 1561 cuidou o padre Luís da Grã da conversão dos índios, que andavam erradios pelas guerras, e no intento de os chamar e ajuntá-los em grandes povoações, mandou a eles seus obreiros, indo a isso dois a dois, escolhidos dentre os mais eloquentes línguas do Brasil. Correspondeu a colheita ao trabalho.

A primeira povoação que daí resultou foi a da ilha de Itaparica, a três léguas da cidade, com a invocação de *Santa Cruz*, fundada em junho

desse ano com o gentio do rio *Paraguaçu*. Tinha a assistência de um padre e de um irmão (o padre Antônio Peres e o irmão Manuel de Andrade).

No mesmo mês foi também fundada a segunda, doze léguas ao norte da cidade, em sítio fértil chamado *Tatuapara*, sob a invocação de *Jesus.* Assistiam nela o padre Antônio Rodrigues e o irmão Paulo Rodrigues. Chegaram em poucos dias a quatrocentos os meninos que aprendiam doutrina.

Foi a terceira a de S. Pedro, a vinte e duas léguas ao norte da cidade e mais populosa que as outras duas. Concorreram para ela as aldeias de *Caboíg*, naquele tempo numerosas, e outras mais pequenas.

A quarta, mais dez léguas adiante, era no sítio *Anhebig*, e sob a invocação de *Santo André.* Estavam porém de guerra com o gentio do rio Itapicuru, o que era impedimento para a sua conversão. Vai-se a eles em missão o padre Luís da Grã e consegue pazes entre estes e os da aldeia de *Anhebig.*

Em novembro voltou-se o provincial para o sul e funda a quinta povoação na paragem chamada *Macamamu,* dezesseis léguas da cidade, terra fértil, abundante de rios, composta de muitos mil arcos. Pôs-lhe por nome *Nossa Senhora da Assunção*. No mesmo mês estabelece a sexta, em um sítio pouco distante, junto a *Tinharé,* e chamado *Taporagoá* ou *S. Miguel*. Como era de costume, ficaram em cada uma delas dois religiosos da Ordem.

Contando com as cinco mais antigas, faziam onze ao todo. Visitou-as a todas o padre Luís da Grã nesse ano, a pé descalço e recebido com festa por todos querendo os índios levá-lo em redes. Batizou infinitos e casou a muitos. Na aldeia do Bom Jesus saíram com embustes. Um índio, que nunca se soube quem foi, começou a pregar-lhes de noite, que o padre os queria batizados para os cativar. Fogem por isso espavoridos; mas os padres acodem e os pacificam.

No dia seguinte, estando todos à espera do batismo, ouve-se um grito, que a aldeia estava em fogo, e daí todos abalam. Verificado, porém, que nada havia, voltam envergonhados.

Havendo o padre no outro dia imediato a este de celebrar matrimônios, disse para isso missa, e quando já tomadas às mãos dos contraentes, depois do ofertório, estes e todo o povo estremecem e largam a

fugir, como aves espavoridas, furando as paredes (de palha), cada qual por onde podia. Vão atrás deles os acólitos, deixando o celebrante só no altar, e tanto os persuadiram, que voltaram, os noivos esfarrapados e sujos (*loc. cit.,* nº 107).

Trouxe o padre Luís da Grã consigo um principal – *Capino* – ainda não de paz, ao qual persuadiu que viesse ver a cidade. O governador deu-lhe alguns brindes, e o título de capitão dos seus (o primeiro de que se faz menção). Chegam de Portugal, neste ano de 1561, o padre Francisco Viegas e um irmão italiano; sendo, porém, ambos brevemente despedidos da Companhia. No entanto o padre Nóbrega, posto em S. Vicente, apesar de doente, não esmorecia, e ocupava-se em visitas incessantes. Depois da expulsão dos franceses andavam os *tamoios* em contínuos assaltos por mar e terra. As mulheres que aprisionavam e resistiam à lascívia destes bárbaros, eram martirizadas e depois mortas. Apesar de tudo, apresenta o cronista, entre outros exemplos de castidade, os de duas mestiças (*loc. cit.*, nºs 113 e 114), que, verdadeiras mártires da castidade, podem "servir de exemplo ilustre, honra e coroa das mulheres naturais do Brasil".

Fizeram também um assalto nos *tamoios* os índios que favoreciam as partes dos portugueses, e nele tomaram um principal. Fizeram os portugueses com que estes o matassem, e que depois de morto o postejassem, assassem e comessem, a fim de os encarniçarem contra os inimigos.

Temendo o padre Nóbrega, que tão feio crime e outras ofensas atraíssem a cólera divina sobre os portugueses, escreveu de Piratininga aos padres da vila, ordenando-lhes fizessem preces ao Céu, pedindo misericórdia a Deus para que esses pecadores caíssem em si e conhecessem seu pecado. Assim cumpriram os padres – saindo à rua, disciplinando-se e implorando ao Senhor para que se emendassem os portugueses e por isso suspendesse o Céu o castigo (*loc. cit.,* nº 116)!

É o cronista de parecer que as disenterias de sangue, que por esse tempo afligiram os moradores com tanto aperto, eram indícios de castigo celeste. Diz que também só se curavam com sangria, que era teriaga na medicina do tempo. Isto e boatos de assalto dos índios faziam com que a gente andasse toda assombrada. Por todas estas coisas fazia o padre Nóbrega procissões pelas ruas públicas, "e ordenou que dentro em casa tivessem

os *nossos* oração noturna perene com disciplina marcada a ampulheta, que passava a outro logo que descia toda a areia, e assim ficavam toda a noite. Durou uma quaresma o fervor desta devoção, não sem indícios de perdões do Céu" (*loc. cit.,* nº 116).

Neste ano de 1561 morreu o irmão Mateus Nogueira, coadjutor temporal, recebido na Companhia pelo padre Leonardo Nunes em 1559, na capitania do Espírito Santo. Servira na fronteira de África, no posto de soldado, o lugar de espia, com grande risco, livrando-se, porém, sempre de moiros e de leões.

Voltando à pátria, achou a mulher prostituta, e por isso abandonou-a. Fazendo-se então levas de gente para o Brasil, alistou-se como soldado, para viver desconhecido, e veio ao Espírito Santo. Valente e de grandes forças, era sempre dos primeiros contra os inimigos que os assaltavam, e o resto do tempo passava a exercer o oficio de ferreiro. Passando por aquela capitania o padre Leonardo Nunes, foi recebido na Companhia e aprovado por Nóbrega e depois por Santo Inácio, não obstante ser viva a mulher, pois que se tinha dela desquitado por adultério. Vivia exemplar em S. Vicente e em Piratininga. Era bom ferreiro, e os índios nada mais estimam que obras de ferro. Era único, e por isso acabava com os índios quanto queria. Obedeciam-lhe como homem que tinha arte mais que humana; mandava recados para o sertão, e era pontualmente obedecido. Por sua causa encheram-se os seminários, para aprenderem os meninos com ele. E assim também foi motivo para que se convertessem muitos maiorais. Morreu de excesso de penitências, porquanto a Companhia ainda não tinha constituições, e tomava cada um aquelas que queria. Usava de umas muletas para sustentar-se de joelhos, e de um tiracolo para as mãos erguidas na oração. Esteve só cinco ou seis dias de cama, e morreu a 29 de janeiro do referido ano de 1561. Foi o primeiro que na capitania de S. Vicente morreu na cama. Jaz sepultado na igreja de S. Paulo da vila de Piratininga (*loc. cit.,* nº 124).

1562

Não passaram as coisas "menos felizes na Bahia neste ano do que no antecedente; porque o padre Luís da Grã com seus obreiros não cessava momento na empresa começada". Incansável no seu apostolado, adminis-

trou mais de mil batismos em três ou quatro aldeias. Segundo o padre Simão de Vasconcelos no nº 119 (*loc. cit.*) fez o padre o seguinte fruto nas suas missões deste ano:

Em Santiago	120
Em S. João	550
Em Santo Antônio	400
Em S. Pedro	1:150
Em Itaparica	108
Em S. Miguel	897
Em Nossa Senhora da Assunção	1:090
Em Ilhéus (em uma aldeia)	170
Em Santiago	153
Em Santo Antônio	202
Em S. Paulo	212
Ao todo	5052

Ficam fora desta estatística as capitanias de S. Vicente e do Espírito Santo.

Pode saber-se destes batismos; porque os catequistas não os faziam, e só o provincial, quando ia em correção.

Defraudados os feiticeiros de suas honras e proveitos, pervertem com razões diabólicas os índios da aldeia de S. Pedro, a cargo do padre Antônio Rodrigues. Desamparam por isso a aldeia; mas vai atrás deles o padre Rodrigues, que os encontra a poucas jornadas, em número de mais de três mil, entre homens, mulheres e meninos, carregados de suas alfaias – de cuias, de potes, de patiguás e de cabaças – famintos e cansados, por serem muitos e o sertão estéril. Voltaram e compuseram-se em suas aldeias. Destes batizaram mais de mil e quinhentos. O padre Luís da Grã tenta depois uma missão ao rio de S. Francisco. Meteu-se com outros a caminho, e andadas muitas jornadas, experimentando graves perigos de homens e feras, voltaram cheios de fome, fracos, quebrantados e doentes.

Chegam no mês de julho à Bahia, vindos de S. Vicente os quatro seguintes religiosos: – o padre Manuel de Paiva e os irmãos Manuel de Chaves, Gregório Serrão e Diogo Jácome, todos versados na língua *tupi*

ou geral, dando o bispo Pedro Leitão a estes três ordens sacras, passados tempos.

Vão a Pernambuco, como superior, o padre João de Melo, e o padre Antônio de Sá, perito na língua do Brasil. Andava em revolta o governador com os principais da terra, com bandos de parte a parte. Compuseram os padres isso, bem como muitas contendas de particulares, espalhando os sacramentos da penitência e comunhão, em que acharam muitos descuidos. Com esmolas fundaram a igreja de Nossa Senhora da Graça, e ali estiveram até o ano de 1567. Mostravam-se os *tamoios* em S. Vicente mais alterosos e mais aguerridos, com o uso das armas, mais encarniçados com as presas, mais alentados com as vitórias, e mais soberbos com o auxílio dos franceses.

Reuniram os portugueses o maior poder de que podiam dispor e os acometem; mas ficam vencidos e desbaratados. A esta desgraça veio juntar-se a de que os *tupis* do sertão declaram-se inimigos, como também os gentios neutrais e os descontentes que haviam fugido dos portugueses, e assim todos confederados vieram sobre a vila de Piratininga (*loc. cit.,* n.os 131 e 132).

Compadecido um dentre os assaltantes das aflições dos moradores da vila, e lembrado da doutrina dos padres, escapa-se, rompendo mato, e vem dar notícia do ataque. Achavam-se em Piratininga dez religiosos, dos quais era superior o padre Vicente Rodrigues. Foi indescritível o susto e a confusão dos moradores.

Em vista deste lastimoso e grande aperto valeram-lhes os índios catecúmenos e batizados, cujos corações, movidos em favor dos "nossos", os impeliram a virem às ocultas e por meio de matos inextricáveis de seis ou sete aldeias, e isto de noite, com frios violentíssimos, expostos à geada. Acompanhavam-nos também mulheres e crianças "e vinham a bandos como trazidos pela mão de Deus" (*loc. cit.,* nº 133).

Foi *Tibiriçá* (Martim Afonso no batismo), principal de Piratininga, o que deu entre todos maiores provas de valor e lealdade.

"Fez maravilhas: recolheu-se com toda a sua gente de três aldeias, destruindo suas casas e roças para que lhes não desse cobiça de voltar".

Por cinco dias tardou o inimigo a aparecer, e durou a preparação do combate, e em todo esse decurso de tempo animava ele aos portugueses

e fazia práticas aos seus, e todavia, seu irmão *Araraig*, e seu sobrinho, eram com os inimigos, e sob o mando de *Jaguaranhó* (cão bravo).

Este sobrinho fez todo o possível para desviá-lo dos portugueses. Respondeu o tio – que confiava em Deus e havia de vencê-lo e matá-lo. Dão sobre a vila com grande estrondo de gritos, todos eles pintados, empenados, jactanciosos, tendo na retaguarda uma canalha de velhas, já com as panelas prontas. Fortificam-se os de Piratininga na igreja por ser lugar mais defensável, e ali recolhem as mulheres e filhos dos índios e dos portugueses. Atacando *Jaguaranhó* a igreja pelo lado da cerca, levou uma flechada que o estendeu morto. Desgostosos com essa luta fratricida e enfiados do sucesso, retiram-se os inimigos ao segundo dia de peleja, destruindo em sua passagem tudo quanto encontraram nos arredores. Resolvem-se os aliados a ficarem em Piratininga e a revestem de uma cerca de taipa a modo de muralha.

Sucedeu então grassar ali uma epidemia de disenteria de sangue bastante perigosa. Entre os muitos que dela morreram, contou-se infelizmente o bravo e fiel *Tibiriçá* (1562). Foi assistido do padre Fernão Luís. Deram sepultura na igreja dos padres a este índio, de quem dependeu em grande parte a vitória de Piratininga.

Trouxe este assalto o benefício de quererem todos os índios convizinhos os padres da Companhia, e os de Itanhaém não só os convidaram, como lhes deram na sua vila o melhor aposento que tinham (*loc. cit.,* nº 140).

Um índio dessa vila, chamado *Piririgoá Ogib* e com cento e trinta anos de idade recebe o batismo.

Enquanto iam as coisas com este bom rosto em Piratininga e mais partes sertanejas, andava o marítimo em perpétua lida com os *tamoios,* que vindo em suas canoas do Rio de Janeiro assaltaram a praia de *Boignaçugoaba* e outros sítios, levando cativos mulheres e crianças em grande quantidade. Andavam em canoas volantes de quinze e vinte remeiros por banda, mui destros no remar, e assim não havia preveni-los ou alcançá-los (*loc. cit.,* nº 143).

Por este tempo chegou de Portugal Vasco Fernandes Coutinho, que vendo a sua capitania do Espírito Santo desbaratada, pede socorro e Mem de Sá manda este navio da costa com gente, por capitão seu filho Fer-

não de Sá. Chegaram à foz do rio *Quiricaré*, na altura de dezenove graus. Aqui se foi incorporar com ele a gente da terra; e assim reforçados dão nos índios e os afugentam. Voltam estes encarniçados para desafrontar-se, põem tudo em confusão, e fogem "os nossos" para os navios, mas em tanta desordem que Fernão de Sá é morto às flechadas, e assim como ele muita gente.

Entra o ano de 1563 da era cristã, e vinte e quatro da Companhia, com uma terrível peste, que, começando na ilha de Itaparica, caiu sobre a cidade, e foi daí correndo ao norte, levando as aldeias de S. Paulo, S. João e S. Miguel. "Escassamente deixou viva a quarta parte dos moradores, calculando-se em trinta mil só na capital da Bahia".

"Consistia esta peste em dores nas entranhas que faziam apodrecer o fígado e bofes, e logo bexigas tão podres e peçonhentas, que caíam as carnes aos pedaços, cheias de bichos mal cheirosos". Foram os padres incansáveis em acudir aos moribundos. Chegam de Portugal mais quatro operários, o padre Quirício Caxa, e os irmãos Baltasar Álvares, Luís Carvalho e Sebastião de Pina. Luís Carvalho veio doente, e voltou sem experimentar melhoras. O padre Caxa abriu uma classe de gramática.

Na capitania de S. Vicente, principalmente na parte marítima, tudo eram assaltos, mortes, cativeiros, feitos pelos *tamoios* (*ob. cit.,* liv. III, nº 4). Na primeira oitava da Páscoa despediram-se Nóbrega e o seu companheiro Anchieta dos mais religiosos, para se virem meter entre os *tamoios*, no intento de os abrandarem. Chegados os dois missionários aos lugares fronteiros aos *tamoios*, daqui os levou a 21 de abril (1563) em barco próprio Francisco Adorno, nobre genovês e homem rico da terra. A 4 de maio aportaram às principais praias dos *tamoios*, em distância de vinte e seis léguas de S. Vicente, e na altura de vinte e três graus e um quarto. Assim as descreve o padre Simão de Vasconcelos:

"Tem seu princípio vindo da Vila de S. Sebastião, da última ponta da enseada, que chamam dos *Maramomis,* fronteira à ilha dos Porcos, correndo ao sul as três enseadas seguintes: dos Portos, de Uubatiba e das Laranjeiras, até entestar com o grão Cairuçu, penedias disformes, espanto dos navegantes, e pelo sertão cerro horrível de altas serranias, incultas, impenetráveis, muros enfim eternos da natureza" (*Loc. cit.,* nº 6).

Sabendo os *tamoios* que tinha desembarcado gente estranha em suas praias, acudiram logo, e ouvindo na sua própria língua deles as eloquentes saudações de José d'Anchieta, hospedado por *Coaquira*, abrandam-se. Vieram depois dois chefes, que deram doze índios de reféns para que fossem a S. Vicente.

Armam os padres no entretanto uma igrejinha coberta de palma, e ali dizem a 9 de maio a primeira missa, e começam a doutriná-los. Correu fama que eram os padres chegados às praias de *Iperoyg* com intentos de pazes, a cuja notícia acudiram muitos, uns por curiosidade, outros para estorvar os concertos.

O primeiro destes foi um principal de nome *Aimbiré* com dez canoas. Era um amigo dos franceses, sogro de um deles e inimicíssimo dos portugueses, dos quais fora assaltado, metido com ferropeias em uma canoa, donde fugira a nado; mas sempre lembrado da injúria, procurou agora vingar-se (*loc. cit.,* nº 10).

Chegado à aldeia onde residiam os padres, aconselhou que os matassem e lançassem mão do barco e portugueses que ali os trouxeram. Reuniram-se depois os velhos para tratarem do acordo de pazes; mas ali pronuncia-se *Aimbiré* contra elas e propõe que as não aceitem sem que primeiro lhes entreguem os de S. Vicente três dos principais que se haviam deles apartado e seguiam as partes dos portugueses. Conhecendo os padres o perigo que havia nisto, procuram com boas razões dissuadi-los desse propósito. Porém o peito do bárbaro *Aimbiré* ficou duro, e concluiu com arrogância nestas palavras: – "Pois que vós sois escassos de meus contrários, que têm morto e comido os meus, e os não quereis entregar, não tenhamos pazes", e voltou-se descortesmente a outra parte.

Aqui tomou a mão o velho *Pindobuçu* (palmeira grande), principal da aldeia, muito respeitado, e mostrou-lhe sua sem-razão. Assentaram então em ir embaixador expor o negócio "às cabeças maiores do governo". *Aimbiré,* confiado em si e na sua gente, propõe-se a esta embaixada, levado da danada tenção de perturbar as coisas; mas foi tão bem recebido e agasalhado em S. Vicente, que voltou satisfeito e de paz (*loc. cit.,* nº 12).

Libertos os padres deste perigo, sucede-lhes outro não menor; porque andando ambos na praia viram vir para o ponto onde se achavam uma canoa a toda a pressa e bem equipada e dirigida por *Paranapucu* (mar

espaçoso), também principal e filho do velho *Pindobuçu*, que, sabendo que tratavam na aldeia de pazes com os portugueses por influição dos padres, acudia para impedi-las e matá-los. Chega o índio à aldeia, persegue os padres, que o evitam milagrosamente, até que, afinal, aparece *Pindobuçu*, que dissuade o filho, contando-lhe maravilhas de seus hóspedes, de sua coragem, continência, etc., e ainda para mais o convencer, ameaça-os a todos com castigos do Céu, donde viria "mortandade de peste sobre eles", e os padres "nos lançarão (se quiserem) câmaras de sangue e febres malignas com que todos morramos". Ninguém se atrevia a fazer-lhes mal, protegidos pelo principal, como filhos.

Chegado o tempo de assentarem nas pazes, reúne-se conselho, a que assistem os padres. Expõem nele os velhos suas queixas e alegam os padres que trazem suas cabeças para abono da sinceridade do acordo. Aderem a elas primeiros que todos os da aldeia de *Itaperoig*. Consentem nelas muito mais tarde os do Rio de Janeiro e de Cabo Frio, "mais frio", para depois as quebrarem.

No fim de dois meses partiu o padre Nóbrega, deixando em refém Anchieta, para que os índios não desconfiassem.

Fora a partida de Nóbrega motivada pelas notícias que lhe vieram de que os bárbaros haviam entrado no forte de S. Vicente, e morto o capitão dele e a mulher, e levado a família cativa (*loc. cit.,* nº 17).

Via o padre Anchieta ameaçado o seu voto de castidade no meio desta gentilidade, e o virtuoso missionário, para escudar-se desse perigo, fez promessa a Virgem de compor a vida dela em verso, e como não tivesse papel, nem pena, nem tinta, "sai-se à praia e ali junto ao brando murmurar das águas, escrevia seus versos na areia, para melhor retê-los na memória" (*loc. cit.,* nº 22).

Paternina conta de uma ave graciosamente pintada, que com brando voo andava em torno de José, e enquanto ele ia compondo e escrevendo, lhe saltava, brincando, ora nas mãos, ora nos ombros, ora na cabeça.

Vasconcelos tem para si que aquela ave era o correio da Virgem, que lhe trazia despacho do que ele pedia, em galardão do seu trabalho e amor.

A concepção do poema era recurso para Anchieta fugir da concupiscência, porque no meio de mulheres não impudicas, mas nuas e inocentes, e por isso mesmo perigosas, ele só e no recesso dos matos, via-se assediado de tão temerosos inimigos.

Cansados alguns *tamoios* de esperar, ou levados de sua natural inconstância, assaltaram uma parte de S. Vicente, donde trouxeram portugueses cativos para *Itaperoig*. Tratou Anchieta do resgate deles, profetizando o dia e os nomes dos homens que haviam de trazer a ferramenta e pano para isso, o que de fato realizou-se, conforme predissera o padre (*loc. cit.,* nº 25).

A 6 de julho chegam as canoas que haviam levado padre Nóbrega a S. Vicente, espalhando falsamente que vinham fugindo por lhes ter avisado um escravo que os portugueses os queriam matar; tanto assim, que um Domingos Braga matara um da companhia de *Aimberé.* "Com estas mentiras ficaram triunfantes os do Rio de Janeiro" que se achavam em *Itaperoig*, levantaram-se e intentaram levar o padre Anchieta e outros portugueses que ali se achavam; mas não o conseguiram por lho impedirem *Pindobuçu* e os mais principais da aldeia (*loc. cit.,* nº 29).

Ainda se não tinham bem recobrado deste aperto, quando chegaram outras dez canoas do Rio, intentando levar o padre Anchieta, ou a menos um português chamado Antônio Dias, que tinha ido resgatar a mulher e filhos, cativos em guerras passadas. Opôs-se a isto *Pindobuçu* com veemência e calor, chegando até a ameaçar os índios, e daí dirigiu-se ao padre e lhe disse: – "Filho José pede a Deus que me dê larga vida, que do mais não tenhas medo". Soube-se depois que o que se dizia ter sido morto, tomado de medo sem fundamento, se meteu pelos matos, e veio ter à aldeia no fim de um mês.

Foram então chegando os mais índios da embaixada de *Aimbiré*, e contaram como tinham feito as pazes e com que cerimônias; sucedendo isto primeiro em S. Vicente, depois em Piratininga e em Itanhaém, não só com os *tupis* dos padres, como com os de *Mairanhaia*, que viviam todos eles entre si em pazes (*loc. cit.,* nº 31).

Estabelecidas as pazes, retira-se dali aos 14 de setembro o padre Anchieta acompanhado por *Cunhambeba*, seu amigo, e chega ao colégio a 21 do mesmo mês.

Entra o ano de 1564.

Os moradores da Bahia têm fome por efeito da peste do ano antecedente e por falta de quem cultivasse as terras; mas além disso obravam também a intempérie e más influências do ar. Nasciam as plantas viçosas e morriam malogradas. Foram os índios das aldeias vítimas da fome, perecendo muitos dela (*loc. cit.*, nº 38). Os que escapavam nas aldeias vizinhas à cidade, "levados do aperto, por causa do comer, vendiam-se a si mesmos, trocando a liberdade, uns por uma cuia de farinha, outros alugavam-se para servir toda a vida, outros vendiam os filhos, ou aos que fingiam, para esse fim, seus". Muitos eram senhoreados dos portugueses, sem nenhum contrato anterior. A aldeia de Itaparica por causa da fome se muda para Santa Cruz de *Jogoaripe*. A de Nossa Senhora da Assunção de *Tapepitanga* e a de S. Miguel de *Taperagoá* foram desamparadas, e espalham-se os moradores pelo mato em busca de sustento, e assim acabam-se estes aldeamentos.

Os padres João Pereira, Adão Gonçalves, Jorge Rodrigues e outro irmão estiveram a ponto de serem mortos às mãos dos que fugiram das aldeias de *Taperagoá* e *Tapepitanga*, por lhes quererem aqueles impedir a fuga. De tantas aldeias, ficaram somente cinco, que essas mesmas depois se reduziram a quatro. Não era menor embaraço o voltarem muitos índios sem mulheres, de quem não sabiam, e quererem casar e se descontentarem de o não poderem fazer.

Consultada a Mesa da Consciência de Lisboa sobre aqueles pontos, resolveu:

"Que o pai podia, em direito, vender o filho em caso de apertada necessidade, e que qualquer se podia vender a si mesmo para gozar do preço". Consultam entre si o bispo D. Pedro Leitão, o governador Mem de Sá, o ouvidor Brás Fragoso e o provincial Luís da Grã, e assentam que se publicasse a resolução, e os índios que estivessem fora dela fossem havidos por livres" (*loc. cit.,* nº 40).

"Porém", diz Vasconcelos, "como os moradores da Bahia e de toda a costa estavam feitos senhores de tão grande quantidade de índios, vendidos fora da justiça por tios, irmãos e parentes, que não tinham direito sobre eles, determinou-se que os tais eram livres. Visto, contudo, as grandes dificuldades que se alegavam, de se largarem os índios do serviço dos portugueses, e porque podiam outra vez meter-se entre os gentios,

com dispêndio de suas almas, e não sem perigo da república, foi permitido que ficassem em casa dos que os tinham, com as condições seguintes: Que os ditos índios, assim mal havidos, fossem avisados de sua liberdade; mas que como livres servissem aqueles que os resgataram em suas vidas, por evitar os inconvenientes que do contrário se podiam seguir; e que fugindo os tais índios os pudessem os amos mandar buscar e castigar; e com condição que os amos, em reconhecimento da liberdade deles, lhes pagassem em cada um ano por seu serviço aquilo que justamente lhes fosse taxado, com declaração de que, continuando eles a fugir para o gentio, sendo depois da primeira vez, perdessem a soldada de um ano, em recompensa do que os amos perderiam em buscá-los. E outrossim que os possuidores dos ditos índios não os poderiam vender, nem dar, nem trocar, nem levar fora do Brasil; e os que os não quisessem possuir com as condições apontadas, os pudessem tornar a dar aos que lhos venderam, sem título de domínio que tivessem sobre eles, e estes lhes tornassem o preço". (*Loc. cit.,* nº 41)

"Porém, nem estas condições se guardaram, nem a resolução serviu de mais que de cativarem mais índios com capa de vendidos por si mesmos, ou por seus pais, ou parentes, porque enganavam os pobres, e quando iam a resgatar, faziam que dissessem o que queriam: sendo que (tirando poucos na força da fome sobredita) raramente se achará que algum índio se vendesse a si ou a filho legítimo; nem as suas necessidades são tais que se não possam remediar sem semelhante rigor de vendas, contrárias à liberdade natural, tão estimada deles e de todos os homens". (*Loc. cit.,* nº 42)

"Nem também a condição permitida do serviço dos índios por toda a vida, posto que por seu estipêndio, deixava de ser violenta, e quase modo de cativeiro, a não intervirem gravíssimas razões verdadeiras que a coonestassem".

É também para lastimar outro mal que sobreveio aos desgraçados índios. "Por morte do bispo Sardinha, promulgou-se uma sentença contra os índios *caetés*, dando-os por escravos e todos os seus descendentes. Havia nas aldeias grande quantidade de *caetés*; não só estes eram ávidos por cativos, mas à volta deles muitos que o não eram".

Em consulta com o ouvidor resolveu o governador que fossem excetuados da sentença os que se reduzissem à igreja.

"A limitação não foi de fruto; porque eles, ou se não acolhiam às igrejas, ou se o faziam, não estavam ali seguros dos portugueses, e, como desesperados, fugiam e morriam à fome, ou se metiam com seus próprios inimigos e morriam a mãos violentas".

Sendo informado o governo da metrópole dos muitos enganos que nesta matéria se cometiam, revogou Filipe II, pela lei de 11 de novembro de 1595, todas as de seus antecessores, mandando que somente fossem cativos os tomados em guerra justa. A 30 de julho de 1609 é promulgada outra lei revogando as antecedentes e declarando livres todos os índios do Brasil, batizados ou não, ainda que fossem comprados e julgados cativos por sentença, ficando nulas todas as vendas como as sentenças.

Saíram na Bahia com embargos e réplicas; mas veio a lei de 10 de setembro de 1610 confirmá-la, e a 31 de março de 1640 apareceu outra lei ordenando que nenhum índio, ainda infiel, pudesse ser cativo nem posto em escravidão por nenhum modo, causa ou título, nem privado de seus bens, filhos, mulheres, etc.

Acompanhando a narração de Simão de Vasconcelos, fico aqui na citação das leis promulgadas em benefício e confirmação da liberdade dos índios, observando, contudo, de passagem que tanto estas disposições como as que baixaram em termos posteriores sucessiva e frequentemente, demonstram por isso mesmo sua ineficácia, sendo tidas por letra morta, burladas e menosprezadas não só por aqueles cujos interesses eles feriam, como pelos próprios encarregados de as fazerem observar.

Reatando o fio cronológico dos acontecimentos, afirma o cronista (*loc. cit.,* nº 45) que no ano de 1564 era crescido o número de obreiros da província do Brasil; "porque na Bahia eram os padres dez e os irmãos quinze; em S. Vicente e Piratininga dezoito por todos; no Espírito Santo dois; dois em Porto Seguro; dois em Pernambuco e três em Ilhéus".

Dota el-rei (D. Sebastião) o colégio da Bahia com uma côngrua para o sustento de sessenta religiosos, sendo tirada da redízima da capitania.

Em fevereiro deste ano de 1564 morre na casa professa de Roma o geral Diogo Laynes, a quem se fazem pomposas exéquias, e o cronista

mostra-se pesaroso por não caber-lhe tecer na sua obra o panegírico de seu superior, e contenta-se de remeter os curiosos para os que historiam a vida de Laynes, que foram o padre Francisco Sachino, nas *Crônicas da Companhia de Jesus*, do nº 200 em diante, do liv. VIII; *Dos quatro gerais da Companhia*, do padre Eusébio de Nieremberg.

Edificava-se este mesmo ano na capitania de Ilhéus, com grande calor, o templo para os religiosos da Companhia, residindo já ali três sujeitos dela.

"Tem seu princípio esta capitania de Ilhéus da ilha Tindaré, onze ou doze léguas da Bahia correndo ao sul, e vai correndo deste lugar ao mesmo rumo, cinquenta léguas por costa, até acabar no porto e rio de Santa Cruz, três léguas de vila de Porto Seguro, etc". (*Loc. cit.,* nº 48). Nos seguintes n.os *usque*, o nº 55, ocupa-se o padre Simão de Vasconcelos em descrever a referida capitania.

Ouvido com satisfação pela rainha regente o feliz êxito da expedição de Mem de Sá contra os franceses e *tamoios* do Rio de Janeiro, e das pazes alcançadas do gentio daquelas partes pelos padres Nóbrega e Anchieta, expediu o capitão Estácio de Sá com dois galeões e aprestos de guerra, para que fosse à Bahia e ali estivesse às ordens de seu tio, o governador-geral.

Chegou Estácio de Sá à Bahia, e conheceu o governador que era da vontade da rainha que presidia-se a fortaleza de Villegaillon "e metesse gente no Rio de Janeiro para senhorear a terra e lançar de todo fora o francês".

Agregando Mem de Sá ao capitão-mor Estácio navios da costa e alguma gente militar, fez-se este ao mar, e em fevereiro deste ano (1564) entrava a barra do Rio de Janeiro, e foi dali discorrendo a costa, depois de mandar recado a Nóbrega para que viesse de S. Vicente, para o aconselhar, como era do regimento que lhe dera o tio. Soube então de um francês, que tomara, que os *tamoios* do Rio estavam alterados, como teve ocasião de verificar ser exato, acrescendo que pouco depois soube que os de S. Vicente estavam também em guerra, o que explicava a demora do padre Nóbrega em avistar-se com ele. Resolveu-se por isso a ir a S. Vicente, e em abril partiu para ali. Nesse ínterim chega Nóbrega, que, arrastada sua canoa pelo vento, vê-se perdido no meio daquela gentilidade inimiga;

mas a mesma tormenta, que impedia sua canoa de fugir dali, forçou a armada de Estácio de Sá a voltar atrás, e assim encontraram-se e foi salvo o padre.

Tomando Estácio de Sá conselho do padre Nóbrega, foram-se a S. Vicente refazer-se de mantimentos e embarcações de remo. Achou o capitão-mor que os índios de *Itaperoig* conservaram-se fiéis ao acordo de pazes, em especial seu principal, *Cunhambeba*, que assentara com toda a sua gente casa fronteira aos *tupis* de S. Vicente; mas não procediam na mesma conformidade os *tamoios* do Rio, antes hostilizavam de contínuo os desta costa.

Não se mostravam os da armada dispostos à empresa. Emprega o padre Nóbrega rogativas e apresenta-lhes tão boas e valiosas razões, que, ajudado por Estácio de Sá, afinal resolveu-os a cumprirem as ordens de seus superiores de povoar o Rio de Janeiro (*loc. cit.,* n.os 60 a 64).

Com a entrada do novo ano de 1565 ficou sossegado o espírito do governador Mem de Sá com as cartas do sobrinho e do padre Nóbrega dando conta da marcha dos negócios a eles incumbidos. Acrescenta-se o colégio da Bahia com nova classe de latim e uma lição de teologia moral.

Neste mesmo ano houve congregação dos padres professos da Companhia, e foi nela eleito o santo padre Francisco de Borja, que fora duque de Candia; e nessa mesma congregação escolhido procurador da Índia e do Brasil o padre Inácio de Azevedo, com o cargo de visitador da província do Brasil.

Em abril deste ano sucumbiu a uma febre, em Espírito Santo, o padre Diogo Jácome, que fizera tantos serviços à Companhia e resgatara quantidade de gentios para a fé cristã (*loc. cit*., n.os 68, 69, 70 e 71).

A 20 de janeiro era já partida a armada de Estácio de Sá do porto de *Buriquijoca*, e a 20 de março ocupava a barra do Rio de Janeiro e lançava ferro junto às ilhas que estão próximas a ela. Juntou todas as embarcações, aproximou-se a frota de terra e desembarcou a infantaria, que se fortificou junto ao Pão de Açúcar. Logo no dia 6 de março sofreram um assalto dos *tamoios*, que não teve outro resultado mais do que aprisionarem um dos índios da força portuguesa. A 12 foram os portugueses em dez canoas acometer os *tamoios*, que lhes armavam uma cilada com vinte e sete canoas, e aos quais tiveram a fortuna de derrotar e afugentar (*loc. cit*., nº 78).

Aparecendo em junho três naus francesas e inúmeras canoas de índios seus aliados, Estácio de Sá não se acovardou, antes foi encontrá-los e os destroçou. No mês de outubro teve mais outra escaramuça, igualmente feliz, e por último remate dos sucessos deste ano pôs a capitania em bloqueio uma aldeia e desbaratou-a completamente.

Em princípios de 1566 tornou-se à Bahia Anchieta, trazendo ao governador as gratas novas que vão acima resumidas. O bispo Leitão ordenou-o então de ordens sacras. A 24 de agosto chega à Bahia o padre Inácio de Azevedo, encarregado de visitar a província e dispor as coisas de conformidade com as novas constituições, podendo depois tornar-se, se assim lho aprouvesse. Levou consigo cinco obreiros. Quanto a este número discorda o cronista do padre Baltasar Teles.

Achou assim distribuídos os jesuítas: – na Bahia trinta religiosos, com uma classe de ler, escrever e doutrina cristã, duas de latim e uma de casos. Estavam-lhe anexas cinco aldeias, e em cada uma delas um padre e um irmão; em Pernambuco dois; em Ilhéus três; em Porto Seguro dois; em Espírito Santo quatro, com uma classe de meninos, de ler, escrever e doutrina, e duas aldeias; em S. Vicente doze, com duas classes, uma de ler, escrever e doutrina, e outra de latim; em Piratininga seis, com algumas aldeias, e na guerra do Rio de Janeiro dois: ao todo sessenta e três religiosos.

Em novembro deste ano de 1566 embarcam-se o bispo D. Pedro Leitão e o visitador padre Inácio de Azevedo na armada do governador Mem de Sá, que partiu para o Rio de Janeiro com socorro, a fim de concluir a guerra e fundar a cidade por ordem de D. Sebastião segundo o parecer do padre José d'Anchieta. Levou consigo o provincial Luís da Grã e os padres José d'Anchieta, Antônio Rodrigues, Baltasar Fernandes e Antônio da Rocha.

Por todo o decurso do ano foram vários os sucessos da guerra; mas sempre venturosos aos portugueses, tanto que já os *tamoios* desesperavam das ciladas que armavam e diziam "que até os pássaros nos avisavam delas". Relata o cronista no nº 97 (*loc. cit.*) o feito que deu lugar à instituição da *festa das canoas*, que escuso aqui recapitular; tratando dela mais de espaço no tomo II desta obra.

Aos 18 de janeiro de 1567 surge na barra do Rio de Janeiro a armada de Mem de Sá, e no dia do mártir S. Sebastião (20 de janeiro) assaltam os seus as duas principais aldeias do inimigo. Depois de pertinaz e muita disputa peleja, foi entrada e destroçada *Uruçumiri*, fortificação mais importante dos *tamoios*, "com lastimoso estrago, porque dos *tamoios* não ficou um com vida. Dos franceses morreram dois no conflito, e cinco, que houveram às mãos os portugueses, foram pendurados em um pau para escarmento dos outros" (*Loc. cit.*, nº 101). A segunda fortificação investida foi a do principal *Parané-pucuri*, que foi também vencida e arruinada. À vista destas duas vitórias consecutivas desanimaram os *tamoios*, e uns embrenharam-se pelo mato dentro, e outros pediram pazes. Tomaram os portugueses posse destas enseadas e forças, traçando desde logo poderosas fortificações de pedra e cal. Não foi, contudo, completo o regozijo dos vencedores, porque não tardou que tivessem de carpir a morte do esforçado Estácio de Sá, que veio a sucumbir em consequência de uma flechada que recebera no rosto havia um mês.

Depois destes acontecimentos partiram os padres Inácio de Azevedo, Luís da Grã, Anchieta e os mais companheiros com o bispo Leitão a encontrarem-se em S. Vicente com o padre Manuel da Nóbrega. Ocupa-se o cronista nos n.ºˢ 110, 111 e 112 de dar notícia dos milagres que ali obrou o padre José de Anchieta. No mês de junho fizeram-se estes visitantes de volta ao Rio de Janeiro, sucedendo na jornada um caso milagroso (*loc. cit.,* nº 113), e que, como tempero indispensável das viagens dos jesuítas, escuso referi-lo.

Chegados ao Rio de Janeiro, marcou-lhes o governador sítio para seu colégio, aplicando "dote da renda necessária para sustento de até cinquenta religiosos".

Aparece no Rio de Janeiro João de Bolés, que dera tanto que fazer, em 1559, ao padre Luís da Grã, e que vinha agora remetido preso da Bahia. Manda-o justiçar o governador por um algoz. Pede então o padre Anchieta que se sobrestivesse na execução enquanto procurava converter o herege. Uma vez logrado este intento, foi o pobre Bolés relaxado ao braço secular. Não era, porém, perito o algoz e fazia sofrer o paciente. O padre Anchieta, que se doía deste erro de ofício, sem que temesse a suspensão canônica por acelerar a morte, passou a ensinar ao inexperiente carrasco como devia manobrar.

Tendo o padre Inácio de Azevedo regularizado, no entanto, as coisas nos colégios do Rio de Janeiro, de S. Vicente e de Piratininga, volveu à Bahia, visitando de caminho os colégios e aldeias do Espírito Santo e Ilhéus.

Daí preparou-se para sua jornada a Roma; mas não a quis fazer, apesar de lha facultar o geral da Ordem, sem consultar primeiro a congregação provincial, que, indo adiante de seus desejos, o nomeou, com aplauso de todos, procurador-geral da província do Brasil, e a 14 de agosto de 1568 partiu, com efeito, determinando antes ao padre Luís da Grã que, visto instar o tempo de ir a Roma, fosse ele a Pernambuco "entabular a residência por tanta vez começada e instalada agora por aqueles povos".

Em junho chega ali o padre Luís da Grã, acompanhado do padre Diogo de Freitas e de outros religiosos, e compostas as coisas ao jeito da Companhia, deixou nessa residência ao padre Freitas como superior e voltou ao colégio da Bahia. Abriu aquele superior classe de ler, escrever e doutrina, e logo que chegou reforço de Portugal, uma de latim (*loc. cit.*, nº 123).

Continuava no entretanto no Rio de Janeiro o governador Salvador Correia de Sá a edificar a cidade e o padre Nóbrega o colégio. "Estava, porém, já mui debilitado o vigor corporal deste insigne obreiro; padecia graves acidentes de sangue e malencolia, que o chegavam a apertos grandes, e o que ultimamente lhe causou sentimento maior foi ver-se em breve tempo destituído de um dos companheiros que muito o ajudava" – o padre Antônio Rodrigues, que morreu a 20 de janeiro deste ano de 1568.

Apareceram na barra do Rio de Janeiro quatro naus francesas, que iam com *tamoios* em busca do índio *Tibiriçá* (Martim Afonso de Sousa), fiel e constante aliado dos portugueses. O governador avisa-o disto ao mesmo tempo que manda pedir socorro de canoas e gente a S. Vicente. Prepara-se *Tibiriçá* para receber os inimigos; mas assim que chegam, reconhece seu número e meios muito inferiores aos deles, e, portanto, tem-se por perdido. Quis o destino, porém, que os franceses e *tamoios* guardassem o ataque para o seguinte dia, e chegasse nessa noite um reforço que o governador lhe mandava da cidade. Nessa mesma noite, alentado com o socorro, acomete com fúria e de improviso, e no silêncio e escuro da noite, o inimigo descuidado. Foi disputada a peleja, voltando o inimigo por fim as costas. "Seguiram os nossos em o seu alcance, e com pouco dano recebido fizeram uma grande matança". (*Loc. cit.,* nº 133)

Enquanto estavam empenhados uns e outros nesta briga, as naus francesas, que se tinham chegado muito a terra, ficaram em seco com a vazante da maré, adernaram e não puderam jogar a artilharia, o que advertido pelos de terra, assestaram um falcão pedreiro que tinham, e "vomitando nos conveses virados à terra à mão tente nuvens de pedras, mataram muitos dos franceses e destroçaram alguma enxárcia miúda". Largaram-se então daí para Cabo Frio os franceses e *tamoios* tão resumidos, que com esta vitória alcançada pelas armas portuguesas ficou o Rio de Janeiro desassombrado, e os franceses retiraram-se de envergonhados para sua pátria (*loc. cit.*, nº 134).

Chega depois disto o reforço que o governador mandara pedir a S. Vicente, e não encontrando o a que vinha "tomaram ponto de honra voltar sem efeito de guerra". Mandou-os, pois, o governador reconhecer Cabo Frio para um assalto, e sabido que achava-se ali uma nau francesa de duzentas toneladas bem artilhada, ajuntou ele a esse socorro força da cidade, e pondo-se à frente da expedição, foi atacar a nau. Quando menos ela esperava, viu-se uma madrugada cercada de infinidade de pequenas canoas, sendo-lhe inútil o fogo da artilharia, por isso passava por alto, enquanto os portugueses e índios feriam a seu salvo os da nau. Três vezes tentaram os portugueses subir ao convés dela, e outras tantas foram repelidos, de todas elas caindo ao mar o próprio governador todo armado; sendo, porém, salvo pelos índios, que se atiravam à água para acudi-lo. Descobriram então os da expedição que toda a bravura dos franceses era incutida pelo exemplo de seu esforçado capitão. Tentavam debalde inutilizá-lo, porque as flechas encontravam na armadura de que estava revestido insuperável resistência. Então um dos índios, destro atirador, perguntou se não havia lugar por onde penetrasse uma flecha, e ao indicar-se-lhe a viseira, fez tão certeira pontaria que varou o olho de capitão e o estendeu morto. Em vista disto, esmoreceram os da nau, de modo que os das canoas puderam nela penetrar e levaram tudo de rojo. Mandou o governador dar depois à vela e entrou no Rio com a nau. "Deu saco aos soldados, que em breve vestiram-se dos melhores panos. A artilharia aplicou para defensa da cidade, e veem-se hoje algumas das peças na fortaleza de Santa Cruz". (*Loc. cit.,* nº 136)

O quarto e último livro da *Crônica* do padre Simão de Vasconcelos vem todo cheio com a relação da viagem do padre Inácio de Azevedo a

Roma, da satisfação com que foi ali acolhido e dos favores que liberalizou-lhe o pontífice; da sua estada com os padres que alistara para sua província, na quinta de Val-do-Rosal, entre Caparica e Azeitão, durante cinco meses em que aguardava monção, por grassar em Lisboa nesse verão uma epidemia; da sua tornada em 1570 ao Brasil com os trinta e nove companheiros; e o caso com o corsário Jacques Soria, em que se não afasta da *Crônica* do padre Baltasar Teles, que ficou atrás compilada. No nº 112 e seguintes diz que as naus do governador Luís de Vasconcelos, que tinham seguido no referido ano, e onde iam outros padres, viram-se constantemente açoitadas de tormentas e ventos contrários.

No dia 18 de outubro deste ano (1570) morre o padre Manuel da Nóbrega no seu colégio do Rio de Janeiro tendo sido antes, como diz o cronista, avisado do Céu de sua derradeira hora (*ob. cit.,* liv. IV, nº 116). Ocupa-se no mais até concluir a obra de comemorar as virtudes e feitos, não passados no Brasil, dos trinta e nove companheiros que, seguindo para ali com o padre Inácio de Azevedo na nau *Santiago*, foram aprisionados e postos à morte pelo referido corsário Jacques Soria; portanto é ocioso relatá-los de novo, sem proveito algum para o meu propósito. Seguem-se por último os versos latinos do padre José d'Anchieta dedicados à Santíssima Virgem quando esteve em reféns entre os *tamoios*, e com eles fecha a *Crônica.*

Notas

. . . .

Nota A[1]

... basta atentar nos preceitos da *Monita secreta*... pág. 18

PRÓLOGO

"ESTAS *Instruções secretas* guardarão com zelo e cuidado os superiores da ordem, tendo-as sempre consigo e unicamente comunicando-as aos professos instruídos, para que conheçam quanto fruto resulta à Companhia do seu uso; porém só as hão de comunicar debaixo de sigilo, como escritas e tiradas da própria e particular experiência que havemos adquirido; e porque alguns de nós outros já são sabedores de muitos destes segredos, teve cuidado logo no seu princípio a Companhia que nenhum deles pudesse passar para outra religião que não fosse a dos *cartuxos,* pela sua abstração de vida e perpétuo silêncio que guardam na observância da sua regra, confirmada pela sé apostólica.

"Pôr-se-á toda a vigilância para que estas *Instruções* não cheguem às mãos dos estranhos; porque as interpretarão sinistramente, emulados da nossa distinção e sabedoria; e se isto acontecer (que Deus tal não permita), negue-se que estes sejam os pareceres ou os pensamentos da Companhia de

---

1 A doutrina dos jesuítas, compendiada nas *Instruções secretas,* era guardada pelos superiores com muito sigilo, como o próprio prólogo que as precedia, e vai acima transcrito, melhor o explica.

Jesus, contestando-os com alguns dos nossos, que precisamente as deverão ignorar, confundindo-as com as *Instruções* gerais escritas ou com as *Ordenações* impressas.

"Inquiram sempre os superiores com diligências e cautela se estas *Instruções* terão sido reveladas por algum de nós outros aos estranhos, e nenhum por si nem por terceira pessoas as poderão trasladar senão com expresso consentimento do provincial ou do geral. Se houver aparências ou suspeitas de que algum de nós outros não guarda tão importante segredo da Companhia, impute-se-lhe que o tem revelado a estranho, e logo seja na forma recomendada expulso da Companhia sem remissão."

. . . .

Instruções Secretas

CAPÍTULO I

DE QUE FORMA SE HÁ DE PORTAR A COMPANHIA QUANDO COMEÇA ALGUMA FUNDAÇÃO DE NOVO

"Para fazer-se agradável aos vizinhos do lugar, convirá muito explicar o fim que a Companhia tem nestas fundações, assinado na sua *regra,* onde se diz: que a Companhia atende com o sumo gosto a saúde do próximo, e com tanta igualdade como sua própria, pelo que hão de os nossos religiosos exercitar-se nos obséquios mais humildes dos hospitais, hão de ouvir as confissões com quietação e generalidade; porque à vista desta caridade tão desusada e tão nova os vizinhos mais eminentes se admirem de nós e nos amem. Tenham todos em memória que a faculdade para exercitar os ministérios da Companhia, se há de pedir modéstia e religiosidade, e que estudem muito em acariar a benevolência de todos, mormente dos eclesiásticos, como também dos seculares, de cuja autoridade necessitamos. Também é preciso, em lugares distantes aonde se há de receber as esmolas, ainda que sejam pequenas, ponderar-se a necessidade dos nossos, e logo essas esmolas se darão aos pobres, para que se edifiquem os que não conhecem a Companhia, e por este modo hajam de ser conosco muito mais liberais. Deve-se muito dar a entender que todos temos o mesmo espírito, para que aprendam a ter o mesmo exterior e uniformidade de tantas pessoas, a fim de edificar a todos; e os que obrarem o contrário sejam expulsos sem remissão.

"Reservem-se os nossos de comprar bens de raiz logo ao princípio de alguma nova fundação; porém, se comprarem alguns faça-se isso em nome de alguns amigos da Companhia, que sejam verdadeiros e de segredo, para que melhor resplandeça a nossa pobreza; e aquelas fazendas que estão contíguas aos lugares dos nossos colégios remotos, para que nunca possam os principais e magistrados ter notícia certa dos réditos da Companhia. Não se empenhem os nossos em fundar colégios senão nas cidades opulentas, porque o fim da Companhia nesta parte é imitar a Jesus Cristo Senhor Nosso, que morava em Jerusalém e outros lugares grandes, e que nos pequenos só estava como de passagem.

"Cuidem muito em exagerar às viúvas, principalmente ricas, nossas necessidades; porque com estas exagerações se lhes hão de tirar consideráveis esmolas e somas ainda que seja por violência. Só os provinciais saberão o valor dos nossos réditos; porém, quanto seja o capital do nosso tesouro que está em Roma isso é sacramento e mistério de que só o geral terá notícia. Preguem os nossos em toda a parte e promulguem nas conversações, que viemos a ensinar meninos e em subsídio dos povos; que tudo fazemos de graça e sem exceção de pessoa alguma, e que não servimos de gravame à república, como as outras religiões estão servindo."

CAPÍTULO II

DE QUE MODO HÃO DE ADQUIRIR E CONSERVAR OS PADRES DA COMPANHIA A FAMILIARIDADE COM OS PRINCIPAIS E GRANDES DA REPÚBLICA

"Todo o empenho se há de pôr em ter entrada com os principais e grandes dos reinos, e de todo o mundo, para que não haja quem se atreva levantar-se contra nós; mas antes se vejam precisados a estarem dependentes de nós outros, como a experiência nos ensina, que os principais e grandes se afeiçoam aos eclesiásticos quando estes dissimulam os seus fatos odiosos e lhos interpretam à melhor parte. Isto devem fazer sempre os nossos, como também em contrair matrimônios com parentes por consanguinidade ou afinidade, e outros semelhantes casos. Devemos induzi-los a que ponham a sua esperança em nós, e que com facilidade tiraremos estas dispensas do papa, as quais não poderá negar explicando-lhe as razões que há para concedê-las, e trazendo-lhe exemplos e alegando sentenças favoráveis a título de bem comum e maior glória a Deus, que é o alvo da Companhia.

"O mesmo se há de fazer se o príncipe empreender alguma coisa que não seja agradável; igualmente a todos os grandes hão de ser movidos, e se investigará os ânimos dos mais a comoverem-se e acomodarem-se a não o contrariarem; porém, isto há de ser em geral e não baixando a particularidade, para que se o negócio tiver êxito não se impute à Companhia; e se por acaso este modo de obrar em algum tempo for reprovado, publiquem-se instruções contrárias e acrescente-se a autoridade de alguns padres que ignoram estas *Instruções secretas,* para com juramento poderem afirmar que a Companhia padece calúnia.

"Ajudará não pouco a ocupar os ânimos dos principais se os nossos com desteridade e por terceiras pessoas insinuarem que tomaram a seu cargo as embaixadas honoríficas, e favoráveis para outros príncipes e reis, e com especialidade para o pontífice e outros supremos monarcas, e por esta ocasião se poderão recomendar a si mesmos e à Companhia; mas para isso não se hão de destinar senão os que tiverem maior zelo e os que mais estiverem versados nestas *Instruções*. Os comensais dos príncipes, e, principalmente, os domésticos, hão de ser tratados com mais familiaridade, e obrigados por meio de algumas dádivas pequenas e ofícios de propriedade, para que assim, bem dispostos, instruam facilmente os nossos das inclinações dos príncipes, e, conseguindo isto, com facilidade se acomodará à Companhia os seus gênios.

"A experiência há ensinado quanto a Companhia tem adquirido e aumentado por tratar de matrimônios entre os príncipes das casas d'Áustria, França e Polônia, e ainda dos ducados soberanos; e por isso com prudência se escolha noviços que tenham amizades e parentescos com os grandes da corte e com os amigos dos nossos. Quanto, porém, às mulheres dos grandes, essas com facilidade serão atraídas a nossa direção por suas aias mais particulares, pelo que convém que sejam fomentadas por todos os modos: e desta maneira teremos *porta franca* para sabermos de todas as coisas, ainda por mais *secretas* que elas sejam.

"Para os nossos dirigirem bem as consciências dos grandes seguirão as sentenças dos autores que mais toleram, contra a opinião dos outros das mais religiões, ainda que fossem muito santos, para que, deixados estes, dependam da nossa direção e conselho. Também se deve segurar aos príncipes, prelados e mais pessoas grandes, e a todos os que podem fazer algum favor extraordinário à Companhia, que os farão participantes de todos os merecimentos da Companhia, dando-lhes a entender o valor de tão grande privilégio. Hão de também ensinar com cautela e prudência amplíssimas faculdades que a Companhia tem para absolver, ainda nos casos mais reservados e gravíssimos, o que não têm outros pastores, ou sejam clérigos ou religiosos, e também para dispensar os jejuns, em pagar e pedir o débito conjugal nos impedimentos de matrimônio, e em outras muitas coisas, e com isso se conseguirá que todos venham recorrer a nós.

"Também haverá muito cuidado em serem convidados os grandes aos sermões, às orações, congregações e exercícios literários, em os quais hão de ser honrados com versos e conclusões, escritos e impressos, e a eles dedicados; e se convier para alguma coisa serão também convidados à mesa onde estão os três que fazem o principal cerimonial, e serão saudados com ditos discretos e galantes.

"As amizades e as dissensões entre os grandes se hão de avocar a nós para que se reconciliem; e assim poderemos vir pouco a pouco ao conhecimento das famílias e dos seus segredos, e a estarem obrigados a nós uma e outra parte.

"Se o monarca, príncipe ou grande for pouco afeto à Companhia deve-se pôr todo cuidado, ou pelos nossos ou pelos amigos deles, a induzi-lo à amizade e familiaridade da Companhia, prometendo-lhe favores e adiantamentos, que se procurarão alcançar de seu príncipe ou monarca. Abstenham-se todos de recomendar a alguma pessoa os *expulsos* da Companhia, particularmente aqueles que de sua vontade deixarem a *roupeta;* porque ainda por mais que dissimulem sempre vão com irreconciliável *ódio* à Companhia. Finalmente, de tal modo solicitem todos a conciliar os príncipes e grandes de qualquer lugar que obrem por eles fielmente, ainda mesmo contra os sanguíneos parentes por afinidade e seus amigos, por grandes que sejam quando a ocasião se ofereça."

CAPÍTULO III

COMO SE HÁ DE PORTAR A COMPANHIA COM AQUELES QUE TÊM AUTORIDADE GRANDE NA REPÚBLICA, AINDA QUE NÃO SEJAM RICOS PORÉM QUE POSSAM DE OUTRO MODO AJUDAR A COMPANHIA

"Além do mais que está expendido no capítulo antecedente, que quase todo em proporção se pode aplicar aqui, há de se buscar o favor destes e da sua graça para contra os nossos adversários. Deve-se usar da sua autoridade, prudência e conselho para adquirir grandes empregos, que hão de estar a cargo da Companhia, e que tacitamente se servirá com o segredo de seus nomes para aquisição de bens temporais; porém isto se estende quando se pode dos tais fazer suficiente confiança. Também se sirva a Companhia destes para refrear os homens mais vis e a plebe, contrária

a nossa Companhia, aos bispos, prelados e outros eclesiásticos superiores. Havemos sempre pedir o que nos for conveniente, atendendo à disposição ou desafeto que nos tenham esses a quem temos de nos dirigir.

"Em algumas partes bastará procurarmos que os prelados e parachos façam que os seus súditos reverenciem a Companhia, a eles não possam impedir nossos ministérios em outros lugares aonde têm mais autoridade, como em Alemanha, Polônia, etc. Havemos ver se podemos introduzir o dar-se culto em os templos, para que com o poder que os ditos parachos e príncipes têm possamos arrancar e aplicar para nós os mosteiros e paróquias, as proposituras, os patronatos, as fundações dos altares e todos os lugares próprios: isto se conseguirá facilmente aonde estão católicos, hereges e cimáticos misturados, demonstrando a estes prelados o imenso fruto e grande mérito que há de nascer de semelhantes fundações e mutações, o qual não se pode esperar de sacerdotes seculares nem dos regulares de outra qualquer religião, excetuando a Companhia, o que assim será muito louvado o seu zelo, e que a memória de tais fatos será eterna.

"Devemos pôr todo o cuidado em que tais prelados se valham dos nossos, assim para confessar-se, como para aconselhar-se; e se eles tiverem esperança ou pretensão de maior graduação na cúria romana, hão de ser ajudados pelos nossos com todo o empenho, seja pelo caminho que for. Procurem também os nossos com os bispos e príncipes, que quando fundarem colegiadas ou igrejas paroquiais que a Companhia tenha faculdade para nomear vigário que seja cura das almas; e que o superior do lugar seja sempre o pároco, porque assim todo o regime da Igreja será nosso, e os paroquianos serão totalmente súditos da Companhia, para que lhe impute alguma coisa, graça ou indulto da sé apostólica. Aonde os acadêmicos são contra nós, ou os cidadãos católicos, ou hereges impedirem as funções, aí hão de ter muito cuidado os prelados de procurar que os nossos ocupem as primeiras cadeiras e púlpitos; porque conseguido isto, acontecerá no decurso do tempo que a Companhia ache ocasião para expor ao público a grande necessidade que há delas nas universidades e terras grandes. Também se há de procurar de empenhar os prelados eclesiásticos quando se trata da beatificação ou canonização dos nossos, e por todos os modos diligenciar cartas deles, e dos príncipes e grandes, com as quais se adianta o negócio com a sé apostólica.

"Se acontecer que os prelados e grandes vão a alguma embaixada deve-se procurar com grande diligência e prevenir que não levem consigo outros religiosos senão os nossos, e muito menos aqueles que conosco têm contendas, os quais cuidarão muito em lhe roubar os afetos, introduzi-los nas províncias ou cidades em que nós moramos; e se estes embaixadores passarem por onde a Companhia tem colégios, sejam neles recebidos com honra e tratamento que permite a nossa modéstia religiosa para que assim nos fiquem obrigados."

CAPÍTULO IV

DO QUE SE DEVE RECOMENDAR AOS PREGADORES E CONFESSORES DE PRÍNCIPES E GRANDES DA REPÚBLICA

"Dirigirão os nossos as consciências dos príncipes e outros varões ilustres de modo que se entenda que só caminha a maior glória de Deus e a segurança dos príncipes, para mais lhe agradarem, e não procurem logo a direção do governo político externo senão pouco e insensivelmente, pelo que se lhes há de repetir muitas vezes que a distribuição dos bens e dignidades da república pertence à justiça, e que peçam gravemente aos príncipes, se contra ela julgam e obram como apaixonados. Protestem a miúdo e com severidade que se não querem introduzir nos negócios da república; mas que dizem isto forçados pela razão de seu ofício. Logo que esta doutrina se houver radicado bem nos ânimos, expliquem com que virtudes hão de estar adornados os que hão de ser promovidos às dignidades e aos ofícios públicos. Finalmente, serão nomeados e recomendados por nós aqueles que com ânimo sincero são amigos da Companhia: isto não se fará imediatamente pelos nossos, senão é que os príncipes nos obriguem a isto; e terá muita graça se os amigos e familiares forem os que se promovam.

"Acerca do qual se informem os nossos confessores e pregadores dos amigos que são aptos para qualquer emprego, principalmente daqueles que são generosos com a Companhia, e tenham os nomes destes consigo e os insinuem aos príncipes a seu tempo, com destreza, tanto por si como por seus amigos. Também os confessores e pregadores tratem em se portarem com os príncipes com muita suavidade e brandura, e de nenhum

modo se desavenham com eles: nas conversações particulares tirem-lhes todos os temores, exortando-os a que vão bem fundados na esperança, fé, justiça e política.

"Raras vezes aceitem os nossos para seu uso particulares dons pequenos: o que hão de fazer é recomendar a necessidade comum da província ou colégio. Em casa tenham seu cubículo sem muito adorno, nem se vistam com nímia curiosidade. Acudam com prontidão a ajudar a consolar as pessoas mais enfermas do palácio, para que se [não] julguem que só estão prontos para servir aos grandes. Também se morrerem alguns que tenham ofícios em palácio, ponham todo o cuidado em que a eles sucedam os que são amigos da Companhia, e muito mais quando o regime não for direito; pelo que, como já fica dito, não se mostrem empenhados no público senão por via de amigos fiéis e poderosos, que poderão fazer frente à inveja, se acaso disto se originar."

CAPÍTULO V

COMO SE HÃO DE HAVER OS NOSSOS COM OS OUTROS RELIGIOSOS QUE TÊM NAS SUAS IGREJAS AS MESMAS FUNÇÕES QUE NÓS TEMOS

"Este gênero se há de tolerar animosamente, e entretanto se há de explicar e indicar aos príncipes, e àqueles que têm alguma autoridade, e que de algum modo nos são adictos buscando tempo oportuno, que a nossa Companhia tem a perfeição de todas as ordens, fora exterior autoridade, na comida e no vestuário; e se algumas religiões excedem em alguma coisa a Companhia, resplandece a Igreja de Deus com modo mais eminente. Busque-se e note-se com cuidado os defeitos dos outros religiosos, os quais, descobertos e ditos com prudência e ar de compaixão entre os amigos fiéis, pouco a pouco se mostre que não satisfazem a estas funções com tanta fidelidade e ministério como nós satisfazemos.

"Com maior cuidado se há de caminhar contra aqueles que querem abrir escolas para ensino da mocidade nos lugares aonde os nossos com tanta honra e probidade estão. Deve-se dar a entender aos príncipes e magistrados que se os tais não forem impedidos, servirão de grande perturbação e ocasionarão sedições na república, as quais começarão pelos mesmos que estudam e forem devidamente instruídos.

"Finalmente, que basta a Companhia para educar a mocidade; porém, se os outros religiosos impetrarem algumas letras do papa ou recomendação dos cardeais, obrem os nossos em contrário, e peçam aos principais e grandes que informem ao papa do quanto são beneméritos os da Companhia e de sua grande suficiência, para que só por eles se possa pacificamente educar a mocidade, e também proverem, exibindo testemunhas, que darão aos magistrados, da sua boa conservação e instituto; e no entanto procurem com todo o esforço em afetar toda a espécie de virtude e doutrina, e exercitando a mocidade nos estudos e em plausíveis jogos escolásticos na presença dos grandes, dos magistrados, e mesmo da plebe."

CAPÍTULO VI

DO MODO DE CONCILIAR AS VIÚVAS RICAS À SUA DEVOÇÃO

"Escolha-se para esta grande obra os mais antigos e graves padres, contanto que sejam de compleição mais que viva e de conversação mui lhana. Sejam as viúvas visitadas por estes, e logo que mostrarem afeto à Companhia ofereçam-lhe com rebuço a proteção e méritos da Companhia; e se elas aceitarem isto e começarem a frequentar as nossas igrejas, é necessário logo provê-las de confessor, pelo qual sejam bem dirigidas, principalmente em ordem a perseverar no estado de viúvas, e louvando-lhes muito, contando-lhes que a bem-aventurança será por este meio infalível, e que este é o modo mais eficaz de evitar as penas do Purgatório.

"Procure o confessor que se ocupem em casa a estabelecer alguma capelinha ou oratório, em o qual poderão exercitar-se em algumas meditações e exercícios espirituais, para que assim se apartem com facilidade de conversações e visitas dos que as pertenderem para casar; e ainda quando tenham capelão não deixem os nossos de dizer-lhe missa, principalmente de fazer-lhe a tempo oportuno algumas exortações; e também proverem de ter à disposição com cautela o capelão, e a pouco e pouco se hão de mudar as coisas tocantes ao governo doméstico da casa, porém atendendo sempre à pessoa, ao lugar, ao afeto e à devoção. Hão de apartar-se todos aqueles domésticos, mas com moderação, que não fraquearem nem corresponderem com a Companhia, e só se hão de encomendar aqueles (se houverem

de estar alguns) que dependem ou queiram depender dos nossos, e assim saberemos tudo quanto se passar em casa.

"Todo o cuidado há de pôr o confessor que a viúva use do seu conselho em tudo e que descanse, e isto se lhe dará a entender em havendo ocasião, e que é o único fundamento do seu proveito espiritual.

"Aconselhe-se que continue com muita especialidade o sacramento da penitência, em o qual declare com muita liberdade os íntimos pensamentos do seu ânimo e de qualquer tentação; e demais disto a frequência da sagrada comunhão, e ouvir missas do mesmo seu confessor, ao que será convidada com o prometer-lhe singulares deprecações nela; que reze cada dia a ladainha e que faça uma e muitas vezes exames de consciência. Também ajudará muito para conhecer perfeitamente todas as suas inclinações dizer-lhe que faça confissão geral; e se a tiver feito com outro que a repita, propondo-lhe além disto com destreza alguns que a pretendem para casar; porém, sejam aqueles de que estão certos que a viúva os aborrece, e contemlhe também os vícios e maus costumes de outros que a pretenderem, para que assim universalmente tenha aversão às segundas bodas.

"Faça-lhe exortações dos bens das viúvas, das moléstias do matrimônio, e com especialidade sendo repetido, e dos perigos em que se metem: quando constar que está sem afeto ao matrimônio e afeiçoada ao estado de viuvez, então se lhe há de recomendar a vida espiritual: mas de nenhum modo a vida religiosa, propondo-lhe e exagerando-lhe os grandes incômodos desta vida, trazendo-lhe, para exemplo, a vida de uma Paula, de uma Escolástica e outras semelhantes. Veja bem o confessor a que o mais breve possível fará ela voto de castidade, ao menos pelo tempo de dois ou três anos, para que com isto se lhe cerre a porta e se não lembre mais de segundas bodas; e nesse tempo se lhe há de proibir toda a conversação com diferente sexo, e ainda a dos consanguíneos e parentes por afinidade, e isto a título de maior união com Deus.

"Os eclesiásticos que a visitarem e ela visitar, se todos não poderem ser excluídos, sejam tais que, ou sejam admitidos por nossa recomendação, ou estejam totalmente dependentes de nós. Tanto que a viúva tiver chegado a este extremo se lhe há de pouco persuadir as boas obras, e com especialidade a que dê esmolas, as quais não se darão sem direção do seu padre espiritual, e este a persuadirá que o talento não se deve dar sem discrição, e que as esmolas mal dadas são muitas vezes causa e fomento do pecado."

CAPÍTULO VII

COMO SE HÃO DE CONSERVAR AS VIÚVAS NO ESTADO DE VIUVEZ E POR QUE FORMA SE HÁ DE DISPOR DOS SEUS BENS

"Cuidem muito os confessores destas viúvas opulentas em as induzir continuadamente à devoção de boas obras, de modo que não passe semana em que não tirem espontaneamente de si alguma coisa supérflua em honra de Cristo e da Virgem, e da mais especial advogada, a qual se dividirá pelos pobres ou se dedicará para adorno dos templos, até que esteja a viúva despida das delícias do Egito. Porém, se além do comum afeto explicarem a sua liberalidade com a Companhia e a continuarem, façam-lhe logo participante de todos os méritos da Companhia e do especial privilégio do reverendíssimo geral. Se houverem feito voto de castidade renovem-no, conforme o nosso costume, duas vezes no ano, e concedam-lhe por aquele dia da renovação do voto uma honesta recreação com os nossos.

"Sejam as tais viúvas visitadas a miúdo e fomentadas com alegres colóquios, histórias espirituais e ditos graciosos que requerem segundo o humor e inclinação de cada uma. Não sejam tratadas com demasiado rigor em conversação; e por que se não façam intratáveis, salvo se estiver perdida a esperança de recuperar a sua graça, ou ocupada já a viúva em outra parte, no que se há de proceder com muita discrição e atendendo ao gênio sempre inconstante das mulheres. Sejam também apartadas com sagacidade das visitas e festividades de outros templos, principalmente de outros religiosos, embutindo-lhes que todas as indulgências das outras ordens estão consignadas à Companhia.

"Se houverem de assistir a alguma função permita-se-lhe adorno fúnebre e honestidade espiritual, mas com alguma coisa mundana, para que não se persuadam que são inteiramente governadas por homem espiritual. Finalmente, se não houver perigo de inconstância, e se conheça que são fiéis à Companhia e liberais para com ela, conceda-se-lhe tudo quanto puderem para tirarem a sensualidade, porém com moderação e sem escândalo.

"Poderão viver com estas viúvas algumas donzelas honestas nascidas de pais ricos e nobres, as quais pouco a pouco se costumem ao modo de viver e direção dos nossos; presida a estas alguma escolhida pelo confessor de toda a família, e estejam todas sujeitas às censuras e outros costumes

da Companhia; e as que não quiserem acomodar-se a isto sejam enviadas a seus pais ou outras pessoas que as trouxeram, notando as discórdias e gênios raros, e outras causas. Não poderá haver menos cuidado em visitálas e curá-las quando estejam enfermas; e se elas se queixarem que estão indispostas, logo no mesmo instante suspendam-se os jejuns, silícios, disciplinas e todas as penitências corporais; não se lhes permita ir à igreja senão em casa, e com segredo e cautela se lhes administrarão os sacramentos. Dissimule-se-lhes também que entrem no jardim, mas seja em segredo, e permita-se-lhes falar e ter recreações secretas com aqueles que for mais do seu agrado.

"Para dispor de todas as fazendas das viúvas que venham à Companhia se lhes há de propor a perfeição dos estados dos homens santos, que, deixando o mundo, pais e mães, e todas as riquezas, serviram a Deus com resignação e grande alegria de ânimo, manifestando-lhe para este efeito o que dizem as constituições e exames da Companhia acerca da renunciação e abnegação de todas as coisas; aleguem-se-lhes exemplos de viúvas que, obrando assim, foram santas em breve; e isto com as esperanças de que serão canonizadas se assim perseverarem até ao fim; e também se lhes mostre que não faltará aos nossos autoridade para com o papa a esse efeito.

"Também se lhes há de imprimir que a quererem segurar a sua consciência hão de seguir cegamente a direção do confessor, tanto nas coisas espirituais como nas temporais, e com toda a especialidade, como ministro destinado por Deus.

"Também sejam instruídas, oferecendo-se ocasião, que a coisa mais grata a Deus é dar esmolas a pessoas eclesiásticas, e principalmente aos de exemplar vida; porém isto há de ser com consenso e aprovação do confessor. Zelarão com grande diligência os nossos confessores que estas viúvas suas penitentes não visitem outros religiosos nem tenham com eles familiaridade alguma; e para o impedirem melhor procurarão em tempo oportuno louvar a Companhia como ordem que excede às mais em grau superlativo, que é da maior autoridade para com o papa e com os príncipes todos, que é perfeitíssima em si, porque expulsa os malévolos e incapazes, e por isso vive sem fezes e sem escória; e que disto estão cheias as outras religiões, como também de ignorantes e inúteis, que não imaginam na sua salvação senão em encherem o ventre.

"Proponham-lhes os confessores os excessivos gastos anuais dos colégios e das casas professas, principalmente a casa romana, e as grandes dívidas que se contraem por este motivo. Não se esqueçam também dos ornamentos dos templos, vinho, cera e o mais preciso para o culto divino e sacrifício da missa, para que à vista destes gastos seja muito maior a liberalidade da viúva; e se esta não houver dado em vida toda a sua fazenda à Companhia, proponha-se-lhe tudo isto em tempo oportuno, principalmente quando for acometida de alguma enfermidade grave. Diga-se-lhe também a necessidade dos colégios novos que se fundam na Companhia, e sejam induzidas suavemente a fazer estes gastos, com os quais fundarão para si glória eterna; e isto mesmo se há de executar com os príncipes e grandes da república, e se lhes há de persuadir que estas obras são perpétuas neste mundo, e no outro as há de remunerar Deus com glória eterna.

"E se alguns malévolos alegarem contra isto algum exemplo de Cristo, que foi pobríssimo, e que assim devem ser também os companheiros de Jesus, responda-se-lhes e procure-se imprimir com severidade em todos esta resposta: – *que a Igreja de Deus se tem mudado em monarquia, a qual se deve defender com autoridade e potência contra os maus e os inimigos poderosos, semelhantemente àquela pequena pedra desgarrada que cresceu a um grandíssimo monte, e como assim pronunciou o profeta.*

"As viúvas que forem inclinadas a dar esmolas e a adornar os templos deve dar-se-lhes a entender de contínuo que o auge de perfeição consiste em despenderem tudo, despedindo-se do amor às coisas terrâneas, e fazerem delas possuidor a Jesus Cristo e a seus companheiros; porém, por que menos se deve esperar das viúvas que encaminham seus filhos para que tomem estados em o século, agora passaremos a tratar o que nesse caso se deve fazer."

CAPÍTULO VIII

O QUE SE HÁ DE FAZER PARA QUE OS FILHOS DAS VIÚVAS OPULENTAS ABRACEM O ESTADO DE RELIGIOSOS OU SEJAM BEATOS OU BEATAS

"Assim como as mães hão de obrar fortemente nesta matéria, assim os nossos suavemente hão de também obrar. Hão de ser instruídas as mães para que molestem a seus filhos, desde tenra idade, com repreensões

e castigos; quando forem crescidos, especialmente se são filhas, lhes hão de negar o ornato e galas que as daquela idade apetecem, desejando e a Deus rogando que aspirem ao estado religioso, prometendo-lhe um grande dote se se inclinarem a ser freiras. Expliquem-lhe muitas vezes as dificuldades comuns que há em todos os matrimônios, e algumas em particular que as mesmas mães experimentaram, doendo-se estas de não preferirem ao matrimônio o estado de celibato; finalmente, assim obrem de contínuo, para que as filhas principalmente se vejam precisadas a escolher o estado religioso, por evitarem a vida trabalhosa que hão de passar sempre em poder de sua mãe.

"Conversem os nossos com os filhos familiarmente, e se parecer a propósito à Companhia introduzam-nos com oportunidade nos colégios, e expliquem-lhes aquelas coisas que lhes forem mais agradáveis de qualquer modo, como são as muitas quintas, vinhas e casas de campo aonde os nossos se recreiam, para que melhor abracem a Companhia; contem-lhes as jornadas e viagens dos nossos a países estrangeiros, comunicando-se com todos os príncipes do universo, e tudo o mais quanto possa servir de atrativo à mocidade, limpeza e abundância do refeitório, e dos cubículos, e branda conservação dos nossos, e facilidade da nossa regra, à qual está prometida a glória de Deus. E finalmente, a eminência da nossa Ordem sobre todas as mais, e também com os que são pios se poderão misturar alguns galantes ditos.

"Sejam admoestados quase por revelação a abraçar a nossa religião, e depois com cautela se lhes insinue a comodidade da nossa em comparação das outras. Expliquem-lhes nas públicas exortações, e nas práticas espirituais particulares, que coisa tão grave seja resistir contra a divina vocação; e finalmente, serão instruídos a fazer exercícios espirituais, para que acabem de concluir o entrar na nossa religião.

"Procurem os nossos mancebos tenham mestre adicto da Companhia, que de contínuo estejam nela e os exortem; porém se tornarem atrás, instruam-se as mães que lhes tirem algumas coisas do preciso, para que eles se tornem a afeiçoar, e deste modo evitem passar a vida em casa de suas mães, com tédio das coisas que as mães lhes tiraram, e estas lhes encareçam as dificuldades da família.

"Finalmente, se não puderem os nossos dispor comodamente das vontades destes mancebos a que se inclinem à Companhia, serão enviados às escolas mais remotas da Companhia, e da parte de suas mães se lhes darão poucos alívios, e da parte da Companhia se tratarão com muitos afagos e carinhos, para que assim, deixando as suas mães, voltem a nós outros seus afetos, obrigados dos benefícios que de nós recebem."

CAPÍTULO IX

DO MODO DE AUMENTAR AS RENDAS DOS COLÉGIOS

"Nenhum colégio seja ultimado na perfeição enquanto se espera que suceda a alguma herança, fazenda ou morgado, salvo se na Companhia estiver algum irmão mais moço, ou por outras graves causas.

"Todos hão de estudar muito em que se aumente as rendas da Companhia segundo os fiéis, que são só aos superiores reservados, e ao menos hão de conspirar todos nisto, para que a Igreja de Deus torne ao seu antigo esplendor, e para que não haja senão um só espírito em todo o clero; pelo que se há de admoestar com frequência e a cada passo declarar que a Companhia se compõe, parte de professores pobres, fora do que cada dia lhe dão os fiéis, carecem de todas as coisas, e outra parte de padres pobres, porque subsistem de alguns bens, estáveis para os estudos e suas funções, e por isso não servem de gravame ao povo, como servem os mendicantes.

"Os confessores dos príncipes, grandes e viúvas opulentas, e de outros de quem a Companhia pode esperar alguma coisa, hão de cansar-se em ponderar com sinceridade e concernente a esta matéria; pois já que lhes dão o espiritual, ao menos recebam o temporal, e nunca percam ocasião de o arrecadar quando lhes ofereçam; e quando seja prometido e tardem, façam-lhe os nossos com prudência uma lembrança; porém com dissimulação do afeto às riquezas, por maneira possível.

"E se parecer aos religiosos e prelados que alguns confessores dos príncipes e grandes, e outros semelhantes, não têm indústria para pôr isto em prática, logo e com cautela lhes seja tirado o ministério, substituindo em seu lugar outro idôneo e hábil, e se for preciso para satisfazer ao penitente seja desterrado para os colégios mais remotos, dizendo-lhes que a Companhia necessita da sua pessoa e talento naquele colégio.

"Há pouco ouvimos que umas viúvas moças morreram de morte repentina, e que por negligência de seus confessores não deixaram coisa alguma à Companhia, tendo elas em sua vida oferecido todas as suas jóias para dois templos da Companhia; e porque eles não fizeram logo aceitação de tudo, tudo se perdeu infelizmente.

"Os cônegos pastores, outros eclesiásticos opulentos, hão de ser atraídos aos exercícios espirituais por meio de indústrias e sutilezas, conciliando-os com a Companhia, mediante este afeto às coisas espirituais e depois pouco a pouco faremos juízo da sua liberdade.

"Não desprezem os confessores de perguntar aos seus penitentes em tempo oportuno pelos seus amigos, famílias, nomes, ascendência e descendência, e depois de investigarem a sua genealogia, pergunte pelo que eram, que resolução e estado têm, e se não estiverem ainda aceitos em alguma congregação das nossas, convirá persuadi-lo a que faça diligência por ser nela aceito; porque desta maneira virá a servir de utilidade à Companhia. E porquanto não convém perguntar logo de uma vez por tudo, ordene-se-lhe, a título de limpar mais a consciência ou por modo de penitência medicinal, que se confessem todas as semanas, e sejam em tais confissões inquiridos honestamente pelo confessor, para que o que não puder inquirir logo de uma vez, o inquira em outras ocasiões; e se isto assim suceder, como se intenta, ficará o penitente induzido a persistir na frequente confissão, e admitido na tal congregação, e a ter por este caminho com os nossos muita familiaridade.

"O que se tem dito das viúvas se há de também dos mercadores e negociantes ricos, e cidadãos cansados que precisam de sucessão, dos quais ainda que de algumas vezes se não colha fruto, de outras muitas se colherá com abundância, se com prudência exercitar a Companhia. Essas práticas com especialidade se hão de observar com os ricos e opulentos, aos quais os nossos visitarão a miúdo, e se eles não tiverem parentes em sumo grau, o vulgo não poderá murmurar.

"Procurarão os reitores dos colégios obter notícias das casas, campos, quintas, granjas, vinhas, aldeias, e de todos os bens que possuem os da primeira nobreza, mercadores e cidadãos ricos, e podendo ser, também dos gravames, sensos e foros com que tais bens estão gravados; porém isto com muita cautela e por modo de confissões ou práticas particulares;

mas se o confessor houver acolhido algum penitente rico, avise logo ao reitor, para que o fomente por todos os modos. Em conclusão, o sumo negócio consiste em que todos os nossos saibam convenientemente captar a benevolência dos penitentes e dos mais com quem tratam, para o que devem dar todas as providências os provinciais, e que se enviem muitos dos nossos aos lugares em que habitam os ricos e nobres; e para que os provinciais façam isto com facilidade e prudência, cuidem os reitores em os avisar com cuidado em seu devido tempo para o bom resultado.

"Inquiram também se os seus contratos e possessões poderão vir à Companhia recebendo nela a seus filhos, e a poder ser, explorem se alguns bens conduzidos por algum pacto ou de outro algum modo podem ser concedidos ao colégio, a fim de que passado algum tempo venham a recair à Companhia, ponderando-se entre os magistrados e os ricos a necessidade que a Companhia padece, e o gravame dos ritos em que está mui gravada e sobrecarregada.

"Se acontecer que as viúvas e casadas adictas a nós outros tiverem só filhas, os nossos as dirijam com brandura ao estado de beatas ou freiras, dando-lhe algum dote; porque o demais pouco a pouco se adquirirá para a Companhia. Serão induzidos a entrarem em outras religiões, prometendo-se-lhes alguma mínima coisa; porém se houver um único filho, por todos os modos se há de atrair para a Companhia, e se lhe há de tirar por todas as maneiras de seus pais, e se lhe há de repetir a vocação de Cristo, mostrando-lhe que será para Deus sacrifício muito mais grato se o fizer que não saibam seus pais; e se depois repugnar será enviado a um noviciado remoto, avisando-se primeiro ao geral; porém se tiver filhos e filhas, primeiramente se hão de encaminhar as filhas aos mosteiros no estado de beatas, e depois trazer os filhos à Companhia, com expressa condição que hão de suceder nos bens.

"Advirtam os confessores das viúvas e casadas opulentas que se hão de empenhar muito e com suavidade para elas seguirem estas instituições em utilidade à Companhia, e se o não executarem assim, ponham-se outros em seu lugar, e sejam logo apartados de modo que não se comuniquem com aquela família. Sejam induzidas a isto mesmo as viúvas e outras pessoas devotas que se desejam encaminhar à perfeição, afirmando-lhes que é este o mais eficaz meio para chegar ao seu auge, e muito melhor se

entregarem à Companhia todos os seus bens, para esta os administrar e os sustentar do que necessitarem, para deste modo se livrarem dos cuidados e fadigas e poderem com mais liberdade servir a Deus.

"Para persuadir com eficácia a pobreza da Companhia, peçam os superiores alguns dinheiros de empréstimo às pessoas ricas e afetas; porém dilate-se o pagamento, e com especialidade até ao tempo de grave enfermidade, na qual seja a tal pessoa frequentada; e nas visitas sejam mui persuadidos, alegando-lhes razões para que nos entreguem as escrituras de tais dívidas; e assim os nossos não serão conhecidos de ambiciosos, e teremos ganância, sem que nos veja aquele que suceder nos bens do defunto. Também é muito conveniente que os superiores tomem dinheiro a juro de algumas pessoas, e ponham logo o mesmo dinheiro em outra mão a maior juro, para compensar o outro; e entretanto poderá ser que os amigos que emprestam o dinheiro tenham misericórdia de nós, e cedam no testamento o capital e juros, ou por doação entre vivos, especialmente se fizerem obras nos colégios ou se edificarem os templos.

"Poderá a Companhia com utilidade negociar em nome de mercadores ricos adictos a nós outros; porém há de se olhar que os lucros sejam certos; na Índia se há de fazer o mesmo com mais excesso, pois até agora com a ajuda de Deus tem dado a Companhia não só almas mas também imensidade de riquezas. Procurem os nossos terem nos lugares aonde residem um médico fiel, amigo da Companhia, o qual trate de recomendar aos enfermos a nossa assistência do espiritual, da fatura de testamentos e de agonizá-los.

"Os confessores sejam excessivos em visitar os enfermos, e com mais pontualidade aos que estejam em perigo de vida, para que sejam com estes exemplos lançados daquela política todos os outros religiosos eclesiásticos. Procurem os superiores que naquele tempo que está precisado o confessor a apartar-se do enfermo, logo se lhe substitua outro, e também para que por todo este modo se fomentem ao enfermo os seus bons propósitos; entretanto se lhe há de infundir um pouco de horror do Inferno, com prudência, alguma coisa menos do Purgatório, dando-lhe a entender que assim como a água apaga o fogo, a esmola destrói o pecado; e com muita especialidade quando esta se dá para alimento e subsídio das pessoas que

por sua vocação professam usar caridade com o próximo, e lhe assistem nas agonias da morte, o que só fazem os da Companhia com zelo.

"Também lhe dirão que com estas esmolas se fazem os enfermos participantes dos méritos e caridade da Companhia, e satisfazem pelos seus pecados, porque a caridade alimpa a multidão dos pecados, e também se lhe pode pintar que a caridade é aquele vestido de gala sem o qual nenhum é admitido à mesa celestial; e, finalmente, da Escritura Sagrada e dos santos padres se alegará tudo que conduzir para este fim, considerada a capacidade do enfermo.

"Às mulheres que se queixarem dos vícios ou moléstias de seus maridos se lhes há de aconselhar que em segredo lhe tirem algumas somas de dinheiro e que as ofereçam a Deus, para curar seus maridos dos pecados e alcançar a divina graça."

CAPÍTULO X

DO RIGOR PARTICULAR DA DISCIPLINA EXPLICADA NA COMPANHIA

"Se algum dos nossos apartar as nossas devotas e outros amigos dos nossos templos, ou da comunicação dos nossos, será irremissivelmente expulsado de qualquer condição ou estado que seja como inimigo da Companhia, tomando-se para isto outro qualquer pretexto. O mesmo se fará se algum dos nossos distrair para outros templos religiosos as esmolas ou explicar mau afeto à Companhia no tempo que se tratar de dispor dos bens próprios; porque isto é sinal de um ânimo pouco mortificado, e convém que os professos estejam mortificados por todos os modos.

"Os que aplicarem a seus parentes, ainda que sejam muito pobres, as esmolas dadas pelos penitentes ou por outros amigos da Companhia, também sejam expulsos irremissivelmente; e para que não se queixem da causa não hão de ser expulsos logo; mas em primeiro lugar sejam privados de ouvir confissões, sejam mortificados e vexados com exercícios de ofícios mais vis, e ainda forçados a fazer aquelas coisas às quais tenham aversão natural; tirem-se-lhes os estudos e cargos honoríficos, apertem-nos com capítulos e públicas repreensões. Sejam privados de toda a recreação e comunicação com os estranhos, cortem-lhes os vestidos e outras coisas

do uso que não são absolutamente precisas, até que eles prerompam em murmuração e impaciência; e então serão lançados fora, como pouco mortificados e perniciosos aos outros, com o seu mau exemplo; e se for preciso dar-se razão aos parentes por esta expulsão, ou aos prelados da Igreja, pode-se-lhe dizer que não tiveram espírito da Companhia.

"Também serão lançados fora os que fizerem escrúpulo de adquirir bens para a Companhia, e se lhes pode dizer que são muito aferrados a sua opinião, e se quiserem dar razão de si adiante dos provinciais não serão ouvidos nem atendidos; mas lance-se-lhes em rosto com a regra que obriga a uma cega obediência. Há de se fazer muita reflexão no princípio quando são noviços, e depois de acabarem o noviciado quais são os que professam maior afeto à Companhia, os que têm afeição às outras ordens, aos pobres, aos parentes do modo acima dito, se irá dispondo tudo pouco a pouco, até serem lançados fora, porque certamente os tais nunca serão úteis à Companhia."

CAPÍTULO XI

DA UNIFORMIDADE COM QUE SE HÃO DE PORTAR OS NOSSOS CONTRA OS EXPULSOS DA COMPANHIA

"Porquanto os expulsos são sabedores ao menos de alguns segredos, e às vezes fazem dano, é necessário por isso obviá-lo por todos os modos, e assim, antes que sejam lançados da Companhia, obriguem-nos a que prometam por escrito e jurem que em nenhum tempo ou modo hão de escrever ou dizer coisa alguma contra a Companhia; entretanto os superiores escrevam e guardem em parte secreta os seus defeitos e vícios, os quais algumas vezes explicarão nas confissões, manifestando as suas consciências, como é costume na Companhia, e destes escritos usem os superiores se houver necessidade, comunicando aos grandes e prelados em ordem a impedir que obtenham ofícios decorosos ou dignidades eclesiásticas.

"Enquanto ao primeiro, escreva-se aos colégios, dando-lhes notícias dos que têm sido expulsos, exagerando-lhes as coisas mais graves do motivo da expulsão, como pouca mortificação de ânimo, desobediência, pouco afeto aos exercícios espirituais e senhor do seu ditame; e além disto sejam todos admoestados, que por nenhuma razão se correspondam com

eles, e quando deles se faça alguma menção pelos estranhos digam todos a uma voz e a cada passo – que a Companhia a nenhum expulsa sem mui gravíssimas causas, e que imita ao mar, que lança fora de si os cadáveres corruptos.

"Também se pode insinuar com cautela as causas por que tais expulsos nos aborrecem, para que os estranhos as tenham em mui justas e razoáveis.

"Nas domésticas exortações se procure persuadir que os tais expulsos andam claramente inquietos e continuamente suspiram por tornar para a Companhia; e exagerem seus infortúnios daqueles que tiveram má morte, depois que saíram da Companhia; e isto aos varões mais graves, e a cada passo, para que estes fiquem certos e firmes no conceito de que a Companhia não procede sem justíssima causa, e assim como mostra afeto e zelo pelo bem dos estranhos, muito melhor faria com os seus próprios.

"Além disto, se entre os grandes e prelados começarem os expulsos a ter algum crédito ou autoridade, hão de ser logo prevenidos e atacados, explicando-lhes juntamente como o bem comum de uma religião tão celebrada, e tão útil à Igreja, deve ponderar no bem particular de qualquer pessoa; e se ainda isto não bastar para que os grandes e prelados percam o conceito que tiverem formado dos expulsos, convirá muito então manifestar-lhes as causas de sua expulsão, exagerando algumas coisas, ainda que assim não seja, contanto que se consiga o fim que se intenta contra esses expulsos.

"Há de acautelar-se por todos os modos que os que principalmente por sua vontade deixaram a roupeta da Companhia não sejam promovidos a alguns ofícios públicos ou dignidades eclesiásticas, como também se há de impedir o exercício de funções célebres da Igreja, como são: confessar, pregar e imprimir livros, para que não concilie assim afeto e aplauso do vulgo. Com este mesmo fim se inquira com diligência sua vida e costumes, as companhias com que andam, as ocupações e as intenções que têm e em que se exercitam; acerca disto também se há de cuidar muito que os nossos tenham primeiro correspondência com alguma pessoa da família e casa que os expulsos frequentam; e logo que se saiba que estes fizeram alguma coisa não louvável, mas digna de censura, espalhe-se entre o vulgo por pessoas de inferior ordem adictas a nós outros, e pelas casas onde eles

estão benquistos e têm entrada; e depois se irão introduzindo as mesmas coisas defeituosas aos guardiões e prelados que os favoreçam, insinuando-lhes que tais coisas são indícios certos de infâmias futuras; mas se os tais expulsos fizerem coisas dignas de louvor, diminuam-se suas virtudes com proposições vagas e palavras ambíguas e irônicas, até que a estimação e crédito que tiverem alcançado se perca; porque não convém à Companhia que os expulsos, e com especialidade os que livremente saíram, tenham honra nem crédito algum, mas sim que de todo sejam oprimidos e aterrados, e que nenhum caso deles se faça. Os infortúnios e sucessos sinistros que aos tais aconteceram, se hão de divulgar; porém há de ser sempre por pessoas afetas à Companhia, para que se não presuma que os nossos obram com paixão, mas entre nós outros devem-se os tais infortúnios exagerar-se a todos, a fim de que os outros se contenham."

CAPÍTULO XII

QUAIS SE HÃO DE CONSERVAR E QUAIS HÃO DE SER ATENDIDOS NA COMPANHIA

"Hão de ser estes os mais destros operários, convém a saber: aqueles que muito têm promovido o bem temporal e espiritual da Companhia, e estes são pela maior parte os confessores dos príncipes e grandes da república, e de viúvas opulentas; os pregadores e todos aqueles que forem sabedores destes segredos e máximas. Os que não têm forças físicas, e os que são já de muita idade, hão de ser tratados segundo o bem temporal, atendendo aos bons serviços que prestaram à Companhia; e como estes sempre hão estar permanentes nos colégios, são muito a propósito para dizerem aos superiores os defeitos que observam nos domésticos; mas nunca serão expelidos da Companhia, para que deles não se murmure.

"Demais, serão fomentados e atendidos os que excedem em engenho, nobreza ou riqueza, e com especialidade se têm amigos ou consanguíneos na Companhia, e muito mais se eles têm e mostram sincero afeto à Companhia; estes podem ser enviados a Roma, e às mais célebres universidades a examinarem e estudarem. Na província serão estes promovidos com particular afeto dos professores e mestres das faculdade, até que cedam os seus bens a favor da Companhia e nada se lhes negue; porém, em

fazendo a cessão dos bens, serão mortificados como os mais, conservando-se sempre algum respeito, em atenção ao passado. Também fará o superior especial caso daqueles que tenham concorrido com seus afagos para a entrada dos mancebos na Companhia, porquanto se eles não professarem conceda-se-lhes poucas indulgências, para que não aconteça de tornar atrás o que trouxeram à Companhia, e estes, por causa dos outros, queiram sair para fora da Companhia."

CAPÍTULO XIII

COMO SE HÃO DE ESCOLHER OS MANCEBOS PARA SEREM ADMITIDOS NA COMPANHIA E DO MODO DE SE CONSERVAREM

"Com suma prudência se hão de escolher os mancebos de bom engenho, formosos e nobres por geração, e ao menos em alguma destas coisas excelentes; e para que com mais facilidade sejam atraídos às nossas instituições hão de ser eles prevenidos com especial afeto ao tempo das escolas, e de quanto será do agrado de Deus se algum deles ou alguns se congregarem à instituição, e de todas as suas coisas, particularmente na Companhia de Jesus, que é seu filho. Discorram também, havendo ocasião, pelo colégio, que muitas vezes passam o tempo em recreações, a fim de que a pouco e pouco se familiarizem com os nossos; porém não seja de modo tal que a muita comunicação seja a causa de menos apreço.

"Não se permita que sejam castigados pelos mestres nem postos pela mesma ordem com outros discípulos, mas serão obrigados com dádivas pequenas e alguns privilégios, conforme suas idades, e serão particularmente animados com práticas espirituais. Deve-se dar muitas vezes a entender que lhe vem isto por inspiração divina como escolhidos para a Companhia, entretanto que frequentam as escolas.

"Serão aterrados com ameaças de condenação eterna se eles não obedecerem à vocação divina. Se por instâncias entrarem na Companhia, demore-se a sua entrada enquanto não se mostrarem afetos; mas se derem a perceber que querem mudar-se, logo no mesmo instante seja fomentado por todos os modos para o não fazerem.

"Admoeste-se-lhes com eficácia que a nenhum familiar seu nem a seus pais declare a sua vocação antes de estarem admitidos na Compa-

nhia, porque se vier alguma tentação de voltarem atrás ficarão bem tanto eles como a Companhia; e se esta tentação for vencida por eles terão sempre ocasião de se recordarem da vocação, e então serão confessados, e muito mais se a tentação for no noviciado ou depois de terem feito os votos simples.

"Porém, por que há grandíssima dificuldade em atrair os filhos dos grandes e nobres senhores, do tempo em que estão com seus pais, que os induzam a que lhes sucedam nos ofícios ou nos morgados há de se lhes procurar persuadir (será melhor se for por via dos amigos dos pais) para que os ponham em outras províncias e universidades remotas, nas quais gabem a excelência dos professores: conseguido isto farão logo aviso aos prelados e superiores da qualidade e condição dos tais, para que os conciliem e tragam com mais facilidades e certeza ao afeto da Companhia.

"Quando chegarem a idade mais crescida serão induzidos a fazer alguns exercícios espirituais, pois que por este meio têm produzido muito bom sucesso na Alemanha e Polônia, e em outras cidades; há de se também ocorrer as suas perturbações, segundo a condição e qualidade da pessoa, ajuntando-se demonstrações e particularidades do mau sucesso das riquezas, para que não desprezem o bem da vocação, sob pena de incorrerem em condenação eterna. E para que os pais condescendam com mais facilidade aos desejos de seus filhos que têm de entrar na Companhia, se lhes dê a entender a excelência dos nossos estatutos em comparação aos das outras religiões, e que por eles se têm florescido na doutrina, inteireza e estimação entre todos, e da hora e aplauso universal que se dá à Companhia desde o maior até o mais pequeno indivíduo; e relata-se o número dos príncipes e grandes que com muita quietação da Companhia de Jesus viveram e morreram e ainda hoje vivem em sossego.

"Mostre-se-lhe o quanto é agradável a Deus que os mancebos se dediquem a Ele com submissão, principalmente na Companhia de Jesus, seu filho, e quão bem está ao varão levar o jugo do Senhor desde a sua adolescência; porém, se os pais repararem na tenra idade dos seus filhos, declare-se-lhe a facilidade no nosso instituto, que fora da observância dos *três votos* não tem outra coisa de mortificação; e o que mais se deverá ponderar é que nenhuma lei nossa obriga a pecado mortal, e nem mesmo venial."

CAPÍTULO XIV

DOS CASOS RESERVADOS DE SE EXPELIR DA COMPANHIA

"Fora dos casos ordinários expressos nas constituições dos quais poderá absolver o superior ou o confessor, serão também reservados outros muitos, como são adultério, tocamentos impudicos de varão com fêmea; e demais disto, se algum com qualquer coisa de ocasião a alguma acusação de perpetrar coisa grave contra a Companhia, de sua honra e utilidade, são todos estes casos motivo mais que suficiente para serem expulsos.

"Porém, se algum se confessar de alguma destas coisas não será absolvido sem que primeiro prometa manifestar fora da confissão ao superior, por si ou por outrem, o qual será o confessor. Então fará o superior o que entender que seja mais conveniente à Companhia; e se houver esperança de que fique o delito oculto será castigado com penitência propiciada à gravidade, e a não haver seja então quanto antes expulso.

"Se algum dos nossos confessores ouvir dizer alguma coisa estranha, na confissão, que cometeu com algum da Companhia alguma coisa torpe, não seja absolvida até que fora da confissão venha declarar o nome daquele com quem pecou, e havendo-o dito ainda não seja absolvida até que jure que a ninguém revelará isto sem o consentimento da Companhia.

"Se algum dos nossos pecar carnalmente, o primeiro que se manifestar seja detido na Companhia, mas o delinquente seja logo expulso; porém, daí em diante o que ficar de tal modo seja mortificado e por todas as partes afligido, que rompa na impaciência e murmuração contra os prelados, e então seja expelido. Também poderá a Companhia, por ser corporação mui nobre e muito precisa para a Igreja descartar-se daquelas pessoas que parecerem menos a propósito para o exercício de nosso instituto, ainda mesmo que ao princípio hajam cumprido com as suas obrigações; e para serem expulsos com facilidade se achará ocasião, como de serem vexados de contínuo nas coisas a que tiverem repugnância, mandando-se por eles fazer; de estarem sujeitos a superiores ásperos e de apartá-los das funções honoríficas. Feito isto, hão de necessariamente murmurar, e ouvida a murmuração está a causa legitimamente dada para a expulsão.

"Hão de ser irremissivelmente desprezados os que às claras arguirem os superiores e deles se queixarem aos seus companheiros, e com mais razão quando se queixarem aos estranhos; também os que criticarem entre os domésticos ou entre estranhos o modo de obrar a Companhia no que respeita ao administrar e adquirir os bens temporais, ou outro qualquer procedimento tendente a suprimir o mal afeto à Companhia.

"Também hão de ser desprezados, e por todos nós abatidos, os que nas práticas louvam e defendem os venezianos e outros semelhantes a estes, por terem dali lançado fora a Companhia de Jesus; e hão de ser todos estes asperamente castigados com o ódio eterno, privando-os dos ofícios consumados, ainda que neles tudo façam perfeito; repreendê-los quando cometerem culpa, ainda que leve seja, dando-se-lhes penas graves; hão de ser no público confundidos, até que se impacientem, para serem expulsos como perniciosos aos outros.

"Se algum dos nossos alcançar bispados ou outra dignidade eclesiástica sejam obrigados a fazer voto de que sempre hão de usar, ouvir e sentir, dizendo sempre muito bem da Companhia e do seu Instituto. Não hão de ter outro confessor senão os da Companhia, e, finalmente, que nada disporão sem consultar a Companhia e seguir os seus ditames; e os que isto não quiseram observar sejam por todos os modos perseguidos como inimigos acérrimos da Companhia."

CAPÍTULO XV

COMO SE HÁ DE TRATAR AS FREIRAS E BEATAS

"Tenham grande cuidado os confessores e pregadores em não ofenderem as freiras nem dar motivo ou ocasião de serem tentadas contra a sua vocação, mas sim ao contrário, louvando-as muito para ganharem o afeto das superioras; perguntem-lhes repetidas vezes e procurem ouvi-las de confissão os seus sentimentos. Se experimentarem que são agradecidas a conhecerem que podem aproveitar à Companhia, não se descuidem de as visitar, principalmente as abadessas e prioresas ricas e nobres, para que elas nos tenham por homens muito doutos e espirituais, e nos inculquem a seus parentes e amigas; e por meio de notícia dos primeiros mosteiros e seus fun-

dadores pouco a pouco poderá a Companhia vir ao conhecimento e amizade de toda a cidade ou vila aonde tais mosteiros estiverem colocados.

"Por outra parte se há de proibir com toda e força às nossas devotas que frequentem os mosteiros das freiras para que não aconteça agradarem-se mais daquela vida, e fique assim a Companhia privada da expectativa de todos os bens que as tais devotas possuírem. Induzam-nas os nossos confessores a que façam voto de castidade com obediência nas mãos dos seus confessores; mostre-se-lhes que este modo de vida é conforme ao costume da primitiva igreja, como resplandecente a edificação do próximo e fruto das almas; e demais disto, sejam incitadas que façam benefícios da sua substância a Cristo em seus companheiros, a exemplo daquelas viúvas do Evangelho.

"Finalmente, deve-se dar a entender tudo aquilo que prejudica a vida claustral. Expliquem-lhe estas instruções debaixo de sigilo natural, a fim de que não aconteça chegar aos ouvidos dos outros religiosos de diferentes ordens da nossa."

CAPÍTULO XVI

DO MODO POR QUE HAVEMOS MOSTRAR EM PÚBLICO QUE DESPREZAMOS AS RIQUEZAS

"Para que os seculares não notem em nós outro nímio afeto às riquezas, convirá muito renunciar algumas vezes as esmolas de pouco valor que se oferecem à Companhia, ainda mesmo por aqueles que nos são afetos; convém, pois, aceitar as mínimas esmolas para que também nos não notem de avarentos, vendo que só aceitamos e admitimos as de maior monta. Há de se negar sepulturas às pessoas vis em nossos templos, ainda que elas tenham sido afetas à Companhia, para que não pareça que andamos à caça de riquezas e dos benefícios que dos mortos temos recebido.

"Com as viúvas e outras pessoas que derem muitas coisas à Companhia se há de tratar com muita resolução e cerimônia, em certo modo, mais do que com nós outros, para que não pareça que os favorecemos atendendo aos bens temporais que nos têm dado. Também convém executar o mesmo com os que estão na Companhia; porém há de ser depois que fizerem cessão à Companhia de seus bens. Se for convincente serão lançados

fora, porém com circunspecção, para que ao menos deixem parte do que haviam dado à Companhia, ou quando morrerem deixem bom legado em seu testamento para a Companhia."

CAPÍTULO XVII

DOS MEIOS COM QUE OS NOSSOS PODEM AUMENTAR MUITO A COMPANHIA

"Enquanto os primeiros, entrem todos os nossos a sentir sempre uma coisa, ainda que de pequeno momento, e ao menos assim publiquem deste modo, ainda que andem as coisas deste mundo turbadíssimas: sempre a Companhia de necessidade de há de aumentar e lançar maiores raízes.

"Procurem todos a induzir com a doutrina e exemplos que excedem aos outros religiosos e mais pastores, e mui principalmente aqueles que são do clero, a fim de que o vulgo clame que só nós outros fazemos tudo a bem do público. Também se manifeste que não precisa de muita ciência nos pastores, porque é bastante que saibam cumprir com decência o seu ofício para que possam vir a ser ajudados da Companhia, a qual já para esse fim tem recomendado grandes estudos.

"Os reis e príncipes soberanos hão de ser fomentados e imbuídos na seguinte doutrina: – que a fé católica no presente estado não se pode manter sem alguma coisa de política; porém, para isto é necessário grande direção, e por essa razão os nossos serão sempre agradáveis aos grandes e chamados aos íntimos conselhos.

"Também se pode fomentar com gazetas e esquisitas novidades, e não importará pouco que com grande cautela e segredo se suscitem algumas dissensões entre os príncipes e grandes, ainda que sejam com igual perda; porém, a conhecer-se alguma aparência de quererem reconciliar-se, logo e logo atenda a Companhia a compô-los, para que não aconteça que outros primeiros do que nós sejam mediadores.

"Há de se imprimir por todos os modos, e com especialidade entre o vulgo e entre os grandes, a opinião da fundação da Companhia de Jesus por singular Providência Divina, segundo a profecia do abade Joaquim, para que a Igreja oprimida seja pela Companhia aliviada, e em ha-

vendo conseguido isto, os magnatas e grandes logo se lhes há de seguir que os jesuítas deviam ocupar os bispados, canonicatos e benefícios, porque só assim se concederia a reforma mais exata do clero, que em outro tempo vivia com seus bispos debaixo de certa regra, e caminhava seguramente ao maior grau de perfeição.

"Finalmente, hão de aspirar os nossos a possuir abadias e mais prelazias: não será muito difícil obterem todas as que vagarem, atendendo à negligência dos que as ocupam; porque na verdade grande bem resultaria à Igreja católica se a Companhia tivesse todos os bispados, e muito melhor se ocupassem a cadeira apostólica, e assim ficaria o papa senhor temporal dos bens de todos; mas contudo deve-se com muita prudência aumentar por todos os modos, pois sendo assim não haverá dúvida que serão os séculos de ouro, a paz permanente e universal, e consequentemente a divina bênção acompanhará a Igreja católica romana.

"Porém, se não pode chegar a isto, porque forçoso poderá acontecer que se originem escândalos, deve-se advertir muito e muito este estado político, e os nossos promoverão aos príncipes algumas guerras pesadas, mas com prudente cautela e perícia política, para que depois de alguma perda ou desaire seja por eles solicitada a Companhia para que intervenha na pública reconciliação, como outrora, inventora e promotora do bem comum, e para que seja remunerada e compensada com os principais benefícios eclesiásticos e com as primordiais dignidades.

"Finalmente, adquirida a graça e autoridade dos monarcas e príncipes soberanos, no que muito deve à Companhia por todo o seu zelo, empenho e vigilância, tema a Companhia de Jesus os que a não amam e a não respeitam."

Notas

NOTA A

Esta *Monita,* verdadeiro catecismo secreto dos jesuítas, foi traduzida do manuscrito latino encontrado no espólio do padre Brothier, último bibliotecário que tiveram os jesuítas de Paris antes da revolução, e é em tudo conforme à edição de 1664, feita por Paderborn, como também ao manuscrito autêntico que se acha em Bruxelas, no arquivo do supremo tribunal da Bélgica, e que tem o seguinte título: *Secreta monita* ou *Advis secrets de La Societé de Jesus.*

É este o histórico de semelhante manuscrito autêntico, a que falta uma folha, e é catalogado com o número 730.

Quando em 1773 foi suprimida a Ordem, possuía ela nos Países-Baixos, entre outras importantes propriedades, um colegiado em Raremonde (província do Luxemburgo holandês). Nomeou o governo uma missão para sindicar da liquidação dos bens da Companhia, sendo incumbido o conselheiro Zuytgens de proceder com especialidade ao inventário do referido colégio. Suspeitando, porém, a comissão que ele, por condescendência para com os reverendos padres, fazia vista grossa à sonegação de certos documentos, ordenou peremptoriamente que lhes fossem remetidos todos os papéis ali existentes, e foi assim que pôde salvar-se o manuscrito precioso da *Monita Secreta*. Encontra-se a prova documentada de tudo isto nos arquivos de Bruxelas, no – *Protocolo das deliberações das comissões estabelecidas para os negócios atinentes à supressão da sociedade dos jesuítas nos Países-Baixos.*

Como os patronos da Companhia poderão talvez negar a autenticidade deste documento, que é sua força e os meios reprovadíssimos e até criminosos de que vale-se para engradecer-se e firmar seu poderio, apresento em seguida alguns extratos das doutrinas perigosas e prejudicialíssimas ensinadas, sustentadas e publicadas com a aprovação dos superiores e gerais da Companhia de Jesus; e creio que depois disto não haverá quem vacile em acreditar que a *Monita* publicada é a lei – o *Alcorão* destes sarracenos, que se esforçam para invadir a civilização e fazê-la retrogradar para os tempos do obscurantismo dos Filipes e dos papas Hildebrandos.

Vejamos se os seguintes extratos dos maiores autores da Ordem, se abonam ou diferem da *Monita secreta.* Ei-los:

DA ANFIBOLOGIA, DA FALSIDADE E DA MENTIRA.

"São permitidas as anfibologias, quando se quer servir uma justa causa."

(Lessius.)

"De modo que, como o vocábulo latino *gallus* pode significar *galo* (ave), ou em *francês*, se me perguntarem nesta língua se matei um *francês,* ainda que o tenha feito, responderei que não, tomando a palavra por *galo.* Assim também, o verbo *esse* em latim – significa *estar* ou *comer;* portanto se me perguntarem se titio está em casa, responderei que não, embora o esteja realmente, entendendo a pergunta como se se tatrasse de indagar se ele *come."*

(Sánchez e Cárdenas.)

"É a gente obrigada a restituir o dinheiro que se recebeu para praticar uma ação má? Cumpre distinguir. Se se não executa a ação para a qual recebeu-se paga, é força restituir o dinheiro; mas se foi ela praticada por outro, não é lícito restituí-lo. *Si non fecit hoc malum, tenetur restituere; secus, si fecit."*

(Molina, citado por Escobar, *tr. III, ex. 2.º)*

"Não se comete *falsidade,* quando, para substituir-se um documento de herança ou de nobreza que se perdeu, arranja-se um semelhante a ele."

(Manuel Sá, da Sociedade de Jesus.)

"Não obrigam as promessas, quando ao fazê-las não se tem igual intenção. Só o juramento ou um contrato é que pode trazer consigo tal obrigação; de modo que, quando se diz simplesmente: *hei de o fazer,* entende-se que o agente o fará, se não mudar de vontade; porque não se quer por isso privar-se de sua liberdade."

(Manuel Sá, *idem.*)

"Todas as vezes que virdes que, respondendo de conformidade à intenção de quem vos interroga, vos advirá daí mal, que podeis evitar por meio do artifício de que já falamos, ser-vos-á permitido servi-vos outras tantas vezes em vossas palavras de secretas restrições mentais."

(Extrato do *Manual da congregação da bem-aventurada Virgem Maria,* para uso dos meninos que estudam nos colégios da Companhia de Jesus.)

"Digo, pois, que não há intrinsecamente mal em usar de equívoco, ainda mesmo tendo jurado, porque daí segue que não há perjúrio."

(Liv. III, cap. IX, na. I da obra da *Virtude da Religião,* do padre Suárez, da Sociedade de Jesus.)

"Pode jurar-se que se não fez uma coisa, ainda que se a tenha efetivamente feito, entendendo em si mesmo que se a não fizera em determinado dia, ou antes de nascer, ou submetendo qualquer outra circunstância igual a esta, sem as palavras de que venha a servirem-se tenham sentido que o possa fazer descobrir. E isto é mui cômodo em muitas conjunturas e *sempre mui justo,* quando é necessário ou útil para a saúde, a honra e o bem."

(Obras morais do rev. Padre Sánchez – *Oper. mor.* pág. 2, III, g. VI, nº 13.)

Quisera que me dissessem os reverendos padres a quem é que em rigor enganam, se ao próximo, ou a sua consciência e a *Deus?!*

DA DELAÇÃO

"Todos os membros da Companhia de Jesus devem estar preparados para manifestar-se reciprocamente; mas com o amor e a caridade que este serviço fraterno exige, e não por qualquer sentimento apaixonado. Portanto, aquele que houver manifestado os defeitos ou faltas de seus irmãos ao superior, como a um pai, *ut patri* (porque uma sociedade religiosa

é uma grande família), mostrará em suas palavras, na sua narração, até em sua isenção que o amor e a caridade o inspiram."

(*Inst. S. J.,* tom. II; *Summar. Const. r.* 9 et 10; *Congreg. Decretum XXXII*, 1 et 6; tom. II, pág. 71; tom. I, págs. 557 et 578.)

DA PREVARICAÇÃO

"Se um juiz recebeu dinheiro para proferir uma sentença injusta, *é provável* que pode reter este dinheiro. É este o parecer de cinquenta e oito doutores jesuítas."

Sobre esta questão: "Em que ocasiões pode um religioso deixar seu hábito sem incorrer em pena de excomunhão?" Respondem eles: "Quando o despe momentaneamente para praticar alguma ratonice, ou ir incógnito a lugares de deboche, devendo retomá-lo logo depois. *Si habitum linitat ut furetur occulte, vel fornicetur."*

(*Praxis ex societatis Jesus schola*, tr. VII, ex. 6.º, nº 106)

"Pode um padre que recebeu dinheiro para dizer uma missa recebê-lo de novo para a mesma missa? Sim, aplicando a parte do sacrifício que lhe pertence, como sacerdote, ao que lhe paga em segundo lugar; contanto que não haja recebido para uma missa inteira, mas tão-somente para um padre, como para um terço da missa."

(Filiutius, citado por Pascal, carta sexta.)

DA OBEDIÊNCIA

"Onde não houver pecado, devo fazer a vontade de meu superior e não a minha."

(*Della vita e dell' Instituto de S. Inatio, fondatore della Companhia di Jesu del P. Danielo Bartoli, della medesina Compagnia.)*

"A décima terceira regra (da ortodoxia) determina que seja o sujeito inteiramente unido no acordo com a Igreja católica. Se ela declara negra uma coisa que nos parece branca, devemos dizer que é negra. Porque convém crer sem nenhuma dúvida que Nosso Senhor Jesus Cristo e a Igreja ortodoxa, sua esposa, têm o mesmo espírito que nos governa e dirige na via da salvação; e que não foi um deus diferente que deu outrora os preceitos do *Decálogo,* e que hoje institui e dirige a hierarquia da Igreja."

(*Inst. S. J.,* tom. II, *Exercit. spirit. Regulae aliquot servandae, ut cum orthodoxa ecclesia vere scentiamus,* págs. 429, 430.)

"Se o Santo Padre me ordenasse de meter-me em um barco, sem mastro, sem vela, sem remos e sem mantimentos, e de assim atravessar o mar, iria não somente sem murmurar como com alegria."

(*Ignatii vita,* fl. 184.)

DA REBELIÃO

"A rebeldia de um *sacerdote* contra o monarca não é um crime de lesa-majestade; porque o *sacerdote* não é súdito do rei, mas sim do Papa, que pode suspender a força mesmo temporal dos reis e desligar seus vassalos de toda a obediência."

(*Aforismos* de Manuel Sá.)

"Diz Simanca, em um livro impresso em Antuérpia no ano de 1573, que os hereges devem de ser privados de toda a jurisdição e domínio, sem que lhes obedeçam seus vassalos, compreendendo esta regra tanto os reis com quaisquer outras autoridades."

O capítulo II do livro do bispo de Senlis trata "do direito de reduzir pelas armas, punir e depor os reis que governam mal: *nequiter dominantes*". Vê-se daqui que é o único fim de afastarem do trono os reis protestantes; porque "os hereges são gente de uma raça pior do que os pagãos ou maometanos"; que "é um ato de justiça, até de piedade, da parte dos reis cristãos, declararem guerra a um rei herege, e o mesmo acontece quanto aos súditos que se insurgem contra ele".

Lê-se na página 646 do mesmo livro:

"Não só é permitido aos vassalos tomarem armas contra um rei herege, como louvável fazerem-no, e é isso mesmo o que lhes ordena seu dever de cristãos."

DO ROUBO E DA BANCARROTA

"Não é um roubo tirar uma coisa pequenina e às ocultas de seu marido ou de seu pai."

"Não é malfeito tirar uma coisa que não nos pertence, uma vez que o dono não se sirva dela, e assim também a gente não é obrigada a restituí-la."

(*Aforismo dos confessores.* – Colônia, 1500. – Manuel Sá, da Companhia de Jesus.)

"Não é pecado tomar alguém às ocultas aquilo que ele daria se lho pedissem, embora não queira que lho tirem sorrateiramente: não é força restituí-lo."

(*Idem, ibidem)*

"Uma mulher pode jogar e para isso tirar dinheiro do marido."

(Escobar, cap. *do furto,* tr. I, nº 13)

"Podem os criados tirar às ocultas os bens a seus amos como compensação, a pretexto da modicidade de seus salários, e por isso também dispensam restituir-lhos."

(*Tratado da Penitência* do padre Valèze e Reginald.)

"Deus não reprova o roubo senão quando algum é tido por mau, e não quando é conhecido por bom."

(O rev. padre Antônio Casnedi.)

"Não é pecado mortal, nem se é obrigado a restituir o que se tirou em pequenas parcelas, ainda que a soma total dessa ratonice suba a muito."

(*Teologia moral* do jesuíta Tomás Tomburin, impressa em Leão – 1659.)

"Inquiris se sois obrigado à restituição no caso em que tereis ajudado alguém a praticar um roubo com mais presteza e felicidade. A isso respondendo negativamente e com plausibilidade ainda mesmo quando tiverdes segurado a escada para que o ladrão cometa o roubo, ou em obediência a nosso amor, que assim vo-lo ordenasse e houvésseis prestado vossos serviços levando uma caixa por ele roubada, tomando isso como um serviço."

(*A regra do confessor,* do padre Trachala, publicada em Bamberg – 1759.)

"Quando vê-se um ladrão resolvido e prestes a roubar uma pessoa pobre, pode-se, para desviá-lo daí, indicar-lhe uma particular outra que seja rica, para roubá-la em vez da pobre."

(O padre Vasques, citado pelo padre Castro Palao, tom. I, n.º 12, pág. 6)

"Aquele que quebra pode com consciência tranquila reter de seus haveres quanto baste para manter com honra sua família. *Ne indecore vivat.* Sustento afirmativamente com Lessius, que o pode ainda que os houvesse adquirido por meio de injustiças e delitos conhecidos por todos: *Ex injustitia notorio delictos;* se bem que neste caso não é lícito reter tanto como no primeiro figurado."

DE LUXÚRIA

"*Sunt varia legis naturae praecepta ita obscura, ut vix possint a viris et doctis percipi, tale praeceptum prohibens simplicem fornicationem cum adhibita prudenti cautione pro honesta educatione prolis si nascatur...Idem dic... de pollutione, praesertim quando est necessaria ad sanitatem, vel etiam ad vitam conservandam, ac de similibus aliis quae communi doctorum consensu jure naturae prohibita sunt.*"

(Charli, 1782, q. art. 2.º)

"*Potest et faemina quaeque, et mas, pro turpi corporis usu pretium eccipere et petere; et qui promisit, tenetur solvere.*"

"Copulari ante benedictionem, aut nullum, aut leve peccatum est (etsi quidam mortale esse putant) quin etiam expedit, si multum illa diferatur."

Emanuel Sá – *Verbo debitum conjugale,* p. 80.)

"*Toberna p. l., tom.* I, *g.* 3 *dicit, puellam non peccare, si ob evidens periculum mortis vel ingentis infamiae, non adhibeat omnia omnio media ad depellendum stupratorem; v. g. si hunc, cum posset, non occidat, si non inclamet viciniam, sed mere patiatur coitum, tamen secluso omni periculo consensus; et licet hanc propositionem editis libris teneant authores plures quam 50, quos refert vind. Tabernae...tamen non expedit eam publice proponere aut defendere, quia apta est causare abusus, praesertim apud rudes."*

(Lacroix, tom. I, p. 314.)

"*Licet autem Joann Sanchez cit...Absolute scribat, illum qui suae concubinae dedit mutuos ccentum aureos, quos, si eam dimittat, non sit recuperaturus, haud teneri eam dimittere, esto versetur in proximo periculo relabendi in peccatum cum illa, si non dimittat. Attamen Palaus, loc. cit., n.º 15, Absolute rejicit eam resolutionem, casu quo diu durabit illa cohabitatio cum gravi tentatione; et Oviedus, loc. cit., n.º 162, loquens de illo qui timet se saepe consummaturum peccatum cum concubina, admittit eam doctrinam solum respectu hominis qui hatet tantum necessaria ad parce vivendum, non autem respectu mediocriter devitis."*

(Georgius Gobatus – 1700 – *Oper. mor.*)

"*Verum angustias omnes effugisset Susanna, si vi et metu infamiae, imo mortis, compulsa premisisset adulteris, suam explere libidinem, non consentiendo vel cooperando, sed permittendo, et negative se habendo. Neque enim tenebatur ad conservandam castitaten, clamando sese diffamare et in mortis periculum conjicere; cum integritas corporis minus bonum sit quam fama vel vita (Jacobus Tirinus).*

"Mortaliter non peccant mulieres, quae praebent conspiscendas adolescentibus, a quibus se credunt turpiter concupiscendas, si hoc faciant aliqua necessitate, aut utilitate, aut ne se privent sua libertate, vel jure exeundi domo, vel standi ad ostium, vel fenestram domus."

(Simon de Lessan.)

"Cui obligationi subjectus sit qui defloravit virginem?"

"R. Qui corrupit volentem virginem et consentientem, praeter obligationem paenitendi, nullam aliam incurrit: quia puella habet jus usum sui corporis valide concendi, quin possint absolute impedire parentes, nisi eatenus quatenus tenentur cavere, ne per proles suas offendatur Deus."[2]

(Francisco Xaverius, *Fegeli* – 1750– part. 4.ª, cap. VIII, pág. 397, nº 127.)

DO DUELO, DA CIDADÃ E DO ASSASSINO

"É permitido matar em defesa própria ou de outrem, e segundo alguns doutores, até mesmo em defesa de sua fortuna."

(*Aforismos* do padre Manuel Sá.)

"Se um adulto, embora *sacerdote* e conhecedor do perigo, introduz-se em casa da mulher adúltera, é surpreendido pelo marido, mata-o em defesa de sua vida ou de seus membros, não me parece que incorra em irregularidade."

(*Teologia moral* do padre Henríquez, tom. I, liv. IV.)

"Os filhos cristãos e católicos podem acusar seus pais de crime de heresia, ainda que saibam que daí provenha a eles seus pais o serem queimados e *postos à morte,* como ensina Tolet... e não somente poderão recusar-lhes alimentos no caso de que eles procurem desviá-los da fé católica, mas até *poderão matá-los com justiça,* observando a *moderação* de uma justa defesa se seus pais os quiserem constranger por meio da violência a abandonar a fé."

(*Tratado sobre os preceitos do Decálogo,* Estevam Fagundez. Leão – 1640.)

2 Recusa-se a pena a traduzir as obscenidades e torpezas aconselhadas nesta matéria; e por isso transcrevo estas citações no latim dos reverendos padres.

O jesuíta Bonacina isenta a mãe "que deseja a morte das filhas se as não pode casar à sua vontade dela, por causa da feialdade e da pobreza destas".

"É permitido matar à traição um proscrito."

(*Teologia moral* de Antônio Escobar, tom. IV, pág. 278.)

"É também permitido matar aqueles que nos perdem junto aos príncipes e às personagens de distinção."

(*Idem, ibidem,* pág. 284.)

"Se algum é tão estúpido que julga, sem poder vencer-se, que o desejo de cometer um homicídio não é pecado, não peca só porque o deseja cometer."

(*Curso de teologia* do jesuíta Jacques Platelius. Douay – 1680.)

"É permitido desejar a morte do próximo pelo sumo bem, embora temporal, de uma comunidade ou da igreja, porque o bem comum é preferível ao bem de uma pessoa particular."

(João de Cárdenas.)

Sustentaram a doutrina do tiranicídio os vinte e dois seguintes jesuítas: Mariana, Deltio, Gregoire de Valence, Tolet, Emanuel Sá, Bonarcius, Azor, Hissus, Eudemon Jean, Keller, Serrarius, Jean de Salas, Suárez, Lorin, Lessius, Tannez, Becan, Jean de Lugo, Antoine Escobar, Paul Comitalus, Gretzer e Busembaum.

"Não são os assassinos indignos de gozar do privilégio das igrejas (o benefício do asilo)? Sim, pela bula de Gregório XIV. Mas entendemos pelo termo – assassinos – aqueles que receberam dinheiro para matar alguém traiçoeiramente. De modo que aqueles que mataram sem receber paga alguma, mas unicamente um obséquio de um amigo, não são chamados de assassinos."

(Citado por Pascal na sexta carta.)

"Aquele que recebeu uma bofetada não pode ter a intenção de vingar-se, mas pode muito bem ter a de evitar a infâmia, e para isso repelir no mesmo instante essa injúria servindo-se ainda para isso da espada: *etiam cum gladio."*

(Lessius, citado por Pascal na carta sexta.)

"Se vosso amigo achar-se disposto a prejudicar-vos, não deveis desejar sua morte por impulso de rancor, mas podê-lo-eis fazer para evitar vosso dano."

(Escobar, TR. V, ex. 5.º n.º 145.)

"Um beneficiado pode, sem pecado mortal, desejar a morte daquele que recebe uma tença de seu benefício; e um filho a do próprio pai, e regozijar-se quando ela venha a suceder, contanto que não seja senão pelo bem que ela produz, e não por ódio pessoal."

(Gaspar Hurtado, citado por Diana.)

"É sobremodo louvável que um homem bata-se em duelo para salvar vida, honra ou seu Deus...e também que se possa matar às ocultas seu inimigo. E depois, em casos tais, não se deve usar da via do duelo se se pode matar o adversário sem que venham a saber, e assim sair-se a gente do embrechado limpamente; porque por este meio evitar-se-á a um tempo expor a vida em um combate e participar do pecado que nosso inimigo cometeria por meio do duelo."

(*Teologia moral* de Sánchez.)

"Pode-se também matar as testemunhas falsas suscitadas contra nós."

(Reginaldus.)

"Pode matar-se aquele que deu uma bofetada, posto que fuja, contando que se evite fazê-lo por ódio ou vingança, e que por esse meio não se dê ocasião e muitos assassinos nocivos ao estado."

(Henríquez.)

"É concedido a um homem de honra matar a quem lhe quer dar bofetada ou uma cacetada?... Acho provável, quando não outro meio de evitá-la; porque sem isso a honra dos inocentes estaria constantemente exposta à malícia dos insolentes."

(Azor, Filiutius, Hereau, Hurtado de Mendoza, Becan, Flahaud, Lecourt, Escobar e Lessius.)

"É permitido matar a quem vos diga – mentistes! – se não há outro meio de reprimi-lo."

(Balbelle, citado por Escobar.)

"Se procurais arruinar minha reputação com calúnias assoalhadas ante pessoas de bem, e que não haja meio de evitá-las senão matando-vos, posso eu fazê-lo? Sim, segundo autores modernos, que afirmam que ainda mesmo que o crime que publicais seja verdadeiro, contanto que seja oculto de modo que se o não possa ser descoberto por via da justiça."

(Lessius.)

"Pode atacar-se e tirar a honra de muitas maneiras, e em que a defesa parece mui justa, tanto como se tentassem dar-vos uma cacetada, ou uma bofetada, ou afrontar-vos de palavras ou de sinais: *sirve per signa.*

(Lessius.)

"É permitido matar por dinheiro, sendo a soma fixada em seis ou sete ducados, e que recebendo-a abale o cúmplice com a quantia."

(Molina.)

"Não se pode lançar em conta de pecado o fato de um homem matar a quem lhe quer tirar uma coisa do valor de um escudo, ou ainda menos: *unitus aurei vel minoris ad huc valoris."*

(Molina.)

"É permitido aos eclesiásticos e aos religiosos matarem, ainda não só para defenderam sua vida, como também sua fortuna ou a de sua comunidade."

(Tannerus)

É permitido a um eclesiástico ou a um religioso matar um caluniador que ameace crimes e escândalos de sua comunidade, ou dele próprio eclesiástico, quando não houver outro meio para obstá-lo senão matando-o com presteza; porque neste caso, como seria permitido a este tal religioso matar aquele que lhe quisesse tirar a vida, é por igual permitido a ele matar a quem lhe quer tirar a honra ou a de sua comunidade, sem que nisso haja diferença entre ele e qualquer secular."

(O rev. Padre Lamy.)

N. B. – Acham-se estas citações colecionadas no processo organizado pelo parlamento de França, em conformidade de seus acórdãos de 31 de agosto e de 3 de setembro de 1761, e é daí que as trasladei.

NOTA B

...quando em navios portugueses faziam viagens de longo curso... Pág. 31.

Desta piedade e devoção dos marujos portugueses, quando navegavam em companhia de missionários, em viagem de longo curso, ficou a todos aqueles e aos nossos uma conhecida e particular quizília aos homens que vestem samarra e batina. Frade ou padre a bordo são causas para todos de mau agoiro. A propósito disto lembra-me uma anedota que por mais de uma vez ouvi ao nosso Gonçalves Dias referir do nosso primeiro bispo Leitão: – *Vox populi,* ei-la com sei:

Escandalizado este devoto e excelente prelado, depois mártir, com o vocabulário meio espanhol, e arrepelado da marinhagem, cabal para pôr em debandada toda uma procissão de *Corpus Cristi* com S. Jorge, o homem de ferro, os escudeiros e os ilustríssimos vereadores da Câmara Municipal, entrou em prática com o comandante da nau, aconselhando-o a mudar de sistema a trocar essas expressões pelos nomes dos santos

de sua invocação. Como! pois o nome de Deus na ocasião de perigo não valeria muito mais do que o do inimigo do gênero humano? E aquele famoso San' Telmo, além de português, não seria dado para refrigério, amparo e salvação dos marujos?! Que lhe custava muito a experiência quando no termo de tudo isso ganhava a salvação de sua alma?...Com estas e outras ponderações causticava o bom prelado a cabeça daquele marinheiro.

Para se ver livre de tantas importunações prometeu o capitão de adscrever-se às pias admoestações do bispo. Daí em diante os hipócritas dos marujos, que tinham percebido volta no ânimo do comandante, nada mais fizeram com gosto. Era tudo em lentidão nas manobras, uma mandriice na faina capaz de enfurecer um santo, quanto mais um homem de mar rude e colérico!

– Ala as escotas, etc.

Repetia a companha a ordem, mas engasgavam-se com riso, e nunca se alavam os braços ao joanete! O capitão mordia-se, escumava e arrepelava a barba, mas calava-se. O bispo esse, vangloriava-se na sua humildade do efeito da pregação.

Um dia, porém, ao passar a Linha, navegavam os nossos mareantes quase em calmaria podre; todas as velas frouxas e a baterem, e a nau à matroca, ou pouco menos; mas eis senão quando lá no horizonte lobriga-se uma nuvenzinha de mau agoiro. O comandante subiu ao convés, onde se achava o reverendíssimo embebido em êxtase. Deu logo com os olhos nas nuvens e no bispo. Franziu os sobrolhos; porém, lembrando-se da promessa, brada:

– Ferra o latim, com todos os santos da corte do Céu!

– Ferra o latino, repetiu a maruja, levantando-se dos seus lugares com todo o vagar e esfregando os olhos.

Nisto aproxima-se a nuvem com incrível rapidez. Um tufão apanha as velas, e o navio adorna e mete a borda na água.

– Amaina, com mil di..., grita o capitão furioso. Ferra a vela grande, com mil bombas! Mau raio os parta, seus filhos de uma... à faina e tudo arreiem, com milhão de milhões de diabos!

Animados com tais exortações fazem os marinheiros depressa a manobra, o navio dá a popa ao vento e navega em árvore seca e fora de perigo.

– Filho, diz-lhe o bispo ainda esbaforido com o efeito do tufão, seja tudo pelo amor de Deus!

– Não me venha vossa reverendíssima com as alicantinas que já me deitaram a perder toda a gente. Façam agora deles padres ou frades, ou que bem quiserem; porém, marujos não hão de ser em dias da sua vida. Mau raio o parta! Onde se viu padre marujo ou marujo feito santo?... Olhai, canalha, prosseguiu o capitão fora das estribeiras, quem tiver o desaforo de me dizer a bordo – *Amen* ou *Dominus-vobiscum,* ou coisa assim, vai direitinho para o cesto da gávea por seis horas, porque fique mais perto do céu. O tal senhor San'Telmo, se queria ser santo às direitas, devia vir no princípio e não no fim da trovoada, e avisar a gente para prevenir-se.

– Filho, replica-lhe o bispo, bem vejo que isto não podia ser um paraíso...

– Isso é um inferno! Senhor bispo, fique vossa reverendíssima nisto, e esta ralé são uns excomungados que nem os demos os podem sofrer; mas deixe-me vossa reverendíssima com eles, que os mando a todos para as profundas do Inferno quando não me andem assim direitinhos.

E o bispo chegou a S. Salvador da Bahia na companhia daquele herético porém ótimo capitão.

NOTA C

...tinham os anjos cortado e aparelhado para este milagre. Pág. 32.

No liv. III, cap. VIII, nº 4, da *Crônica da Companhia de Jesus* de Baltasar Teles lê-se referido do seguinte modo o milagre da cabeça de peixe:

"Vendo o padre que não podia com palavras persuadir a que deixasse aquela sua imaginada devoção, com uma certeza profética de que havia de suceder (semelhante em parte ao que sucedeu a Cristo Senhor Nosso quando mandou a Pedro tirar o peixe para pagar aos ministros que arrecadavam o tributo), disse ao governador que mandasse lançar uma linha no mar, e que conforme ao que tirassem veria qual era a vontade divina naquele particular. Lança-se a sedela com grande alvoroço dos presentes, que estavam esperando o lanço desta pescaria; senão quando, coisa maravi-

lhosa! veem todos que vinha presa no anzol uma cabeça de peixe sem mais o corpo, que os anjos, sem dúvida, ali tinham cortada e aparelhada para cumprimento da doutrina e verdade do padre.

"Foi em todos o espanto igual à novidade, e o governador, movido com tal evidente sinal e confirmado no que o padre Nóbrega lhe tinha dito, não querendo perder ocasião de quebrar o agoiro com tão milagrosa iguaria, mandou cozer a mesma cabeça, comeu-a alegremente e repartiu dela por todos, com grande gosto seu e espanto dos presentes. Grande foi a opinião que por esta causa e outras similares cobrou o governador da sociedade do padre Manuel da Nóbrega."

NOTA D

...apenso aqui em nota. Pág. 35.

REDUÇÕES E REDUTORES

Capítulo IV do II volume
dos

BANDEIRANTES

pelo senhor conselheiro

JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL

"A situação e a influência dos jesuítas na América foi por muito tempo assunto de largas controvérsias, que o interesse e a paixão frequentemente inspiraram. Em grande parte se acham hoje obliteradas ou esquecidas as alegações contraditórias dessa época. Útil é, entretanto, não arredar inteiramente os olhos de tais memórias. Bem que as razões da contumaz porfia não de todo se apagassem, antes pareça que por vezes reverdecem, a história imparcial pode com frieza e serenidade volver os olhos ao passado, de que mais de um século a separa.

"Injustíssimo fora negar que as missões, ou grandes aldeamentos dos jesuítas, em verdade constituíram, principalmente na sua origem, um dos mais assinalados serviços à colonização e civilização da América do Sul. Nenhuma causa se glorifica e engrandece detraindo e apoucando méritos reais, e as mais justas são exatamente as que menos precisam e usam recorrer a expedientes que o bom senso e a moral igualmente condenam. Naquela vasta e dificílima colonização, como em outras muitas coisas, a Companhia, digamo-lo com desassombro, foi instrumento de progresso. Um dos segredos da sua força era, e é, adquirir e preparar homens emitentes em tudo e para tudo. As missões americanas contaram não poucos, universalmente conhecidos e apreciados.

"Não menos injustas, porém, são as apologias exclusivas que atribuem todas as excelências e todas as virtudes ao sistema seguido pelos padres naquelas missões. Esse sistema estava bem longe de realizar o ideal que nós agora desmedidamente encaramos afeiçoando-o à moderna.

"Para bem averiguar e analisar tal sistema seria pouco um livro. Procuremos apenas aqui resumir alguns traços principais, quanto caiba num capítulo acidental, e quanto seja suficiente para explicar a cena que na sequência desta narrativa teremos de apresentar aos leitores.

"As sérias perturbações, muita vez resultantes das doutrinas e práticas da Companhia, os efeitos, amiúde terríveis, da sua antiga influência nas cortes e nos povos, andam já remotos, e a distância têm induzido muitos escritores, aliás de boa fé, a uma benignidade de que os sectários, mais ou menos ostensivos, logo se prevaleceram como de outros tantos insuspeitos testemunhos. Basta, porém, aproximar aos panegiristas os impugnadores para ver como estes últimos se apoiam mais geralmente em fatos demonstrados e em documentos de perfeita autenticidade. Nem os fundamentos da defesa, comumente citados, podem ter o necessário caráter de retidão quando repetidos exemplos estão certificando como os precautos cronistas da Sociedade, segundo já notáveis autoridades evidenciaram, não raro desfiguravam os sucessos contemporâneos, guardando estas relações para serem publicadas, como foram, ao tempo em que já não existissem os que as haviam presenciado, propagando-se por este modo falsas noções autorizadas só por falsíssimos anais.

"Mais alto do que tudo quanto se haja escrito, ou possa escrever, em desfavor da Companhia, depõem as suas lutas contra todos os que não conseguiam avassalar. Assim a vimos aliada inevitável de todos os poderes ainda os mais infestos à humanidade, quando em casa se lhes insinuava e eles a serviam; sua inimiga declarada, suscitando-lhes por todas as maneiras inimizades, malquerenças, estorvos e perigos, quando não os achava dóceis as imperiosas e insaciáveis exigências. Daqui a astuta flexibilidade com que sabia introduzir-se encolhendo-se para se fazer pequena e humilde, e a arrogante soberba com que se erguia ameaçadora tanto que segurava o pé. Daqui as suas odiosas difamações e violentas disputas com as congregações, com os antigos parlamentos, com as academias, com as universidades, com as ordens religiosas, com os prelados, com os soberanos, com os próprios pontífices. Daqui as insídias multiformes, as ardilezas continuadas, os princípios contraditórios, o casuísmo sutil, a dublês constante, a ação dissolvente, as máximas perniciosas.

"A mais concludente e mais irrefragável sentença da sua condenação está justamente nessas máximas, perpetuadas nos livros dos seus principais doutores; em Belarmino, em Turriano, em Gregório de Valencia, em Soares, em Molina, em Ribadaneira, em Keller, Vasques, Creswel, Lessio, Gretzero, Azor e tantos mais; no famoso *Anfiteatro da honra,* no *Manuale Sodalitatis*, nos *Axiomas* de João de Sallas, nas obras de Sánchez, num catálogo interminável de escritos onde se encontra estímulo ou desculpa, para todas as fraquezas, para todos os atentados.

"Este sim, que será sempre libelo inconfutado e decisivo, não imputável a prevenção ou antagonismo!

"A organização da Companhia, mais política do que religiosa, a educação com que predispunha os seus membros absorvendo de todo o indivíduo na corporação, dava-lhe aos cabeças irresistível persistência de ação, infinita diversividade de recursos e força incomparável. Foi-lhe a generalidade da rudeza e ignorância maravilhoso auxílio. Os seus propósitos eram imutáveis como a divisa que adotara: *sit ut sit aud non sit*. Rodeavam-na interesses comparativamente efêmeros e com frequência inconciliáveis. O dela, permanente e indivisível, olhando ao longe e superior às ordinárias restrições da vida humana, ou mutuamente os contrapunha, ou absolutamente os sujeitava. A execução de um pensamento uniforme e dominante

subordinava com prodigioso tato de aparente inconstância os instrumentos mais disparatados. Isso tem por vezes iludido observadores superficiais. Era o seu segredo: unidade no conceber, variedade no conseguir. É dela o preceito subversivo de toda a moral, e desgraçadamente invocado ainda por muitos ambiciosos sem alma: 'que os fins justificam os meios!'

"Em tais circunstâncias, e com tais elementos, fez-se-lhe em breve a ousadia infrene e ilimitada a ambição.

"Acordaram tarde os ciúmes das coroas. Assoberbava-as, e fazia já tremer a misteriosa potência medrada a sua sombra. Para abalar e desarreigar o colosso foi precisa uma conjuração de reis!

"Se as tendências sempre invasoras da Sociedade de Jesus, como ela mesma se chamava, tão audazmente chegou a manifestar-se na Europa ante os olhos dos poderes supremos, claro é que mais desafogadas e soltas se desenvolveriam em colônias apartadas, fora desta poderosa e já desconfiada vigilância, tendo apenas por fiscal uma autoridade delegada e incompleta, que diversas influências facilmente podiam submeter ou ab-rogar.

"Assim efetivamente sucedeu. Podemos severamente julgar a política nefasta da Companhia sem recusar o merecido tributo de admiração ao espírito, ao valor, à perseverança e abnegação de não poucos dos seus missionários. Se a cobiça desmarcada se tornou o móvel daquela, o desprendimento de todo o pessoalismo era a virtude ordinária destes e a consequência da sua disciplina.

"Foram, pois, as missões dos jesuítas útil catequese, esforço heroico, desbravamento fecundo: com o tempo degeneraram muitas delas em meros centros comerciais de que a Sociedade auferia o melhor nos lucros e sobre as quais exercia pleno domínio e soberania a bem dizer independente, com enorme dano das outras populações, e usurpação notória dos direitos nacionais.

"Entre as missões jesuíticas da América, as de Espanha e Portugal tinham caracteres diferentes. Conheciam bem os padres a índole diversa dos dois povos, e segundo o seu costume por esta se moldavam.

"Nas províncias brasílicas davam-se por defensores da liberdade dos índios, como incansáveis apóstolos de benevolência e misericórdia; e tanto de si o repetiram e apregoaram, que homens doutos e sinceros, com excessiva ingenuidade, o vieram depois a reproduzir. A ostentosa mansi-

dão, que tem contra si provas irrespondíveis, ocultava uma especulação rendosa. Os tumultos do Pará, do Maranhão, e outras províncias, contra os padres exprimiam o descontentamento dos concorrentes à exploração colonial, por eles essencialmente lesados.

"Lesados eram com efeito os colonos e povoadores, porque, apropriando-se os padres dos índios, eram os fazendeiros obrigados com muito maior dispêndio a importar braços de África para cultivar as terras, o que naturalmente lhes encarecia os produtos, de modo que não havia poderem competir com os dos estabelecimentos dos jesuítas. Certo é que a avidez brutal de muitos destes fazendeiros, tão desumanos como inábeis, secundara poderosamente as usuais cavilações dos padres, autorizando-lhes a especiosa indignação, e facilitando-lhes o obterem para si todos os benefícios das bulas alcançadas em Roma, e de um regime legislativo, que a bem dizer lhes entregava a população nativa, ficando para os pobres gentios esse regime, que supunha protegê-los, ordinariamente letra morta. Certo é que deploráveis erros e vícios tornaram plausíveis os clamores. Mas nem por isso se há de desconhecer que a tarda brandura da Companhia só despertou quando nisso lhe ia um imenso interesse inteiramente mundano.

"Nos princípios da colonização o padre Nóbrega escrevia ao governador Tomé de Sousa: 'em mentes o gentio não for senhoreado por guerra e sujeito *como fazem os castelhanos nas terras que conquistam*, não se faz nada com eles'. O padre Rui Pereira notava pelo mesmo tempo: 'ajudou grandemente a esta conversão [dos índios] cair o governador na conta, e assentar que *sem temor não se pode fazer fruto*'. Pouco depois memorava o padre Anchieta: 'sobre estes índios já temos sabido *que por temor se hão de converter mais que por amor*'. O padre Vieira comparava-os na sua opulenta frase às estátuas de murta 'que nos jardins facilmente se talham à tesoura, mas como as deixem algum tempo à vontade, logo volvem ao natural tortuoso e agreste'.

"Tal conceito provinha exatamente dos mais ativos e meritórios missionários. Concordavam então na necessidade do rigor, e a ele incitavam os primeiros chefes e capitães europeus.

"As exortações e aparatos em favor dos índios começaram só quando os aldeamentos interiores entraram a frutificar, e os padres, cercando as rendas ao estado, como os governadores ulteriormente represen-

taram, se fizeram administradores de engenhos e monopólios. Nas províncias do Sul, onde era mais rara, ou mais dificilmente chegava a escravatura africana, o ódio à Companhia crescia naturalmente em violência. Os resolutos paulistas, costumados a decidirem por si suas contendas, várias vezes forçaram as casas dos jesuítas a condescendências e pactos que bem claro manifestavam o antagonismo de interesses entre eles e os povos. Nestas extremidades os padres, tirando partido ainda dos seus privilégios, consentiam numa como sublocação dos índios, e quando, apesar de tudo, a atividade dos seculares os afrontava, induziam estes gentios a faltarem aos contratos efetuados, prontos a acudir por eles em nome da humanidade sempre que os locatários irritados tentavam compelir os fraudadores a satisfazer as cláusulas pactuadas. Destes repetidos subterfúgios nasciam mil complicações, que todas redundavam em maior vexame dos pobres nativos, com todas aquela cruezas e crimes que ao sertanista Leonel Garcia anteriormente ouvimos contar.

"Os fazendeiros ponderavam: para que hemos de procurar braços caros, ou sujeitar-nos aos inconvenientes dos contratos, que tais como são muitas vezes se não conseguem sem luta, quando à mão podemos haver esses braços comparativamente de graça? Esta a origem do bárbaro uso dos *descimentos* e *amarrações*, que não eram senão numerosas expedições ou bandeiras, feitas em comum, para ir caçar e escravizar índios bravos aos sertões, aonde não chegava a jurisdição das missões ou dos colégios.

"As rixas, as invejas, as ruins paixões que muitas vezes tornavam impossível o exercício da autoridade, e por toda a parte campeavam sem freio e sem tino, tinham sido também em grande parte semente lançada à terra pelos padres com a sua frequente e ousada intervenção no tocante ao poder temporal, e com os enredos e motins que armavam para expugnar qualquer autoridade que lhes quisesse pôr cobro aos desregramentos. Muitas e muitas informações oficiais plenamente o atestam.[3] Tentara o governo esclarecido e firme do marquês de Pombal sanar estes inveterados males restaurando o império e respeito da lei, assim antes como depois da expulsão dos jesuítas. Desgraçadamente a infecção vinha de longe, e havia-

3 Entre infinidade de outras a carta de D. Diogo de Meneses, governador da Bahia, ao rei Filipe de Castela.

se entranhado profundamente. Se uma salutar severidade logrou parcial e temporariamente, como em Goiás, restabelecer a boa ordem e conter os díscolos, este grande benefício nem foi geral nem persistente. Não coube no tempo extirpar a gangrena que em muitos chegara ao coração.

"A apregoada liberdade dos índios nos aldeamentos dos jesuítas pareceria irrisão a homens cujo espírito sinceramente se houvesse iluminado. Por isso não convinha à tradicional precaução dos padres esclarecer os conversos. Que a mais zelosa catequese exercida sobre homens tomados no estado selvagem não conseguisse deles senão amansá-los, podia ter explicação e desculpa. Mas que os filhos, os netos e os descendentes dos primeiros neófitos, nascidos, criados e educados sob a tutela dos padres, e com eles os próprios mestiços, que muita vez participavam de sangue europeu, conservassem tanto de boçais, e nunca passassem daquela meia barbárie essencialmente favorável à sujeição passiva, singularidade é que bem demonstra um plano e premeditação.

"Sobre fato, de si tão concludente, passa de leve o minucioso Southey com haver-se obstinadamente empenhado em defender os jesuítas, preocupado provavelmente com a ideia de que se o contrário fizesse o dariam de suspeito por ser protestante, não advertindo que o dever do historiador é não se mover de nenhum cuidado de si, mas unicamente escutar o que lhe dita a consciência ante o que os documentos lhe autenticam.

"Esta, porém, é com efeito uma das mais graves provas contra o preconizado sistema. Das artes mecânicas ensinavam os padres aos índios, aos *seus* índios, como eles com muita propriedade lhes chamavam, tudo o que aos estabelecimentos da Companhia era necessário, e não só das artes mecânicas senão também de mais altos misteres. Conseguiram assim fazer deles tecelões, pedreiros, canteiros, marceneiros, carpinteiros, oleiros, alfaiates, e até escultores e pintores. Não faltava, portanto, a estes catecúmenos inteligência suscetível de todos os desenvolvimentos. Por que seria, pois, que em tudo o que noutras esferas lhes podia alumiar a razão os deixavam como em perpétua infância? Ainda mais: por que lhes não generalizavam a língua portuguesa ou espanhola, segundo o país a que nominalmente pertenciam, antes preferiam aprender eles os dialetos bárbaros, não já para as primeiras conversões, o que seria indispensável, mas para uso permanente e comum, o que muito menos se explica? E não era também

incapacidade dos índios para falarem idioma diverso do seu, pois que, além do *tupi*, ou língua geral, vulgar por todo o sertão, as diversas tribos e nações facilmente se familiarizavam com os termos que ouviam ou precisavam empregar quando se achavam em contato com gente civilizada.

"Naquela constante prática transluzia evidentemente o propósito de segregar os seus tutelados de quaisquer relações que pudessem comunicar-lhes ideias diversas das que exclusivamente lhes incutiam. Escravidão em verdade era esta, e a maior de todas, e a mais profunda e completa, porque em trevas encarcerava o entendimento, e até os impulsos da vontade suprimia.

"Teve sempre a Companhia o segredo e o método de quebrantar o espírito e o ânimo aos seus educandos, por modo que todos na mão lhe ficassem. Que melhor o não lograria com gente rude e simples como era aquela!

"A escravidão imposta pelos moradores tinha contra si a franqueza da violência; a que os padre exerciam, fortemente comentada no obscurantismo, oferecia à vista menos asperezas. Sendo estes, como eram, muito superiores àqueles em saber, instrução e engenho, cuidavam do que nem aos outros ocorria; isto é, de brunir decentemente as aparências. Esta a exata diferença.

"Dois modos empregava a Companhia para segurar os seus cativos, bem melhor do que se os trouxesse acorrentados: terror das superstições, e uma calculada indulgência com os vícios das hordas selváticas em tão ardente clima!

"Larga existência tinham tido as missões sem nunca produzirem verdadeiros cristãos. Fenômeno era com efeito. Nos primeiros séculos da Igreja a doutrinação dos seus ministros havia rapidamente modificado as tribos dos vândalos e dos francos, não menos bárbaras que os guaranis ou os bugres. Donde procedia a renitência destes? Com assombro se reconheceu que a prolongada catequese apenas implantara algumas práticas externas do culto, não sem mescla da anterior idolatria, facilmente tolerada. Em vez da moral evangélica, tão compreensível por singela e natural, uma série de lendas complicadas, em que só figuravam santos da Companhia, milagres da Companhia, e ostentosas demonstrações da onipotência da Companhia, tudo destramente afeiçoado às grosseiras crendices e rudimental

imaginação dos tais povos. Quaisquer bem-aventurados, que não tivessem tido a fortuna de ser membros da Sociedade, embora canonizados pelos pontífices, eram sem cerimônia expropriados do seu lugar no Paraíso, em razão das rivalidades com os missionários carmelitas e as outras ordens.

"Pelo lado propriamente religioso os padres pouco mais tinham feito do que substituir-se aos feiticeiros das tribos, e a sua influência era tanto maior quanto para isso os avantajavam singularmente os recursos da inteligência e da cultura.

"Quando o padre secular conseguiu, enfim, entrar nas missões, foi lá encontrar os multiplicados mecanismos do armazém de visualidades melhor provido. As imagens dos santos, com olhos, línguas e braços movediços, sem contar outros artifícios, eram articuladas e preparadas como para todos os efeitos das fantasmagorias cênicas.

"A química e a física, ciências cultivadas sempre com singular esmero pela Companhia, cooperavam também para arraigar no espírito crédulo da pobre gente, não as verdades amoráveis e consoladoras do cristianismo, senão a crença no poder sobrenatural dos seus diretores. Dupla e sacrílega fraude, que fazia servir as mais nobres conquistas da razão à perpetuidade do erro, e os mais venerados símbolos da fé ao sofisma dela!

"Aos olhos dos rudes neófitos os padres tomavam o lugar dos seus paiás e pajés, ou feiticeiros e adivinhos, de quem tremiam como de outros tantos delegados favorecidos de uma divindade tremenda. O charlatanismo vulgar daqueles impostores boçais ficava a perder de vista ao pé das artes de homens cultos. Isso facilitava as conversões, mais determinadas pelo receio do que nascidas da persuasão. Em realidade não se fazia senão mudar de superstições, ou antes do objeto da superstição. Nos próprios vocabulários da língua brasílica se conservam significativos indícios desta assimilação, feita no espírito dos naturais entre os padres da Companhia e os nigromantes indígenas. Aqueles padres eram designados com o nome de *paiabunas*.

"A famosa *Relación historial*, do padre Juan Patricio Hernández, é um dos monumentos mais singulares da extravagância de invenções com que naqueles paragens procurava a Companhia seduzir a credulidade. A sua origem não pode ser confutada. Forjaram, escreveram, imprimiram, publicaram e autorizaram jesuítas este grosseiro tecido de fábulas, que je-

suítas mesmo foram obrigados a confessar por fábulas, tais eram e a tanto haviam chegado. O padre Charlevoix, traduzindo a obra trinta anos depois de impressa e divulgada, omitiu e dissimulou todas as circunstâncias que lhe pareceram mais difíceis de digerir na Europa culta. E estava-se ainda em meios do século XVIII!

"Que demonstração haverá mais clara e expressiva do que este pio subterfúgio?

"Poderia aquele ser eficaz ardil para alhanar as dificuldades, manter a influência e segurar o domínio; mas verdadeira conquista religiosa, desenvolvimento civilizador, seguramente não era. Não era, pois que as gerações sucessivas, como aliás fora natural, se não iam gradualmente distinguindo e enobrecendo pela proporcional instrução e mais clara inteligência das máximas salutares da Igreja.

"Daí proveio que, ao fim de tantos anos de absoluta e exclusiva sujeição à Companhia, os seus aldeamentos só apresentavam uma população que trocara a fereza selvática pelo embrutecimento da incomunicabilidade e a energia nativa pelos pavores pueris, população sem faculdades de iniciativa, sem sentimentos de fraternidade, sem ideia de pátria, vendada pelo erro, derrancada pela ignorância, comprimida pelo artifício, enfatizada da uniformidade, e por isso mais saudosa de licença, incapaz em suma de viver por si, e por isso inábil para dar futuros cidadãos.

"Por este método obtêm-se com efeito instrumentos, mas não se fazem cristãos nem homens!

"Os índios da Companhia serviam para ela, e para mais ninguém, porque mais ninguém podia empregar semelhantes meios de os submeter. Dês que lhe abrissem a estufa em que os criava e recatava esta ciosa vigilância, ou se dispersavam às primeiras auras bravias, ou sucumbiam à inopinada mudança de regime. Não podia deixar de ser. Bem o previam seguramente os atilados padres, e duplicado era o benefício que daí lhes provinha: não deixavam forças vivas que outros utilizassem, e preparavam poderoso argumento em seu favor com a infalível e inevitável ruína das missões que tinham feito florescer.

"O sistema da Companhia seria, pois, excelente para os seus interesses: para os da religião e das nações a quem dizia servir, afoitamente se pode asseverar que não. Pesada escravidão era também, e escravidão que só

aos seus aumentos aproveitava. Condenava-a a humanidade, sem que alguma comum utilidade a desculpasse. Era uma absorção egoísta, que sofismas não podem absorver, pois que a especiosa alegação de desenvolverem assim os padres o comércio, proporcionando a todos vantagens que sem eles não gozariam, é insustentável perante a mais perfunctória análise. Em vez de desenvolverem o comércio, opunham-lhe monopólios que o sufocavam e à sombra de exorbitantes privilégios prejudicavam o estado, privando-o a um tempo de rendas copiosas e dos mais necessários elementos de atividade.

"E nem o rigor físico faltava para reprimir nos índios das missões o que a pressão moral acaso lhes deixara mondar. Em todas elas, tanto que o influxo firmava o senhorio, se levantava o inevitável *tronco*, onde qualquer sintoma de indocilidade, a título de penitência, recebia pronta e severa correção.

"Desta maneira se fez com o correr dos tempos pernicioso abuso o que fora no introito auxiliar fecundo!

"O Brasil herdou dos jesuítas muitos e formosos edifícios, ainda hoje os melhores e os principais do Império, na construção dos quais empregou a Companhia grande parte dos enormes cabedais por tal forma adquiridos e acumulados. Verdade é esta que também se não deve esquecer, e por esse lado útil se há de considerar a ação da potentíssima Sociedade. Semelhante compensação, porém, com ser importante, nem remotamente equivale aos lucros cessantes nem aos danos emergentes dessa mesma ação essencialmente usurpadora e parasita.

"Um homem de gênio, Sebastião José de Carvalho e Melo, adivinhou em toda a sua extensão os males que ali estava fazendo e ia adiantando a Companhia, e travou-se em temerosa luta com ela. Era de alma excepcionalmente temperada o concebê-lo e ousá-lo!

"O Regulamento de 3 de maio de 1757, conhecido com o nome de Diretório dos Índios, verdadeiro código de emancipação, foi um dos atos mais importantes e dos feitos mais graves nesta porfiada contenda. Por ele se retirava aos padres a absoluta disposição dos indígenas, e se faziam estes verdadeiramente membros da comunidade nacional.

"Muitos cometimentos do grande ministro têm sido excessivamente louvados, enquanto este apenas se menciona. Pois nenhum merecia maior apreço e admiração. Transluz em todo ele uma largueza de intuitos,

e um espírito de humanidade, e um sentimento de justiça, e uma benévola filosofia, que muito e muito se adiantam ao seu século, e tanto honram o homem que assim o concebeu como o país em que foi promulgado.

"Quando em Portugal se não qualificar de supérfluo tudo o que interessa deveras a sua honra e bom nome; quando as paixões misérrimas, que tantas coisas confundem e desfiguram, nos não empoeirarem o horizonte; quando o politiquice dos politiqueiros permitir que tratemos seriamente do que é sério; quando, enfim, com os documentos na mão, pensarmos em reivindicar, perante os concílios ilustrados da Europa, o lugar de que a alheia vaidade e a nossa própria incúria injustamente nos trazem esbulhados, será este código um dos muitos títulos, e um dos mais valiosos, com que poderemos e deveremos apresentar-nos a instruir e evidenciar o nosso direito de primazia em assunto que outros hoje sem razão se desvanecem de ter iniciado.

"Desgraçadamente as suas justas e benéficas provisões foram a bem dizer anuladas; em parte pela dissolução dos costumes; em parte pelo estado de apatia em que os habitantes dos aldeamentos foram encontrados; em parte porque os encarregados da sua execução mal podiam entendê-lo e medir-lhe o alcance; em parte, finalmente, pela resistência dos padres."

"Esta resistência, então dissimulada, anos antes havia-se abertamente manifestado em sublevação armada contra as ordens e as tropas das duas cortes de Madri e Lisboa; e começando a abrir os olhos aos governos peninsulares, viera decerto a influir gravemente na resolução de expulsar a Companhia dos domínios de ambas as coroas.

"O tratado de limites de 1750 levará em 1752 aos territórios das missões espanholas os comissários das duas nações, encarregados de traçar a linha divisória da fronteira americana. Os comissários não puderam então passar das nascentes do rio Negro, porque se lhes opuseram os índios, intrigados pelos jesuítas em nome de um fantasma de rei indígena, por nome Nicolau, que subitamente se apresentou declarando-se senhor do país. Entidade era esta perfeitamente desconhecida até ali, em tudo destoante dos costumes gentios, pura criação dos padres para soar ao longe a quem ignorasse os usos daquelas terras, e testa-de-ferro inventada para servir de pretexto e disfarce à ousada rebelião, proporcionando-lhe evasivas em caso de malogro.

"Não iam os comissários prevenidos, e tiveram de retroceder. Os dois governos indignados enviaram instruções terminantes e marcharam forças militares para debelar de vez os insurgentes. Em princípios de 1756, depois de vencidas largas fadigas e infinitas dificuldades, reuniram-se uns três mil homens portugueses e espanhóis nas cabeceiras do rio Negro, os primeiros às ordens de Gomes Freire de Andrada, depois conde de Bobadela, varão em tudo insigne, herói do poema do *Uraguai*; os segundos sob o comando de D. José de Andonaegui, governador de Buenos Aires. Das cabeceiras do rio Negro marchou o pequeno exército combinado ao rumo do noroeste, por sertões mal trilhados, contra os povos desobedientes. No terreno que medeia entre os ribeirões Vacaí-guaçu e Cacique-í saíram os índios reunidos das missões vizinhas a tomar o passo a estas forças, em som de guerra e em número quatro vezes superior. Os padres tinham-se feito capitães e generais, espingardeiros e artilheiros, manobristas, estratégicos e táticos, disciplinando, dirigindo, instruindo os neófitos no uso das armas, municiando as peças, provendo, enfim, como se o breviário se lhes tornara em compêndio bélico, tanto a Companhia costumava precaver-se com homens para tudo, ou tanto o interesse da corporação incitava esses homens.

"Feriram-se diversos recontros, até serem afinal derrotados os índios, conservando-se ainda o padrão do memorável desbarate.

"Nada menos foi preciso para naquele ponto se chegarem a cumprir as cláusulas do tratado!

"Perdera a Companhia o pleito; mas nem por isso esmoreceu. A fixação dos limites, determinando o direito e posse das duas potências sobre os territórios que ela de fato dominava, anulava-lhe legalmente a soberania prática e suscitava os mais graves estorvos à execução dos seus evidentes planos. Convinha-lhe sobretudo o ignoto e o vago nos vastos terrenos onde ia reunindo uma população educada por ela e que só via pelos seus olhos. Com este centro já poderoso, e em breve talvez inexpugnável, com a rede habilmente emalhada pela América, bem podia vir perto o dia em que os seus padres, mais deveras senhores que os senhores nominais, arrojassem fora a máscara por escusada, e espoliando quem tão cegamente os patrocinara, pudessem impunemente desafiar as iras tardias dos incautos desapossados. Para corroborar e justificar o feito não lhes faltariam argumentos.

"Fora ainda prematuro o ensaio das armas, e a Companhia, com a sua usual e costumada perícia, torceu o caminho e o ataque. Transferiu para as próprias cortes o principal campo da luta, enquanto por todos os modos continuava a promover as dificuldades locais, aproveitando as muitas que já ofereciam a natureza e o solo. Puseram-se em campo os seus adeptos e secretos agentes, e começaram a estimular os ciúmes e desconfiança das duas nações contra o tratado. Em Espanha pintavam-no inteiramente favorável a Portugal; em Portugal descreviam-no exclusivamente profícuo à Espanha. É decrépito e vulgar o estratagema, de ordinário, porém, bem sucedido, como tudo o que mais fala à paixão que ao bom senso. Picou-se o amor-próprio e a rivalidade dos que podiam dar informação competente: entraram a discretear, segundo o costume, os que absolutamente ignoravam a matéria; intervieram os sinceramente transviados por capciosas insinuações; exaltaram-se os patriotismos interesseiros e postiços, como geralmente sucede nestas ocasiões. Tudo isto iam utilizando para soprar mais e mais a discórdia uns zelos oficiosos cuja procedência bem se pode inferir.

"A poucos passos ninguém se entendia. Era o que os jesuítas queriam.

"Conseguiam, entretanto, eles em Madri, com diferentes pretextos na aparência estranhos ao assunto, fazer substituir, nas províncias que mais lhe importavam, as autoridades que os haviam combatido por outras da sua parcialidade. Na laboriosa prosecução dos respectivos trabalhos os comissários achavam as aldeias das missões constantemente desamparadas, em virtude da mais clara premeditação. Originam-se destes fatos novas complicações, alegações, demoras e impossibilidades, que serviram para desacreditar o pacto efetuado e aumentar as mútuas indisposições.

"Tal se tornou por fim a confusão, tantos foram os enredos, contradições e clamores, multiplicaram-se de arte os obstáculos à demarcação, que as duas coroas, apesar da sua boa fé e empenho em cumprir o estipulado, cansadas, enfadadas, vieram a perder toda a esperança de acordo que pudesse conciliar os descontentes. Daí procedeu à ulterior e funesta resolução de cancelar o tratado, repondo tudo no estado anterior.

"Assim triunfavam na Península os jesuítas vencidos no Uruguai, e estes assinalados êxitos da sua política, em lance tão arriscado e tão

renhido certame com os poderes supremos, naturalmente os alentara em novas, se bem que mais cautelosas, desobediências, facções e repulsas.

"Não era, porém, o futuro Marquês de Pombal homem que se acorbadasse ou desistisse do que empreendia. A revolta das missões e o turbulento litígio que se lhe seguira tinham-lhe feito conhecer o poder imenso dos jesuítas na América, e dado ocasião o estudar os segredos e importância da sua vasta influência na Europa. Aquelas vigorosas tentativas do ministro em seu favor do estado, sendo em detrimento deles, tinham-no movido a declararem-se-lhe em oposição formal e desesperada, costumados como estavam a derrubar todos os poderes adversos, conhecedores da própria força e certos de vencer, na forma ordinária, com os muitos recursos e variados meios de que dispunham. Na sucessão desta pessoal contenda viu-se ainda de mais perto a trama e o precipício; e o próprio soberano chegou a conhecer que duelo de morte era aquele em que ou um ou outro dos adversários forçosamente havia de sucumbir. Ou a jactância da Companhia, animada por longos sorrisos da fortuna, lhe fez presumir que faltaria a Sebastião José de Carvalho o ânimo e a possibilidade de descarregar qualquer golpe decisivo, ou contava desfazer-se do antagonista ainda a tempo. Se previsse que tão cedo lhe faltaria a arena e a vitória, decerto se houvera composto sujeitando-se, até ver desfeita a procela.

"Posto que o curato de almas, exclusivamente exercido pelos jesuítas nos seus aldeamentos, fosse contrário à regra expressa do seu próprio instituto: – *interdicimur etiam suscipere curas parochiales animarum*, os padres da Companhia, com dano e descrédito do clero regular, bem como das demais ordens a que sempre hostilizavam, relutaram quanto puderam em entregar as paróquias a outros eclesiásticos, e quando já não tiveram mais recurso empenharam os muitos meios que para isso ainda lhes sobravam, em semear a desunião e a cizânia entre aqueles mal domesticados rebanhos e os seus novos pastores.

"A cobiça e desregramento dos fazendeiros, especialmente em algumas províncias concorreram também com estas causas, deve-se dizer, para exacerbar as turbações e a ruína daqueles estabelecimentos.

"Nos desígnios da Companhia direção espiritual e jurisdição temporal haviam-se feito sinônimos; por isso não admira que empregasse iguais esforços em favor de uma e outra, e amiúde as confundisse. A luta

neste último ponto era antiga e datava da provisão de 12 de setembro de 1663, que muito positivamente retirara aos seus padres essa jurisdição, apesar das diligências e prestígio de Vieira. Tendo sempre conseguido iludir, frustrar ou fazer revogar todas as determinações régias passadas neste sentido, cuidavam estes do mesmo modo baldar os novos e sucessivos atos do governo da metrópole.

"Uma das manifestações em que mais significativamente se patenteou o espírito e intuitos da Companhia de Jesus foi a guerra que do púlpito moveu contra as companhias comerciais, que o ministro por este tempo fundava e protegia a fim de desenvolver a natural riqueza do país. Um jesuíta, o padre Ballester, para afastar os povos de concorrerem a estas úteis associações e empresas, vociferava: – que todos os que entrassem nessas companhias não estariam com a de Cristo!

"Grave imprudência era esta, sobretudo adicionada à que a Sociedade tinha cometido, como vimos, em querer sustentar com a força a jurisdição disputada, e em mostrar os resultados práticos do seu domínio. A revolta das missões revelara um começo de exército e um começo da marinha em via de organização nas províncias que bem se podiam já chamar jesuíticas. Sebastião José de Carvalho, além disso, tinha em seu irmão, o oficial da armada Francisco Xavier de Mendonça, comissário principal da demarcação de limites, e governador do Grão-Pará e Maranhão, antigos centros de repetidas agitações, um zeloso informador e firme auxiliar que bem sabia aquilatar o que tudo isto valia, e não deixava aos agentes da Companhia ocasião e lazer de apertarem a urdidura.

"As continuadas inquietações que por todos os modos e de todos os lados a cada passo renasciam e se multiplicavam, decidiram, enfim, o audaz ministro; e removidos os últimos escrúpulos e hesitações d'el-rei surgiu inopinadamente o famoso alvará de 3 de setembro de 1759, que expulsava os membros da Sociedade de Jesus de todo o reino e senhorios de Portugal, exemplo que seguiram consecutivamente a França, a Espanha e a Rússia, até ser decretada em Roma a supressão da Ordem.

"A execução deste alvará no Brasil, ainda descontando as exagerações dos interessados, pode ser repreendida de excessivamente violenta, posto que os ódios com mão larga semeados pelos padres da Companhia tivessem grande parte na dureza e rigor com que efetivamente os trataram, e a

experiência do passado aconselhasse precauções enérgicas. As consequências, porém, dessa expulsão foram eminentemente favoráveis e proveitosas aos povos. Bastava a desamortização dos imensos terrenos que eles exclusivamente usufruíam e imobilizavam.

"Em 27 de março de 1767 partira de Madri a ordem de expulsar também os jesuítas das possessões da coroa católica, e esta ordem fora executada com estreita severidade e aparato militar, igual consequência das resistências anteriores.

"Os defensores da Companhia censuraram asperamente aquele aparato, extasiando-se ao mesmo tempo ante a evangélica mansidão com que os padres se sujeitaram à sua sorte, quando se lhes acautelaram os meios de proceder de outro modo. Tão ingênuo entusiasmo comenta suficientemente a justiça e imparcialidade das lástimas e estranhezas. O exemplo, não muito distante, da sublevação das missões do Uruguai estava claramente indicando o que seria esta submissão sem aquele malquistado aparato, antes justa e oportuna previdência.

"Não é novo, como se vê, o ardil de ridiculizar o desenvolvimento da força quando esse desenvolvimento previne e estorva as sedições.

"Sentiram duplicadamente os jesuítas este segundo desastre. Sentiram-no porque lhes levava a última esperança de restaurar o seu poder na América, e porque lhes vinha donde menos o esperavam. Sabido é como os membros da Companhia não têm nação. Pertencem à Ordem *perinde ac cadaver*. Como se não tiveram vida, muito mais como se não tiveram berço. Mas da Espanha lhes viera sempre a maior proteção, e as mesmas concessões e privilégios que nas províncias portuguesas do Brasil lhes tinham dado tão grande preeminência, influência e riqueza, das mãos dos Filipes os haviam obtido. Isto naturalmente os inclinava a Castela quanto podiam sem se desviarem do próprio interesse, não contando que nos territórios desta potência tinham os seus mais consideráveis e poderosos estabelecimentos, tão poderosos e consideráveis que da parte deles se constitui a que hoje se chama república paraguaia. Natural era, pois, que sobretudo lhes doasse esta para o seu futuro verdadeira catástrofe, e não pudessem dali desviar os olhos. Eram aqueles os seus fortíssimos redutos. Desses recintos poderiam novamente ameaçar e reconquistar os antigos

domínios por todo o continente americano. Imagine-se, portanto, com que pesar os veriam sair-lhes das mãos!

"As missões espanholas, vulgarmente designadas com o nome bem característico e apropriado de *reduções,* estavam então sendo regidas por administradores especiais no tocante ao temporal, e no espiritual por frades das ordens mendicantes, ou clérigos seculares na falta destes. Em geral entendiam-se todos mal uns com os outros. Para os índios era um mundo novo e estranho, que as exclusivas ideias em que tinham sido educados lhes faziam parecer monstruoso e sacrílego.

"A Companhia, proscrita mas não extinta, nada disto ignorava nem o perdia de vista. Um grande número de jesuítas expulsos da América refugiara-se em Faenza e Ravena. Os misteriosos cabeças da Instituição procuravam pacientemente, clandestinamente, pouco a pouco e passo a passo recompor as malhas violentamente rotas. Mudara a Ordem suprimida o nome e as aparências; a sua constituição, porém, continuava inalterável, sem esmorecerem os obreiros no lavor obstinado. Imensas tinham sido as perdas materiais, mas a influência não sucumbira de todo. Fizera-se unicamente mais cautelosa e dissimulada. Não podia aparecer à luz; minava o solo. Não podia mostrar a roupeta; variava o trajo.

"Dispersara a tempestade os membros ostensivos e conhecidos da Companhia; mas os filiados, os adeptos leigos, os dependentes que sabia ter seguros por mil fios invisíveis, esses ficaram onde estavam, instrumentos dóceis, por necessidade obedientes à potência oculta.

"A alma da Companhia sobrevivera ao corpo mutilado!

"Daqueles secretos instrumentos se servia ela, apesar da suspicaz e prevenida vigilância dos governos, para trazer vigiados os estabelecimentos que não deixara de considerar seus."

. . . .

SANTUÁRIO MARIANO

POR FREI AGOSTINHO DE SANTA MARIA[1]

CONSTA esta obra, hoje muito rara, de dez tomos, ocupando-se o cronista de coisas do Brasil no tomo IX e em parte do X.

Tirando as descrições da fundação das igrejas e capelas, dedicadas a Nossa Senhora, das imagens e retábulos em que figura a mesma Virgem, quase que cinge-se no mais a copiar o que disseram os padres Baltasar Teles e Simão de Vasconcelos nas suas crônicas, que ficam resumidas no tomo I[*] desta obra; de modo que pouco pude colher daquela que interesse o assunto de que me ocupo, senão que repito aqui alguns fatos para dar mais força ao que fica já escrito.

É a Bahia "cabeça desta dilatada porção da América e Nova Lusitânia, onde reside o governador ou vice-rei, o arcebispo, e estão os tribunais das justiças e relação". Foi Francisco Pereira Coutinho quem primeiro a con-

---

1 Cumpre patentear aqui o meu reconhecimento ao Exmº Sr. Comendador Antônio da Silva Túlio, bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa, pela benévola complacência com que permitiu-me trazer para casa e consultar com todo o sossego e vagar esta parte das obras que cito neste tomo.

* O tomo I a que se refere o Autor são as 200 primeiras páginas deste livro. A partir desta página, 201, é o tomo II da 1ª edição.

quistou do poder dos índios. Depois de sua desgraçada morte, Diogo Álvares Caramuru com seu genro, Paulo Dias, que eram muito estimados dos índios pela brandura e afabilidade com que os tratavam, restauraram parte do que se havia perdido "pela desordem, ambição e tirania de muitos portugueses".

Reflexionando o cronista sobre o poder que tem nos ânimos dos selvagens a brandura, diz: "Que até estes [os índios], com serem umas feras montesas, e quase homens sem uso da razão, sabem reconhecer a brandura e estimar a mansidão: e com não parecerem humanos, abominam a desumanidade."[2]

Está a Bahia de Todos os Santos em treze graus escassos na parte do sul, tem uma fiel estância para os navios, muitas ilhas, "todas tão frescas, que cada uma delas parece um paraíso".

Foi ereta em bispado pelo papa Júlio III, "que cuidou muito do espiritual das suas conquistas".

Faz o autor a seguinte resenha cronológica dos prelados brasileiros:

BISPOS

Primeiro – D. Pedro Fernandes Sardinha. Naufragou em 1663.

Segundo – D. Pedro Leitão.

Terceiro – D. Antônio Barreiros, que havia sido prior de Aviz.

Quarto – D. Constantino Barradas. No seu tempo mandaram-se administradores por el-rei ao Rio, a Pernambuco e às demais capitânias.

Quinto – D. Marcos Teixeira. Morreu a 8 de março de 1624, tendo entrado na Bahia a 8 de dezembro de 1622.

Sexto – D. Miguel Pereira.

Sétimo – D. Pedro da Silva Sampaio.

Oitavo – D. Álvaro Soares de Castro, do conselho-geral do Santo Ofício. Morreu em Lisboa sem ir ao Brasil, porque nunca foi confirmado de Roma em razão das guerras com Castela.

Nono – D. Estêvão dos Santos.

Décimo – D. frei Constantino de Sampaio, segundo do nome e religioso da Ordem de São Bernardo. Faleceu em Lisboa antes de lhe haverem chegado as bulas. Foi o último bispo que teve a Bahia antes do Arcebispado.

---

2 Vid. *Sant. Mar.*, tomo IX, liv. I, pág. 3.

O ARCEBISPADO DA BAHIA

Foi criado por Inocêncio XI no ano de 1671, no reinado de D. Pedro II.

ARCEBISPOS

Primeiro – D. Gaspar Barata de Mendonça, que tomou posse por procuração a 30 de julho de 1672. Faleceu no Sardoal, antes de haver partido para a Bahia.

Segundo – D. frei João da Madre de Deus, religioso da provincial de S. Francisco. Foi o primeiro que se passou ao Brasil, onde faleceu em 1686.

Terceiro – D. frei Manuel da Ressurreição, que foi antes nomeado bispo de Pernambuco. Religioso de S. Francisco no convento do Varatojo.

Quarto – D. João de Oliveira, primeiro bispo de Angola, sendo logo depois nomeado arcebispo, quando era já bispo de Miranda. Faleceu em 1715.

Quinto – D. Sebastião Monteiro da Vide, prior da paróquia de Santa Marinha de Lisboa, depois vigário-geral; era ainda vivo em 1720 quando o autor escrevia sua obra.

PERNAMBUCO

Indo D. Constantino Barradas, bispo da Bahia, visitar Pernambuco e as mais igrejas do Norte do Brasil, padeceu tantos trabalhos e perigos que, para os evitar daí em diante, escreveu em 1615 a Filipe de Castela e de Portugal pedindo-lhe elevasse Pernambuco e o Rio de Janeiro a bispados, porque eram terras ricas e muitos os dízimos.

O rei, para o aliviar daquelas visitas, tanto para o Norte como para o Sul, nomeou administradores eclesiásticos, independentes do bispo.

Impetrou breve de Paulo V, que separou da jurisdição dos bispos da Bahia, Pernambuco, Paraíba e mais terras do Norte; e o mesmo o fez para o Rio e terras do Sul, concedendo ao dito rei que nomeasse administradores que lhe fossem sujeitos quanto à inquisição e correção de suas pessoas, e apelações e agravos de suas sentenças.

O primeiro administrador de Pernambuco foi o licenciado Antônio Teixeira Cabral, e a este seguiram-se outros até ao tempo de D. Pedro II.

Para melhor governo no espiritual das almas, conseguiu D. Pedro, como regente, do Papa Inocêncio XI fosse ereta em 1676 essa capitânia em bispado.

BISPOS DE PERNAMBUCO

Primeiro – D. Estêvão Figueiredo, que havia sido visitador geral do arcebispado de Lisboa. Daqui de Pernambuco foi promovido para o bispado do Funchal.

Segundo – D. Matias de Figueiredo e Melo, que havia sido prior da Ventosa e visitador do bispado de Coimbra: nomeado em 1684, morreu em 1694. Abrindo-se a sua sepultura, anos depois (diz o autor) se lhe achou "o corpo inteiro e incorrupto[3]."

Terceiro – D. João Duarte do Sacramento, fundador da Congregação do Oratório de São Filipe Néri de Pernambuco, onde se achava quando foi nomeado bispo em 1694. As bulas, porém, chegaram quando já era morto.

Quarto – D. frei Francisco de Lima, que depois foi nomeado bispo do Maranhão em 9 de outubro de 1691, recebeu as bulas a 12 de junho, segundo o autor, e a 22 de agosto do mesmo ano, como se lê no *Dicionário Histórico-Geográfico* do sr. dr. César Marques: seguindo-se daí que há manifesto engano de mês em um deles. Foi sagrado a 20 de abril de 1692 pelo cardeal D. Veríssimo de Alencastro, sendo seus assistentes D. João de Sousa, bispo do Porto, e D. José de Vasconcelos de Alarcão, bispo do Rio de Janeiro[4]. Removido em 1695 para Pernambuco, chegou a Olinda em 1696, onde faleceu em 29 de abril de 1704, e jaz sepultado no convento carmelitano dessa cidade.

Quinto – D. Manuel Álvares da Costa, nomeado em 1705, depois promovido em 1720 ao bispado de Angra, na ilha Terceira[5].

---

3 Vid. *Sant. Mar.*, tomo IX, livro II, *Introd.*, pág. 262.

4 À pág. 51 do *Dicionário Histórico-Geográfico* do Sr. César Augusto Marques, no artigo, aliás mui curioso, de notícias sobre os bispos do Maranhão, acha-se – D. José de Barros Marvão em vez de Alarcão.

5 Vêm estas relações assim dispostas no *Sant. Mar.*: a da diocese da Bahia, na introdução ao tomo IX, de pág. 5 *usque* 7, e as das demais dioceses na introdução ao tomo X.

DIOGO ÁLVARES

Dão-no alguns escritores como o primeiro povoador da Bahia: foi um mancebo nobre, natural da vila de Viana do Minho, e de generoso coração. Embarcou-se em uma nau, ou para a capitânia de São Vicente, como querem uns, ou para a Índia, segundo outros; mas o certo é que a nau, depois de quebrados os mastros por uma tormenta, naufragou junto à barra da Bahia, nos baixos chamados dos gentios *Mairaguiquig*, onde pereceu parte da gente, sendo comidos uns e cativados outros pelos gentios. "E entre os cativos notaram eles a singular constância de Diogo Álvares, que, desprezando o golpe da fortuna, ajudava a ajuntar as coisas, que saíam do naufrágio, em favor dos índios. Contentes dele, assentaram que ficasse com vida para os fins do seu serviço" (*loc. cit.,* pág. 9).

Recolheu Diogo Álvares entre as coisas rejeitadas à praia alguns barris de pólvora e dois mosquetes ou espingardas. Estando já na sua aldeia os índios, consertou Diogo Álvares uma das armas, carregou-a e disparou diante de todos, que, à vista do estrondo, do fogo e do efeito produzido, ficaram assombrados, pondo-se em fugida as mulheres e os meninos, clamando que era um homem de fogo que os queria matar; mas dissuadiu Diogo Álvares aos varões, *mostrando-lhes que com sua arte podia ajudá-los contra os inimigos.*

Houve dentro em breve ensejo para experimentar o efeito do mosquete; porque trazendo os índios, de quem era cativo, guerra com os *tapuias* de Passé, "distante como seis léguas do lugar aonde hoje se vê situada a cidade da Bahia", levaram-no à sua frente; mas sabido isto dos contrários, deitaram a fugir por temerem o grande *Caramuru.*

Sucedeu neste tempo que, navegando para o rio da Prata uma nau com gente espanhola, foi naufragar junto a *Boipeba,* em uma ponta que ficou chamada dos *Castelhanos*. Soube Diogo Álvares disto e tratou logo de agasalhar os náufragos e livrá-los dos dentes dos selvagens.

CONVENTO DAS CLARAS

Partiram de Évora as madres fundadoras a 8 de novembro de 1676, e a 9 de maio de 1677 tomaram posse do convento onde se venera Nossa Senhora do Desterro, na Bahia.

Eram as madres: sóror Margarida da Coluna (abadessa), sóror Luísa de São José (vigária), sóror Maria de São Raimundo e sóror Jerônima do Presépio. Todas as restituíram a seu convento em Évora a 8 de novembro de 1686, dez anos justos depois da partida (*loc. cit.,* pág. 19).

SÉ

Em 1553 deu o bispo D. Pedro Sardinha princípio à catedral metropolitana, continuando-a D. Marcos Teixeira e seus sucessores.

CARMELITAS (OBSERVANTES)

Diz o cronista serem muito antigos na cidade da Bahia; mas no ano de 1602 é que começaram sua nova, elegante e formosa igreja.

NOSSA SENHORA DA PALMA (ERMIDA)

Foi fundada por Francisco da Cruz Arrais; e quando este morreu, seus três filhos, que eram Bernardo, dr. Ventura e Manuel, levantaram a igreja, realizando-se em 1670 a trasladação da imagem de Nossa Senhora da Palma.

Mortos já os irmãos, sucedeu-lhes o dr. Jerônimo Pereira da Cruz.

Os religiosos agostinhos descalços entraram na Bahia para levantarem um hospício com permissão de D. Pedro II, e o dr. Jerônimo fez-lhes cessão da igreja e mais pertenças (*loc. cit.,* tít. XIX).

HOSPÍCIO DOS PADRES ITALIANOS

Os capuchinhos italianos tiveram licença para fazer um hospício na Bahia para recolhimento de seus missionários. Foi-lhes este depois tomado sem motivo plausível e dado aos padres capuchinhos franceses, ficando os italianos desacomodados. Depois, *por justas causas e justos juízos de Deus,* diz o cronista, foram os padres franceses lançados fora de todas as conquistas, e el-rei D. Pedro restituiu os italianos ao seu hospício (*loc. cit.,* pág. 81).

CARNIFICINA NOS CAETÉS

"No ano de 1590 Cristóvão de Barros, filho do provedor Antônio Cardoso de Barros, foi aos caetés vingar a seu pai, matando a muitos deles, cativando outros, e impedindo por este meio a comunicação que tinham com os franceses."

CACHOEIRA

Em 1595 entrou no porto e sítio da Cachoeira, que fica ao norte da cidade da Bahia, o capitão Álvaro Rodrigues Adorno, filho de Antônio Dias Adorno, o qual, no tempo do governador Luís de Brito de Almeida, foi mandado descobrir minas de pedraria. Fez-se com boas maneiras capitão dos índios da Cachoeira, onde não havia até então moradores portugueses.

Prosseguiu o capitão Álvaro Rodrigues Adorno no descobrimento, e se fez senhor de muitas terras daquele distrito, que hoje (no tempo em que escrevia o autor) possui João Rodrigues Adorno.

SEMINÁRIO DA CACHOEIRA

Foi fundado pelos jesuítas no sítio que era antigamente chamado *Sigismundo*. Foi o padre Alexandre de Gusmão quem fundou em 1686 este seminário e a igreja, dedicando-a a Nossa Senhora de Belém (*loc. cit.,* tít. CXVII).

Era naquele tempo o padre Alexandre de Gusmão provincial da ordem, passando depois a reitor do mesmo seminário, e nele continuou até o ano de 1700, posto que houvesse renunciado àquela ocupação por já se achar muito velho e cansado.

NOSSA SENHORA AZEVEDIANA

Conta frei Agostinho de Santa Maria[6], a seu modo, o lastimoso sucesso dos jesuítas que foram aprisionados por Jacques Soria, não diferindo na relação do fato ao que fica exposto na *Crônica da Companhia* do padre Baltasar Teles, acrescentando que a imagem de Nossa Senhora *del Populo,* que o padre Inácio de Azevedo trazia presa nas mãos por ocasião de sua morte, e que foi assim com ele arrojada às praias, presume ela ser a que se venera no colégio da Companhia da cidade da Bahia, "e que disporia Deus que lá fosse levada". Cabe-me aqui observar que acho mui singular que Jacques Soria só ofendesse os padres, deixando incólumes os demais passageiros portugueses e a marinhagem.

---

6 Vid. *Sant. Mar.*, tít. CXIX, pág. 229.

ILHÉUS

Ainda mesmo no tempo das prosperidades desta capitânia parece que Lucas Geraldes, já então senhor dela por compra que havia feito a Jorge de Figueiredo Correia, seu donatário, pouco recebia dela, pois que de Portugal escrevia a seu feitor Tomás, florentino como ele, e que lhe floreava em cartas de muita eloquência as bondades daquele território, e lhe dizia: "*Thomazo, quiere que te diga? Manda l'asucre, e deixa le parole*".

Por morte de Manuel Teles, nomeou D. João III a Lucas Geraldes por governador do Brasil, que arribou e morreu sem nunca chegar a tomar conta do governo, indo substituí-lo na posse da capitânia dos Ilhéus seu filho Francisco Geraldes.

Em 1675 chegou à vila desta capitânia uma armada de corsários franceses, composta de três navios grandes e dez menores, saltando a gente em terra, onde não encontraram outra resistência senão a do forte de Santo Antônio, que fica no porto, e onde havia um único falcão, com que o artilheiro Pedro Gonçalves fez um tiro e matou dois homens. Os moradores fugiram, exceto Cristóvão Vaz Leal com alguns poucos, que se opuseram; foi-lhes, porém, também forçoso fugirem e acolherem-se à ermida de Nossa Senhora das Neves. Os franceses os seguiram; mas com a morte e perda de doze arcabuzes voltaram para a vila e fortificaram-se nas casas de Jorge Martins, donde começaram a saquear as demais. Mostrou-se nestas tristes conjunturas valente e brioso um obscuro e humilde mameluco de nome Antônio Fernandes, por alcunha o *Catuçadas*, "porque assim chamava as estocadas na língua de sua mãe". Metido nas casas ocultamente com mais alguns, assim que pilhavam descuidados os franceses, que andavam nelas ao saque, matavam-nos. Foram destarte se animando, a ponto de elegerem por seu capitão ao *Catuçadas*, que, se não era o mais nobre e o mais rico dentre eles, seguramente o mais bravo e decidido.

"Eram quinze ou vinte sem mais armas que setas e espadas, e mataram no campo trinta e sete franceses, entre os quais ao próprio capitão deles. Fugiram e despejaram os mais a terra e o porto por valor de um moço boçal, que nem falar (o português) sabia. Não foi isto só confusão para os franceses, mas também para o capitão da capitânia, que nunca mais apareceu (*loc. cit.,* tít. CXXX, pág. 232).

São estas as notícias mais remotas da capitânia e vila dos Ilhéus. Por esse tempo levantou-se a paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em cuja matriz se venerava a imagem desta invocação.

NOSSA SENHORA DA SOLEDADE, NAS MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO

Segundo o autor, é templo magnífico que se descobre a duzentas léguas da foz.

"Um moço português, Francisco de Mendonça, ourives, com vinte anos de idade, filho de pais pobres e que se supõe natural de Lisboa, como padecesse, além do achaque da pobreza, outras queixas, resolveu passar-se à Bahia, entendendo com a mudança de terra melhorar de saúde. Era devoto da Virgem, mas o clima, delícias e largueza com que lá vive quem não anda muito armado do temor de Deus, produziu logo o seu efeito ao menos em parte" (*loc. cit.,* tít. CXXXI, pág. 247).

Ajuntou algum cabedal e assentou deixar o mundo. Tinha já trinta anos. Distribuiu (1680) o que lá tinha, e saiu em hábito humilde e pobre acompanhado de uma imagem de Cristo do tamanho de três palmos. Entrou pelo sertão adentro, sempre inquieto, e foi dar a uma montanha muito grande e a cavaleiro sobre as ribeiras do São Francisco.

Diz o autor que neste monte descobriu o ermitão, que depois se chamou *frade da Soledade,* um grande e dilatado templo. Duzentos palmos de comprido com largura proporcional, e em forma de cruz, por isso que tinha no cruzeiro oitenta e dois pés. "O teto representa um céu com nuvens e raios de diversas cores, e por obra de uns bichinhos formadas bastantes estrelas, como se reconheceu."

"Sustenta-se esta máquina sobre colunas e bases de jaspe, e paredes reforçadíssimas, nas quais estão abertas algumas casas como capelas ou celas. Tem capela-mor e colaterais, um sino com badalo de pedra, cujos toques são como se a arte os temperasse. Para este prodígio da natureza entra-se por uma portada, como porta de uma grande cidade, e dentro, no braço do cruzeiro, à parte do Evangelho, se vê uma porta onde se acha uma varanda com cem palmos de comprido, e dali ao rio faz a altura de trezentos palmos, tudo para a parte do ocidente, por onde entra bastante luz, batendo-lhe ao pé o rio, que corre pelo frontispício da penha, que para

esta parte é altíssima. E por fora parece uma cidade em que se notam coisas raríssimas, torres e pirâmides altíssimas, entressachadas com bons arvoredos. Acham-se também ao redor, e pelo alto da mesma penha, bastantes covas e capacidade proporcionada para ermidas. Dão a esta penha o nome de *Itabarabá,* que na língua gentílica vale o mesmo que *pedra que luz"* (*loc. cit.,* pág. 250).

"O irmão Francisco, olhando para uma das capelas colaterais, vendo nela um perfeito monte Calvário, rematado com uma peanha e um singular buraco, que misteriosa e proporcionalmente recebia a cruz da santíssima imagem de Cristo, o que foi para o ermitão maravilha assombrosa, ali a colocou" *(idem, ibidem).*

O arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, com a notícia destas maravilhas, mandou logo visitadores, chegando até alguns deles a celebrarem aí missa, como refere o autor por conta de quem vai à *maravilha.*

Erigiu-se depois uma capela a Nossa Senhora da Soledade, cujo ermitão ordenou-se em 1700, continuando a servir naquela igreja.

PORTO SEGURO

Pedro de Campos Tourinho, natural de Viana, conforme alguns, passou a capitânia a sua filha Leonor de Campos, mãe de outro Pedro de Campos, deão da Bahia, e que foi depois viver em Porto Seguro com a mãe e a avó. Venderam-na estes depois ao duque de Aveiro, D. João de Lencastre, por cem mil réis de juros, tal o pouco valor que davam então às novas conquistas!

PERNAMBUCO

"Entre as quatorze capitânias que dividem a costa marítima do Brasil, a mais florente, opulenta e fértil é a de Pernambuco. O terreno é outra terra da promissão, estendido em várzeas e campinas, vestido todo, já de verdes, já de amarelos canaviais, que parecem que quantos torrões têm são outros tantos torrões de açúcar" (*Introdução* ao liv. II, pág. 259).

A etimologia do nome *Pernambuco* vem de *Paranã* (mar) e *Buc* (furado), de uma pedra furada por onde entra o mar e que se encontra vindo de *Temaraçá*, ou melhor, deriva tal denominação do recife de pedras por onde se entra para o ancoradoiro.

Fez D. João III mercê desta capitânia a Duarte Coelho, em razão dos muitos serviços que prestara na Índia e na tomada de Malaca. Embarcou-se este com sua mulher, D. Brites de Albuquerque, seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, "e outra muita gente", aportando ao rio *Igaraçu,* e desembarcando no sítio a que chamaram *Marcos.* Fundou este donatário a vila de Olinda.

Os padres de Santo Antônio passaram-se ao Brasil no ano de 1584. Eram religiosos da província de Portugal, sendo seu prelado o padre frei Belchior de Santa Catarina, que era definidor da província e grande pregador.

Chegaram ao Recife a 12 de abril de 1585, e a 25 de outubro tomaram posse da ermida de Nossa Senhora das Neves, que fora edificada por uma virtuosa matrona, irmã terceira da mesma ordem. Foi esta a primeira casa e convento que tiveram no Brasil, e já em 1720 era província independente, com mais de vinte e três casas nele, depois de ter sido elevada a esta categoria pelo papa Alexandre VII a 14 de agosto de 1657. "E porque no tempo em que foi custódia era chamada de Santo Antônio, conservou este nome, e ainda ao presente conserva."

Foi Jorge de Albuquerque Coelho quem não só alcançou do papa Xisto V a patente de geral da ordem, como também o respectivo breve[7].

COLÉGIO DA COMPANHIA EM OLINDA

Deram os padres da Companhia princípio ao seu colégio em uma antiga ermida de Nossa Senhora da Graça, que se supõe ter sido fundada quando começou a ser povoada a cidade de Olinda. Não mudaram aquela casa o título e invocação que dantes tinha (*loc. cit.,* pág. 319).

NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA

Os capuchinhos franceses, com a permissão dos reis de Portugal, fundaram um hospício no Recife. "A experiência tem mostrado, diz o cronista, não ser o interesse das almas que os guia."

---

7 Vid. *Angiológio Lusitano*, tomo III, pág. 311.

D. Pedro II os mandou sair daquela e de todas as mais terras de suas conquistas “por lhe constar que não convinham nelas estes missionários”.

Parece-me que este ato violento foi sugerido pelos religiosos portugueses, invejosos da aceitação e estima que iam aqueles tendo entre os indígenas.

Os capuchinhos italianos vieram substituí-los.

PARAÍBA

Em 1581, logo que foi povoada a Paraíba, entraram nela os padres carmelitas observantes e fundaram o convento do Carmo. Supõe o autor do *Santuário* que os padres de Santo Antônio também entraram aí, quando muito, no ano de 1600, fundando logo seu convento (*loc. cit.,* pág. 298.)

JESUÍTAS

Não diz o autor quando entraram na Paraíba, e só que tinham ali casas, nas quais viviam, e ajunta que o sítio não era capaz para fundarem nele colégio.

Havia no fim da vila uma ermida dedicada a São Gonçalo, com uma imagem de Nossa Senhora da Penha de França. Era o sítio melhor, muito largo e de melhores ares. Pediram-no à Câmara e a ermida ao vigário. “E este se afeiçoou tanto ao santo procedimento dos padres e à sua virtude que lhes deixou umas boas terras que tinha, e de que eles, com a sua grande indústria e bom governo, têm muitos interesses. E além das terras que lhes deixou os fez senhores de quase todos os seus bens; e por isso edificaram nova igreja e cômodo para os padres, constando de dez dormitórios e de todas as mais oficinas, com que ficaram bem acomodados naquele sítio, que é alegre e com muita boa vista” *(loc. cit.,* pág. 359).

RIO GRANDE DO NORTE

Conquistada a Paraíba, não desanimaram os franceses, mas seguindo as emigrações dos *tapuias*, rebatidos do sul, os vinham como que acompanhando e continuando em seus tratos com eles. Comerciavam no Rio Grande com os *potiguaras*, e dali saíam, como de um covil, a saltear os

navios que iam e vinham de Portugal, saqueando-os, cativando os portugueses e vendendo-os aos gentios para os comerem. Para se atalharem estes grandes danos, escreve el-rei para Pernambuco a D. Manuel Mascarenhas Homem e ao capitão-mor Feliciano Coelho, encarregando-lhes fossem ao Rio Grande, e nele fizessem uma povoação, e pedissem ao governador-geral, D. Francisco de Sousa, provisões para tudo o que fosse de mister, assistindo ele de sua real fazenda a toda a despesa.

Partiu de Pernambuco a armada de seis naus e cinco caravelas, e por terra o próprio capitão-mor de Pernambuco com três companhias de pé e uma de cavalo, e assim foram todos; mas, começando a enfermar de bexigas a gente que vinha por terra, só chegou a armada, em que ia o padre Gaspar de São Peres, grande engenheiro da Companhia, para dispor a fortaleza que se havia de levantar, indo-lhe por companheiros o padre Lemos e mais o padre frei Bernardino das Neves, religioso capucho da província de Santo Antônio, por ser muito mais respeitado e amado deles pelas suas virtudes.

Chegou a armada a 17 de dezembro de 1597. Dos que iam por terra e adoeceram, só foi em um caravelão Jerônimo de Albuquerque com mais alguns poucos a ajuntar-se com Manuel Mascarenhas Homem, que na viagem teve vista de sete naus francesas que estavam no porto dos *Búzios*, traficando com os *potiguaras,* "porém, vendo aqueles a nossa armada, picaram as amarras e se foram embora".

No dia seguinte mandou Manuel Mascarenhas logo de manhã descobrir o rio, e descoberto que foi entrou-o por tarde a armada, guiada por marinheiros práticos. Ali desembarcaram e se entrincheiraram a princípio com estacas de mangues, e defenderam-se dos gentios *potiguaras,* que não tardaram em vir, como o fizeram, em uma madrugada quase infinitos, acompanhados de cinquenta franceses que haviam ficado no porto dos *Búzios*, os quais, "rodeando a nossa cerca, nos feriram, e contudo não desmaiamos, antes à vista do sangue mais nos assanhamos, defendendo-nos e ofendendo tão animosamente os inimigos que levantaram o cerco e se foram, posto que voltaram depois inumeráveis, recolhendo-se bem castigados".

Depois reuniram-se os capitães Manuel Mascarenhas e Feliciano Coelho para discorrerem como se havia de acabar o forte. Acordaram

trabalhassem todos, assim portugueses como *tabajaras*, que eram amigos e os haviam acompanhado.

E mandando sair alguns brancos e índios em exploração, foram dar em umas aldeias, onde mataram quatrocentos e cativaram oitenta! E destes últimos souberam estava muita gente junta, assim *potiguaras* como franceses, em seis cercas muito fortes, donde viriam dar nos portugueses. Realizou-se a denúncia; estes, porém, resistiram e defenderam-se valorosamente, até que, enfim, concluído o forte, entregou-o Manuel Mascarenhas a Jerônimo de Albuquerque, deixando-o muito bem fornecido de artilharia, munições e de tudo o mais que era de mister, e se partiu com a mais gente da armada para a Paraíba. Os que ficaram obraram valorosamente e mataram infinitos *potiguaras.*

Vem aqui notar que os invasores europeus tomavam quase sempre posse de novas terras, ainda que não encontrassem resistência da parte dos naturais, por meio da violência, irritando os infelizes indígenas, quando não os afugentavam e aniquilavam.

Depois de recolher-se Manuel Mascarenhas à Paraíba, consultou Jerônimo de Albuquerque ao padre Gaspar de São Peres que traça haveria para se fazerem pazes com os *potiguaras.* Deram eles com uma felicíssima, que foi soltarem um principal chamado *Ilha Grande,* insigne feiticeiro, e mandá-lo que fosse tratar com seus parentes. Foi-se o índio bem instruído no que havia de obrar, e chegando à primeira cerca ou aldeia, onde foi bem recebido dos seus, mormente sabendo ao que ia. Mandaram, pois, aos das mais aldeias, assim da ribeira do mar como da serra, onde estavam *Pau-Seco* e *Jorababé,* que eram os maiores principais, e aos quais fez o índio um longo arrazoado com que os induziu a aceitarem as pazes, dizendo-lhes fossem com ele a Jerônimo de Albuquerque, governador e capitão do forte. Convencia os mais principais a fazerem pazes, com afirmar-lhes seriam sempre firmes, como as que haviam sido feitas em *Itajuba* (Braço-de-Peixe) e com outros *tabajaras,* e costumavam fazê-las com todo o Brasil: porque os que se metiam na igreja não os cativavam os portugueses, antes os doutrinavam e defendiam, o que os franceses nunca fizeram, e menos o fariam agora, que tinham o porto impedido com a fortaleza, onde não poderiam entrar sem os matarem.

Isto posto, ajustaram-se as pazes, o que sucedeu em 1599, fazendo-se com toda a solenidade e assistência de todos os cabos, do ouvidor-geral e do padre frei Bernardino das Neves, que era o intérprete. Feitas estas, começou-se logo a povoação a uma légua da fortaleza, dando-se-lhe depois o nome de cidade do Natal.

CEARÁ

A capitânia do Ceará fica distante de Pernambuco mais de duzentas léguas e em altura de dois graus e meio para a parte do norte da linha equinocial, e no mesmo continente e terra firme do Rio Grande dos Tapuias (é este o nome que davam antigamente ao Rio Grande do Norte), e cuja vila mandou D. Pedro II se dedicasse a São José de Ribamar, sendo também dedicada ao mesmo santo a igreja matriz (*loc. cit.,* pág. 357).

MARANHÃO

Diz o cronista (pág. 361, tom. IX) que quando perdeu-se, em 1535, a armada de Aires da Cunha, foram dar na ilha das Vacas, que era assim chamada antigamente a do Maranhão[8], o cabo e os dois filhos de João de Barros, fazendo pazes com os *tapuias* que a habitavam, e chegando a tanto a amizade entre eles "que alguns tiveram filhos das *tapuias*, como se descobriu depois que cresceram, não só porque lhes nasciam barbas, como todos os descendentes deles as produzem, como seus pais e avós".

Berredo, nos *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, refere-se no nº 46, livro I, que parte da gente salvou-se a nado na ilha do Medo, que fica na baía do Boqueirão, e onde fez pazes com os *tapuias*; mas conhecendo que não bastava para povoação, passado algum tempo voltou para Portugal, a bordo dos navios piratas que navegavam aquela costa. O padre José de Morais não confirma a notícia de terem os náufragos da expedição de João de Barros tido tais relações com os indígenas, que se propagassem

---

8 Supõe o Exmº Sr. Visconde de Porto Seguro (F. Varnhagen) que é a essa ilha, bem como à povoação europeia, formada dos poucos náufragos da primeira e malograda expedição, que coube a denominação de *Trindade*. Quanto à etimologia do nome – Maranhão – alvidrei-a na pág. 91 das *Lucubrações*.

delas mestiços, nem a ilha do Medo, até hoje desabitada, parece lugar apropriado para fundação de núcleo popular de qualquer natureza[9].

Fala no entanto o exmo. sr. Visconde de Porto Seguro da povoação de Nazaré, formada pelos náufragos da expedição de Aires da Cunha, não na ilha do Medo, mas na do Maranhão.

NOSSA SENHORA DO DESTERRO

Vê-se em um alegre sítio, "fora da cidade um tiro de mosquete, o santuário de Nossa Senhora do Desterro, imagem de grande devoção".

"É esta santíssima imagem, continua o cronista, de vestidos riquíssimos, e a sua altura são alguns quatro palmos." Da Senhora do Desterro faz menção o conde da Ericeira no seu *Portugal Restaurado*, fls. 302, e Berredo, nos *Anais Históricos,* refere que os holandeses, por ocasião de ocuparem a cidade de São Luís do Maranhão, despedaçaram essa imagem (livro XI, nº 771). Hoje ergue-se no mesmo sítio, notável por ter sido onde desembarcaram os holandeses, a elegante capela de São José do Desterro, reedificada há pouco pela muita devoção e perseverança do sr. Marcelino José Antunes Pimenta[10].

Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, sendo nomeado para a Bahia, e desejoso de acudir às capitânias do Norte pelo receio de corsários que as infestavam, mandou à do Maranhão um barco com alguns velhos e mulheres, e nele também o padre franciscano Cristóvão Severim, custódio da província de Santo Antônio, com quinze frades de sua ordem e do convento dos padres capuchos de Portugal, e cinco mais da custódia do Brasil, que se haviam a eles reunido.

O administrador eclesiástico de Pernambuco, o dr. Bartolomeu Ferreira Lagarto, deu-lhe posse de vigário-geral e provisor, conforme os despachos do Santo Ofício.

---

9 Vid. *História da Companhia de Jesus,* pelo padre José de Morais, pág. 21, Rio de Janeiro – 1860.

10 Vid. *Dicionário Histórico-Geográfico do Maranhão,* pelo dr. César Augusto Marques, no artigo *Desterro,* de págs. 179 a 181. Maranhão – 1870.

Partiram do Recife a 12 de julho de 1624, e a 18 estavam na enseada de Mucuripe, no Ceará.

O capitão Martim Soares Moreno os levou para a fortaleza, onde se demoraram quinze dias, sacramentando os brancos e doutrinando os índios de duas aldeias que ali havia, e onde o custódio, a requerimento do capitão, deixou dois religiosos. Antes, porém, destes sacerdotes havia já ido do Maranhão para ali dois da mesma ordem; isto quando era governador Jerônimo de Albuquerque.

Eram eles: frei Francisco de São Cosme e São Damião e frei Manuel da Piedade, os quais, não fundando o convento, nem por isso faltaram aos seus deveres.

Chega aquela santa caravana ao Maranhão a 6 de agosto de 1624, e dá princípio à fundação, que, diz o autor, foi a primeira daquela cidade, referindo-se provavelmente aos portugueses; porque é sabido que os padres franceses Yves d'Evreux, Claude d'Abbeville e seus companheiros, por ocasião de ser ocupada, em 1612, por gente de sua nação, erigiram um hospício onde celebraram missa, e em cujo sítio levantaram depois os jesuítas a igreja de Nossa Senhora da Luz, e que hoje serve de catedral. Fundado que foi pelos sacerdotes portugueses o edifício de que fala o cronista, celebraram nele a sua primeira missa em 2 de fevereiro de 1625, dia de Nossa Senhora das Candeias.

Passou o custódio ao Pará, fez pazes com os índios *tocantins,* escandalizados de muitos agravos; trouxe-lhes os filhos para doutrinar e proibiu, sob pena de excomunhão, a venda de índios forros. *Queimou* muitos livros que achou dos *franceses herejes (sic).*

Faz menção deste convento o padre franciscano frei Vicente do Salvador, que no livro V, cap. XXVII, da sua *História do Brasil*, que também o dá como primeiro fundado em São Luís, por onde se colige que não é isso equívoco, senão de propósito e por mal-entendido orgulho nacional em ambos.

CARMELITAS

Entram no mesmo ano de 1624 no Maranhão, ou vindos de Lisboa ou na companhia do padre Severim. Fundaram a igreja de Nossa Senhora do Carmo.

MERCENÁRIOS

Empregaram inauditos esforços para terem um convento ou hospício em Portugal; mas os padres trinos puseram sempre tropeços a esse intento com o temor de que viessem a ser *os redentores dos cativos.*

Não sei que mais admire, se a ingênua e singela confissão do autor, se a santa inveja e espírito pouco evangélico dos trinos!

Não sabe frei Agostinho de Santa Maria donde vieram estes mercenários para o Maranhão, se de Quito ou de Cuba; mas pelo que consta do cartório do antigo convento das Mercês, do Pará, está averiguado que vieram do Peru. Apesar de D. João V haver-lhes permitido hospício, não tinham convento até 1720.

Dá o capitão Manuel da Silva Serrão princípio à obra da ermida da Madre de Deus, no Maranhão, a 24 de setembro de 1628, com grandes festas e solenidades, a fim de pôr nela uma imagem de Santo Amaro, quando era bispo da diocese D. frei Timóteo do Sacramento. Morreu o fundador quando as paredes estavam galgadas, e ficou a obra exposta à ruína do tempo. Achando-a nessa altura Cristóvão da Costa Freire, senhor de Pancas, a concluiu, dedicando-a à Madre de Deus.

PARÁ

Sendo grande a distância que vai do Maranhão ao Pará, D. João IV solicitou do papa Clemente XI a divisão daquela prelazia, e daí foi nomeado primeiro bispo do Pará D. frei Bartolomeu do Pilar, carmelita, a 9 de novembro de 1717, confirmado a 4 de março de 1720, e sagrado na patriarcal de Lisboa em 22 de dezembro, também do mesmo ano.

Quando Francisco Caldeira de Castelo Branco foi ao Pará em 1616 ou 1617, levou consigo dois religiosos de Santo Antônio: frei Antônio da Marciana e frei Cristóvão de São José.

Com a revolta dos índios do Pará, La Ravardière, que se achava a passear com toda a confiança nas ruas de Lisboa, foi preso e metido na torre de Belém por se temer o rei de que aproveitasse o ensejo e se partisse dali para essas terras de que se mostrava tão afeiçoado[11].

11 Vid. *Sanct. Mar.,* tomo IX, liv. II, tít. LIV, pág. 378.

É este o fato acima aludido da rebelião dos colonos no Pará: queixosos de Caldeira prenderam-no, e em seu lugar levantaram outro capitão. Em vista do estado das coisas, insurgem-se os índios contra todos e os põem em apertadíssimo cerco. Dele pôde escapar-se o capitão Manuel Soares de Almeida, que foi pedir socorro a Pernambuco. Aqui achou por governador-geral a D. Luís de Sousa, que expediu uma armada de quatro vasos a mando de Jerônimo Fragoso de Albuquerque com ordem de inquirir os culpados e remetê-los presos para o reino.

Chegando Jerônimo de Albuquerque, livrou os portugueses do sítio e perseguiu o gentio duzentas léguas rio acima, e morreu por fim nessa expedição depois de ter obrado peregrinos feitos.

Distinguiram-se também os capitães Custódio Vicente e Pedro Teixeira, e mais do que ambos o capitão Bento Maciel, que havia partido do Maranhão com oitenta portugueses e seiscentos índios de flecha, em auxílio dos do Pará. Renderam-se muitos índios, pedindo paz e misericórdia. O padre Manuel Figueira de Mendonça, vigário da nova povoação, recebeu a este na aldeia de *Separará*, assentada na ponta da barra do Pará, do lado de leste (*loc. cit.,* pág. 379).

Fica provado por estes fatos, que narra o autor do *Santuário Mariano*, não haver ainda por esse tempo missões naquelas paragens.

Terminando aqui o que há para nós de útil no tomo IX, passo a resumir o X.

ENTRADA DOS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO

Foi o nobre francês Nicolau Villegaillon, do hábito de São João de Malta, quem veio no ano de 1555 alterar a posse pacífica que gozavam os portugueses do Rio de Janeiro, que por mandado de el-rei D. João III fora demarcado, como as demais partes, até o Rio da Prata. Tomou este corsário porto em Cabo Frio, habitado pelos *tamoios,* que em ódio aos portugueses, com quem traziam guerra, abraçaram aqueles.

Recolhendo-se Villegaillon à França, tornou-se outra vez ao Rio e foi demandar a povoação principal, "chamada dos gentios Niterói, e os

nossos por a descobrirem no 1º de janeiro lhe deram impropriamente o de Rio de Janeiro[12]."

Assistido Villegaillon dos socorros da França e dos favores dos da terra, fundou algumas fortalezas.

Temendo os portugueses as cuidadosas diligências de Villegaillon, mandou a rainha D. Catarina, regente de Portugal na menoridade de seu neto, D. Sebastião, socorros de Lisboa ao governador Mem de Sá, que saiu da Bahia com três galeões, oito navios e dois mil homens, e assim aportou no Rio de Janeiro. O que sabido de Villegaillon, recolheu-se com os seus e alguns índios à ilha do Governador (*loc. cit.,* pág. 3), onde são assaltados, à noite, quando dormiam os vigias, e incendiada a fortificação. Foram abrasados uns e afogados outros por se ter pegado fogo na pólvora. Villegaillon salva-se com muitos dos seus nos batéis de seus navios.

Cheios de confiança, entregam-se os portugueses depois disso ao mais culposo descuido, continuando, no entanto, os contrários nas mesmas hostilidades. Tendo disso aviso a rainha, mandou povoar aquelas terras com soldados destros e munidos de convenientes aprestos, dando-lhes por capitão Estácio de Sá, sobrinho do governador, que embarcou com eles em naus grandes. Acolheu-se Estácio de Sá com sua força junto ao Pão de Açúcar, onde o investiram os franceses com três navios e os *tamoios* com mais de cento e vinte canoas grandes. "Pelejou-se de ambas as partes com valor até se declarar do nosso lado a vitória."

Fizeram os portugueses muito dano nas suas embarcações e nas dos *tamoios*. Estes, "que à defesa da pátria acrescentavam a vingança, cresceram tanto no poder que excederam às suas mesmas forças". Armaram para mais de duzentas canoas, algumas com ligeira artilharia; mas, perseguidos dos portugueses, saltou fogo na pólvora em uma das canoas daqueles (segunda vez!), e ao estrondo e confusão veio juntar-se o conselho de uma grande feiticeira, que era o ídolo destes índios, bradando: – *Fugi e fugi logo, porque me revelou a inspiração divina que vos espera a feitiçaria dos brancos com morte industriosa*. Retirou-se o cardume das canoas e desapareceram os índios.

12 Vid. *Sanct. Mar.,* tomo X, *Introdução,* pág. 2.

Mostrando a experiência de dois anos que essas forças não bastavam para destroçar os franceses, passou-se de novo Mem de Sá ao Rio com todo o poder que estava ao seu alcance, e dirigindo o ataque com toda a pressa e vigor contra a grande povoação de *Iraçumiri,* onde travou-se renhido combate, pendendo a vitória para as armas portuguesas, não sem a perda de muitas vidas, entre elas a do capitão Gaspar Barbosa e a do capitão-mor Estácio de Sá, que ia na vanguarda (*loc. cit.,* pág. 5).

Aceitam os *tamoios* as pazes, e expulsos os franceses, que ocupavam havia onze anos esse território, recolheram-se à França os que não ficaram entre os gentios.

Começaram então os portugueses a aumentar com edificações a cidade, a que puseram o nome de São Sebastião, não tanto para lisonjear o monarca reinante, como por obrigação ao glorioso mártir, "que foi visto – diz o cronista – no combate da batalha de 1557 ajudar aos portugueses, que o tomaram por padroeiro, instituindo-se desde então a *festa das canoas* em honra do santo e para comemorar o milagre de ter Deus salvado da cilada dos *tamoios* quatro canoas grandes em que iam os melhores soldados, e isto pelos merecimentos do milagroso santo".

BAÍA DO RIO DE JANEIRO

"Fica ao norte da cidade, em altura de vinte e três graus da parte do sul uma baía de oito léguas de diâmetro e vinte e quatro de circunferência, limpa, segura, e onde podem alojar-se naus de todas as armadas de Portugal, mais outras muitas das mais nações, êmula da de Todos os Santos, e cujos recôncavos, ilhas, rios, sacos e enseadas, se os quiséssemos descrever, seriam necessários muitos livros" (*loc. cit.,* pág. 7).

A primeira povoação da cidade foi feita em um monte (morro do Castelo), onde hoje vemos a sé, o colégio da Companhia e a fortaleza de São Sebastião: desproporcionado o sítio para a muita gente que se foi agregando, foram os moradores fundando na marinha casas de pedra e cal. No monte oposto edificou-se o convento de São Bento, que era a cidade apertada entre estas duas eminências. Deitava ela do Castelo duas asas para o vale, uma para o bairro da Misericórdia e outra para o da Ajuda, cuja igreja, segundo querem vários autores, foi a primeira que em 1600 se reedificou e acrescentou; porque neste tempo os padres de Santo Antônio (que

ainda era custódia) fundaram aqui o seu hospício; mas logo que mudaram de sítio retomou a casa o seu antigo e próprio nome de Ajuda.

Teve antigamente esta Soberana Senhora grande culto e foi servida com muita grandeza; porque os cristãos-novos, "de cujos corações não acabam de cair aqueles rios de suas obstinações, que os têm cegos para não acabarem de conhecer a verdade da fé; os quais, ou por enganarem os verdadeiros e fiéis cristãos, limpos daquele péssimo sangue, ou por se justificarem, lhe faziam grandes festas e lhe solicitaram um solene jubileu, que chamava à sua celebridade todos os povos circunvizinhos. Mas entendendo-se depois a sua maldade, e que eles a dedicavam a uma Maria de Judá, se diminuiu aquele antigo concurso e também a festividade. E hoje se lhe faz somente uma simples festa no seu dia" (*ob. cit.*, págs. 7 e 8).

Todas ou grande parte das informações a respeito do Rio de Janeiro foram ministradas ao autor pelo reverendo frei Miguel de São Francisco, provincial da reformada província de Nossa Senhora da Conceição de religiosos menores, recoletos (*ob. cit.*, liv. I, tomo II, pág. 13).

COLÉGIO DA COMPANHIA FUNDADO EM 1567, E CASA DA MISERICÓRDIA EM 1582 OU POUCO ANTES

Neste ano de 1582 chegou ao Rio uma armada de dezesseis naus com três mil espanhóis, de que era general Diogo Flores Baldez, que Filipe II mandava para segurar o Estreito de Magalhães. Com os temporais adoeceram muitos, e chegaram muito necessitados de remédios e agasalho. Anchieta estava então no Rio, fundando-se também por esse tempo o hospital da Misericórdia, cuja irmandade parece que já era criada, pois que lhe ficou anexo o hospital. O certo é que em 1º de julho de 1591 já o administrador eclesiástico Bartolomeu Simões Pereira passou uma provisão em favor do provedor e irmãos, para que o vigário da paróquia se não intrometesse em suas eleições.

Em 1720 era servida com mais grandeza e autoridade do que a catedral, pois que tinha treze beneficiados; que assim chamavam a seus capelães, todos aquinhoados com muito boas côngruas e obrigados a rezar as horas canônicas do coro, dirigidas por um deles como seu presidente. Havia mais quatro moços de sacristia, um organista, e além destes mais

seis capelães que assistiam às procissões e enterros da irmandade, e acompanhavam as tumbas e esquifes dos pretos (pobres e escravos), mais outro capelão, que, como cura dos enfermos, lhes administrava os sacramentos.

NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA

É a segunda imagem que começou a ser venerada no Rio de Janeiro.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PARTO

Funda-a em 1653 João Fernandes, mulato, natural da ilha da Madeira.

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

Foi fundada em 1710 por Antônio Caminha, erigindo ele no mesmo lugar e monte habitação para si e outras para recolhimento e descanso dos romeiros.

É curioso o seguinte dado arqueológico: "É de saber que no santuário de Nossa Senhora da Ajuda, que fica extramuros da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, vão duas estradas, que hoje (1714) já estão muito povoadas. A primeira da direita faz caminho para a casa de Nossa Senhora do Desterro. A seguinte, que é a da mão esquerda, faz caminho para a fonte da Carioca, por onde vai sempre um grande concurso de brancos e pretos. Por este caminho se vai para a casa de Nossa Senhora da Glória, situada sobre o monte que fica iminente à casa da parte do sul e distante da cidade pouco mais de um quarto de légua" (*ob. cit.,* pág. 21). Este sítio foi doado pelo dr. Cláudio Gurgel do Amaral com a terra circundante.

Entram as carmelitas observantes em 1598, antecedendo-as em 1590 os padres da ordem de São Bento. A estes fazem doação do sítio Aleixo Manuel e sua mulher, Francisca da Costa, ambos naturais da ilha Terceira. Tinham eles no monte uma granja e uma ermida de Nossa Senhora da Conceição, e fizeram doação aos monges tanto dessa ermida como das terras circunvizinhas e anexas, com obrigação de eles festejarem a Senhora.

Foi conservada a imagem da Virgem no seu próprio convento até que fizeram um novo edifício; e sucedendo chegar por esse tempo o marquês das Minas, D. Francisco de Sousa, conseguiu deles tomassem

por padroeira Nossa Senhora do Monserrate, e por isso deram uma capela àquela imagem de Nossa Senhora da Conceição, que aí festejam a 8 de dezembro com sermão e missa cantada, a fim de sufragarem as almas de seus dois fundadores, e de mais um que lhes cedeu também terras.

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

No morro do mesmo nome edificou em 1634 Miguel Carvalho Cardoso a ermida desta invocação, no lugar onde tinha chácara. Indo ali os padres capuchinhos franceses à conversão do gentio, pediram aquela igreja, "e como eram religiosos que mostravam tanta perfeição e virtude, lha cederam; eles lhe fizeram os cômodos para suas vivendas, e um hospício de pedra e cal, tudo obrado com grande perfeição, como quem desejava perpetuar-se naquele agradável e salutífero sítio. Depois compraram a terra que lhe era necessária para uma cerca, como de fato a fizeram".

"Neste hospício viveram com grande virtude e exemplo por espaço de quarenta anos, até que por desconfiança do rei, ao que parece, deram alguns deles bastantes motivos", foram os padres mandados sair das conquistas, como já fica dito. Voltou assim a ermida à jurisdição ordinária, fazendo dela o bispo D. Francisco de São Jerônimo sua residência, sendo aí até hoje o palácio episcopal.

CABO FRIO

Os franceses, ainda aliados dos índios, continuavam a impedir a paragem do Cabo Frio, e tão destemidos eram que, enquanto uns se demoravam a cortar pau-brasil, que ali havia excelente, iam outros dar caça às naus que vinham do rio da Prata ou de outros portos em demanda da barra do Rio de Janeiro.

Houve de uma vez notícia que lá estavam cinco naus, as quais tinham todos os preparos necessários para o corte do pau-brasil. A isto acudiu Constantino Menelau, capitão-mor do Rio de Janeiro, porém já muito tarde, porque os navios muito abarrotados picaram as amarras e abalaram-se.

Foi disto avisado o rei, o qual veio a ser informado da falsidade com que ali carregavam, por não ser aquele sítio povoado e por ficar longe do Rio, donde se não podia acudir com a pressa exigida. Para remediar

a este mal, escreveu ao governador Gaspar de Sousa ordenando-lhe com muita instância mandasse sem demora povoar e edificar aquele lugar.

Informado o governador que Estêvão Gomes, morador do Rio de Janeiro, podia bem desempenhar essa tarefa, por ser homem rico, senhor de dois engenhos, e que em todos os rebates de corsários, que se ofereciam, era dos primeiros em correr animosamente com sua canoa e escravos, passou-lhe por isso provisão de capitão de Cabo Frio, instando com ele aceitasse-a e fizesse como dele esperava, mandando ao mesmo tempo a Constantino Menelau o provesse à custa da fazenda real de soldados, munições e mais coisas necessárias para a povoação e defesa da terra.

Aceitou Estêvão Gomes o encargo, e gastou além do que se lhe mandara dar da fazenda de el-rei, muito da sua, e assim se fortificou e povoou o Cabo Frio, sendo-lhe nesse trabalho de muita ajuda uma aldeia de índios, que os padres da Companhia, a instâncias do governador, trouxeram do Espírito Santo.

Com estes índios saiu uma vez o capitão contra uns vinte e tantos holandeses que haviam saltado em terra para fazer aguada, de que careciam em viagem para a Índia. Mataram dezoito, e três se recolheram aos batéis. Os holandeses traziam cinquenta cativos portugueses, que haviam tomado de um navio que ia para a costa de Mina. Quiseram matá-los, mas depois mudaram de acordo, mandando bandeira branca e pedindo aguada em troca desses portugueses.

O capitão consultou o governador do Rio de Janeiro, que por esse tempo era Luís Vaz Pinto; este, porém, não sabendo resolver-se em negócio tão grave, fez uma junta de religiosos e oficiais da Câmara, que decidiram afirmativamente, e os holandeses, em consequência do ajuste, soltaram todos, exceto o comandante do navio.

"Desta vez, fizeram os pretos grande galhofa, dizendo que mais valia um deles do que cinquenta brancos, porque aqueles custavam ordinariamente quarenta mil réis, e os brancos se compravam por menos de uma pipa de água" (*loc. cit.*, pág. 57).

O mesmo capitão fez também pazes com os índios *goitacazes,* gentio ali vizinho e que nunca se pôde conquistar, ainda que a oiro. Mas agora, atacados das bexigas, procuraram o capitão Estêvão Gomes, dizendo "fossem compadres, efetuando-se estas pazes em 1615. A ser a povoação

do estrangeiro poderia tornar-se muito populosa cidade". É um português que o confessa!

As maiores fazendas dos campos *goitacazes* eram, em 1750, as da Companhia de Jesus. "Têm eles naqueles dilatados campos uma muito rica fazenda e muito extensa, onde trazem assaz grandes manadas de gado, muitos criados e muitos escravos" (*loc. cit.*, pág. 65).

NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO SACO,
FUNDADA NAS MARGENS DO PARAÍBA DO SUL

Era fazenda de um Manuel Rodrigues, muito amigo dos padres capuchos franceses, dos quais era síndico. Habitavam perto dali os índios *garrulhos.*

Aqueles missionários franciscanos criaram um filho de Manuel Rodrigues, moço de agudo engenho e que falava melhor a língua desses índios do que a própria. Quando os capuchinhos franceses foram obrigados a despejar o território e vieram substituí-los os portugueses, já era ordenado o filho do síndico Rodrigues: "A este cometeram o cuidado dos *garrulhos*, o que fez com tanto espírito e zelo da sua conversão deles, que tem entrado muitas vezes e ao presente entra por aquelas vastas regiões, onde tem reduzido à fé muitos, tirando-os a viverem nas aldeias" (*loc. cit.,* pág. 70).

1720

Fundam os jesuítas uma aldeia no rio *Iriritiba*. "E raras vezes sucede, diz aqui o autor, admitirem os índios em suas confrarias homem branco."

Conta o mesmo autor do *Santuário* (pág. 75), louvando-se no padre Miguel de São Francisco, que por ocasião de uma invasão dos franceses no Rio de Janeiro, a bisavó deste, com outras mulheres, vendo-se desamparadas de seus maridos, que andavam na conquista do gentio, pegaram das espadas e arcabuzes, e com alguns velhos e homens de palha, e alguns índios ao seu serviço, se opuseram aos inimigos, que se não atreveram a investir o bairro da Misericórdia, aonde se tinham elas fortificado, por entenderem "que as mulheres e figuras de palha eram homens armados" (*loc. cit.,* pág. 77).

MALES QUE RESULTARAM DAS SUPERSTIÇÕES

Eram os índios animados em suas práticas supersticiosas pela credulidade dos portugueses, e para prova aduz o autor este fato passado em 1720: "Uma mulher sonhou que uma índia que estava numa roça, e era muito mimosa do marido, lhe dava a ela feitiços com que estava muito mal. Fala ao marido, sorri-se, ameiga-o e insta, atazana-o, perturba o homem, e tanto faz que o impele a pegar de um punhal. Vai-se à índia, arrasta-a pelos cabelos, põe-lhe um pé ao pescoço e ameaça matá-la se lhe não revela tudo. A pobre coitada confessa o que bem quiseram dela, defendendo-se contudo de que quisesse matar a senhora, e somente lhe fazia aquilo para que ela lhe quisesse bem. Veio o marido para a cidade, andou desenterrando imundícies pelos cantos da casa, e a mulher melhorou. Venderam-na; mas, continuando ela na mesma prática, o novo comprador a levou ao mar, aonde com uma pedra ao pescoço a sepultou nele", e assim acabou desgraçadamente a índia, "pagando com tão terrível morte o trato que tinha com o Demônio, que lhe fazia executar tão cruéis maldades" (*loc. cit.,* pág. 99). Narra o autor o caso nestes simples termos, e diz que desse castigo proveio grandes males à terra!...

NOSSA SENHORA DO AMPARO

Em distância de doze léguas, por costa, da vila de *Ubatuba* chega-se à vila de São Sebastião, onde está a igreja de Nossa Senhora do Amparo, convento dos padres da Conceição (Santo Antônio). As terras eram de um Antônio Coelho, que lhas deu para nelas fundarem esse convento.

Os moradores da vila de *Itanhaém,* "também chamada da Conceição, quando a mudaram para a raiz da serra, ofereceram aos padres capuchos do Rio de Janeiro sítio para fundarem ali um convento" (*loc. cit.,* pág. 128). Nesta casa puseram os padres a âncora de sua esperança, e a aumentam de sorte que toma o título de província da Imaculada Conceição do Brasil, ficando a Bahia com o seu antigo convento de Santo Antônio. O padre frei Miguel, quando vigário provincial, acabou o do Rio, e eleito depois provincial melhorou o da Conceição, em *Itanhaém,* e fez nele igreja nova.

José de Sousa Barros, síndico da Ordem, aceitou o padroado, consignando-lhe em 1700 ou 1701 a tença ordinária de cem mil réis anuais.

ILHA DE SANTA CATARINA

"Daqui, dizem, foi levada aquela casca de ostra, na qual o capitão de São Vicente mandou lavar os pés a um bispo em lugar de bacia." Refere mais o autor que dela se tiraram pérolas formosas e perfeitíssimas.

PATOS

Cobrem estas aves aquelas praias e terras da beira-mar por distância de cinquenta léguas e mais. "São os mesmos da Europa. Ali os soltaram uns espanhóis que em 1554 faziam viagem para o rio da Prata", se não é invenção do cronista!

CURITIBA

Há aqui vastíssimas campinas, chamadas *campos elíseos,* que chegam até São Paulo e vão acabar no rio da Prata.

Certo homem dizia "que se houvera pisado aquelas terras, em idade de varão ou mancebo, havia de passar a Portugal a informar a majestade do nosso rei e dizer-lhe o que aquelas terras eram, e que lhe havia de pedir as mandasse povoar com duzentos casais de gente dentre Douro e Minho, ou das ilhas, com preceito capital para que nenhum comprasse negros, nem se servisse de índio, e que lavrassem eles mesmos as terras, como o faziam na sua pátria; porque no termo de trinta anos teria o monarca nela a maior colônia de todas as do Brasil, e que dando o governo à pessoa de indústria, prudência e cristandade se podia ali fundar um império".

"O certo é – reflexiona em seguida o cronista – que se aquelas terras fossem de estrangeiros, pelo muito que têm de industriosos, seriam aqueles campos uma muito grande coisa" (*loc. cit.,* pág. 144).

DESCOBERTA DAS MINAS

Cita aqui o autor o nº 146 da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, donde extrai o que se segue:

"A fama das muitas minas de ouro e prata que havia nas terras da capitânia de S. Vicente, de que el-rei D. João III fizera mercê a Martim Afonso de Sousa, se espalhou por muitas partes: o que sabido pelo governador D. Francisco de Sousa, avisou a sua majestade, oferecendo-se para esta empresa, e el-rei a encarregou; e deixando aquele governo da Bahia

a Álvaro de Carvalho, partiu a dar cumprimento às ordens régias, saindo da Bahia no mês de outubro de 1598, e chegando à capitânia do Espírito Santo, por lhe dizerem havia minas na serra de Mestre Álvaro, e em outras partes. Mandando cavar nelas, e fazendo ensaio tirou alguma prata. Também mandou às esmeraldas, o que já havia feito da Bahia, Diogo Martins Cão, que as havia descoberto, e depois de levantar ali um forte com duas peças de artilharia, para defesa da entrada da vila, saiu e fez viagem para o Rio de Janeiro."

."..Da capitânia de S. Vicente, para onde partiu logo, foi o governador à cidade de S. Paulo, que é a mais chegada às minas, onde até então os homens e as mulheres se vestiam de pano de algodão tinto; e se havia alguma capa de baeta ou manto de sarge, se emprestava aos noivos e noivas para irem à porta da igreja. Era isto, quando lá chegou D. Francisco de Sousa, pelos anos de 1599 ou de 1600. Depois, porém, que lá foi, e viram suas galas e as dos seus criados, houve logo tantas librés e galas ricas, e mantos, que já parecia aquela terra outra. Muito se havia D. Francisco pago da Bahia; mas quando viu o que era S. Paulo, muito mais se pagou daquele clima, porque são ali os campos, como os de Portugal, férteis de trigo e de muitas frutas, uvas, rosas, açucenas, regados de frescas ribeiras e de excelentes águas. Ali se empregou nas minas, onde, por ser o ouro de lavagem, às vezes tiravam muito, outras menos, e algumas se achavam grãos de peso e de preço, do que mandou fazer um rosário, assim como saíam, redondos, quadrados ou compridos, que enviou a el-rei com outras amostras, e quatorze pérolas que se acharam no esparcel de Cananeia e em outras partes marítimas."

Em São Paulo entraram primeiro os jesuítas, depois os carmelitas, e por fim os de São Bento[13].

MINAS DE OURO

"Nas vilas da costa do mar, como são Cananeia, Iguape, Paranaguá, Rio de S. Francisco do Sul e Curitiba, todas têm minas de ouro; po-

13 Vid. *Sanct. Mar.,* tomo X, liv. IV, tít. XXXMIII.

rém, neste tempo[14] só elas servem para os seus moradores, que o tiram sem custo, levando de suas casas o mantimento necessário. E como lhe ficam perto, mandam por ele os que estão lavrando. Porém, nas que são gerais (minas) é de absoluta necessidade plantar primeiro o mantimento para se poder lavrar, e assim é hoje infinita a gente que se ocupa só do plantio de mantimentos, para os venderem, tendo estes, por certo, maior mina neste trato, porque lá se vende tudo pelo que cada um quer, e o ouro custa pouco, sendo muito no valor; nestas compras ficam os vendedores mais bem livrados porque recebem quanto querem" (*loc. cit.*, pág. 187).

Na invasão do Rio de Janeiro pelos franceses, em 1710, Antônio Dultra da Silva, natural desta província e capitão de cavalos de São Gonçalo, acudiu destemido, e dando com um troço de franceses que se não queriam recolher ao trapiche, como os outros, até que ele os forçou a isso; mas os que já estavam entrincheirados o mataram à força de descargas.

Louvando-se o autor nas palavras do padre frei Miguel de São Francisco, donde houve esta notícia, acrescenta: "Homem (Antônio Dultra da Silva) de notáveis forças, muito valoroso, destemido, e se apanhasse os franceses em campo descoberto era capaz de os jarretar a todos e de vender muito bem a sua vida pela pátria."

VILA RICA

Era uma paróquia situada no arraial de Antônio Dias, homem rico e poderoso de São Paulo, e um dos primeiros que passou às minas a sua gente, que eram muitos escravos pretos e índios (*loc. cit.,* pág. 243).

NOSSA SENHORA DO CARMO DO RIBEIRÃO

Pouco depois de Vila Rica fundou-se esta, a que deram o nome acima indicado, por ser banhada por um rio a que assim chamavam. Era arraial de Antônio Pereira, paulista rico, que com os seus escravos e índios assentou ali as suas lavras.

---

14 Cumpre notar que o autor do *Santuário Mariano* refere-se com frequência a 1714, ano em que escreveu essa parte de sua obra, principiada a imprimir em 1707, sendo o tomo IX em 1722, e o X em 1723.

RIO DAS MORTES

"Apelidaram assim este grande rio por causa de uma formidável batalha que junto ao mesmo deram os índios de duas das muitas nações que habitavam aqueles sertões, disputando entre si a posse e assistência daquelas vastas regiões, que para a sua habitação estimavam como férteis e abundantes de mantimentos brasílicos, muita caça e gado; nesta demanda morreram muitos de parte a parte. Depois entraram os paulistas por aquelas terras repentinamente a cativar os índios para se fazerem senhores deles, e como os paulistas iam melhor armados, fizeram nos índios uma grande mortandade."

"Destas muitas mortes veio o nome ao rio."

RIO DAS VELHAS

"É de saber que, entrando os paulistas naquelas terras do sertão a cativarem os índios, todos estes fugiram por não serem presos nem cativos; e só ficaram muitas velhas *carijós*, por não poderem fugir ou por se persuadirem que por mulheres e velhas lhes não fariam mal, e que também por inúteis as deixariam; e porque os paulistas acharam estas velhas ao pé do rio lhe deram o nome pelo que é hoje conhecido."

NOVA COLÔNIA

Um convento de capuchos da província da Conceição e outros padres da Companhia estabeleceram para os portos do sul uma aldeia, e estes lá faziam grandes frutos. Os escritores do tempo dão muita importância àquela colônia, e o cronista diz que "se el-rei mandasse fundar naquelas terras seis cidades desde Nova Colônia até a vila de Laguna faria nelas uma grande monarquia e opulento reino; o que se podia fazer sem despesa alguma de sua real fazenda, só com o escolher seis homens ricos e dos mais honrados da cidade de S. Paulo, dando-lhes em três vidas o senhorio das terras que fundassem, porque só com esta mercê que lhes fizesse seguraria todo aquele estado de todos os inimigos da Europa. E estes que sua majestade nomeasse cederiam o interesse desta honra que lhe faria, e iriam com seus índios e escravos, e mais parentes, a fazer estas fundações".

Do título LXXXX (pág. 255) em vante até o fim do *Santuário Mariano* ocupa-se o autor das imagens que se veneravam na colônia do Sacramento, ilhas do Oceano e outras conquistas de Portugal, que omito por estarem fora do meu plano e intento.

História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará

PELO PADRE JOSÉ DE MORAIS[15]

APESAR de vulgarizada esta obra no Brasil desde que a descobriu na biblioteca de Évora e mandou tirar dela cópia o nosso distintíssimo confrade e eminente poeta Antônio Gonçalves Dias, e que o ex.^mo^ sr. Senador Cândido Mendes de Almeida a fez imprimir por conta da província do Maranhão, faço dela resumo, porque adoece dos achaques das outras crônicas da Companhia de Jesus.

Diz o padre José de Morais (liv. I, cap. I) que foram os jesuítas quem primeiro se entregaram à conversão dos gentios nesta conquista (Estado do Maranhão), e que estes eram a milhares no número e milhões no preço.

Está a cidade de S. Luís do Maranhão em altura de três graus e meio ao sul da equinocial, com trezentos e trinta e seis de longitude. A ilha do Maranhão tem de comprimento sete léguas nordeste-sudoeste, e de largura cinco noroeste-sueste, em forma quase oval, com pouco mais de vinte léguas de circunferência.

A sua barra, depois de montada a Coroa Grande, demora a oeste, formando-se a sua boca de duas pontas, a de *Itacolomi*, na terra firme de *Tapuitapera* (Alcântara), e a do *Pereá,* pegada com a mesma ilha pela parte

15 Foi reimpressa no Rio de Janeiro em 1860.

em que está uma ermida da invocação de São Marcos, pertencente à Companhia. Torna-se difícil a entrada, "ainda às embarcações menores, por se ter de tal sorte apertado a sua garganta com a muita areia, que é preciso entrarem enfiadas as embarcações, e a proporcionada distância, por não ficarem engasgadas e em perigo de serem engolidas da correnteza[16]."

A cidade de S. Luís, bem situada, com boas ruas a rumo de corda, a maior parte calçadas, forma uma ponta triangular, que vai abraçada dos dois rios, *Bacanga,* da parte sul, e *Coti,* da do norte. "Eram os seus mares copiosos de muitos e deliciosos peixes, de que se sustentava a cidade sem mais dispêndio que mandá-los tirar às camboas de maré vazia; porém hoje (1758, em que escreveu o autor), fechada mais a sua barra pela muita areia, faz dificultosa entrada assim ao peixe como às canoas para o irem pescar, por ser aquela costa desabrida, obrigando a viver toda aquela numerosa povoação de menor fartura de pescado, etc."

AVISTA AIRES DA CUNHA
A ILHA DO MARANHÃO EM SETEMBRO DE 1535

Avistou Aires da Cunha, um dos donatários do Maranhão, e que levava em sua companhia os filhos do seu consócio, o historiador João de Barros, a ilha do Maranhão em setembro de 1535; mas, falto de prático, naufragou no Boqueirão, tendo já perdido parte das embarcações na Coroa Grande.

Empreenderam Pedro Coelho de Sousa e Martim Soares Moreno ir por terra à ilha do Maranhão, aquele não com ânimo de a descobrir, senão de prear os índios, e nesse intuito partem ambos de Pernambuco com alguns homens, e entram por Jaguaribe, no Ceará. A princípio tratam bem os índios, que os recebem sem receios e com lhaneza. Martim Soares Moreno, não concordando com Pedro Coelho, que os quer cativar, abandona-o, e regressando procura o governador do Brasil, Diogo de Meneses, que o atende e o nomeia capitão-mor do Ceará. Chegado a seu destino, começa a tratar com doçura os índios, afagando-os e presenteando-os, de modo que os foi atraindo a si. "Tanto pode com esta gente a *suavidade do gênio* quando se ajunta com a liberdade do ânimo."

16 Vid. *História da Companhia,* liv. I, cap. I.

Outros eram os desígnios de Pedro Coelho e dos seus, tanto que, apesar das admoestações e rogativas do capitão-mor Soares Moreno, caíram com ímpeto sobre os incautos *tabajaras* da serra de Ibiapaba e *tupinambás* do Maranhão, que se achavam no Ceará, e os cativaram e maltrataram.

Magoado e queixoso Moreno, e conhecendo pouca segurança no meio dos índios que estavam alvorotados com tamanha aleivosia, e entendendo malogrado o descobrimento do Maranhão por terra, se tornou por isso a Pernambuco. Instado pelo governador Gaspar de Sousa, se propôs o provincial da Companhia, padre Simão Pinheiro, à empresa da conversão dos índios *tabajaras, tupinambás* e *potiguaras,* os mais numerosos e tratáveis de todo o Brasil, "que depois do seu descobrimento e fundação da cidade da Bahia tinham fugido do rigor e força das nossas armas, e largando as suas terras se espalharam por toda a costa do Ceará, até chegarem os *tupinambás* a fundar suas aldeias no Maranhão[17]."

OS PADRES FRANCISCO PINTO E LUÍS FIGUEIRA VÃO À DESCOBERTA DO MARANHÃO

Nomeados para primeiros missionários e descobridores do Maranhão os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, partiram para esta missão em um barco que ia carregar de sal a Jaguaribe. Depois de tomar no presídio do Rio Grande, aportou a embarcação às referidas salinas, e daí partiram os padres a pé, acompanhados dos índios de sua comitiva, e assim chegaram ao lugar da costa onde os naturais tinham experimentado as maiores violências de Pedro Coelho, e aí, encontrando o principal *Amauai,* usaram de tanta arte que o convenceram da inocência e boa vontade deles e dos portugueses, e os levaram a se oferecer aos padres para formarem aldeias, e destarte fundou-se uma no lugar onde é hoje a cidade de Fortaleza. Então o padre Francisco Pinto se determinou prosseguir na sua jornada em busca da ilha e aldeias do Maranhão, para o que partiu daí com seu companheiro, alguns *tabajaras* da terra e *tupinambás* do Maranhão. Postos assim a caminho, chegaram ao rio *Paramirim*, que passaram com muito custo, e, largando as praias, buscaram o rumo do sertão e a serra de Ibiapaba.

17 Vid. *História da Companhia de Jesus,* do padre José de Morais, cap. III.

É esta serra de difícil ingresso “pela banda em que fica a costa, e a terra fecunda de tudo em que nela se planta... Tem belos ares, ainda que no inverno mais frios: muito bom clima e névoas como em Portugal” (*ob. cit.*, cap. II).

Alcançado o alto da serra, começaram os padres a chamar os índios, a doutriná-los, e por fim conseguiram que edificassem uma igreja. Nestas santas práticas gastaram cinco meses. Empreendem de novo a sua jornada, mas o padre Pinto primeiro serena os ânimos aos *tapuias* e os põe de paz com os seus neófitos deles, para o que expede embaixadores com avultados presentes aos *tocarijus,* nação entre todas a mais feroz. A primeira barbaridade destes foi matar os embaixadores, passando depois a descarregarem as suas fúrias nos índios que acompanhavam o padre.

MORTE DO PADRE PINTO, A 11 DE JANEIRO DE 1608

Dominados os *tocarijus* do espírito de vingança, atiram-se furiosos sobre a expedição, matam três, fogem os mais, e com eles o padre Luís Figueira, ficando aí só o padre Pinto, que pretende abrandá-los com palavras cheias de doçura; mas, sem o atenderem, dão-lhe um profundo golpe com pau de *jucá*, com que cruelmente lhe abriram a cabeça, e assim expira a 11 de janeiro de 1608 o padre Francisco Pinto, e com ele mais três índios da sua comitiva, que o defendiam com harto denodo. Vendo o padre Luís Figueira frustrados deste jeito os desígnios do descobrimento do Maranhão, totalmente perdidas as esperanças de conversão de tantas almas, e tolhidos os meios de continuar este empreendimento, resolveu retroceder. Metendo o cadáver do padre em uma rede, o foi enterrar na raiz da serra de Ibiapaba.

Era o padre Pinto natural da ilha de Santa Maria (outros dizem que da Terceira), filho de pais nobres. Embarcou ainda menino para o Brasil, entrando para a Companhia em 1568, com dezessete anos de idade.

Viveu cinquenta e seis anos, dos quais trinta e nove na Companhia. Fez cinco entradas nos sertões, e nelas reduziu inumeráveis gentios. Nunca os perigos o intimidaram, e era tão prudente e caritativo, e tinha tal afabilidade no trato, que atraía a vontade aos índios e lhes roubava os corações, contribuindo muito para isso a grande inteligência da língua dos

naturais, em que era peritíssimo, e nas suas práticas o mais eloquente, pela destreza nas frases e pela naturalidade nas semelhanças.

Sucedeu com ele um milagre obrado pelo padre Anchieta; e foi que, estando o padre Pinto gravemente enfermo no colégio da Bahia, em 1582, e quando acabava de tomar a extrema-unção, entrou aquele santo varão e, dando-lhe um abraço, assegurou-lhe que não era ainda chegado o seu dia. "O mesmo foi o padre Anchieta acabar de falar que achar-se repentinamente são o padre Pinto" (*ob. cit.*, cap. VI).

"Vestiu-se e foi dar graças no coro, e não tornou a adoecer."

DESCOBRE O CAPITÃO RIFFAULT A ILHA DO MARANHÃO

Em tempo em que Henrique IV governava a França, pirateava nas costas do Brasil Jacques Riffault, capitão francês, que, levado pela violência dos ventos e das águas, depois de observar a entrada, logrou aportar à ilha do Maranhão, onde desembarcou e deixou Charles des Vaux, cavalheiro do condado de Torena, de vivo engenho e de singular agrado. Passados tempos, como não visse Charles des Vaux voltar Riffault, e já sabedor da língua e senhor dos corações dos índios, meteu-se com alguns deles em uma pequena embarcação que lhe deixara Riffault, e nela aportou em seu país. Bem recebido do rei de França, a quem propôs povoar o Maranhão: não pôde, contudo, realizar a conquista por ter este falecido. Passado o governo a Maria de Médicis, esta concedeu licença a monsieur de La Ravardière para poder organizar uma companhia, que de fato formou, tomando por sócios François de Razilly e de Sancy, e assim puderam aprestar com largueza três naus, em que se embarcaram os dois interessados, Ravardière e Razilly, e na terceira com Charles de Vaux o barão de Sancy, em lugar do pai. Levaram quinhentos homens de equipagem, entre soldados e marinheiros, e quatro padres capuchinos, tendo por superior Claude d'Abbeville (*ob. cit.,* cap. VII).

PARTIDA DE RAVARDIÈRE E DOS SÓCIOS PARA A CONQUISTA DO MARANHÃO

Partiram do porto de Cancale em 1612, e a 24 de julho do mesmo ano "com breve e feliz viagem lançaram âncora na ilha de Santana", e daí passaram-se para a ilha do Maranhão, onde em um alto, na ponta

que caía sobre os dois braços de mar (*Ibicanga*[18] e *Coti)*, entraram a fabricar uma fortaleza com tanta atividade que dentro em pouco tempo puderam cavalgar nela dezessete canhões da sua melhor artilharia.

PRIMEIRA MISSA

A 12 de agosto de 1612 celebraram os capuchinos franceses a primeira missa em um altar portátil, mandando-se-lhes depois fazer igreja com hospício no lugar onde hoje (no tempo em que escreveu o padre Morais) se acha o colégio da Companhia (sé catedral).

Expediram logo embaixadores aos índios da terra firme de *Tapuitapera* (Alcântara), prometendo-lhes paz e amizade, o que aceitam, a exemplo dos moradores da ilha.

Discorrem os fervorosos missionários pelas aldeias com muito fruto, e diz o autor que "é muito digno de especial nota que, achando-se então na ilha e nas suas vizinhanças vinte e sete populosas aldeias, em que contaram os franceses dez para doze mil almas, no domínio português se fossem pouco a pouco extinguindo sem ficar mais que umas pequenas relíquias na aldeia que ainda hoje se conserva com o nome de S. José" (*S. José dos Índios* ou *de Ribamar*).

Sabendo Martim Soares que na ilha do Maranhão estavam já situados os franceses e em correspondência com os *tupinambás*, "índios naquele tempo os mais valorosos e guerreiros", partiu com toda diligência, e, chegado que foi a Pernambuco, avistou-se com o governador Gaspar de Sousa, que ordenou logo uma expedição de trezentos soldados com armas, munições e embarcações com patentes para seu transporte, o que tudo entregou a Martim Soares com ordem de receber a Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor da fortaleza do Rio Grande do Norte, e então com poderes de general desta facção. Feito isto, endireitam para o seu destino.

---

18 *Ibicanga* é como escreve o padre José de Morais o nome do rio *Bacanga*, e ao que parece com plausibilidade de acerto, porquanto no seu tempo devia de haver menos corruptela nos nomes brasílicos, e vejamos se há razão etimológica naquele – *iby*, terra, *acanga,* cabeça, isto é, cabeça da terra, como quem diz princípio dela, e por extensão o rio que a banha, suprimindo-se por contração e eufonia o primeiro *a* de *acanga,* fica *Ibycanga.*

Aportados à ilha de Santana, manda Jerônimo de Albuquerque a Martim Soares em uma embarcação a fim de explorar a ilha do Maranhão e tomar informações do estado das forças francesas. Logra este aprisionar alguns *tupinambás,* que mete a bordo com todo o sigilo e prudência; "e querendo voltar para os companheiros, foram tão fortes e ponteiros os ventos gerais que então corriam que lhe não foi possível vencer o ímpeto e a violência das correntezas, que o obrigaram a arribar às Índias de Castela". Como Albuquerque houvesse colhido informações por alguns índios trânsfugas, não só da expedição de Soares como das forças inimigas, faz na ilha de Santana uma fortificação de madeira, e deixando nela seu sobrinho com quarenta homens torna-se a Pernambuco para buscar reforço que lhe desse ganho de causa. Neste tempo era chegado de França de Pratz com socorro, e vendo que estavam fortificando-se os portugueses na ilha de Santana, manda-os desalojar. Manuel de Sousa de Eça, que era vindo com socorros de Pernambuco, sai a impedir esse assalto, e emboscando-se com sua força nos matos consegue repelir os franceses, que abandonam a empresa e foram abicar à ilha do Maranhão, informando Ravardière do acontecido (*ob. cit.,* cap. VIII).

PARTE JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE DE PERNAMBUCO COM FORÇAS EM 1614

Parte Jerônimo de Albuquerque de Pernambuco em agosto de 1614 com uma força de trezentos soldados e número suficiente de índios, tendo por adjunto o sargento-mor Diogo de Campos[19], e em setembro do mesmo ano aportam à ilha de Santana. Daí, com quatrocentos soldados e duzentos e cinquenta índios, vai demandar à ilha do Maranhão, e entrando a barra de São José foi postar-se em Guaxenduba, sítio que pareceu mais defensável. Vieram procurar os franceses, que se apoderaram das embarcações que aqueles haviam abandonado no porto, e daí foram se entrincheirar em uma eminência a cavalheiro às fortificações de Jerônimo de

19 Este escreveu a *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade, feita o ano de 1614.* Foi impressa pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1812, e acha-se hoje reimpressa no tomo II das *Memórias do Maranhão,* pelo exmo. sr. senador Cândido Mendes de Almeida. [O Senado publicou esse texto com estudo da linguagem pelo filólogo Antônio Martins de Araújo, em 2011. (Nota desta edição.)]

Albuquerque e de onde os desalojou Sousa de Eça, causando-lhes muitas perdas, entre elas a morte de Pizieu. Derrotados os franceses, retiram-se para sua pátria.

"Foi fama constante, acrescenta o autor, e ainda hoje se conserva a tradição, que a Virgem Senhora fora vista entre os nossos batalhões animando os soldados em todo o tempo do combate, retardando-se milagrosamente a enchente da maré para complemento da vitória; e por agradecidos lhe dedicaram os portugueses depois o primeiro templo da cidade de São Luís, que é hoje sé episcopal, com o titulo de *Nossa Senhora da Vitória*, pelo que alcançaram as nossas armas neste dia, e de que se faz solene memória todos os anos aos 21 de novembro..."

Temos aqui reproduzido o milagre do Campo de Ourique, a intervenção de Santiago e de São Jorge em batalhas com os infiéis e castelhanos, e a de São Sebastião no Rio de Janeiro!...

Conhecido o malogro da expedição, envia La Ravardière o capitão Mallart a Jerônimo de Albuquerque para ajustarem, por intervenção do sargento-mor Diogo de Campos, umas tréguas e suspensão de armas pelo tempo determinado de um ano, no que conveio o general, e assina com o sargento-mor os artigos de tréguas.

O GENERAL ALEXANDRE DE MOURA E OS JESUÍTAS GOMES E NUNES PARTEM PARA O MARANHÃO

Sabido do governador Gaspar de Sousa o êxito feliz das armas portuguesas, e instado pela corte que expelisse os franceses, envia novo reforço, nomeando para capitão-mor o general Alexandre de Moura; e como confiasse muito para tais cometimentos nos índios, obteve do provincial dos jesuítas, Pedro de Toledo, enviasse com esta expedição os padres Manuel Gomes e Diogo Nunes.

Levando ferro as embarcações, tomam no terceiro dia de viagem o porto do Ceará, onde tiram setenta índios de guerra, e depois de alguns dias de demora, montando a ponta do Pereá e entrando pela barra de São José, a leste da ilha do Maranhão, dão fundo junto do porto de Guaxenduba.

Descontentes Albuquerque e seus soldados com a desatenção a seus serviços, sujeitando-o a alheias ordens, serena-lhes os ânimos irritados

Alexandre de Moura, assegurando a Albuquerque que, restaurada a ilha do poder dos franceses, retirar-se-ia para Pernambuco, empossando-o no governo dela.

Passam-se dali os padres ao forte de Itapari, "situado na ilha fronteira ao alojamento dos portugueses", para porem-se em comunicação com os índios e os inclinarem a abraçar a causa dos portugueses, o que de feito conseguiram, prometendo os *tupinambás* "toda a assistência em favor das suas armas, ainda que arriscassem nela as próprias vidas, com condição, porém, de que os padres da Companhia viveriam entre eles como seus pais e defensores".

Expiradas as tréguas e engrossadas as forças portuguesas com os índios vindos de Pernambuco e os do Maranhão, manda o general a Jerônimo de Albuquerque, assistido de dois padres, cercar os franceses dentro da sua praça deles, enquanto com toda a armada lhes fechava a barra. Conheceu Ravardière o seu perigo, vendo-se cercado, desamparado dos índios e sem esperanças de navios que lhe pudessem trazer de França "o muito de que precisava naquela praça para sua defesa", e no intento de salvar as vidas e a fazenda oferece despejar a ilha com os seus que o quisessem seguir, permitindo-se-lhes levar as fazendas e dando-lhes as embarcações necessárias para o seu transporte à França. Anuiu a isso Alexandre de Moura, menos na entrega da artilharia e munições de guerra. Arvorada a bandeira portuguesa e presidiada a fortaleza com cento e setenta soldados, desembarcaram Alexandre de Moura, Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos, sendo recebidos pelo "governador e mais franceses com os termos da urbanidade e política própria desta nação[20]."

Como com a retirada dos capuchos franceses ficassem desocupados o hospício e a capela que lhes pertenceram, fez o capitão-mor mercê deles aos padres da Companhia. "É o mesmo lugar onde hoje se acha fundado o nosso colégio da Virgem Senhora da Luz, junto onde depois teve o Carmo Velho."

---

20 Não combina nos pontos essenciais esta narração com o modo por que os mais cronistas dão os fatos da expedição contra os franceses e sua expulsão da ilha, sendo inexato que estivesse terminado o prazo das tréguas aceitas por Albuquerque, e que consentisse Alexandre da Moura levassem os franceses consigo suas fazendas e haveres.

REGRESSA ALEXANDRE DE MOURA A OLINDA EM 1616

Repartidos as terras e chãos pelos portugueses, expedido Francisco Caldeira Castelo Branco com cento e cinquenta soldados para a parte do sul da boca do Amazonas, e resignado o poder nas mãos de Jerônimo de Albuquerque, partiu Alexandre de Moura, chegando à cidade de Olinda aos 5 de março de 1616.

Cuida então Jerônimo de Albuquerque na edificação e arruamento da cidade, e dá princípio ao palácio, "que ainda hoje serve de morada aos governadores com mais algumas obras".

Os dois padres, além das práticas e exercícios cotidianos, fundam da outra banda da cidade a primeira missão e residência, onde os índios reduzidos à lei evangélica e com os que trouxeram de Pernambuco assentam a aldeia de *Uçagoaba* (de Vinhais). Residia um na aldeia e o outro acudia aos moradores da cidade e aos neófitos das outras aldeias, que se governavam pelo método da *Uçagoaba,* assistindo em cada uma delas um catequista, que fazia, na ausência do missionário, doutrina aos pequenos e instruía os adultos.

Escrevendo o padre superior Manuel Gomes ao seu provincial sobre os trabalhos empreendidos por ele e seus companheiros, conclui: "Há muitos *tapuias* de muitas nações das quais quatorze falam a língua geral dos *tupinambás*, que é quase comum no Brasil... Todos são grandes lavradores".

Os padres Manuel Gomes e Diogo Nunes continuam a exercer o seu ministério na ilha do Maranhão com o mesmo fervor e devoção.

"Eram os moradores do Maranhão naquele tempo (1616) pela maior parte gente baixa", cobiçosa e sensual com grave prejuízo dos índios, "que eram todo o alvo de suas desordens, a uns roubavam a honra tirando-lhes com abominável violência as mulheres e filhas, a outros a liberdade", etc.

Queixavam-se os índios de tantos vexames e repetidas tiranias, alegando "o bom trato que receberam dos franceses, por quem tinham sido conservados em paz e justiça, com uma exata e avantajada paga de seus serviços, ao passo que as grandes promessas de mercês e prêmios, brandura e proteção se auxiliassem as armas portuguesas na expulsão daqueles tornaram-se em *jugo insuportável*".

Requeriam debalde os padres se pusesse termo a tantas violências e se refreassem as injustiças. Para mais os afligirem, moveram os portugueses guerra aos índios *tremembés*, situados na costa, entre o *Preá* e o *Tutoia.* Com o zelo dos padres mais encruesciam as iras dos moradores, tanto que, conhecendo aqueles que nada conseguiriam senão da proteção real, resolveram requerer à corte para Madri (*ob. cit.,* cap. XII).

TORNAM OS PADRES À CORTE

Largaram os padres daí em princípios de 1619, e chegando às Índias de Castela, onde faleceu o padre Diogo Nunes, se passou a Madri o padre superior Manuel Gomes, porém aí nada alcançou, em razão de ter morrido em 1621 Filipe III, por cujo motivo retira-se nesse ano à sua província do Brasil. Pouco tempo depois de sua chegada, em princípios de 1622, vieram para essa missão os padres Luís Figueira e Benedito Amodei.

Depois dos capuchinos franceses, foram os padres da Companhia os primeiros religiosos que entraram no Maranhão, pois que os franciscanos frei Cosme de São Damião e frei Manuel da Piedade, embora viessem com Jerônimo de Albuquerque, não passaram suas funções além de capelães da armada, em que depois tornaram-se para Pernambuco (*ob. cit.,* cap. XIII).

FUNDAÇÃO DOS CONVENTOS DE SANTO ANTÔNIO E DO CARMO

Entra o autor em longas considerações para refutar o *Jardim da Escritura*, do padre Gabriel do Espírito Santo, e, como se vê, confuta também a do *Santuário Mariano*, dando a primazia de estabelecimento no Maranhão à Ordem de Loiola. Segundo ele, fundam o convento de Santo Antônio em agosto de 1624 o comissário frei Cristóvão de Lisboa e os mais religiosos franciscanos que com ele tinham vindo na armada que trouxe ao Maranhão o primeiro governador deste estado, Francisco Coelho de Carvalho.

Em 1627 fundam o convento do Carmo frei André da Natividade e frei Antônio de Santa Maria, que para isso tinham vindo do estado do Brasil, indo para o Pará, a convite de Bento Maciel Parente, o vigário provincial frei Francisco da Purificação, que fundou ali nesse mesmo ano, na Rua do Norte, um soberbo convento de sua Ordem.

MERCENÁRIOS

Quanto aos mercenários, chegam à cidade do Pará em dezembro de 1639 os padres frei Pedro Cirne e seu companheiro, dando logo princípio nessa cidade e na do Maranhão ao estabelecimento de sua Ordem.

FRANCISCANOS

Os religiosos reformados de São Francisco da Piedade fundaram também no Pará duas casas em 1697, uma em São José, subúrbios da cidade, e outra em Gurupá.

JESUÍTAS NO MARANHÃO

Tornando o padre Manuel Gomes de sua viagem a Madri, se passou a Pernambuco, onde fez ao provincial uma narração dos vexames que ele e seu companheiro sofreram dos moradores do Maranhão, que "até entrarem no projeto de os quererem lançar fora". Será esta a primeira tentativa de expulsão dos jesuítas. Não se intimidou com isso o padre Luís Figueira – que ali se achava desde que tornara de Ibiapaba, depois da morte do padre Francisco Pinto –, antes instava para que o incumbissem dessa laboriosa missão, no que só por último conveio o provincial, quando lho ordenou o governador Diogo de Mendonça Furtado por mandado de Filipe IV. Elegeu então, como fica dito, os padres Figueira e Amodei, e para ali os enviou (*ob. cit.,* liv. II, cap. I).

CHEGAM OS PADRES FIGUEIRA E AMODEI

Partidos estes de Pernambuco com Antônio Moniz Barreiros, nomeado capitão-mor do Estado do Maranhão, aferram o porto da cidade de São Luís do Maranhão em março de 1622.

De Moniz Barreiros diz o autor: "Se fazia credor de maiores cargos, assim pela qualidade da pessoa como pelas forçosas razões do merecimento e serviços de seu pai, com o que se fazia igual aos maiores e a nenhum segundo na experiência, na resolução e no acerto." Ordenou-lhe o governador no seu regimento que nas coisas de maior momento (exceto militares) *"se aconselhasse em tudo e por tudo com o padre Luís Figueira, e não obrasse coisa a que se opusesse manifestamente o parecer do dito padre".*

Desembarcados os jesuítas, entra logo o povo a inquietar-se e a intentar por meios violentos a retirada deles no mesmo barco que os trouxera de Pernambuco, e foram-se os ânimos alterando de maneira que o padre Luís Figueira resolveu dirigir-se à Câmara, onde assina termo de que se não intrometeria a tirar os índios, fossem ou não verdadeiros cativos; mas os moradores não se deram por satisfeitos, continuando a exigir a saída dos padres, e só vieram a serenar-se com a atitude enérgica que mostrou Moniz Barreiros lavrando na Câmara um protesto em sua sessão de 2 de abril desse mesmo ano (1622).

PRIMEIRA FAZENDA DOS PADRES JESUÍTAS

Foi o sítio *Anindiba* (hoje Paço do Lumiar) a primeira terra doada à vice-província da Companhia no Maranhão. Nesta légua de terra funda o padre Luís Figueira, em 1627, a primeira fazenda que teve aí o colégio, fabricando casa e erigindo capela, que dedicaram a Nossa Senhora da Luz.

O padre Luís Figueira, fervoroso na conversão dos índios, escreveu a Grãática da língua geral, que corre impressa e de que há segunda edição de 1851; e dirigiu-se ao provincial instando por mais obreiros. Acudindo este a tão justo reclamo, expede para essa missão o padre Lopo do Couto, a quem deu por companheiro um irmão coadjutor.

O padre Figueira, assistido de alguns índios mecânicos que trouxera de Pernambuco e do principal Mitagaia, criado de menino pelos padres e sujeito de prendas, empreende a edificação do colégio da Companhia, fazendo de pedra e cal, e com toda a segurança, o corredor, que é o "mesmo que ainda hoje se vê para a parte do norte (Praia Pequena), correndo o rumo de leste a oeste".

Expedidos o padre Couto para converter os índios e acudir aos moradores do Itapicuru[21] e do Moni, e o padre Amodei aos da ilha, ocupava-se o padre Figueira da doutrinação no púlpito e no colégio, e não contente com tão afanoso lidar já projetava passar-se ao Pará.

21 Serviu depois o colégio de paço episcopal, e foi há anos arriado para no lugar edificar-se nova vivenda para os prelados maranhenses.

MORTE DO GOVERNADOR

Em 1636 sucede a morte do governador Francisco Coelho, na vila de Camutá.

PRIMEIRA EXPLORAÇÃO DO AMAZONAS (1657)

Apossa-se das rédeas do governo o provedor da fazenda real da capitânia do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, fazendo-se obedecer pelo Senado da Câmara dela e logo em seguida pelo do Pará. Intenta este a exploração do rio Amazonas, para cujo fim nomeia o capitão Pedro Teixeira, que "dando princípio à sua comissão em outubro de 1637, subindo até Quito e voltando desta para a cidade do Pará, chega a ela em dezembro de 1639, acompanhado de sua mesma escolta e dos dois jesuítas castelhanos – Cristóvão da Cunha e André de Artieda".

CHEGA BENTO MACIEL PARENTE DE GOVERNADOR

Aos 27 de janeiro de 1638 chega ao Maranhão Bento Maciel Parente, nomeado governador do estado, com doação de donatário da capitânia do Cabo do Norte de juro e herdade para ele, seus filhos e herdeiros descendentes, tanto transversais como colaterais; e trazia sobreposse ressuscitada a antiga lei da administração dos índios.

Trata o novo governador de fortificar a cidade de São Luís, mandando "lançar um muro ou trincheira que corria da Praia Pequena, atrás da cerca do colégio, até a Praia Grande".

TOMAM OS HOLANDESES A FORTALEZA DO CEARÁ

Tinham já os holandeses sofrido revés das armas portuguesas, sendo expulsos do Amazonas pelas forças ao mando de Bento Maciel Parente, de Pedro Teixeira, de Pedro da Costa Favela e de João de Cáceres, sucedendo-lhes outro tanto no Ceará, onde encontraram forte resistência em Martim Soares Moreno, que duas vezes os rechaçou, eis senão quando, mais animados com a tomada de Pernambuco, acometeram pela terceira vez a fortaleza do Ceará, presidida por Bartolomeu de Brito, e lograram rendê-la à escala vista.

ENTRADA DOS HOLANDESES NO MARANHÃO (1641)

Tentaram então a conquista do Maranhão, apesar de achar-se por esse tempo já aclamado rei de Portugal D. João IV, e nesse intento partiram do Recife com dezoito vasos e dois mil homens de desembarque às ordens de João Corneles, e a 24 de novembro de 1641 embocaram a barra do Maranhão, e quase que sem resistência foram desembarcar na praia do Desterro. Manda-lhes o governador estranhar semelhante violência por uma comissão composta do padre Lopo do Couto e do provedor da fazenda Inácio do Rego Barreto, ao que respondeu o comandante holandês com evasivas. Retirados os comissários, procedem os holandeses ao desembarque, fugindo a companhia militar à primeira descarga dos inimigos. Avançam então para a fortaleza, mas saindo-lhes de novo ao encontro os mesmos comissários, e ignorando o comandante holandês as forças portuguesas ali presidiadas, concorda em ficar senhor do terreno conquistado sem tentar acometer a fortaleza; mas, sabendo depois da diminuta força que a guarnecia, toma-a e põe a saque a cidade sem respeitar os templos, à exceção da igreja dos jesuítas. Isto diz o autor.

Estendeu-se o saque à terra firme, e os moradores da ribeira do Itapicuru[22], para evitarem maiores estragos e violências, "reuniram esta infelicidade com o donativo de seis mil e quatrocentas arrobas de açúcar, que prontamente entregaram".

VALOR DE PEDRO DESSAES

Ordenaram os holandeses aos moradores a que jurassem vassalagem à república, ao que obedeceram todos, menos Pedro Dessaes,

22 De muito que adotei esta maneira de escrever o nome do nosso rio, e tenho a satisfação de a ver hoje geralmente seguida. Dantes escreviam *Itapycurú*, o que seria plausível, se não fosse forçado, como veremos: *Ita,* pedra – *pe,* caminho – *yg,* água – *curú* (abreviatura de *curutem),* abundância, muito. *Caminho de muitas pedras por água.* Isto podia dar-se por contração de *peeyg* e *py,* se na língua tupi a coisa possuída não fosse proposta ao possuidor, dizendo-se *yg pe*; portanto, a etimologia *Itapicuru* é a única que me parece admissível, por isso que logo na foz do Itapicuru há uma extensa cachoeira, além de outras no seu curso, e daí *caminho abundante de pedras* ou *com muitas pedras.* [A norma ortográfica em vigor indica uso do *i* após o *p: Itapicuru*. (Nota desta edição.)]

biscainho de nascimento, que, sem temor da morte e resistindo aos rogos e lágrimas da esposa, dos amigos e parentes, não quis seguir o exemplo dos mais. À vista, porém, de tamanha obstinação e valor das lágrimas de D. Antônia de Meneses, sua mulher, e dos conselhos de algumas pessoas de respeito, muda o comandante holandês de propósito e concede-lhe a vida.

REBELAM-SE CONTRA OS HOLANDESES

Justifica o autor a inércia e frouxidão de Bento Maciel Parente alegando que lhe faltavam soldados e estava malquisto dos moradores por tê-los fintado para a fábrica e reedificação dos muros da cidade.

As exações e violências de toda ordem por parte dos holandeses iam dia a dia exacerbando os ânimos aos do Maranhão, escandalizados na sua fazenda, honras e crenças. Observando isto, o padre Lopo do Couto intenta sublevá-los contra o domínio estranho, procurando para isso em seu engenho a Antônio Moniz Barreiros, seu sobrinho, um dos mais ofendidos e muito afeiçoado dos moradores agradecidos do tempo em que fora capitão-mor daquela conquista.

Parte então o padre a pretexto de visitar seus neófitos da terra firme, e na volta desta visita busca Moniz Barreiros, "a quem, no maior silêncio da noite, comunica só por só o acerto, conveniência e meios de uma tão gloriosa ação". Aprova tão arriscada resolução Moniz Barreiros e obriga-se a comunicar com toda a cautela o negócio aos demais bons patrícios.

Contando já para mais de sessenta conspiradores, convoca-os Moniz Barreiros para o engenho de Vital Maciel Parente, e ao mesmo tempo os padres discorriam pela ilha para terem à mão os índios precisos para os remos e para os arcos. Formados em corpo, percorreram os revoltosos os engenhos, levando a fio de espada os holandeses que encontravam, exceto no engenho do sargento-mor Antônio Teixeira de Melo, que por compaixão não consentiu semelhante barbaridade; mas, deixando-os prisioneiros e entregues à guarda de um morador do sítio, este os matou! Daí marcharam contra o forte do Calvário, na foz do rio Itapicuru, onde os holandeses tinham setenta soldados e oito peças de artilharia; porém, tão pouco vigilantes estavam que não pressentiram a chegada dos revoltosos, que os

surpreenderam, e ao amanhecer tomaram o forte, cuja guarnição atirou-se ao rio. Vencidos em uma só noite os holandeses, trata Moniz Barreiros de acometer a ilha antes que na cidade tivessem notícia do fato; mas um mestiço que escapara a nado leva disso aviso à cidade, pelo que assentou Moniz Barreiros arraiais em *Tayáçúcoaratim,* entre o *Bacanga* e *Igaraçu,* onde, já engrossadas as forças rebeldes com duzentos homens, planeja fazer guerra de emboscadas ou guerrilhas de modo a impedir toda a comunicação da cidade com a terra firme e centros da ilha, onde se forneciam os holandeses de víveres. Fez nesse intento acampar uma escolta no *Cotimirim;* mas não tardou que soubesse que os holandeses pretendiam vir atacá-la. Avisado disso Moniz Barreiros pelo cabo dela, com tanta diligência veio com força em seu socorro que ao amanhecer já estava ali com a maior parte de sua milícia. Dispostas as tropas ao longo da estrada e ocultas pelas árvores, assim emboscadas aguardaram os holandeses, que em número de duzentos e sob o comando de Sandalim, tão confiados em si e sem a menor suspeita da cilada, que ao chegarem ao rio entraram a banhar-se. Quando estavam mais descuidados, caíram os revoltosos sobre os holandeses, levando-os a tiros, flechadas e a fio de espada, perecendo no conflito até o próprio comandante Sandalin, e escapando só quatro soldados com um alferes, que levaram a notícia desta derrota ao general da praça. Achava-se entre eles no campo da batalha o padre Benedito Amodei. Seguindo-se o que indica o autor, não parece que fosse o sítio desse recontro o *Outeiro da Cruz*, como quer a tradição; porque fica distante do rio e por isso não podiam os holandeses entregar-se aí ao prazer do banho quando lhes caiu de chofre a tropa dos revoltosos.

Determinado Moniz Barreiros a acometer de improviso a cidade, marcha para ali, sofrendo pouca resistência dos sitiados, e indo postar-se no convento de Nossa Senhora do Carmo. Tornava-se então preciso senhorearem-se das casas de Antônio Vaz, situadas na esquina da rua que vai para Santo Antônio. Cometeu o capitão-mor essa facção ao esforço e perícia do capitão Pedro da Costa Favela, que a desempenha com feliz sucesso, tomando aos holandeses esse ponto estratégico, donde com duas peças de artilharia, que haviam mandado vir do forte do Calvário, faziam grande estrago nas trincheiras inimigas.

MORRE O PADRE LOPO DO COUTO

Chegado do Pará um bom socorro de três companhias de soldados com setecentos índios, entra o padre Lopo do Couto a instar com o sobrinho para que assaltasse a praça sem mais dilação. Por prudência espaçou Moniz Barreiros em tão ousada empresa, e por isso perdeu-se a ocasião de tomar a fortaleza. Enfermou gravemente o padre Lopo de pura pena por ver frustradas as suas diligências, o que não é edificante e nem abona a mansidão do jesuíta, mas assim o diz o autor, e acrescenta "que em poucos dias morre". A este padre atribui Morais "o arbítrio e resolução desta guerra em benefício da liberdade e restauração do Maranhão". E dele diz que era filho de Portugal, onde entrou para a Companhia, conservando nela um ardente desejo de servir a Deus na conversão dos gentios, para o que partiu em 1600 para o Brasil em companhia do padre Marcos da Costa.

NOVO SOCORRO AOS HOLANDESES

Chega de Pernambuco, mandado pelo conde de Nassau, o socorro de um navio e sete barcos com gente de transporte e munições de guerra sob o comando de Anderson (*ob. cit.,* liv. II, cap. VI).

MORTE DE MONIZ BARREIROS E SUCESSOS DA GUERRA CONTRA OS HOLANDESES

Sofrendo Moniz Barreiros por esse tempo de febres, cai gravemente enfermo e nomeia para fazer suas vezes ao sargento-mor Antônio Teixeira de Melo. Faz Anderson uma surtida contra as forças portuguesas e teve de retirar-se ao forte com grandes perdas. Pouco depois faleceu Moniz Barreiros em consequência da moléstia.

Por carência de munições de guerra, como também pela desunião que ia lavrando entre os cabos, vê-se Teixeira de Melo obrigado a levantar o cerco a 25 de janeiro (1643) e a internar-se na ilha, acampando no Coti, "onde no ano antecedente tinham alcançado as armas portuguesas uma insigne vitória". Aí arma ele igual cilada e com este sucesso foram

os revoltosos seguindo em boa ordem até *Muruapu*, segundo escreve o autor, ou *Moruapi,* conforme B. P. de Berredo[23]. No cabo de três meses, consumida a maior parte das munições, e depois de fazerem algum dano nos holandeses, retiraram-se para a terra firme de *Tapuitapera* (Alcântara), donde desertaram alguns, que se passaram ao Pará. Não tardou, porém, que aí chegasse o capitão Antônio Teixeira e persuadido, segundo diz o autor, das exortações do padre Benedito Amodei, resolve atacar os holandeses, para o que expede o seu tenente Antônio Dias Madeira com mais sete portugueses em duas canoas a fim de informar-se do que se passava na ilha e rio Itapicuru. Encontrando nele uma embarcação com trinta holandeses, aborda-a Madeira, degolando toda a equipagem, menos um para lhe servir de intérprete, e lança depois fogo ao barco. Tomadas do prisioneiro minuciosas informações, ordena o capitão-mor, segundo Berredo, aos capitães João Vasco e Manuel de Carvalho Barreiros, que se passassem à ilha a talar a campanha. Conseguiram estes desembarcar e aquartelar-se no sítio *Inhaúbas*, segundo o autor, *Nhaúmas,* como escreve Berredo, ou *Inhaúma,* como hoje se diz; mas isto, já se vê, causando dano aos contrários, que em vários recontros perderam ao todo cinquenta soldados. Foram atacados nesse acampamento pelos holandeses, a quem rechaçaram, puseram em fuga e perseguiram até junto à cidade (*ob. cit.,* liv. II, cap. VII).

CHEGADA DE QUATORZE JESUÍTAS E PELEJA DE INHAÚMAS

A 13 de junho de 1643 chega ao Maranhão o governador Pedro de Albuquerque com uma grande nau fornecida de soldados e munições de guerra, e nela também quatorze jesuítas com o padre Luís Figueira, que para esse efeito se tinha passado a Portugal. Por prudência não procurou a armada a terra, e contentou-se o governador com mandar disparar alguma artilharia. Teixeira de Melo manda logo o alferes João de Paz com cinquenta índios reconhecer a embarcação; mas este, cujas ações contrastavam com o apelido, dando vista na *Ponta de Areia* de um lanchão de holandeses, que vinha do Araçagi com vinte e sete soldados, abalroa-o, "e aos que não matou, aprisionou". Desvanecido com a vitória, desatendeu as ordens e

23 Vid. *Anais*.

regressou ao arraial dos seus. Notando o governador que de terra não o vinham reconhecer, fez-se de vela e partiu para o Pará. Apesar de desamparados, não deixavam os revoltosos do Maranhão de colher vantagens em vários recontros. No dia 10 de agosto desse mesmo ano, sendo acometido o capitão Manuel de Carvalho por cento e oitenta holandeses e outros tantos índios, quando estava apenas com quarenta soldados e alguns índios no sítio acima indicado de *Inhaúma* a fabricarem farinha para mantimento dos seus, defenderam-se com muito valor, desbaratando totalmente o inimigo *(loc. cit.,* cap. VIII*).*

EVACUAM OS HOLANDESES O MARANHÃO (28 DE FEVEREIRO DE 1644)

Animado Antônio Teixeira de Melo com esta e outras vantagens, com o socorro que lhe enviara do Pará o governador Pedro de Albuquerque, e com as exortações do padre Amodei (segundo José de Morais), manda algumas partidas para a ilha a fim de porem os holandeses em bloqueio. Vendo-se estes picados pela fome e minguados de munições, protestaram a maior parte pela retirada, no que conveio o seu general, e no dia 28 de fevereiro de 1644, encravada a artilharia e retirada todas as munições de boca e guerra, se embarcaram os holandeses e deixaram o Maranhão, depois de o terem senhoreado pouco mais de dois anos. Ocupada a praça por Teixeira de Melo, expediu ele sem demora aviso a Portugal da conclusão da liberdade e do quanto se empenhavam todos em refazer as ruínas da cidade e da fortaleza. Não foram contudo recompensados o valor e a constância deste denodado e patriótico cabo de guerra, conforme afirma Berredo nos seus *Anais*, nºs 926, 927 e 929, e nem desculpa tão imperdoável injustiça a alegação de Morais de que ele falecera pouco tempo depois da restauração do Maranhão (*ob. e loc. cit.*, cap. VIII).

PROCEDER DO PADRE BENEDITO AMODEI

O padre Benedito Amodei, "com cuja virtude e fervorosas exortações se tinham animado os restauradores a levar por diante e concluir afinal tão gloriosos princípios", empregou-se então não só na diligência costumada de assistir os portugueses e de converter os índios, como de extirpar alguns erros em que os tinham metido os holandeses.

ARMAS DO MARANHÃO

Passa aqui o autor a descrever do seguinte modo as armas da cidade de São Luís do Maranhão: um escudo coroado, no canto do qual se vê um braço armado de uma espada, de cuja mão, como de Astreia, pendem umas balanças a que servem de conchas dois escudos menores; em um, que pesa menos, se veem flores-de-lis e armas de Holanda com as letras *Vis*; e no outro, que pesa mais, as armas portuguesas com esta outra: *Jus*, e por baixo a epígrafe que diz: *Preponderat*.

EXPEDIÇÃO DE CALDEIRA AO PARÁ

Partindo Francisco Caldeira Castelo Branco do Maranhão com cento e cinquenta soldados escolhidos, além dos índios que pudessem servir, embarcou com eles em fins de novembro de 1615, e no dia de São Francisco Xavier desembarcaram todos, apesar da oposição dos naturais, no sítio onde hoje se acha a cidade de Belém do Grão-Pará, sendo Antônio de Deus o primeiro português que pisou aquela terra. Tratou Francisco Caldeira de enviar embaixadas com brindes aos índios, assegurando-lhes paz e boa amizade, e ao mesmo tempo deu princípio à cidade; levantando forte e formando a matriz de taipa e varas, dedicando-a o mesmo comandante do descobrimento a Nossa Senhora de Belém.

BELÉM DO GRÃO-PARÁ

Está assentada a cidade de Belém do Grão-Pará em altura de trezentos e trinta graus de longitude, e de latitude um grau e vinte e sete minutos ao sul da linha equinocial. Divide-se em duas freguesias, uma na campina e outra na cidade propriamente dita. Principia no convento de Santo Antônio e daí, correndo rumo de nordeste quarta de norte, acaba na ponta ou forte de Santo Cristo, de onde se forma o segundo rumo, norte-sul, da parte do hospício da província da Conceição. A sua melhor defesa é a entrada da sua barra. "Porém, o que mais parece faz inconquistável esta cidade é a comodidade dos matos e o grande número de seus rios, pelos quais podem os moradores, como senhores do país, resistir e quebrantar quaisquer forças inimigas por maiores que sejam."

"O que mais faz avultar esta nobilíssima cidade é a sua régia catedral, uma das mais primorosas e magníficas de toda a nossa América por-

tuguesa." É fundação de D. João V. Há mais o convento de Santo Antônio com igreja, segue-se o dos religiosos mercenários, "obra antiga, porém a sua igreja é bela, bem obrada e moderna". O convento Nossa Senhora do Carmo está por acabar (1750); "o seu templo, porém, posto na última perfeição pelas medidas do grandioso frontispício de pedra mármore, que se vai levantando, será uma das mais primorosas obras desta cidade". Tem misericórdia, igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos, a de São João dos Soldados, a capela do Santo Cristo e, afinal, o colégio e igreja da Companhia de Jesus. Tem uma boa casa de Câmara com cadeia por baixo. O palácio dos governadores, principiado em 1676 pelo governador Pedro César de Meneses, foi depois acabado por seu sucessor Inácio Coelho da Silva. Pretendeu depois o governador Cristóvão da Costa Freire, senhor de Pancas, fazer novo palácio na praça da matriz, mas seu sucessor, Bernardo Pereira de Berredo, fez abandonar a obra por desnecessária.

"O clima já foi mais sadio com seus habitantes, sendo agora mais ordinárias as doenças, que em outro tempo se experimentavam como raras."

CAPITÂNIAS DO PARÁ

Das capitânias do Estado do Maranhão, a mais antiga depois desta é a do Pará, foi a do rio do *Gurupi*, onde fundara o governador Francisco Coelho de Carvalho, à sua expensa, povoação com uma grandiosa aldeia, de que eram missionários os padres da Companhia. Daí se passaram os moradores para Caeté, que é atualmente a cidade de Bragança. No Gurupi, porém, conservou-se afinal a aldeia que era da obrigação da Companhia.

Foi José de Melo e Sousa o donatário da capitânia de Caeté. Viu-se esta aumentada com a aldeia da nação *Apotianga*, que tinha descido com o missionário jesuíta Bento Alves, quando era capitão-mor e lugartenente por parte do donatário João de Herrera da Fonseca.

Antes da cidade do Pará topa-se a vila da Vigia, fundada por Jorge Gomes Alemo, para o que lhe dera faculdade el-rei D. João IV. "Tem bons ares, e muito farta de peixe e mariscos."

Fronteira quase à cidade do Pará, da outra banda da sua baía, fica a capitânia da Ilha Grande de Joanes ou Terra dos Sacacas (hoje vila de Salvaterra).

Na mesma ilha há mais a aldeia de *Paiá* (hoje vila de Monsarás) e outra da Conceição de Condeixa. Tem esta ilha no seu maior comprimento de nordeste a sudoeste cinquenta léguas, e na sua maior largura de leste a oeste trinta e oito léguas.

A vinte e oito léguas da cidade, na foz do Tocantins, há a capitânia de Camutá. Foram fundadas as aldeias deste distrito pelos padres da Companhia.

De Camutá ate Gurupá, que é outra capitânia, contam-se sessenta e seis léguas até o lugar em que se acha uma fortaleza debruçada sobre o rio Amazonas, que é muito importante "pelas muitas drogas que senhoreia". Defronte de Gurupá, para a banda do norte, fica a aldeia de *Macapá*, na capitânia outrora de Bento Maciel Parente.

ARMAS DO PARÁ

As armas de Belém do Grão-Pará foram "um grande escudo esquartelado, de uma parte do qual, em campo azul, via-se um grande castelo de prata, e nele um escudo de ouro com as quinas de Portugal, pendentes de um trancelim de pedraria. Em cima do castelo, de ambos os lados, saíam dois braços: um oferecendo um cesto de flores, com a inscrição por baixo *Voereat ternum*; em outro, um cesto de frutas com a inscrição *Tutius latent*. Do outro lado, em campo de prata, um sol retrógrado do poente para o nascente, e a inscrição *Rectiorcum retrogradus*; e logo outra *Nequaquam minima est*, com um boi e uma mula por baixo olhando para o mesmo sol.

O PADRE LUÍS FIGUEIRA

Partiu o padre Luís Figueira para o Pará em maio de 1636, tendo gasto no Maranhão quatorze anos no laborioso exercício de missionário catequista com exemplaríssimo zelo e invejável caridade. Ao mesmo tempo que cuidava, na cidade do Pará, da reforma dos portugueses, exercia os mistérios sagrados, escrevia compêndios de doutrina em língua brasílica e ensinava catequistas que o ajudassem na vasta seara daquelas regiões.

"Era impertérrito o padre Figueira em compreender grandes coisas, e onde era maior a dificuldade aí empenhava mais a valentia do seu

ânimo." Discorrendo por inúmeras aldeias, subiu pelo rio Xingu e passou meses entre as nações populosas que habitavam suas margens. Sentindo a penúria extrema de operários para tão vasta messe, passou-se para o Maranhão no intento de ir buscar missionários em Portugal, para onde partiu em 1637.

Chegado o padre ao seu destino, passou logo à corte de Madri, onde Filipe IV lhe mandou passar provisão para que a Companhia de Jesus tomasse à sua conta todas as aldeias do Maranhão e do Pará, bem como a administração espiritual delas, conforme a bula do Pio V. Retirou-se então para Portugal, onde conseguiu levar consigo quatorze sócios, entre padres e irmãos, cujos nomes são: padre Simão Florim, padre Pedro de Figueiredo, padre Francisco do Rego, padre Barnabé Dias, padre João Leite, padre Francisco Pires, os irmãos Manuel de Lima, Manuel Vicente, Manuel da Rocha, Domingos de Brito, Pedro Pereira, Antônio de Carvalho e Nicolau Teixeira, que com o superior, padre Luís Figueira, perfaziam quinze. Discorda quanto aos nomes o padre A. Franco, na sua *Synopsis Societatis Jesu*, do padre José de Morais, omitindo aquele os dos padres Francisco do Rego e Pedro de Figueiredo, e dando o do padre Manuel Moniz, e entre os dois irmãos, em vez de Nicolau Teixeira, apresenta o de Gaspar Fernandes.

Aos 29 de abril de 1643, embarcada esta valiosa missão com Pedro de Albuquerque, que vinha de governador do Estado do Maranhão, se fez a nau ao mar, e chegando a 29 de junho à barreta do Pará a embarcação, que demandava muito fundo, tocou em uma restinga e principiou logo a fazer água. Veio o capitão Pedro da Costa Favela com duas canoas salvar a equipagem; mas não chegando para todos, ao que recusaram-se os padres a embarcar nesta primeira viagem, à exceção do padre Francisco Pires e dos irmãos Antônio de Carvalho e Nicolau Teixeira. Formaram então uma jangada, na qual entram cento e vinte pessoas, lançando-se sobre um pedaço de coberta oito com o padre Pedro de Figueiredo e o irmão Manuel da Rocha, que vieram acabar nas águas, e os da jangada, aportando à ilha de Joanes (Marajó), aí foram tomados pelos índios *oroães*, que os repartiram por diferentes tribos, que os devoraram, sendo os primeiros sacrificados o padre Luís Figueira e seus companheiros.

QUAIS ERAM ESSES MÁRTIRES

Foi o padre Luís Figueira natural de Almodóvar, e entrou para o colégio de Évora em 1592. Ordenado sacerdote, passou-se para a província do Brasil em 1602, e nomeado companheiro do padre Francisco Pinto, logrou, como fica dito, escapar das mãos dos índios na expedição do Ceará, e recolher-se a Pernambuco, onde foi reitor do colégio pelo tempo que se tornou ao Maranhão em companhia e como assessor do capitão-mor Antônio Moniz Barreiros.

O padre Simão Florim, português de nação, tinha singular talento para converter almas, e o padre Francisco do Rego, virtuoso e muito dedicado à oração e a disciplinar-se, entrou para a Companhia no dia da conversão de São Paulo e fez votos de o imitar na pregação dos gentios. O padre Pedro de Figueiredo, modesto e humilde, sempre sacrificou-se gostoso ao menor aceno de seu superior. O padre Barnabé Dias, além das muitas virtudes em que floresceu no século, era devotíssimo de Maria Santíssima, a quem todos os dias rezava ofício parvo.

Os três religiosos que escaparam com vida deste naufrágio, onde pereceram cento e onze das cento e setenta e três pessoas que vieram, foram o padre Francisco Pires e os irmãos Antônio de Carvalho e Nicolau Teixeira.

RECUSA DE POSSE AOS CAPITÃES-MORES
DO PARÁ E DO CABO DO NORTE

Pedro Maciel Parente, nomeado capitão-mor do Pará, e seu irmão João Velho do Vale, capitão-mor da capitânia do Cabo do Norte, ambos sobrinhos de Bento Maciel Parente, querem tomar posse de seus respectivos lugares; mas nisso os impede o senado da Câmara, atendendo que, tendo-os mandado em socorro dos do Maranhão, por ocasião da expulsão dos holandeses, chegaram àquela capitânia e retiraram-se logo nas mesmas canoas com temor dos holandeses, e agora se faziam fortes com os soldados de sua disciplina e se alojavam na ilha do Sol dos tupinambás!

MORTE DE PEDRO DE ALBUQUERQUE

Tomou-se de tanta dor por este acontecimento o governador Pedro de Albuquerque, e tais moléstias contraiu empós o naufrágio, que nunca mais logrou saúde, vindo a falecer em 16 de fevereiro de 1644. Pouco

depois vem a morrer, dentre os três religiosos escapos, o irmão Antônio de Carvalho no convento do Carmo do Pará, tendo ido o padre Francisco Pires para o Maranhão em obediência às ordens do padre Amodei, e o irmão Nicolau Teixeira para Portugal para aí concluir seus estudos.

PARTIDA DO PADRE MONIZ E DO IRMÃO FERNANDES

Em 1646 partiram de Portugal o padre Manuel Moniz e o irmão Gaspar Fernandes em companhia do governador do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho (o Sardo), com o fito de ajudarem o padre Amodei, a quem acham já morto, sendo ali o único representante da Companhia o padre Francisco Pires.

O PADRE BENEDITO AMODEI

Era o padre Benedito Amodei italiano natural da Sicília, e acabados os estudos partiu logo para o Brasil, vindo para o Maranhão em 1622. Trabalhou aí vinte e cinco anos, pouco acompanhado e muitas vezes só, estabelecendo no Maranhão cinco aldeias, no que foi ajudado pelo padre Luís da Grã, e afinal contribuindo para a expulsão dos holandeses com seus conselhos e exortações.

O padre Bettendorff, a quem cita o padre José de Morais, diz que o capitão-mor de Tapuytapera vira (em sonhos provavelmente) "o virtuoso padre Benedito Amodei todo cercado de luzes, estando em oração", e instara para que o desenterrassem porque tinha "quase por certo que o haviam achar inteiro e incorrupto". Que principalmente as senhoras, todas à boca cheia, chamavam o padre Amodei *padre santo*, donde se colige que os cronistas jesuítas pretendiam incluir no calendário, além do padre José de Anchieta, este missionário apostólico. "Foi o seu corpo sepultado na capela-mor da igreja velha do colégio de Nossa Senhora da Luz do Maranhão", ficando a sepultura por baixo da alampada, cobrindo-se aquela de uns azulejos em forma de estrela.

MORTE DE TRÊS PADRES NO ENGENHO DE MONIZ BARREIROS

Coube em 1647 o cargo de superior ao padre Francisco Pires por se acharem ausentes no Itapicuru o padre Manuel Moniz e o irmão Gaspar Fernandes, ocupados em administrar o engenho de açúcar de An-

tônio Moniz Barreiros, que por morte legara no testamento o usufruto à Companhia enquanto seu filho Ambrósio Moniz fosse menor. Cuidavam os dois sócios do serviço temporal como do espiritual da fazenda, e neste intento procuraram a emenda, principalmente de uma índia escrava do engenho e sobreposse grande pecadora. Repreensões, meios brandos, ameaças, tudo foi baldado, e então recorreram os padres ao castigo. Ofendida a culpada, retirou-se para o sertão, onde vivia a nação dos *uruatis*, que prometeram desagravá-la. Viviam estes selvagens em paz com os do engenho e assim o procuravam muitas vezes, mas desta feita, armados e com o principal *Potiron* à frente, tomaram conta do terreiro e deram mostras de quererem acometer os do engenho. Disparando os brancos alguns tiros, encarniçaram-se os índios e arremeteram com tal fúria que os obrigaram a fugir, abandonando os padres, que se ficaram em casa e em joelhos esperaram a morte. Nesta postura, com as mãos levantadas e os olhos postos no céu, receberam dos bárbaros golpes de seus paus de jucá, com que lhes quebraram as cabeças, se finando desta guisa os três religiosos da Companhia.

DONATIVOS REALENGOS AOS PADRES

Conhecendo o rei D. João IV o desamparo da missão do Estado do Maranhão, tratou de fomentá-la, dotando-a largamente, ao que se opôs o padre Antônio Vieira, contentando-se com a côngrua anual de trinta e cinco mil réis para cada missionário, concedendo-se-lhes no Maranhão, Pará e Gurupá as aldeias de índios livres, privativas tão-somente da administração dos padres da Companhia, ao que acedeu o monarca, acrescentando depois D. João V esta mercê com a dotação anual de duzentos e cinquenta mil réis com a obrigação de ter a Companhia nessa missão mais dez religiosos. No ano de 1684, o padre João Filipe Bettendorff alcançou do rei se pagassem todos os anos novecentos e cinquenta mil réis de côngrua estável e perpétua, obrigando-se a Companhia a manter no Maranhão trinta sujeitos da Sociedade de Jesus.

MISSÃO DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA

Tomou a peito o padre Antônio Vieira, com aquele perseverante entusiasmo que lhe era próprio, restabelecer a missão do Estado do Mara-

nhão, e para isso venceu as maiores dificuldades que lhe opôs o próprio rei, sendo até necessário que saísse de Lisboa como que fugido.

É escusado resumir aqui, da *História* do padre José de Morais, os principais acontecimentos da vida deste extraordinário varão, quando se acham traçados com pincel de mestre pelo nosso insigne prosador João Francisco Lisboa no IV volume de suas *Obras*[24].

O padre Vieira, escrevendo ao padre provincial do Brasil, dá a seguinte relação de seus companheiros para a nova missão: "O padre Manuel de Lima se dedicou *se et sua omnia* a esta missão do Maranhão; o padre João de Souto-Maior e o padre Manuel de Sousa; o padre Francisco Veloso e o padre Tomé Ribeiro, que, apesar da opinião dos de Coimbra acabassem primeiro a teologia, sujeitaram-se à determinação dos superiores; o padre Gaspar Fragoso, que é sujeito de grande virtude, acabou o curso e tem muito bom talento de pregador; os irmãos Agostinho Gomes e Agostinho das Chagas, vulgarmente chamado o *estudante santo*, porque na realidade o é", e mais dois irmãos, que se chamavam Mena, que na língua brasílica quer dizer *marido*, e mudou-se-lhes o apelido, chamando-se daí em diante José e Antônio Soares, sendo os sujeitos ao todo doze, afora o superior, o padre Antônio Vieira. Três vezes morta a missão do Maranhão, como nota o autor, agora ressuscitava mais viçosa.

PARTIDA DOS PADRES E SEU PROCEDIMENTO NA MISSÃO

Destes, partiram de Lisboa aos 23 de setembro de 1652, na nau em que iam os capitães-mores do Maranhão e do Pará, apenas nove com os dois irmãos coadjutores Francisco Lopes e Simão Luís, que era oficial de carpinteiro, ficando para seguir depois o padre Vieira com seus companheiros, os padres Mateus Delgado, Manuel de Lima e Manuel de Sousa.

Logo que chegaram aqueles ao Maranhão, abriram, conforme as ordens de seu superior padre Vieira, duas classes, uma em que se ensinassem os primeiros rudimentos de ler, escrever e contar, e outra de Grãática, sendo esta a primeira vez que ali se estabeleceu semelhante disciplina.

---

24 Aproveito o ensejo para indicar ao leitor a notícia de uma obra do padre Antônio Vieira pouco conhecida: *As maquinações.* Vid. Nota A *in fine* [pág. 405].

Levaram estes padres as relíquias de São Bonifácio e de Santo Alexandre, com que brindara o papa Urbano VIII ao padre Manuel de Lima. Depositaram as de São Bonifácio na capela-mor do colégio de Nossa Senhora da Luz, no Maranhão, e as de Santo Alexandre foram para o Pará e aí acham-se depositadas na igreja dessa invocação.

Cuidavam os padres da conversão dos índios, reforma dos costumes dos portugueses e em arrecadar os bens da Companhia, que estavam por mãos particulares.

PARTIDA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA

Partiu, enfim, o padre Antônio Vieira com seus três companheiros do porto de Lisboa a 22 de novembro em uma caravela, e chegaram ao Maranhão a 16 de janeiro do seguinte ano de 1653. Descreve o padre Vieira esta viagem em carta que a 22 de maio de 1653 dirigiu ao padre provincial do Brasil.

DOS MALES QUE PADECERAM OS MISSIONÁRIOS JESUÍTAS DO PARÁ

Expediu o superior para o Pará os padres João de Souto-Maior e Gaspar Fragoso, que fundaram casa na cidade do lado da campina, junto às casas de Francisco Ribeiro, em chãos pertencentes à ordem de Nossa Senhora das Mercês. Descontentes o capitão-mor e o vigário da matriz de Belém do Grão-Pará, por conhecerem que os padres lhes impediriam a sua desregrada cobiça e haviam de interferir nos negócios dos índios, entraram a incitar a população contra esses varões, e como que os traziam sitiados nas pobres palhoças onde se haviam recolhido (*ob. cit.* liv. IV, cap. I). Uma alma caridosa, D. Cecília Mendonça, mulher de Antônio França, procurou meios de fornecer-lhes alimento; mas os agentes dos três fervorosos inimigos da Companhia impediam-no, e teriam os dois padres morrido à míngua se não fugissem dali e se recolhessem ao convento das Mercês. Conseguiram os padres por último alhanar os ânimos, assinando termo de se não intrometerem com a administração dos índios nem com o cativeiro dos mesmos já escravos.

Foram dois destes perseguidores da Companhia castigados. Fazendo o autor, como os demais cronistas da Sociedade, intervir a Providência nos menores atos, protegendo a Ordem, refere que o capitão-

mor morreu de repente em maio de 1654; seu sucessor, o sargento-mor teve igual sorte, falecendo também no seguinte mês, e o vigário, se quis ficar bem com Deus, tratou de reconciliar-se com os padres ditando-lhe estes uma declaração por escrito em que confessava seus pecados e arrependimento!

Sobre a provisão do Marquês de Pombal, declarando os índios livres, e que foi publicada no Maranhão a 28 de junho de 1757, tempo em que escrevia o autor, diz ele: "Esta lei foi justíssima, e a sua publicação uma das maiores glórias do nosso monarca, que a assinou, e de seu ministro de Estado, que a pôs em execução."

Desassombrados já os dois jesuítas da perseguição que haviam sofrido no Pará, dedicava-se o padre Fragoso aos ministérios do seu cargo, confessando e doutrinando os índios portugueses, e o padre Souto-Maior, pregando e ensinando latim e retórica, quer na classe pertencente à Companhia, quer no convento dos mercenários; e era tanto o trabalho que tinham que recorreram ao padre superior Vieira para que os acudisse com mais obreiros, ao que anuiu, enviando-lhes em 1663 por companheiros os padres Manuel de Sousa e Manuel Delgado, acompanhados de paramentos para a igreja e algumas peças para a casa, do que havia carência. A igreja dos padres até o ano de 1760 esteve coberta de palha por se ter abatido o teto em 1664.

Por esse tempo estavam já as capitânias do Maranhão e do Pará independentes e governada cada uma por seu capitão-mor, sendo o daquela Baltasar de Sousa Pereira e o desta Inácio do Rego Barreto. Chegado o padre Vieira ao Maranhão, foi logo visitado do governador e das principais pessoas da capitânia, e assim que teve disposto o governo das duas casas do Pará e do Maranhão cuidou só da reforma dos portugueses e dos índios, como vem tudo melhor referido pelo padre Antônio Vieira em carta que dirigiu a 22 de maio de 1663 ao padre provincial.

Falecido o bispo da Bahia, D. Pedro da Silva, a 15 de abril de 1649, cometem os cônegos, sede vacante, a direção do governo espiritual aos padres da Companhia da vice-província do Maranhão. Tiveram estes de lutar com a grave pendência de dois vigários-gerais, que queriam ambos governar no espiritual as vigararias do Maranhão e Pará, concorrentemente, o que resolveu o padre Vieira com muito acerto e prudência, reconci-

liando-se e dividindo a jurisdição pela forma que já o estava no temporal, empossando um vigário no Maranhão e outro no Pará.

Soltos corriam os portugueses na sua desenfreada cobiça, reduzindo a cativeiro os índios do Estado do Maranhão, inundando os sertões de tropas volantes, "que não faziam mais do que amarrar e conduzir os miseráveis índios a um pesado e irremediável cativeiro". Assim continuaram sem embargo das admoestações dos jesuítas Amodei e Figueira. Chegados que foram os governadores do Maranhão e do Pará com os missionários de que era superior o padre Antônio Vieira, o do Maranhão mandou quinze dias depois de sua posse publicar ao som de caixa a lei de 1652, que proibia totalmente o cativeiro dos índios. Os moradores desta capitânia ajuntaram-se logo armados no terreiro da Câmara, seguindo as vozes de Jorge de Sampaio e Carvalho, e a primeira coisa que fizeram foi arrancar a lei do lugar em que estava afixada, e depois reclamar a expulsão dos padres que supunham autores dela. Daí abalaram os amotinados para a casa da Companhia, sendo necessário para os sossegar que o governador com as três companhias do presídio e com balas e mechas acesas os viesse arrancar das portas do colégio. Dirigiram ao mesmo tempo ao governador uma proposta assinada não só pelos sublevados, como também pelos prelados das ordens religiosas e pelos dois vigários-gerais, pedindo a revogação da lei. Instados os padres da Companhia pelos oficiais da Câmara para que assinassem ou respondessem à proposta, eles assim o fazem a 31 de janeiro de 1663, dando uma resposta evasiva e em sentido ambíguo e casuístico quanto aos índios já cativados, e quanto ao remédio do futuro aconselham que alcancem licença do rei "para se fazerem legítimos resgates no sertão, os quais não há dúvida que são *lícitos... e mui convenientes* ao bem espiritual das mesmas almas dos índios, e que para o maneio das fazendas se peça ao rei licença para mandar vir para o Maranhão alguns navios de escravos de Angola". Isto é, remediar um mal com outro! "Quanto aos índios restituídos à liberdade, sejam postos em aldeias ou agregados às antigas e repartidos pelos portugueses, mas nunca aos que já tivessem sido seus senhores." Requeriam mais que, assentadas pazes com os índios dos sertões, façam-se entradas para que desçam, e a suspensão da execução da lei em tudo mais, exceto na parte que tocasse aos índios de conhecida ou duvidosa liberdade.

Conseguiu Vieira acalmar os ânimos, deparando ocasião fortuita para isso. Estava o capitão-mor do Maranhão bastante despeitado com os padres por lhe não ter nenhum deles pedido vênia antes de começar seus sermões, ao que ajunta o autor: "Estas são de ordinário as despóticas ações daqueles governadores, quando o próprio desvanecimento os faz degenerar em divindades fingidas." Admitido Vieira à audiência deste governador, depois de alguma relutância da parte daquele, com tal habilidade houve-se o padre que não só o reconciliou com os mais, como conseguiu dele acedesse a proposta da Companhia, depois de demonstrados os intuitos desta naquela resposta, prometendo ele pregar um sermão, como de fato o fez, explicando ao povo as resoluções da proposta, e assim procedeu com tal clareza e veemência que saíram todos convencidos de seu erro. Na mesma tarde deu o capitão-mor princípio a uma junta composta do sindicante, dos prelados das ordens religiosas, da Câmara, do vigário-geral e de todas aquelas pessoas qualificadas e do povo que se quiseram prestar a isso. Nela foi acordado se nomeassem dois procuradores, um por parte dos portugueses e outro dos índios, para que tirassem uma devassa ou inquérito, como hoje se diz, acerca dos cativeiros dos índios, sendo juízes dele os oficiais da Câmara com assistência do sindicante, e que, uma vez sentenciados os casos, se julgassem livres os índios de cujo cativeiro não constasse. Acordes todos nisto, elegeram seus procuradores e retiraram-se muito satisfeitos.

Na execução do exame das liberdades dos índios declaram-se não só muitos, senão nações inteiras, livres, sem que ninguém reclamasse contra, tal era a retidão e justiça das sentenças. Assim terminou o primeiro motim dos moradores da cidade de São Luís do Maranhão contra os padres jesuítas[25].

O padre Antônio Vieira representou ao rei, pedindo permissão para o resgate dos índios e descimento de outros, no que concordou o monarca, revogando sua resolução de 1652 pela lei de 17 de outubro do seguinte ano.

---

25 Em um manuscrito que achei na Biblioteca Nacional de Lisboa, e vai adiante compilado, acha-se individualmente o tumulto de 1661.

"Infeliz foi sempre o povo americano no seu contato com os europeus", diz o autor. Sempre perseguidos e tiranizados, e as leis promulgadas a benefício deles contrastadas. O autor, depois de citar as leis de 1570, 1587 e 1595, promulgadas no intuito de protegê-los, diz que se tomou com a lei de 1609 a última resolução de proibir totalmente o cativeiro. Esta lei estendeu-se em 1652 aos índios do Maranhão, e foi isso, como já fica dito, o que deu motivo ao motim, sendo depois inteiramente iludida.

Em virtude do requerimento do padre Antônio Vieira baixou a lei de 17 de outubro de 1653 revogando a antecedente, mandando pôr em liberdade os que se provassem não serem regularmente cativos, depois de acurado exame, e estatuindo seis casos em que se podia fazer guerra justa aos índios, e entradas nos sertões com tropas de resgates, podendo resgatarem-se os índios presos à corda para serem comidos por seus inimigos; que o cabo e o religioso da entrada seriam eleitos pelo governador e Câmara da cidade; finalmente, proibia que os governadores e ministros de justiça ocupassem índios no seu particular serviço, nem os repartissem em público; mas como esta lei, chamada do *resgate*, se não executasse nunca, passou o rei nova lei a 9 de abril de 1655. Nesta lei revogavam-se as antecedentes, tirava-se aos governadores e ministros o poder, de que já iam abusando, de fazerem guerra ofensiva aos índios sem autoridade do monarca, marcava só dois casos em que se podia fazer guerra aos índios, permitia o resgate, sob condição porém de ser o caso examinado pelo missionário e cabo de tropa, etc. A 18 de outubro de 1666 baixou nova lei, mandando restituir aos jesuítas suas aldeias, estabelecendo, porém, que não teriam nelas jurisdição temporal, sendo nessa parte governadas por seus principais, etc. Já pela lei de 1680 proibia-se todo e qualquer cativeiro dos índios, que seriam repartidos em três partes, uma para ficar nas aldeias, outra para o serviço dos moradores e a terceira, finalmente, para os missionários. Ordenava também que as missões novas e entradas fossem privativas dos jesuítas. Segue-se a esta a lei de 2 de setembro de 1684, que teve por complemento o regimento das missões de 21 de

dezembro de 1686, depois a lei de 28 de abril de 1688[26]. Desta multiplicidade de leis, não diferindo todas elas na essência, conclui-se que eram burladas, pouco ganhando com elas os índios, não contendo os portugueses e servindo só aos jesuítas, que como seus principais promotores cuidavam em assegurar seu direito e favorecer a Ordem.

"Estimavam, diz o autor, a lei, não pelo que mandava, mas pelo que permitia, porque uma vez levantada a bandeira ou resgate, já podiam militar nela as injustiças dos cativeiros, etc. Termina o autor o capítulo e o livro IV mostrando o zelo de seus companheiros na conversão das almas, e reprovando os cativeiros por injustos.

NOVOS JESUÍTAS PARA A MISSÃO DO ESTADO DO MARANHÃO

Em auxílio do padre Antônio Vieira, que muito obrava a benefício das almas na vice-província do Maranhão, mandou o padre provincial do Brasil cinco obreiros, que foram o padre Manuel Nunes, superior dos mais, o padre Antônio Ribeiro, insigne língua, o irmão Rafael Cardoso e o irmão Bento Álvares, e também o irmão coadjutor temporal João Fernandes. Entrou esta "pequena recruta pela baía de São José, vindo saltar em São José de Ribamar, e daí se passou ao colégio de Nossa Senhora da Luz da cidade". Com este reforço já podia o padre Vieira mais desafogadamente atender às múltiplas exigências do ministério. Mandou então por embaixadores aos índios *guajajaras* do rio Pindaré os padres Francisco Veloso e José Soares, e aos padres Antônio e Tomé Ribeiro com o irmão Bento Álvares que visitassem as aldeias da ilha. Na casa ficava o padre Vieira com o padre Manuel Lima e os irmãos Rafael Cardoso, Antônio Soares da Luz e João Fernandes, os primeiros para a classe e escola, e os dois últimos para o serviço doméstico. O maior trabalho do padre Vieira era a doutrinação de portugueses e índios e no confessionário, não se limitando só a acudir com os sacramentos aos moradores da cidade; mas, bastava saber que estava em qualquer ponto da ilha alguém doente, corria, ainda que fosse de noite, para a choupana do catecúmeno, fazendo quatro e cinco léguas de jornada a pé por matos bravios, vadeando rios, só para levar-lhe a palavra divina, a água do batismo ou o pão eucarístico!

26 Vid. *Obras,* de João Francisco Lisboa, tomo II, pág. 274.

Desde abril de 1553 esperava e se apercebia o padre Vieira para fazer uma entrada no Itapicuru, opondo-se a ela com manha o governador, até que em 1º de agosto desenganou-se e tratou de passar-se ao Pará. Se esta primeira entrada aos índios da nação *Barbados* foi malograda, não assim a que empreendeu o padre Gabriel Malagrida em 1727 com tão feliz êxito que pôde catequizar e chamar a si tantos índios que com eles fundou duas populosas aldeias – a *Grande* e a *Pequena* –, que depois seu sucessor, o padre João Tavares, situou à margem do rio com grande conveniência dos moradores do Piauí e dos que vinham de Minas Gerais.

Em outro tempo houve na ilha do Maranhão cinco aldeias, das sete que aí acharam os primeiros povoadores, e no ano que escrevia o padre Morais (1750) só existia a de São José (e a de Vinhais, de São Miguel etc.?). Tinha o padre Vieira nomeado para catequizarem nessas aldeias e administrarem nelas os sacramentos os padres Antônio Ribeiro e Tomé Ribeiro, e o irmão João Fernandes para cuidar nos sustentos dos operários e fazer a doutrina aos índios. Para os ajudarem nesse trabalho de doutrinação ensinaram catequistas de ambos os sexos, sendo as mulheres "hábeis para aprender e de melhor retentiva para ensinar". Percorriam incessantes os padres as aldeias, sempre a pé e sem nunca aceitarem as redes que os índios lhes ofereciam para os levarem aos ombros, porque era máxima do padre Vieira que "o pastor era que havia de carregar aos ombros as ovelhas e não as ovelhas ao pastor" (*ob. cit.,* livro V, cap. II).

Multiplicavam-se os padres Antônio e Tomé Ribeiro em visitar as aldeias, em acudir de pronto e a qualquer hora aos enfermos, em instruir os índios com muito fruto, e nessa lida não tinham descanso.

RIO PINDARÉ E ÍNDIOS GUAJAJARAS

É o rio *Pinaré* ou *Pindaré* o terceiro em curso, que nascendo da célebre lagoa do *Maracu,* onde se juntam suas águas, vem lançar-se no rio *Mearim.*

Foi descoberto até suas cabeceiras, que nascem nas serras de seu nome, pelos padres da Companhia, aí levados com o fito de converterem os índios *guajajaras*. O padre José de Morais diz deles que são pusilânimes, mas aptos no exercício do remo, no que são insignes. Dividem-se em seis aldeias, todas da língua geral e da mais polida do Brasil.

Mandou-lhes o padre Vieira o padre Francisco Veloso por missionário, dando-lhe por companheiro o padre José Soares. Vem o embaixador dos índios ter com eles, convidando-os e recebendo-os em suas aldeias. Conseguiram os padres o descimento de uma pequena aldeia desses *guajajaras*, que situaram no Itaqui, na baía do Boqueirão. Como fosse o lugar distante da cidade, expediu o superior o padre Veloso a cuidar deles, para que quando estivessem instruídos e batizados os mandasse ao *Pindaré* a fim de que resolvessem os parentes acompanharem-nos.

Chegado o padre ao Itaqui, enviou, no seu fervor de conversão, o índio da embaixada com mais três dos da aldeia do Itaqui a irem ter com os de Pindaré, para os chamarem à aldeia. Enquanto aguardavam resposta, ocupou-se o padre em doutrinar e batizar os que aí se achavam; mas veio a fome apertar com eles, obrigando-os a retirarem-se todos para a cidade, o que fizeram com grande mágoa do padre Veloso. Recolhidos a uma aldeia, desvaneceu-se ao padre a ideia de ir missionar no Pindaré, pensando em buscar os sertões do Pará.

Tentou então o padre Manuel Nunes a conversão dos *guajajaras*, e para isso procurou-os pelo rio, sendo os de *Capiitiba* os primeiros que buscou e que não o estranharam em razão de serem os remeiros da sua canoa parentes deles; antes aceitaram as propostas do padre e prometeram descer logo que houvessem realizados a colheita. Partiu daí o padre Manuel Nunes com os que o puderam seguir, e no cabo de quatro meses desta expedição chegou ao Itaqui, onde os agasalhou. Desgostosos, porém, do lugar e com saudades do *Capiitiba*, começaram a fugir aos poucos para ali. Isso levou o padre a mudar a aldeia do Itaqui para *Cajuípe*, que ficava pouco abaixo, e onde o padre João Filipe Bettendorf mandou depois fazer uma boa aldeia com igreja e casas para vivenda dos missionários, e nomeou para primeiro missionário dela o italiano João Maria Garçoni, e por seu companheiro o irmão Manuel Rodrigues.

O padre Garçoni, além da sua exemplar virtude e do zelo com que doutrinava os da aldeia de *Cajuípe*, foi ao rio Pindaré, acompanhado de seus neófitos, e para chegar ao sítio *Capiitiba* venceu dificuldades enormes e sem conta, não sendo a menor delas os *mururus*, limo denso que nasce à flor da água e impede a navegação. Conseguiu desta missão trazer consigo alguns para a aldeia. A este missionário sucedeu na administração

de *Cajuípe* o padre Antônio Pereira, acontecendo então descerem espontaneamente a ela alguns índios. A este seguiu-se o padre Bettendor, que, como fundador que fora dessa aldeia, cuidou muito no seu aumento, expedindo nesse intuito para os confins do Pindaré o irmão Manuel Rodrigues, já conhecido dos *guajajaras*. Em 1683 enviou o padre Pedro Pedrosa para o sítio *Maracu*, hoje cidade de Viana.

Fundada esta aldeia, foi fácil aos padres Manuel de Abreu e Caetano Ferreira assentarem a do *Pindaré.*

O PADRE ANTÔNIO VIEIRA

Como fica dito, era o padre Vieira superior da vice-província do Maranhão, e como varão tão afamado importa dar dele breve notícia. Nasceu o padre Vieira a 6 de fevereiro de 1608, entrou para a Companhia, no colégio da Bahia, a 5 de maio de 1622. Professo de quatro votos em 20 do mesmo mês do ano de 1644, veio a falecer na mesma cidade da Bahia em 18 de julho de 1697.

O PADRE FRANCISCO VELOSO

O padre Francisco Veloso, a quem tinha o padre Vieira mais afeição, nasceu em Vila Nova de Famalicão no ano de 1619, e entrou para a Companhia, no Rio de Janeiro, em 1640.

O PADRE TOMÉ RIBEIRO

Professo de quatro votos em 15 de agosto de 1648, era o padre Tomé Ribeiro terceiro em antiguidade e zelo: nasceu este em Lisboa no ano de 1623, entrou para o colégio da Bahia em 1644, e foi insigne língua geral. Depois deste, dá o autor a data de nascimento e entrada para a Ordem de outros padres menos notáveis.

MALOGRO DA MISSÃO AO AMAZONAS E AO TOCANTINS

Chegado o padre Vieira e seus companheiros – os padres Francisco Veloso e Antônio Ribeiro e o irmão Simão Luís – à cidade do Pará em 5 de outubro de 1653, preparou-se ele logo para a entrada do rio Amazonas, o que sabido do capitão-mor convidou-o para entrar primeiro o rio *Tocantins*, onde também abundava gentio, e para isso ofereceu-lhe todas as facilidades possíveis; porque seus intuitos e dos negociantes de drogas

era diverti-lo dessa empresa, que lhes faria fechar as portas do comércio ilícito da canela e de outras especiarias, fazendo-se o governo sabedor delas. Deixou-se o padre iludir da franqueza do oferecimento, e aceitou-o a fim de fazer dessa expedição degrau para a conquista do grande rio. A 13 de dezembro desse ano partiu com efeito o padre com três companheiros e viajou pelo *Tocantins*, fazendo muitas conversões e obrando grandes coisas, como tudo dá conta ao padre provincial do Brasil em carta, ou quase roteiro, que se acha no primeiro tomo de suas obras, e ainda melhor na que transcreve o padre José de Morais nos capítulos II e III, pág. 449 *usque* 470, da sua *História.*

Discorrendo a missão pelo *Tocantins*, gastou sete dias até encontrar da parte direita o rio *Tocanhonha*, que tem o nome da nação "que, de mistura com outras, dele bebe. São todas bárbaras e com fama de guerreiras". Na sua foz, encontra-se uma ilhota de areia, viveiro de tartarugas. "Acharam os nossos na margem algumas pedras como as que chamam de águia, do tamanho de ovos, com miolo dentro, cuja massa afirmavam os índios ser admirável remédio contra febres". Houve discórdia entre os padres e o cabo da expedição, que, atentando contra a liberdade dos índios, desobedeceu ao padre Vieira e não consentiu descessem os convertidos; e assim ficou malograda aquela missão, depois de tantos e tão grandes trabalhos de jornada, sem que pudessem os padres trazer consigo as ovelhas daquele imenso rebanho. Como não ficaria magoado com tamanha ousadia do cabo o padre Vieira, ele era de ânimo tão irascível e orgulhoso!... Desconsolado, o padre se partiu, logo que chegou à capital do Pará, para o Maranhão, a esperar novo governador.

FUNDAÇÃO DAS ALDEIAS DO ESPÍRITO SANTO E DO GURUPÁ

No seguinte ano, sendo já falecido o capitão-mor do Pará, foi o padre Francisco Veloso nesta missão, e logrou trazer consigo para mais de mil índios, com os quais fundou a aldeia do Espírito Santo na ilha do Sol.

Chegado que foi o padre Vieira ao Maranhão, partiu para Lisboa, onde foi bem aceito e ouvido pelo rei, voltando para o Maranhão despachado com toda a prontidão. Ali já achou no governo a André Vidal de Negreiros, que muito o auxiliou na fundação da aldeia de *Gurupá* e entrada do rio Amazonas.

MISSÃO AO AMAZONAS

Antes de dar começo a esta grandiosa empresa, mandou o padre Vieira como exploradores cento e tantos índios, libertados pela junta da missão de que fazia parte, para que com alguns missionários se espalhassem pelas aldeias do rio Amazonas e de seus confluentes a explicarem aos índios as intenções do rei e o fim da missão dos padres da Companhia. E assim, desembarcando em Camutá, foram discorrendo pelas aldeias, para tomarem canoas e outros índios que os transportassem e servissem de embaixadores em todos aqueles sertões.

No cap. V, liv. VI da sua *História*, ocupa-se o padre José de Morais de relatar os primeiros descobrimentos do rio Amazonas, fundando-se para isso nas observações de La Condamine, que, diz o autor, fora seu hóspede por ocasião da expedição científica que empreendera. Nos seguintes capítulos passa a descrever geograficamente aquele rio e os que desembocam nele; mas como hoje estejam muito mais conhecidas, e tidas como erros as posições geográficas e certas descrições que o autor traz na sua *História*, dispenso resumi-las citando apenas as datas das fundações das missões da Companhia.

MISSÕES DOS JESUÍTAS

Fez o padre Vieira a sua primeira missão ao rio *Moju* em 1653, e depois dele foram outras realizadas por diversos missionários, sendo uma delas a de 1724, em que fundou o padre Marcos Antônio Arnolfini uma aldeia na cachoeira chamada *Taboca.*

Na boca do Amazonas, subindo, à mão direita, tinham os padres duas aldeias no sítio chamado *Camutá-tapera*, sendo uma com a invocação de São Pedro e outra com a de São João Batista. Depois reduziram-nas a uma só, que, por ocasião de a dizimar a peste das bexigas, mudou-a o padre Manuel Nunes para *Parajó* ou *Parejó*, que hoje é a cidade de Cametá. Entrando pelo rio *Araticu* acima, à mão direita, jazia a aldeia dos *Bocas*, hoje a vila de Oeiras. Defronte da ria, e onde está situada hoje a vila de Melgaço, havia a aldeia de *Guaricuru* dos índios *nheengaíbas,* que se gloriavam de ter sido reduzidos pelo padre Vieira.

Cerca de duas léguas da foz do rio *Pacajá* existia na terra firme a aldeia de *Arucará*, hoje vila de Portel. Na foz do *Tauré*, onde hoje é vila de Arraiolos, havia uma aldeia de índios.

Entrando pelo *Xingu*, logo na boca, à mão esquerda, está o povoado de Carrazedo, outrora aldeia *Arajipó;* e da mesma parte, mais duas léguas, a freguesia de Vilarinho do Monte, onde era a aldeia de *Cavianá,* ambas dos religiosos de Santo Antônio da Piedade. Mais duas léguas distantes da Boavista, e do mesmo lado, estanceia a vila do Porto de Moz, onde era a aldeia de *Muturu* dos mesmos religiosos; e daí a nove léguas, do mesmo lado, havia a aldeia de *Itacuruçá,* dos padres da Companhia, onde hoje é vila de Veiros; e mais adiante a de *Piraniri,* hoje vila de Pombal; e três léguas mais acima a aldeia de *Aricari*, agora vila de Souzel. Onde é hoje vila de Almeirim, outrora existia a aldeia de *Paru*, dos religiosos de Santo Antônio. Na embocadura do rio *Jari* havia uma aldeia deste nome, hoje extinta povoação de Fragoso; e no Amazonas, adiante da vila de Almeirim, antiga aldeia de *Paru*, está o lugar do Outeiro, outrora aldeia *Urubuquara*; e adiante desta havia outra, de que hoje não há notícia, então chamada de *Jaquaquara,* seguindo-se a ela a aldeia de *Gurupatuba* (vila de Monte Alegre), e defronte dela a de *Guruçari*. Onde hoje é a vila de Alenquer existia a aldeia *Surubiú*; adiante a de *Curubá* (vila de Óbidos) reunida a outras duas pequenas aldeias, que eram dos religiosos de Santo Antônio da Piedade.

Na foz do rio *Tapajós*, onde era antigamente a aldeia dos *tapajós*, é hoje a cidade de Santarém, e no mesmo rio a aldeia *Borari* (vila do Alter do Chão), e defronte a aldeia de *Cumaru* ou *Arapiuns* (Vila Franca); e adiante a aldeia dos *tupinambaranas*, hoje Vila Boim; ainda subindo mais por esse rio topa-se com a vila de Pinhel, outrora aldeia de São José ou de *Matapus*.

Acima e quase fronteiro ao rio *Tapajós* fica o rio *Trombetas*, a que os índios chamavam *Oriximiná*; e em distância de quinze léguas, subindo pelo Amazonas, dá-se vista com o *Jamundá* ou *Nhamundá*, em cuja foz havia a aldeia do mesmo nome, hoje vila do Faro, e que foi também fundada pelos padres da Companhia. No rio *Guatumá* ou *Uatumá* havia uma aldeia dos mercenários. Na foz do *Urubu* tiveram os mercenários outra aldeia, que é onde hoje está a vila de Silves; e na do *Paraná-mirim* está a vila de Serpa, onde era aldeia dos padres, e quinze léguas acima ficava a aldeia

Trocano (vila de Borba). No *Madeira* fundaram os jesuítas uma fortaleza, sob pretexto de impedirem as invasões dos índios *muras*; mas com intento oculto de tomarem o Amazonas à coroa de Portugal, como nas missões do Paraguai claramente o mostraram, resistindo com mão armada a Portugal e à Espanha.

No *rio Negro* havia uma aldeia abandonada (*tapera*) dos índios *teromás*, onde hoje é uma freguesia, dita do Airão, e acima desta a aldeia de Santa Rita da Pedreira, que depois foi vila e hoje freguesia com a mesma denominação. Estas aldeias do *rio Negro* eram dos carmelitas.

A oito léguas da foz do *rio Branco* está a freguesia de Santo Alberto de Carvoeira, outrora aldeia de *Aricari*. No *rio Negro* topa-se a aldeia de Santo Ângelo (freguesia de Poiares), e mais avante cinco léguas com Barcelos, outrora aldeia de Santo Eliseu de *Mariná*. Desta aldeia sobe-se, vinte e cinco léguas rio acima, até à aldeia do principal *Cabuquena*, (freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Moreira), e daí à aldeia *Bararuá* (vila de Tomar) vão outras vinte e cinco léguas. Cinco léguas acima desta estava a aldeia de S. José de *Dari* (Lama-longa) ou Naio. Duas léguas acima da foz do rio *Padandri* (outro rio Branco, segundo o autor), havia a aldeia de Nossa Senhora do Nazaré de *Avidá* (Boavista?), e a três léguas o povoado conhecido hoje com o nome do Loreto ou *Muçarabi*, e defronte o povoado de *Castanheiro Novo*, antigamente Santo Antônio do Castelinho. Quarenta léguas acima, no rio *Negro*, fundaram os padres a aldeia de *Gujuratuba*, que depois mudaram para o rio *Coari*, onde hoje está assentada a freguesia de Arvelos. No rio *Tefé*, em um lago que há na sua foz, estavam duas aldeias de índios, que reunidas constituíram a que hoje se chama cidade de Tefé. Subindo de *Paraguari*, rio acima, em distância de setenta léguas, encontrava-se a aldeia do *Trocatuba* (Fonte Boa). No Amazonas, vinte léguas acima da boca de Xatai, fica a aldeia de *Muturá* (hoje freguesia). A cinquenta léguas da foz do rio *Putumazo* uma aldeia de *S. Pedro de Tucanas*, e adiante a de *S. Paulo*, que hoje reunidas constituem S. Paulo de Olivença.

No cap. XI do liv. VI termina o padre José de Morais a sua *História*, declarando que foi "o que pôde com grande risco salvar do infeliz naufrágio que padeceu toda a Companhia de Jesus;" porque a segunda parte de seu trabalho, e pelo que dá a entender a mais importante e curiosa, perdeu-se no confisco do colégio do Pará, a que se procedeu por ocasião da expulsão dos jesuítas.

. . . .

Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia

PELO PADRE FERNÃO GUERREIRO[27]

ESTA OBRA, estimada pela pureza e elegância de sua linguagem, e, ainda mais, pela escassez dos exemplares completos, ocupa-se das coisas do Japão e da Etiópia com bastante desenvolvimento; mas quando trata do Brasil contenta-se de fazê-lo no livro II do tomo II e livro IV do tomo IV, havendo neles pouco que aproveitar para meu intento, além de achar-se esse pouco já impresso da pág. 502 à pág. 556 do tomo II das *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão*, útil e valiosa coleção de obras raras e algumas inéditas, que o erudito senhor Senador Cândido Mendes de Almeida coligiu, anotou e deu à luz[28], tornando-se, portanto,

27 5 tomos impressos de 1602 a 1611.

28 Já estava impresso o resumo da *História* do padre José de Morais quando tive o prazer de ler a introdução com que s. ex.ª faz preceder suas *Memórias*, que de contrário modificaria em parte minhas opiniões, assim como substituiria a nota que se refere à descoberta e publicação dessa obra, declarando, como agora o faço, que foi por indicação de s. ex.ª exarada nas instruções por que devia guiar-se o poeta A. Gonçalves Dias na comissão de que o encarregara, em 1854, o ministro do Império, exmo.

escusado resumi-lo e contentando-me apenas a dar notícia do seu conteúdo no que concerne aos jesuítas no Brasil.

No título II do tomo II, dá conta de como foi Martins Leitão à Paraíba acompanhado dos padres, e Mascarenhas ao Rio Grande do Norte, mandando o governador Diogo Botelho de Carvalho para sujeitar os índios *goiamures*.

Depois de ocupar-se "dos frutos que fazem os padres nesta província" (Brasil) e de algumas missões ao sertão, descreve noutro capítulo algumas saídas que fizeram a outras partes; no capítulo V trata da aldeia dos Reis Magos, da capitânia do Espírito Santo, e no VI dos danos causados pelos *goiamures*.

Falando, no livro IV do título V, acerca das missões aos *carijós* e *tapuios*, diz que vivem aqueles na capitânia de Santos, em São Vicente, para a banda do sul até entestar com o rio da Prata, espalhados em distância de cem léguas, margeando a costa e os rios, como também duzentas léguas pelo sertão adentro. Escolheu o provincial a Fernão Cardim para a missão aos *carijós*, levando consigo os padres João Lobato e Jerônimo Rodrigues. Partiram estes por mar com dez ou doze índios domesticados. Perdem a canoa, mas chegados a Cananeia constroem outra, em que se foram a Piranaca, onde também chegaram trinta e tantos homens de uma nau da frota de Castela e de uma urca flamenga, que trataram bem aos padres. Onze léguas dali fica o rio São Francisco (São Francisco Xavier, da província de Santa Catarina), mas antes dele está o rio *Guaratina,* "onde se tomam muitos *goyages*" (guarás). Encontraram-se com índios *carijós*. Dali foram ter ao rio *Itapocu*, entrando na ilha de Santa Catarina no dia de São Lourenço. Seguiram depois para o primeiro porto dos *carijós*, chamado de

visconde do Bom Retiro, para coligir documentos históricos, que fez-se a cópia daquele trabalho do jesuíta, como também que a quantia decretada pela Assembleia do Maranhão para compra de duzentos exemplares da obra foi muito inferior às despesas feitas pelo mesmo exmo. sr. com essa publicação. Fatos são estes tão particulares e indivíduos que, a não os ter agora referido s. exª., ainda os ignorava. Folgo tanto mais de os registrar quanto de agradecer a s. exª. a maneira benévola e cortês com que tratou-me em seu importante escrito, provando destarte que não quer que seus acertos sejam infalíveis, nem o desvaira o estulto orgulho que o impeliu a agredir brutalmente aos que não juram em suas palavras ou não o lisonjeiam.

D. Rodrigo, levando aí uma cruz. Passados dois dias que eram aí chegados, foram visitados de alguns *carijós*. Continuando depois em sua jornada, virou-se a canoa em que iam os *carijós*, perdendo-se a roupa, livros e mais objetos dos padres, salvando-se unicamente uma caixinha do padre José de Anchieta, não sofrendo avaria quanto pertencia ao padre, acontecendo até que foi comigo dos bichos um cartapácio, menos a folha onde o padre José havia escrito um hino.

No dia 24 de agosto (São Bartolomeu), já de véspera, desencadeou-se sobre uma aldeia onde se achavam e tinham levantado igreja furiosa tempestade de moscas que perturbam os padres até por ocasião da celebração da missa. Aí demoraram-se os padres até 26 de novembro de 1606.

Tratando o padre José de Morais na sua *História da Companhia de Jesus*, com tal qual individuação dos padres Figueira e Pinto, acho ocioso extratar deste autor o que relata quanto ao que aconteceu a estes jesuítas, e passo a resumir outros cronistas.

Vida do padre José de Anchieta

O PRIMEIRO que escreveu a biografia de Anchieta foi o padre Pedro Rodrigues, que foi provincial do estado. Sebastião Beretário, por ordem do geral Aquaviva, escreveu sobre esta, em latim. Publicada em 1617, foi traduzida também em espanhol pelo padre Paternina e impressa em Salamanca. Os milagres, porém, tinham crescido com o andar dos anos. Cometeu-se a nova obra do padre Inácio de Siqueira, que adoeceu e morreu. Depois ao padre Mateus Dias, que, indo a Angola na companhia do governador Simeão Souto-Maior, foi morto pelos holandeses. Enfim, confiou-se a obra a Simão de Vasconcelos (1661), que a publicou em 1672. Há mais sobre o assunto: Nieremberg, *Varões de Claros* – 1513; João Burguesio do Patrocínio, *Viginit, in Soc. Jesu*; Jacob Biderman, liv. I, *EpyGrãas* – 120; Jacob Damão, *Synopsi*, liv. V.

Segundo o padre Simão de Vasconcelos, era Anchieta natural de Tenerife – o pai biscainho, a mãe canarina. Nasceu em 1533. Indo estudar a Coimbra, onde, segundo parece, foi condiscípulo do bispo D. Pedro Leitão, entrou para a Companhia aos dezesseis anos de idade. Da muita oração, ou antes, como querem outros, da pancada de uma escada, começou a sofrer da coluna vertebral, "aleijão disforme no espinhaço e costelas, ficando o corpo a uma parte penso".

1553

É mandado ao Brasil com o terceiro socorro que lá ia levado pelo padre Luís da Grã, reitor que fora do colégio de Coimbra. Neste ponto, traduzindo Vasconcelos a *Arcantologia* de Godofredo, diz do clima do Brasil: "Goza o Brasil de ares boníssimos pela razão de ventos mui suaves que nele quase sempre aspiram".

"É abundante de fontes, rios e bosques, variado suavemente de vales e outeiros, e revestido de verde sempre aprazível."

Exprimem-se nos mesmos termos de louvor do clima do Brasil: Maffei, no liv. II da sua *História Índica*; Piso, na *Descrip. Bras.* e no *Theatrum Orbis*, etc.

Tratando o padre Simão de Vasconcelos em especial do clima da Bahia, nos livros I e III, nº 14, diz: "O clima é o melhor de todo o Brasil, e conseguintemente o maior de todo o universo, puro, vital, de uma primavera sempre perene, onde raramente se sente frio ou calma".

Vem a propósito reconsiderar o caso de Bolés, que o merece, pois que mataram-no sem motivos muito poderosos e com censurável crueldade. Que ele fosse argumentador, como todos os luteranos naquele tempo, nem lhe ponho muita dúvida que invectivasse o padre Luís da Grã, criminando-o por pregar a palavra de Deus aos de fora, deixando os de casa; mas há aí motivos ou pontos de acusação que dessem de si tamanho excesso?

São dignos de reparo os termos de que se serve Simão de Vasconcelos no liv. IX, cap. XVI, nºs 5 e seguintes:

"Chegaram, diz ele, estas notícias ao padre Luís da Grã, que estava em Piratininga, e incontinênti se partiu para acudir ao príncipe desta peste (a heresia?), que quando apareceu tinha logo infeccionado as povoações marítimas, levando após de si a gente ignorante..."

Há exageração manifesta no cronista para desculpar o bárbaro *assassinato* de Bolés.

O mesmo foi chegar o padre Luís da Grã que declarar-se nos púlpitos, nas praças, no público, no secreto, e confutar as heresias de um homem tão atrevido.

Afrontando cara a cara, quando ousava mostrar-se para ouvir a pregação do padre, irritado nessas ocasiões, tentou Bolés aplacá-lo. Paternina diz claramente que ele procurara por todos os meios as boas graças do sacerdote intolerante! Eis as próprias palavras deste autor que o apelida Jaó de *Boulle*r: "Y tenia gracia de entretener una conversacion. Decia dissimuladamente entre sus gracias, alcunas que mordiam en la autoridad del sumo pontífice, en el uso de los sacramentos, en el valor de las indulgencias, y en la veneración de las imagines... procurò escusar con el atrevimiento su peligro. Tuvo traça para aplacar al padre Luis de Grana y carteose amigablemente com el, como um hombre docto con otro, y comunicole muchas opiniones theologicas, professandose siempre en las palabras *enteramente catolico* (note-se bem). Peró aunque antonces vistio piel de oveja nunca desnudò el alma de lobo... para atajarle, el tribunal eclesiástico prendió al hombre, etc." (Paternina, liv. II, cap. VIII[29]).

Por esse tempo em que escrevia o padre Simão de Vasconcelos, batia-se moeda de outro em São Vicente, que eram por isso chamadas *S. Vicentes*.

Uma vez fundado o Rio de Janeiro, foi Anchieta feito reitor de São Vicente, isto pelo ano de 1569, segundo seu biógrafo, e aí permaneceu até 1573, quando o provincial Inácio de Tolosa o quis transferir para o mesmo cargo no colégio do Rio de Janeiro.

Aludindo o bispo Leitão à voz insinuante e persuasiva, e à excelente prática do evangélico padre Anchieta, dizia "que mais gostava de ouvir este só *canári*o cantar em seus sermões que todo o bando de pregadores."

Começaram desde esse tempo os milagres de Anchieta, sendo o mais notável deles o do engenho dos Erasmos, mercadores flamengos. Também era exemplaríssimo, e não se poupava de fadigas nem recuava ante perigo algum para converter gentios e chamar ao redil de Cristo as almas desgarradas.

29 Vid. o que referi a respeito do caso do infeliz Bolés na pág. 158 [pág. 130, nesta edição] do tomo I desta obra.

Vem aqui a talho reproduzir do cronista a narração dos trabalhos a que se entregavam os missionários nas suas jornadas pelos sertões: "Caminhavam a pé com seus bordões nas mãos; levavam o seu breviário, ornamentos sagrados, agulha para rumos e alguma companhia de índios mansos, já batizados, em cuja experiência livram os caminhos, e em cujo arco a provisão do sustento da vida. Com suas flechas que caçam, e pescam também algumas vezes. As frutas das árvores, as ervas dos campos, a água dos rios, o mel silvestre e, sobretudo, a providência do Criador não faltam. Desta maneira vão cortando os matos, abrindo muitas vezes o caminho humano à foice, não sem perigo de feras, serpentes peçonhentas e selvagens traiçoeiros. Depois de verem no caminho as contrariedades de uma, duas e mesmo três horas, dão tudo por bem empregado quando começam de divisar sinais, que levam destinados, das árvores ou bosques onde habitam as gentes a que são enviados" (liv. III, cap. VI, nº 7).

Foi esta a lide de Anchieta enquanto esteve em São Vicente; acrescendo mais que nas suas frequentes jornadas daí para Itanhaém, que demorava a oito léguas, jejuava em todas elas, como por devoção.

É a praia desta costa, por onde caminhava Anchieta, tão áspera e dura que um carro bem carregado não deixava sinal nela, e é comumente empachada de armações desfeitas de baleias, que dão ali à costa, e cujos ossos perturbam, impedem a praia e fazem o caminho mais difícil.

"Jamais nestas tão frequentes missões andou o cavalo, nem ainda em rede, costume este do Brasil, mas sempre a pé, com seu bordão na mão e, posto que começava as viagens calçado, e em passando lugares públicos ou vendo gente, descalçava-se logo e continuava com os pés nus. Era com tanta pressa seu caminhar, quer por praias, quer por desertos, por mais fragosos e ásperos que fossem, que os mesmos índios, em exercício perpétuo e por mais andejos, admiravam-se disto, dizendo que parecia que voava. Por causa de seus grandes caminhos trazia os pés cheios de grossos calos."

1569 – 1583

Habitavam os índios *maromonis* com mais especialidade a capitânia de São Vicente, estendendo-se por uma parte duzentas léguas adentro, e outras tantas até chegar á povoação de São Vicente.

Andavam nus; não eram antropófagos e tinham alguma lavoura, embora fossem essencialmente caçadores, de onde vinha-lhes maior inconstância que nas outras nações, e usando de uma língua fácil de aprender aos que sabiam a geral. Diz Paternina (liv. IV, cap. I) que Anchieta começou uma gramática e vocabulário desta língua, porém coisa imperfeita, e que o padre Viegas a completou, ou antes ampliou e concluiu, pondo mais na mesma língua um catecismo da doutrina cristã.

Era Anchieta ainda irmão quando os padres livraram um índio mancebo das mãos de seus contrários, que o tinham à corda. Vendo-se o índio livre, foi-se para os seus; mas, passados muitos anos, voltou com muitos a procurar Anchieta em São Vicente.

Foram Anchieta e o padre Manuel Viegas ao capitão-mor, que lhes designou terras em Bertioga, que, demarcadas, aldearam-se os índios e ficou entre eles o padre Viegas. Tinham, porém, todos este trabalho como baldado, atenta a inconstância deles, e quase que repreendiam aos padres de se ocuparem de coisas das quais não podia resultar fruto. E assim era, que fugiam para os matos, onde as saudades os levavam; mas os cômodos da vida os traziam de novo. Como não eram castigados, sentiam-se por isso livres e ficavam da melhor vontade. Assim foram vindo pouco a pouco, e por fim todos, o que vem ainda mais reforçar a opinião dos que sustentam que por meios brandos ter-se-iam reduzido os nossos indígenas.

Estabeleceram-se em grandes aldeias, no termo de São Vicente, porém mais particularmente nos férteis campos de Piratininga. No tempo em que Simão de Vasconcelos escrevia, achavam-se mudados delas para as do termo do Rio de Janeiro, que então floresciam.

Nos últimos tempos do reitorado de Anchieta havia já sete anos que um grande número de moradores de São Paulo tinham partido com outros das aldeias convizinhas às partes remotíssimas a fazerem guerra às nações bárbaras. Ao voltarem disse-lhes Anchieta: *Eropita boyaimorebo* (faze parar os teus companheiros aqui sobre nós), e isto acompanhava de acenos para que melhor o entendessem; e o mais notável é que conseguiu chamá-los a si.

Passou Anchieta em São Vicente os anos de 1569 a 1578, trazendo neste último ano o provincial Inácio de Tolosa, que andava em visita, para o colégio da Bahia.

Teve patente do provincial para reitor do colégio da Bahia; mas se tinha ele posto em lugares tão baixos, disformes e desprezíveis que, levados alguns das aparências, começaram a fazer reparo nesta patente, dizendo "*que seria menos reputação de um colégio tão autorizado meter por superior deles religioso tão desprezível, quebrado de costas, e de menos respeito aos olhos dos homens*". Em resposta disto mandou-lhe o geral da Companhia patente de provincial do Brasil.

Estava Anchieta na ilha de Itaparica quando recebeu chamado de Tolosa. Na mesma hora em que chegou de volta à Bahia reuniu a comunidade, leu-lhe a patente dada por Everardo Mercuriano; e como soubesse das murmurações que lavravam, lançou-se aos pés de seus súditos, beijando-lhos em joelhos e pedindo-lhes ajuda de suas orações para poder levar a carga que a obediência lhe impusera. Entrou para este cargo em 1578, sendo na ordem cronológica o quinto provincial que teve a província; sendo o primeiro Manuel da Nóbrega, o segundo Luís da Grã, o terceiro Inácio de Azevedo, o quarto Inácio de Tolosa e, finalmente, o quinto José de Anchieta.

Foi o seu governo suave e cheio de brandura, e dizia que o superior não é seu, senão dos súditos e do povo, e que estava sempre pronto a ouvir suas necessidades.

No seu governo fez o padre Gregório Serrão profissão solene de quatro votos. Serviu de reitor no colégio da Bahia, sendo transferido para o do Rio, a ver se com a mudança melhorava de saúde.

Arribou ao Espírito Santo o navio em que ia, e o padre ali morreu.

Foram muito antes a Pernambuco o padre José de Anchieta e o padre Luís da Fonseca, seu secretário, por nomeação de Roma: mas faltam-me relações desta viagem, e só pude colher que, concluída ela, foi Anchieta visitar as capitânias do sul; que esteve em Porto Seguro, depois nas do Espírito Santo e Rio, de onde era administrador eclesiástico o padre Bartolomeu Simões Pereira, concluindo por fim a visita na de São Vicente.

Em 1583 acompanhava Fernão Cardim ao padre visitador Gouveia, como seu sócio. Neste ano, segundo parece, partiram eles do Rio para São Vicente; mas antes fizeram-se festas na aldeia de São Lourenço (Rio de Janeiro). O irmão Manuel do Couto tinha preparado uma comédia em louvor do santo; porém a muita chuva a impedia, senão quando Anchieta conseguiu pelas suas orações que fizesse bom tempo.

1585 – 1587

Concluída a visita às partes do sul, voltaram todos à Bahia, e no caminho cai o padre Inácio de Tolosa gravemente enfermo, e a ponto de se consultar em Cabo Frio se não seria melhor arribarem ao Rio para darem sepultura condigna a um sujeito tão grave. A viagem foi tormentosa; mas chegam à Bahia, tanto os dois como o padre Inácio de Tolosa.

O padre João Lobato, varão venerável e tido por santo, conforme Simão de Vasconcelos, principia cedo a patentear suas virtudes. Achando-se enfermo e de cama, pediu ao padre visitador que pois servira oito anos, o livrasse do cargo, e deixou o provincialato nesse ano de 1585, isto é, ocupou-o de 1878 até 1585, sucedendo-lhe o padre Marçal Beliarte, que prosseguiu o ofício por sete anos.

Foi mandado em 1586 para o Rio de Janeiro, cuja colegiada, com as das capitânias de São Vicente e do Espírito Santo, era governada pelo padre Fernão Cardim. Melhorou aí, e em 1587 passou-se ao Espírito Santo, para a aldeia de *Reritiba*.

Desta aldeia escrevia Anchieta ao padre Inácio de Tolosa: "O padre provincial mandou-me licença que estivesse em qualquer parte da província onde bem me aprouvesse; não quis tanta liberdade, porque podia ser causa de cegueira, e eu errar o caminho, não sabendo o homem escolher o que lhe convém. E fora grande desatino, havendo quarenta e dois anos que deixei em tudo a livre disposição de mim nas mãos dos priores, querer agora, no último período de minha vida, dispor de mim. Pus-me nas mãos do padre Fernão Cardim, reitor do colégio do Rio de Janeiro, e ordenou este nosso irmão que eu acompanhasse o padre Diogo Fernandes nesta aldeia de *Reritiba*, para ajudar na doutrinação dos índios, com os quais me dou melhor do que os portugueses.

Fez-se na Bahia, em 1591 ou princípios de 1592, a congregação provincial, para enviar-se procurador a Roma, recaindo a escolha no padre Luís da Fonseca, se bem que estivesse presente a ela o padre Anchieta, um dos mais antigos professores. Logo que foi a congregação terminada, voltou Anchieta para sua aldeia. Sabe-se que o padre Fonseca desempenhou bem sua missão.

1593

Mandou neste ano o provincial Marçal Beliarte carta a Anchieta, que por serviço de Deus e bem da Companhia tomasse o governo da casa e residências do Espírito Santo, como seu superior.

Era a capitânia do Espírito Santo por este tempo fértil em índios, havendo muitos milhares em quatro aldeias: *Reritiba, Guarapari*, *São João* e *Reis Magos*. Sucedeu neste mesmo ano que entrasse no Espírito Santo o padre João de Almeida para ser discípulo do *grande mestre*.

1594 – 1597

Neste ano há guerra na capitânia do Espírito Santo entre o gentio *goitacaz*. "Em corpo agigantados", diz o cronista, "destros no arco, inimigos de todas as mais nações e tragadores sobremaneira de carne humana, de cujos ossos faziam montes em seu terreiros. O distrito que habitavam era pequeno, dentro dos termos do rio Paraíba e Macaé, sítio, porém, horrível e inexpugnável, porque em vez de montes, comuns aos mais *tapuias*, viviam quais crocodilos nas águas de grandes lagoas, de que abundavam seus campos, chamados por isso dos *Goitacazes*, em choças de palhas, fundadas cada qual sobre o esteio de pau metido na areia, por mor segurança de seus contrários, cercados sobretudo de matas espessas e charcos inacessíveis. Destes lugares saíam a dar assaltos nos caminhos e praias, sem que pudessem ser acometidos senão com grandes dificuldades, e em tal caso apelidavam as nações das serras em seu favor, todas feras e bárbaras, que só para efeitos semelhantes consistiam entrar nos distritos dos *goitacazes* e vinham ajudá-los em bandos, e quando acaso se viam em perigo acolhiam-se em suas lagoas, e, nadando, se metiam nas casas, de onde nem a pé, nem a cavalo, podiam ser acometidos."

Em 1594 os moradores juntam suas forças, e vão em bandeira sob as ordens de Miguel de Azevedo.

Dá Anchieta fim em 1595 ao seu superiorado, mas já tão gravemente enfermo que todos o criam morto. Volta a *Reritiba*; daí vai ao Espírito Santo, onde melhora. Teve, porém, nova ordem que ficasse superior da casa e residências até chegar o padre Pedro Soares, que o ia substituir. Serviu assim cinco ou seis meses, quando pôde tornar-se à aldeia de *Reritipa,* onde o recebem os índios em grandes prantos, o que o impressionou, embora fosse costume deles com os hóspedes.

A 9 de junho de 1597 deu o padre José de Anchieta sua puríssima algo ao Criador, tendo então sessenta e quatro anos de idade, dos quais passou quarenta e sete na Companhia, e destes quarenta e quatro no Brasil. Foi seu leito de agonia rodeado nesta hora solene de cinco sacerdotes religiosos, filhos e discípulos do colégio.

Era o padre José de Anchieta de estatura medíocre, diminuto de carnes, de cor trigueira, olhos muito azuis, testa larga, nariz comprido, barba rara, e no semblante, alegre, amável e inteiro.

Caminhou o préstito, conduzindo seus despojos mortais às costas, por quatorze ou quinze léguas, sendo o saimento acompanhado de todos os índios da aldeia. O cadáver de Anchieta, com vestes sacerdotais, foi metido em uma arca.

Logo que foram chegados à vila, saíram a recebê-los o capitão Miguel de Azevedo, e o loco-tenente do bispo, ou antes administrador eclesiástico, padre Bartolomeu Simões, que acompanhado do clero, dos religiosos de São Francisco, que ali tinham casa, e dos irmãos da misericórdia, todos com tochas acesas, estes o tomaram em um esquife muito rico e o levaram à igreja dos jesuítas, onde foi sepultado na capela de Santiago, junto ao corpo do padre Gregório Serrão. Houve três noturnas, pregando nessas solenidades o padre Bartolomeu Simões; e dando o imenso concurso viva demonstração de sentimento e dó.

Depois da sua morte começou o evangélico Anchieta a obrar muitos milagres em todas as capitânias do Brasil. Eis como se expressa sobre este assunto o padre Simão de Vasconcelos: "Tudo quanto é dores alivia, advogado das febres, de partos e apostemas, domina o elemento da terra e seus animais; o mar, rios, fontes e chuvas, os animais das águas, o fogo, o ar e seus animais; domina sobre a cabeça, olhos, queixos, boca, dentes, garganta, peitos, costas, entranhas e pés, sobre a saúde em geral, sobre a vida, sobre as almas, sobre os bens da fortuna." Acumula assim o autor tantos milagres como se um só não bastasse para dar testemunho de sua beatificação[30]!

---

30 Vid. sobre Anchieta o que ficou dito nas págs. 62, 69 e 159 [Págs. 58, 63 e 131 desta edição] do tomo I desta obra.

. . . .

Da notícia dos sucessos e expulsão dos P. P. da Companhia

AUTORA: A VERDADE

Ms. extraído da pág. 169 à pág. 260 das Obras de vários autores[31]

CONTÉM esse trabalho, em resumo, acerca da primeira expulsão dos jesuítas do Maranhão, e de que enviei cópia integral ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil o seguinte:

Fica o Maranhão na terra que corre a costa do Cabo de Santo Agostinho para o oeste, entre a capitânia do Ceará e a do Cabo do Norte. Dista a capitânia-mor do Grão-Pará do Maranhão cento e cinquenta léguas. Computa o autor anônimo a população portuguesa da cidade de São Luís em setecentas almas. Explica esse limitado número de habitantes dizendo que povoam os moradores portugueses suas lavras distantes umas

31 Este trabalho faz parte de um volume manuscrito pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa, onde está classificado sob o nº E – 5 – 53 e tem por título *Obras de vários autores*. Vid. na Nota B *in fine* [pág. 407] o índice do que contém esse precioso volume de manuscritos, bem como notícia doutro que também descobri na mesma biblioteca, e que tem no rosto: CUNHA, *Cartas para S. A. Real,* e que interessa a nossa história pátria.

das outras, e poucos residem nas vilas e cidades, e, portanto, afastado do trato em comum.

"São os índios naturais da terra, gente bruta e por suas inclinações remissos, faltos de discurso, preguiçosos e tão inertes que nem por si, nem pelo seu procuram, nem ainda no maior aperto das necessidades humanas, de comer, ou dormir; tímidos e obedientes, ainda contra o poder e forças da mesma natureza; são inconstantes e mentirosos, e tão pobres que as suas maiores riquezas se cifram em um arco, e flecha, uma rede e uma cuia, que lhes serve de prato e copo; e tão covardes, e de pouco ânimo, que se não atrevem a negar, ou repugnar a qualquer branco, para que lhes não tome o que quiser desta sua pobreza, nem têm outras eleições fora daquelas por que os inclinam; sendo súditos pela regra do senhorio, que sobre si conhecem, ou que sobre eles se têm, e supostas estas qualidades naturais do seu alvedrio, são suas operações pendentes do bem, ou do mal a que os persuadem ou despersuadem; sendo mais ou menos o interesse, e cômodo, no descômodo próprio dos moradores portugueses, quanto é maior ou menor a liberdade que têm para se aproveitarem do sangue a serviço desta gente."

Passaram os padres da Companhia a estas terras (do Maranhão) para tratarem da conversão e salvação destes índios; mas, a despeito das próprias, justas e convenientes leis ordenadas pelo rei em benefício dos gentios, as autoridades e moradores, e o próprio governador, as contrariavam, e punham mil estorvos aos padres no desempenho de sua missão.

Tinha chegado por esse tempo (1661), e em dez anos, a trinta o número dos sacerdotes que se estenderam desde as terras do Ceará até os sertões do Amazonas, possuindo nessa imensa gentilidade cerca de quarenta igrejas, a que acudiam com grande trabalho.

O governador Pedro de Melo (1658), que, segundo o autor desta *Notícia*, possuía navios, muito âmbar e tantos escravos, e que por isso devia dar-se por satisfeito, era insaciável aliás em suas cobiças, e viu com maus olhos a interferência que lhes davam as leis nas entradas e mais negócios relativos aos índios.

Às intrigas movidas pelos que governavam vieram ajuntar-se a emulação e inveja dos mais religiosos, que o autor, que é jesuíta, pinta como ignorantes e instigadores das desordens que iam tomando calor e corpo entre os moradores daquelas capitânias.

Clama depois contra o modo por que eram feitos os resgates dos índios, vindo a morrer a maior parte deles: "Morrem, quando os que os vendem aos portugueses os vão buscar à força de armas às suas terras, e não consideram o estrago que ocasiona o uso ilícito e desordenado dos resgates, aos que escapam, aos que matam e aos que prendem; morrem ao desamparo quando os trazem por distância de mais de quinhentas léguas, e não advertem que *todos aqueles distritos do caminho eram povoados, e estão desertos*, por causa dos mesmos resgates, que atualmente executam; morrem depois de chegados, pelo ruim trato que lhes dão, e o contínuo trabalho a que os obrigam, e não olham que a eles lhes está acontecendo o que sucedeu aos passados, e que da mesma sorte há de suceder a todos os mais que sucessivamente comprarem, cativarem e trouxerem tais índios", etc. Esse iníquo tráfico era sustentado, segundo o autor, pelos religiosos, que alegavam e ensinavam aos portugueses que os índios dos sertões "são uns selvagens, que não têm fé, nem são capazes de a ter; que são bichos do mato e têm almas de cachorros", etc. Servem tais desculpas para "cevarem, segundo a *Notícia*, a sede e ambição de mais escravos, com que ajuntam mais cabedal para virem ao reino *agenciar ou comprar prelazias*, sem atenderem aos princípios do direito natural".

Trago acinte este trecho por extenso, para que aqueles que suspiram pelos tempos passados, e os trazem constantemente para exemplo, conheçam que, a despeito dos progressos da humanidade, que tanto praguejam, sempre é melhor a geração presente do que as das eras transcursas.

Conforme a política dos padres, de fazer intervir Deus a favor deles, ainda nos menores acontecimentos, atribui o autor um acervo de calamidades que desencadeou-se sobre o Maranhão por ocasião da expulsão dos jesuítas a castigo do Céu. Afirma que a cólera divina manifestou-se não só na fome, na carência de peixes, como na peste das bexigas que assolou a capitânia de um modo cruel. Para esses missionários não é o Criador cheio de bondades e misericórdia, mas sempre irado e disposto a arremessar seus raios contra os pecadores, indo assim de encontro ao que ensinam os Evangelhos. Parece incrível, mas é certo que o cordeiro imaculado é lobo sanguinário em todas as crônicas e demais escritos dos padres da Companhia; porque o terror religioso é uma de suas mais prediletas armas!

Descreve pela segunda vez o governador D. Pedro de Melo como vaidoso de sua prosápia, refalsado, injusto e malverso, vendendo a justiça

e os despachos, consentindo nos adultérios e *ladroíces*, tanto nos de fora como em seus criados; perseguindo a inocência e amparando os inimigos da honra, da verdade e da consciência. Por este resumo vê-se claro que D. Pedro de Melo é um monstro, ao menos no parecer do autor, tipo talvez que alguns modernos mandões de província imitaram, aperfeiçoando.

Tendo ele descrito as condições da gente da terra, as qualidades dos religiosos e a forma do governo, aduz mais algumas considerações, tudo sob o aspecto mais vantajoso para os da Companhia e em detrimento dos que lhe eram hostis, como é de praxe dos cronistas jesuítas. Entra a referir então o motim de 1661. Apenado o povo pelo bando de 17 de maio deste ano, incorporou-se na praça com o seu juiz e procuradores, que fizeram seus requerimentos aos oficiais da Câmara, para que dentro do prazo de três dias despejassem os padres da Companhia a igreja; por isso que tinham os moradores muitos agravos deles.

Passaram depois a assaltar o colégio por todas as partes, tirando dele à força os padres, que, não sendo aceitos em Santo Antônio, levaram para uma casa. Continuando com o motim por meio de rebate no sino da Câmara, e de violências (diz o autor) aos que não eram concordes com os agitadores, marcharam para a aldeia de São José, de cuja igreja retiraram os padres, deixando-a sem pároco. Incorporando-se a eles os soldados que abandonaram a guarnição das fortalezas, dirigiram-se à casa do governador; depois de cometerem excessos na do ouvidor-geral, ali puseram os mosquetes aos peitos deste e do procurador da fazenda, e exigiram os soldos. Os moradores da capitânia de Santo Antônio de Alcântara, não querendo ficar a dever em excesso aos de São Luís, arrasaram por terra a vivenda dos padres.

Inclinados os do Pará a acompanharem os do Maranhão, apresentou-se entre eles o prelado a administrar os seus bons conselhos, ofertas e concertos, apontando os meios acomodados para divertir-se e compor a desordem, e assim ia conseguindo aplacá-los; aporta, porém, ali uma canoa dos amotinadores do Maranhão, e a faísca do incêndio ateia fogo naqueles espíritos já abalados, e a 17 de junho, dois meses depois do levantamento da cidade de São Luís, alvorotam-se os do Pará, imitando aqueles. Formaram corpos de guarda, com sentinelas e rondas, apoderando-se da terra e das embarcações, etc., e desrespeitando aqueles oficiais que se mostravam obe-

dientes ao rei. No Gurupá prendem o prelado, que concertava com o capitão desse presídio nos meios de resistência, e o remeteram para o Maranhão. No entanto, ia na capitânia do Pará em aumento o motim, esbulhando-se os padres de todas as suas casas e igrejas, e prendendo-os, como também a vários seculares, em casas particulares, ficando separados uns dos outros.

Depois de embarcados, no Maranhão, os religiosos da Companhia com o seu prelado, levantou-se contenda entre o governador e o ouvidor, opinando aquele que fosse ele julgado e recluso por traidor, remetendo-se os autos ao reino. Resistia o ouvidor-geral por não achar causa, querendo que o governador fosse quem o executasse por determinação sua e de seu despacho. Dividiu esta controvérsia o povo, que tirou o prelado da caravela em que estava preso e o meteu na nau, que deu logo à vela com os mais religiosos, "e de cuja passagem cobrou o governador de frete trezentos e vinte mil réis, obrigado o padre superior desta casa do Maranhão a deixar-lhe, antes de dar à vela, um papel, cuja minuta lhe fez a seu modo para que João Pereira Barros, que ficou procurador do que tocava aos padres da Companhia, lhe pagasse logo o frete ou maior parte dele contra todo o uso e costume".

"Temos", diz o autor, "os religiosos da Companhia de Jesus, que estavam no Maranhão, já não só embarcados, mas dados à vela para o reino; os do Pará presos e tão oprimidos... tratando o povo eficazmente dos aprestos dos navios para os embarcar também para o reino."

Encarece não só os vexames e violências que padeceram os padres no Pará, como a resignação e humildade com que eles, a exemplo do prelado, as sofreram sem se lhes notar, acrescenta a *Notícia*, a mínima cólera ou irritação de ver obrar, entre portugueses contra sacerdotes e religiosos católicos, o que jamais em tempo algum se obrou em lugares de gente que confessasse obediência à Igreja romana.

A capitânia do Gurupá, de que era capitão Paulo Martins Garro, não molestara aliás os padres que ali residiam, antes os conservara. Vendo-se os padres do Pará em completo desamparo com a ausência do ouvidor-geral que os protegia, valeram-se de Manuel da Vide Souto-Maior, que só com os de sua casa os embarcou e levou às ocultas para a capitânia do Gurupá, onde já se achava também o ouvidor-geral. Quero crer que o ouvidor entrou no conluio e concerto desta fuga dos padres. Sabido dos moradores o fato, destruíram as fazendas de Manuel da Vide, já que de outro modo não se podiam

vingar dele, e depois armaram vinte e seis canoas das maiores "que se costumam na terra" com noventa portugueses e quatrocentos índios de guerra, munições e petrechos, e assim assaltaram a praça de Gurupá, matando uma sentinela, ferindo duas e aprisionando por último os padres, que puseram no convento do Carmo, fronteiro àquela fortaleza. Insistiram daí em que soltassem os criminosos detidos na fortaleza; mas, achando resistência da parte do capitão em anuir a semelhante requisição, abandonaram a 28 de março de 1662 este posto, levando consigo os padres.

Três dias depois aportava a São Luís do Maranhão Rui Vaz de Siqueira, provido no cargo de governador-geral do estado. Tratou o antecessor, que era seu primo, de espalhar que tinha ascendência sobre ele, e que assim melhor lograria seus intentos, vindo a princípio os atos de Siqueira confirmar de algum modo esses boatos.

Estava-se a 25 de março, próximo à Semana Santa, ocasião em que aflui à cidade grande concurso de povo, e aconteceu que pregava na matriz o vigário-geral quando em São Marcos deu a fortaleza sinal de embarcação do reino. "Tocou logo o sino de motim (o da Câmara); largando o povo a igreja, desampararam todos a pregação", etc.

Surgiu o novo governador no mencionado dia 25 de março no porto de Araçagi para não causarem estranheza na cidade os navios de sua conserva, que eram três. Expediu dali um batel, em que vinham o padre comissário das Mercês, e os sargentos-mores do Estado do Maranhão e da capitânia do Pará, e outras pessoas conhecidas e estimadas na do Maranhão, para irem os ânimos dos moradores a favor da nova ordem de coisas. Deu-lhes o novo governador cartas para a Câmara e para o governador destituído, participando-lhes que era chegado.

Ansiosos os amotinados de sondar as disposições em que vinha o governador e se trazia padres, sindicante e soldados, dirigiram-se à capitânia uns frades, com o pretexto de irem buscar companheiros que esperavam do reino; mas foram tão de corrida que nada puderam observar. Seguiram a esta exploração infrutífera as visitas do capitão da guarda do ex-governador, que levava recado deste ao seu substituto e que nada pôde colher a bordo, e as do juiz do povo e procuradores, que foram dar as boas-vindas ao governador, representar-lhe que o povo ficaria alterado se visse padres ou sindicantes, e pedir-lhe licença para fazerem certo requerimento.

Sossegou-os o governador, dizendo-lhes que não trazia padres nem sindicante, e que as ordens de sua majestade mandavam governá-los, ouvindo seus requerimentos e deferindo-lhos conforme fosse de justiça. Com estas seguranças os despedia satisfeitos.

Não logrou melhor resultado a visita que também fez a bordo o governador destituído, senão que o primo sacou dele todas as notícias que pôde, sem contudo abrir-se sobre sua missão. Louva o autor, como jesuíta que é, o modo ardiloso com que se houve Rui Vaz de Siqueira, e faz a apologia da doutrina seguida pela Ordem, de que os fins justificam os meios. Levava o governador tão adiante este artifício que no decurso da viagem, desde Lisboa, parecia desafeto aos padres, e guardava certo disfarce, negando que recebesse ordens do rei sobre a matéria. Acha o autor portentoso este procedimento, o que não é de estranhar em quem vestia roupeta.

Chegou o sargento-mor no dia seguinte (26 de março) pela manhã à bordo da capitânia com a resposta da Câmara, declarando que estava pronta a receber a todos e a toda a hora. À vista disto levaram ferro as naus, e com a enchente da tarde vieram lançar ferro no porto da cidade do Maranhão. Meteu-se então o governador no batel, ao som da artilharia de bordo e da das fortalezas, e saltou em terra acompanhado só de seus oficiais. Veio recebê-lo a Câmara no portão, levando-o debaixo de pálio à matriz e daí à casa da Câmara, acompanhados sempre da caterva do povo junto pela novidade. Logo que foi apresentada a patente do seu governo, o juiz do povo, seguido de muita gente, entregou-lhe seu requerimento, que ele recebeu, dizendo que, com a Câmara, o responderia por escrito.

Com a retirada do juiz da sala entrou o povo a murmurar por não assistir seu juiz à audiência. Disse-lhe o governador aquietasse o povo enquanto ele, que era de novo chegado, examinava da validade da sua vara. Tornou o juiz para fora e o rumor cresceu. Levantou-se então o governador e chegando à janela pediu à multidão sossegasse, porque vinha fazer justiça. Acalmado com isto o povo, leu o governador o requerimento, e, dando entrada no tribunal ao juiz, simulou que concordava com o que lhe requeriam acerca dos padres. Deu-se o povo por satisfeito com tal declaração, e romperam as aclamações e os vivas. Lida a patente real, mostrou-se propenso a favonear os intentos populares, "que favorecendo", diz a *Notícia*, "os afrouxou" para depois os contrariar.

Parecia ao novo governador fácil a redução daqueles povos, atenta a rivalidade que lavrava entra a nobreza e plebeus já nos meios de executar seus planos, quando chegou-lhe do Pará a notícia das desordens em Gurupá. Ordenou logo o governador junta, que se fez em sua casa, faltando só nela D. Pedro de Melo (ex-governador), contra o que tinha assentado com o primo. Redarguiu o governador que Francisco de Seixas Pinto, que com ele viera do reino provido no cargo de capitão-mor do Pará, partiria sem demora a impedir aquelas desordens ou os danos delas, levando consigo quarenta soldados para do Pará se passarem a Gurupá, para de lá trazerem os padres, o ouvidor, o capitão da praça e Manuel da Vide Souto-Maior. Votaram uniformes os da Câmara, cidadãos e nobreza contra a vinda dos padres, com que fingiu anuir o governador. Tal foi o segredo que guardou em todo este negócio, que nem ao capitão-mor do Pará, que ia representá-lo, confiou que trazia do rei para restabelecer os padres no Estado do Maranhão. Apenas ordenou-lhe convocasse junta e nela procedesse da mesma forma que o vira já praticar. Antecedera ao capitão-mor a canoa que fora ao Maranhão com papéis dos de Gurupá, de sorte que o povo mostrou-se satisfeito com a vinda dele, "enganado pelos boatos, todos favoráveis à causa dos amotinados e que espalharam os mensageiros. Confiados, pois, em que o rei não mandava ordens contra os amotinados," que o novo governador era um coração e vontade com o seu primo D. Pedro de Melo, e que os padres continuariam retidos em uma casa: ficou o povo seguro e altivo.

Cuidando os do Pará que não tinham impedimento no embarcarem os padres, trataram de aperceber os navios que os haviam de conduzir quando o capitão-mor convocou junta com o fim de que fosse ordenado que os padres se recolhessem às suas igrejas; mas os moradores do Pará não consentiram nisso, por emulação que tinham aos da capitânia do Maranhão, sendo para aqueles ponto de honra que estes se lhes avantajassem na expulsão dos padres da Companhia. Observando o capitão-mor que não era ensejo propício para mais, despediu a junta, recomendando se abstivesse o povo do seu mal começado intento até que chegassem as ordens reais. Censura-o, no entanto, o autor por nem ao menos ter aliviado parte dos padres que estavam reclusos em uma embarcação.

O ouvidor-geral e Manuel da Vide Souto-Maior tinham aliás recebido aviso da chegada do governador e que o capitão-mor os mandava buscar, ficando assim livres os cercados. Os padres abandonaram logo Gurupá e desencontraram-se da tropa que o capitão-mor havia expedido para ali, e por isso avisaram estes de sua vinda um dia de jornada antes de chegarem à cidade. O capitão-mor, sabendo disso, mandou dois comissários fiéis que os guiou para um dos navios ancorados no porto, provido de uma esquadra de soldados. Altas noites os procuraram no navio os amotinados em duas canoas; mas, vendo-se frustrados, vingaram-se em um criado de Manuel da Vide, que se recolhia ao navio e a quem deixaram muito maltratado e ferido.

No dia seguinte levou o capitão-mor a Manuel da Vide para a fortaleza, onde o deixou com muita boa guarda para assim o preservar do furor do povo, que supôs que era isto castigo pela proteção que dera aos padres. Voltando do navio, conduziu o ouvidor-geral para o convento das Mercês; mas o povo insistia tanto em criminá-lo que o capitão-mor achou prudente submeter o negócio à decisão do governador.

Chegada a tropa do Gurupá e o capitão-mor daquela capitânia, mandou o do Pará a este para o convento de Santo Antônio, e no dia seguinte embarcou a todos os que haviam chegado do Gurupá e os enviou para o governador-geral, sem que houvesse recebido ordens dele para tanto.

Despedia o governador Rui Vaz de Siqueira o tempo que lhe sobejava dos negócios em discretear com as pessoas que o procuravam, e a quem mostrava que dentro na lei e no regimento estavam as obrigações de seu encargo, e o modo prático de resolver todas as dúvidas e emergências, sem que houvesse mister de ordens especiais do rei. Desvelava-se não menos em explicar à tropa seus deveres e o que a disciplina exige dela.

Procurava no entanto D. Pedro de Melo semear a discórdia entre o povo e o governador, alheando-lhe as simpatias dos moradores de São Luís por meio das mais torpes intrigas. Com o acento da mais confidencial verdade ia conseguindo seu fim depravado, no que era acreditado pelo povo em razão de seu parentesco e aparente amizade ao governador, como a parte que tomara nos motins dos moradores.

Deu o governador na traça de D. Pedro de Melo, e querendo pôr cobro às coisas e restituir aos padres suas igrejas antes da partida para o reino de seu antecessor, começou a chamar à boa razão a gente ajuizada e cordata,

e ao mesmo tempo ordenou uma proposta para apresentar em junta, e que era concebida em resumo nos seguintes termos: que a restituição e aceitação dos padres devia ser feita enquanto estava ali presente D. Pedro de Melo, em cujo tempo sucedera a expulsão dos religiosos da Companhia, e pelo que estavam obrigados a duas dívidas: a primeira ao seu rei, senhor natural, pois havendo aceitado os religiosos da Companhia por seus missionários naquela conquista, e requerendo depois ao monarca contra ele, sem esperarem pelo remédio, os expulsaram; "a segunda dívida em que estavam era ao sobredito D. Pedro de Melo, que presente tinham, pois governando-os todo aquele tempo com a satisfação e igualdade que confessavam, não só lhe desobedeceram no tocante à dita expulsão, mas se amotinaram contra ele, como os mesmos religiosos faziam certo no reino por mais lhe agravarem suas culpas, pelo que lhe parecia razão se desempenhassem com o mesmo D. Pedro na forma que lhes fosse possível, e que da grandeza de sua majestade e bondade de ânimo do dito D. Pedro fiava que, embora a satisfação não fosse equivalente ao delito, se daria por satisfeito, vendo que antes da sua partida desta cidade deixava nela restituídos os religiosos que eles tinham expulsado, e que para este efeito ele governador lhe fazia renúncia do lugar que lhe entregara, que logo ali presente lhe largava para parte os ajudar a melhor se desempenharem, revertendo toda a glória desta restituição da desordem passada só para o dito D. Pedro de Melo; portanto, ele para si não queria mais do que a de medianeiro neste bom sucesso e de os ver a todos livres da vida".

Foi o governador na noite antecedente ao dia da junta à casa de seu primo D. Pedro de Melo, a quem faz leitura da manhosa proposta, convencendo-o das vantagens dela e instando com ele para que tomasse o negócio sobre si, "porque a ele só tocava e convinha o vencimento dele, e que os moradores estavam muito dispostos para se poder esperar, e conseguir um bom e glorioso sucesso; e feita esta diligência se recolheu para sua casa".

Na mesma noite, afirma o autor, mandou D. Pedro de Melo dar parte a todos os seus acostados do assunto da proposta, que fora comunicado em segredo pelo primo, e que seria apresentada no seguinte dia em junta. Nesta diligência indigna ocuparam-se toda aquela noite frei Francisco, religioso de Santo Antônio, e os criados do mesmo D. Pedro de Melo, aconselhando ao povo que não consentisse em nenhuma das propostas, que era tudo para sua ruína e perdição; mas já conheciam geralmente o caráter

de D. Pedro de Melo, e ia granjeando o novo governador o favor popular; por isso teve também quem logo o avisasse de semelhante aleivosia.

Tendo o governador descoberto o inimigo em quem devia ser-lhe o maior amigo, entendeu que era acertado adiar a proposta, sem contudo dispensar a junta, em cuja sessão havia outros negócios a tratar, etc. Achou ao redor da casa da Câmara multidão de povo; mas, sem se desconcertar, ordenou em voz alta e clara, e que todos ouviram, a um capitão de infantaria que ocupasse quanto antes as portas da Câmara com vinte arcabuzeiros, e que atirasse e matasse logo, sem esperar segunda ordem sua, a quem pusesse a mão na corda do sino ou levantasse ali a voz alta. Bastou, pois, a atitude da tropa para que a praça se desafrontasse brevíssima e se desfizesse o tumulto. Reunidos os membros da junta, declara-lhes o governador que podiam estar sem cuidados, porque mudara de parecer no tocante à restituição dos padres "em razão da variedade e pouca união com que se achavam na matéria; mas que para o mais estivessem advertidos que daquele ponto os começava a governar. Passando depois a tratar de outros negócios, sucedeu falar-se no juiz do povo, ao que perguntou o governador se havia ordem de sua majestade para o haver nesta cidade, e como fosse a resposta negativa, ordenou ao escrivão da Câmara citasse o nome do procurador do povo somente, e não consentiu que o juiz do povo, que assistia na junta, desculpasse sua presença ali, dizendo-lhe que não lhe pedia conta, mas que breve o faria. Uma vez desmascaradas as intenções do governador, não houve mais parar na encetada carreira, desbravada de mistérios e astúcia. Se por uma parte cuidava em engrossar as tropas e discipliná-las, por outra tomava medidas enérgicas para lograr o seu propósito. No dia imediato ao da junta mandou lançar bando, ordenando a quem servisse os ofícios por provimentos do rei ou dos governadores lhe apresentasse suas cartas para conhecer da validade delas. Entre os mais obedeceu o juiz do povo, oferecendo o título de sua eleição, e em vista dele extinguiu o governador aquela judicatura.

Depois disso fez o governador lançar outro bando: que ninguém tivesse em seu serviço índios das aldeias, quer de antiga posse, quer de moderna, nem fossem às aldeias resgatá-los sem licença sua.

Sucedeu que um morador dos mais autorizados quebrasse o bando de se não puxar pela espada, e o governador fez-lhe pagar da cadeia,

e dentro de vinte e quatro horas, a multa de cem mil réis, que comprou em pano e repartiu pelos soldados na razão de quatro varas para cada um.

Esta atitude decidida do governador veio incutir terror e desalento nos moradores, tornando-se muitos deles delatores de seus próprios feitos e dos de seus cúmplices nos motins. Dava Rui Vaz de Siqueira não só ouvidos aos mexericos e denúncias, recebendo-os em casa, e indo a desoras a lugares solitários e remotos, que lhe aprazavam para aí referirem-lhe o que bem lhes aprazia sua malevolência, como também exercia ele mesmo espionagem, "saindo fora da noite e disfarçado, quando era necessário espreitar as conversações dos corrilhos, consultas e ajuntamentos que se faziam em várias casas". "Enfim, foram as coisas encaminhadas de modo que vieram os mesmos moradores a pedir e a requerer ao seu governador que fizesse a junta que havia despedido."

Foi designado o dia do Espírito Santo a fim de celebrar-se na igreja da Misericórdia junta geral para a aceitação e restituição dos padres da Companhia. Armou-se para isso a igreja com todo o aparato possível, e a que foi o governador assistir antemanhã, adereçando-se e armando-se os assentos em sua presença. Isto feito e dispostos guardas para conter o respeito e a ordem, foi-se à matriz, onde assistiu com os demais membros e povo de todas as condições à missa votiva do Espírito Santo. Pejava o concurso de moradores o que havia de vácuo dentro e fora do templo, a cuja porta mandou o governador ler a aludida proposta, a que seguiu-se por parte de D. Pedro de Melo uma justificação de sua própria nos mais humildes termos, e na qual dava seu consentimento a tudo quanto propunha o governador, e aconselhava mais ao povo que obrasse naquela conformidade. Daí votaram todos uniformes que os padres da Companhia tornassem para suas igrejas e colégio.

Quando o escrivão da fazenda começava a fazer o termo desta junta, D. Pedro de Melo soltou palavras em sua defesa, culpando de tudo os moradores, e queixando-se de que eles o desampararam, e não queriam e nem nunca quiseram padres da Companhia. Levantaram-se alguns contestando tais alegações, afirmando que obraram os amotinados a instigações dos criados do ex-governador, e as vozes foram crescendo a tal ponto que, para levar mão do tumulto e proteger D. Pedro de Melo, foi preciso que o governador Rui Vaz de Siqueira se erguesse e mandasse tocar repique aos

sinos, e dar salvas à companhia de infantaria, trazendo e acompanhando para casa o primo D. Pedro de Melo, que não a julgando seguro asilo passou-se na mesma tarde para o convento de Santo Antônio, onde assistiu até se embarcar.

Atribui o autor o tumulto e expulsão dos jesuítas como a repugnância que a princípio mostraram os moradores ao restabelecimento desses religiosos, proposto pelo governador, às maquinações e conselhos de D. Pedro de Melo. Fazendo a apologia do espírito obediente daqueles povos, repete, em conclusão, que "no mundo todo não tem príncipe algum debaixo do seu império vassalos mais humildes a seus governadores do que os deste Estado do Maranhão".

Foi obrigado desta consideração que o governador Rui Vaz de Siqueira passou-lhe perdão geral, prometendo alcançar do rei confirmação dele. Outorgou-lhe também entrada de tropas no rio das Amazonas para o fim de resgatarem índios e proverem-se de escravos.

Chegaram por este tempo à cidade de São Luís os quarenta soldados que tinham sido mandados ao Gurupá, acompanhados dos que se haviam ali oposto aos amotinados e protegido os padres da Companhia.

Conclui assim este manuscrito: "Não escrevemos comparação, exemplo ou história, mais que as verdades puras do que experimentamos e vimos fundadas em o menos do muito que ouvimos."

. . . .

Historiae Societatis Jesu
(Parte tertia, sive Borgia)
AUCTORE R. P. FRANCISCO SACHINO – MDCIL

NA SÉRIE de crônicas da Companhia com este título, e de que são autores vários escritores, pertence a do terceiro tomo ao padre Sachino, que nela trata das coisas do Brasil nos números 158 do liv. I, 130 e seguintes, do liv. II, 208 e seguintes, do liv. IV, do liv. V e VI, e nº 202 do liv. VII e nº 287 do liv. VIII; mas desde já advirto que não digo a ordem deles, adotando, por mais conveniente, a cronologia e a importância e conexão dos fatos.

1570

Relatando Sachino a expedição que foi acometida por Jacques Soria, diz que o governador do Brasil, que ia nessa viagem, chamava-se Luís Fernandes de Vasconcelos (nº 218 do liv. VI), e quanto ao ataque naval, longe daquela defesa brilhante que Simão de Vasconcelos (*Crônica da Companhia*) dá a entender, refere que a nau do pirata veio sobre a Santiago "*ut in columbam accipiter*" que Soria lhe deitara dentro apenas cinquenta homens, "o que era mais que suficiente, como foi". Na nau dos padres havia só quarenta capazes de armas, e esses mesmos nem todos as tinham (liv. VIII, nº 228, pág. 316).

O primeiro a morrer parece que foi Benedito de Castro, o qual, vendo os inimigos entrados no castelo de proa, foi-se a eles com a cruz nas mãos, clamando que eram míseros hereges, ímpios e obcecados na sua cegueira. Ferido com três golpes, ainda gritava, até que o lançaram meio vivo no mar, onde afinal calou.

Depois foi Azevedo, que, bradando e pregando a verdade da religião católica, foi-lhe aberta a cabeça. Desta primeira carnificina restavam ainda trinta, e como a nau fizesse água puseram-nos na lancha, sendo eles os próprios a apelidarem-se de *papistas*, a consolarem-se e animarem-se uns aos outros[32].

Vaguearam assim pelo oceano obra de dezesseis meses, segundo diz o autor. A rainha de Navarra deu gratuita liberdade a João Sanches e a doze marujos que escaparam e foram solicitar sua proteção. Dali se partiu e vinha pelas estradas contando seus males e enchendo de indignação os ânimos ao tempo em que a guerra civil os trazia mais acesos.

Chama o cronista à nau *Dos Órfãos* e diz mais que iam nela de ambos os sexos, sem contudo dar notícia do que foi feito deles.

1571

Fala também da morte de Nóbrega, o qual na véspera dela passa a despedir-se de todos, como se houvesse de empreender uma longa viagem. Mas voltemos aos sócios de Azevedo e ao que diz deles Sachino.

O padre Pedro Dias, que ficara em seu lugar de superior dos restantes, foi ter com eles ao porto de Santiago de Cuba. Ali evangelizava, esperando monção e enquanto se consertava a nau. Os jesuítas da província de Flórida, de que era provincial ou superior Antônio Sedêmio, os mandam cumprimentar, e eles vão para Havana por consentimento dos que ali tinham casa, fazendo para isso um caminho longo e difícil. Embarcam-se daí na frota de Espanha e chegam a Angra das ilhas Terceiras, onde também haviam aportado o governador Luís de Vasconcelos e o padre Francisco de Castro com mais três companheiros, que tinham ido ter em sua companhia à ilha de São Domingos.

---

32 Vid. a respeito deste sucesso, págs. 91 e 92 [págs. 78 e 79 desta edição] do tomo I desta obra, onde resumo a *Crônica* de B. Teles.

Nesse intervalo de dezesseis meses, em que fala o cronista, muitos tinham morrido, e outros ficaram nas Antilhas. Muitos soldados e marujos fugiram de Angra para o continente de Portugal e o resto, que ficou, coube em um só navio. Dos setenta jesuítas que haviam ao todo partido, restavam só quinze!

Reconhecendo o padre Dias que alguns deles estavam com a saúde arruinada e menos próprios para a missão da América, os mandou restituir às suas respectivas províncias, e outros, desmoralizados com tantos contrastes, foram despedidos da Companhia, sendo que somente os dois acima eram sacerdotes de ordens, e oito completos de noviciado, a saber: Alonso Fernandes, Gaspar Gonçalves, André Pais, João Álvares, outro também do mesmo nome de Pedro Dias, Fernando Álvares, Miguel Aragão e Gaspar Gonçalves. Noviços cinco, que são: Francisco Paulo, Pedro Fernandes, Sebastião Lopes, Jacó Fernandes e Jacó Carvalho.

Predie Idus Sept. – Novas desgraças salteiam os padres! Aparecem ao cair do dia cinco naus, uma inglesa e quatro francesas. Preparam-se os da frota atropelada e confusamente para o combate. Era o inimigo João Cadavile, herético acerbo, e na mesma nau, segundo se crê, em que Soria tinha antes tomado a Santiago. Dão sinal os piratas com uma bombarda, mas o governador Luís de Vasconcelos não obedece. Em três descargas sucessivas matam os piratas cinco, ficando dezessete quase todos gravemente feridos nas pernas, e apesar disso pelejam, sustentando-se de pé com uma mão nas costas e com a outra procuram defender-se. A nau de Cadavile, mais alterosa, oprimia os portugueses. O governador, não desmaiando, ainda mesmo quando a nau já estava cheia de inimigos, combateu impávido até o último alento, e caiu sem jamais largar o escudo nem a espada. Sem que os heréticos o houvessem conhecido, lançaram-no ao mar (*ob. cit.,* liv. VII, nºs 181 e seguintes).

Já se vê que era fatídica a sua sina no mar! Nomeado em 1557 para levar cinco naus à Índia, a sua capitânia, ainda dentro do porto de Lisboa, abre tanta água que não pôde navegar. Partindo no mês seguinte (em maio), em vez de dobrar o Cabo, veio ao Brasil, onde passou o inverno. No seguinte ano conseguiu passar à Índia; mas na volta e pela altura da ilha de São Lourenço naufraga, perdendo tudo, e de trezentos homens apenas salvou-se com mais trinta em um batel.

Naufrágio terrível foi esse; porque foi preciso cortar sem dó as mãos à multidão ansiosa dos náufragos, que, no desespero da agonia, se agarravam no batel com grave risco de o virarem. Luís de Vasconcelos torcia o rosto, cobrindo-se com um pano, para não ver aquela necessária crueldade. Chegou o batel por milagre a São Lourenço, e por maior milagre ainda encontrou ali uma nau de mercadores portugueses; porque se assim não fosse os bárbaros os teriam assassinado. Dali vão de novo à Índia, e volta o governador a Portugal sem meios, mas rico de seus trabalhos e misérias. Nomeado governador do Brasil, viu aquelas terras; ludíbrio, porém, das ondas e do destino, acabou às mãos dos piratas, tendo antes notícia, em Angra, de que seu filho Fernão de Vasconcelos fora morto em Goa pelos turcos! Felizes tempos aqueles em que se tinha por mor ventura morrer pela fé do que lucrar grossos cabedais!

Morto o governador, os portugueses se entregaram à discrição. Os padres talvez irritassem mais aqueles intolerantes hereges com a piedosa ministração dos sacramentos; tanto que acabaram primeiro com o padre Francisco de Castro e depois com Pedro Dias. Tinha este quarenta e cinco anos de idade, dos quais passara vinte e três na Companhia. Em seguida a ele mataram os outros, que todos aceitaram o martírio, menos Gaspar Gonçalves, que o recusa, e para esquivar-se arranca as roupas que o comprometiam, toma a japona e o barrete de um marujo e confunde-se com os mais: os inimigos, porém, que não queriam sustentar tantos homens, lançam alguns ao mar e entre eles Gaspar Gonçalves! Assim perdeu, diz Sachino, as honras da morte pelo inconsiderado apego à vida. "Foi talvez justiça, que quem preferia os sórdidos trajos do marujo aos hábitos religiosos fosse atirado às ondas como inútil carga!" Atam-lhe as mãos às costas e fazem com ele tiro ao mar. Acharam, contudo, alguma misericórdia temporária nos hereges; por isso que reservavam o espetáculo para a noite.

Chegada esta e quando a chuva tinha aplacado o mar, efetuou-se esse ato de barbaria. Deitaram os padres na água, e os que não sabiam nadar, dando-se as mãos e agarrados em um bolo, se iam ao fundo, encomendando-se a Deus, e sem talvez pedir misericórdia onde sabiam que a não achariam em seus algozes. Foi exceção Sebastião Lopes. Este, coitado! Corria no escuro da noite ora a uma, ora a outra nau, a clamar misericórdia, até que por último foi acolhido em uma "*penula contectus*" e assim

escapou. Dele é que veio a saber-se depois as particularidades deste infeliz sucesso. A sina de todos os companheiros de Azevedo foi má; pois que só chegou ao Brasil Antônio Leônio, que, ficando em caminho por doente, mais tarde recuperou a saúde e chegou ao seu destino.

No entanto estes desgraçados acontecimentos influíam de modo menos desejável, já direta, já indiretamente, na marcha regular da Ordem. Sentia-se a falta de chefes, influindo ainda mais na administração das aldeias os efeitos do desalento. A origem disso foi porque, apenas conhecido em Roma o desastre de Azevedo, o geral Francisco Borja declarou o padre Manuel da Nóbrega provincial do Brasil; mas acontecendo que este já era falecido no ano antecedente, suscitaram-se daqui hesitações e dúvidas. Pretendia-se que o padre Luís da Grã tomasse a administração; este, porém, argumentava com as ordens existentes, pois o visitador Azevedo, na sua partida, havia estatuído que, vindo a morrer o provincial, tomasse todo o cargo o reitor do colégio da Bahia, enquanto não acudisse com outras providências. Assentiu por fim nisso o padre Antônio Pedro, que era reitor do colégio da Bahia. Mas a falta de Nóbrega e de outros, que eram como as primeiras colunas da Ordem nestas partes, a carência de tudo, principalmente de sacerdotes que há tanto eram esperados e não acabavam de chegar, puseram em triste estado os negócios da Companhia no Brasil.

Em Pernambuco lavrava suma irritação contra os padres, promovida por um sacerdote expulso da Companhia. Este acusava os padres de heresia (mais provavelmente de crimes mundanos ou vistas ambiciosas), e se tinha havido com tal arte que chamara à sua opinião não poucos dos principais da terra. O bispo conseguiu acalmar a tempestade, revertendo a acusação sobre o caluniador, que parece ter sido preso.

É digno de reparo, observa o cronista da Sociedade, como em pouco tempo foram perdendo a vida todos os infectados desta praga contra os padres; e ao mesmo governador (Gaspar de Sousa), que havia sido grande parte na perseguição aos padres, preso pouco depois e transportado para Portugal, pagou seus erros com quebra da fama e perigo capital. "Assim provava Deus os seus, ao passo que manifestava a eficácia da sua proteção."

Como se vê, não perdem os padres da Companhia ensejo para apresentar a intervenção divina nos menores fatos passados com os da sua Ordem.

1572

Às calamidades que vexaram o Brasil acresceu a morte do padre Antônio Pedro, que geria a província desde o falecimento de Nóbrega. Respeitado e querido dos principais da província e dos índios, venerado do povo, deu o espírito aos 6 *ante kal. aprilis*, de idade de cerca de cinquenta anos, e vinte e três da Companhia. Com a morte de Nóbrega e depois com a deste, não chegando socorros à província, havia tocado esta ao último extremo. Os padres, faltos de força, já de corpo, já de espírito, "com as quais somente puderam bastar para o desempenho dos seus encargos, uns procuravam Portugal, outros, fugindo às aldeias, preferiam as macerações do claustro aos incômodos de catequistas" (*loc. cit.,* liv. VIII, nº 287).

Nem faltou, posto que não fosse este o sentir de maior número, quem propusesse o abandono daquela ingrata seara, tendo por melhor dirigirem seus esforços para terras mais felizes.

O geral Francisco de Borja nomeia novo provincial, recaindo a escolha em Inácio de Tolosa, que com treze companheiros chega ao Brasil na 9 *kal. maii*, depois de três meses de navegação.

Com a chegada do novo provincial tomaram as coisas outro aspecto. Ele, já com exortações privadas, já com pregações públicas, influiu nos espíritos, ensinou aos sócios a amarem aqueles trabalhos, revocou-os ao respeito, à obediência (segundo o instituto) e ao espírito de verdadeiros missionários. O padre Gonçalo Leite abriu aula de filosofia; promoveram-se com ardor as obras da igreja; e celebraram-se aqui pela primeira vez as festas de Pentecostes.

Francisco de Borja determinará mais que se recolhessem os padres das aldeias, indo apenas a ela algumas vezes no ano para fortalecerem os catecúmenos na fé; cumprindo ao mesmo tempo se fortalecessem também os padres na disciplina. Pareceu isto impraticável aos homens que tinham longa experiência do Brasil. Se aqueles indígenas, congregados pelos padres, reduzidos a aldeias e protegidos pela sua caridade, se vissem de repente privados dessa tutela ou solicitude, viriam decerto, pela mobilidade do seu ânimo ou estimulados das injúrias recebidas ou que viessem a receber, a abandonar suas aldeias e a voltar às suas selvas e costumes primitivos em detrimento da religião.

Decidiu-se que com estes fundamentos se consultasse de novo o geral. Resolveu no entanto o provincial que os padres das aldeias viessem ao colégio uma vez cada mês para se recolherem, e restaurarem as forças do espírito e da religião, o que era de necessidade; visto que deste viver isolado já iam aparecendo os inconvenientes que resultavam de residirem a sós entre os índios.

Instituiu-se um templo para os cativos em lugar que fosse mais cômodo, para aí serem doutrinados em ocasião azada. Parece-me que daqui é que se originaram as igrejas e confrarias de Nossa Senhora do Rosário, que são no Brasil compostas de gente de cor.

Restabeleceram-se as casas no seu antigo pé e regime. No fim do ano visita o provincial com Luís da Grã as igrejas da vizinhança da Bahia e as residências de Porto Seguro.

Depois do *acerbo vexame* por que passaram os padres de Pernambuco, voltaram-lhes o favor e os ânimos de todos: tirava-se, segundo o cronista, da morte, do castigo e dos padecimentos de seus adversários argumento da impiedade da acusação e do auxílio divino. Um dos acusadores, no transe da morte, reconheceu publicamente a inocência da Companhia e a santidade dela. "Pedindo perdão, confessou entre lágrimas suas mentiras e julgou-se por elas maldito." E assim morreu.

Faleceram este ano (1572) na cidade de São Salvador dois homens de grandes virtudes e conhecidos pelo afeto que tributavam à Companhia: Mem de Sá, que governou o Brasil quatorze anos, fundou a igreja e dotou largamente o colégio com terras; e Lázaro de Azevedo, que, morrendo, legou à Companhia a igreja de Nossa Senhora da Escada, fundada a expensas suas, na proximidade da cidade, em sítio ameno, e assim também suas terras e mais algumas casas.

1573

Visitadas e compostas as casas da Bahia e de Pernambuco, chamavam as partes do sul a atenção do provincial Inácio de Tolosa. Chegou ele a São Sebastião do Rio de Janeiro no 4 *idus januarri*, levando consigo companheiros para dar ao colégio daquela cidade regime conveniente. Ali instituiu a exposição do corpo de Cristo e a irmandade do Santíssimo Sacramento. Fez repetir no colégio os exercícios de Santo Inácio, que eram

mui concorridos do povo pela pregação do padre Luís da Grã, sobretudo por não ter ouvido nenhum outro pregador depois da morte de Manuel da Nóbrega. Estabeleceu também escola de primeiras letras onde se preparassem os que no seguinte ano deviam começar o latim.

Conhecendo ele que as terras do colégio paravam em mãos de particulares, pôde havê-las, não sem aturada contenda. Eram as da aldeia de São Lourenço, da administração dos padres, do número dessas. "O seu principal, acometido de uma forte dor do lado, vai à igreja, julgando-se a sós, confessa-se com as imagens, lava a parte com água benta e, lançando fora de si a moléstia, saiu dali perfeitamente curado." O irmão Gonçalo de Oliveira, que espreitava e deu fé de tudo isso, foi quem assoalhou o milagre.

Era com tais superstições que os padres perturbavam a razão, de si fraca, dos pobres indígenas: até das extravagâncias de um enfermo desesperado de remédio, e naquele estado em que a gente se socorre ainda mesmo a mezinheiros e bebidas repulsivas, aproveitavam-se os padres para apregoar seus resultados como obras milagrosas alcançadas pelo merecimento da Companhia!

Mas nesta aldeia tão favorecida de Deus viram-se os padres pouco depois em grave perigo por tirarem as concubinas a certos homens poderosos que ali residiam. Estes se enfureceram e atacaram a aldeia com tal vigor e arruído que até os padres, que estavam ocupados na edificação da igreja, só na fuga acharam salvação. Tudo se aquietou afinal por meios brandos; mas ignoram-se com que concessões de parte a parte, devendo suspeitar-se favoráveis aos padres, como astuciosos e mais atilados.

Foi nomeado pró-reitor do colégio do Rio o padre Brás Lourenço, que passou logo depois a reitor do mesmo.

Parte daí o provincial para São Vicente, estando já dividida a província; mas creio que nunca se havia realizado de fato tal divisão, senão Sachino não repetiria a notícia. Ficaram sujeitas ao colégio do Rio as residências de São Vicente, de Piratininga, e as do Maranhão, de Porto Seguro e de Pernambuco ao colégio da Bahia. Fez-se igualmente em Piratininga a exposição do corpo de Cristo. Estava a aldeia na observância das coisas de fé como na dos costumes "*ut religiorum familia videretur*".

Não se demorou, contudo, aí provincial por muito tempo: tinha pressa em tornar-se à Bahia, onde ia fazer-se congregação provincial para enviar procurador a Roma, e por esse motivo e para não perder tempo à espera de navio, comprou ele um. Embarca-se nele, passa pelo Rio na 9 *kal. maii*, e no fim do quarto dia saíram do Espírito Santo. "Mas nesse mesmo dia, à tarde, sobrevém-lhe grande tempestade, o piloto não reconhece o lugar e o navio encalhou." Vinham também em sua companhia os sócios Luís da Grã, Antônio Roque, Vicente Rodrigues, Fernando Luís e os dois irmãos João de Sousa e Benedito Lima.

Instava o patrão do navio com o provincial para que tirasse a roupeta e se lançasse ao mar, como já o haviam feito alguns marujos; mas alegava ele não saber nadar, e de rosário na mão implorava a assistência divina de joelhos no alto do tombadilho. "Vem-lhe o auxílio de onde esperava; um vagalhão colhe o navio, toma o padre e o atira ao mar." Antônio Roque e João de Sousa lançam-se também à água para o salvarem. Bebe uns goles de água e acha-se na praia de contas na mão! A água não era funda, a praia perto, de modo que todos, em número de trinta e cinco, salvaram-se; mas o navio carregado de pau-brasil abriu-se em dois. A proteção do Céu esteve em que mais além havia uma corrente impetuosa de água doce, que amararia o navio para onde havia rochedos debaixo da água, ela mais funda e a praia mais distante. De propósito e com dia claro não teriam encalhado em melhor sítio. Estavam dezesseis léguas do Espírito Santo, com grande fome e sede: puseram-se a caminho, indo em romaria a Nossa Senhora do Penedo, a quem se tinham encomendado.

Esta igreja (a do Penedo) é fama ter sido fundada por um leigo de São Francisco, de nome Pedro, que andava no Brasil com licença de seus superiores. Fez esta igreja, e uma ermida na Vila Velha do Espírito Santo, na qual acabou seus dias. Diz no entanto o autor, em outro lugar, que não havia por esse tempo franciscanos no Brasil...

Impedidos os padres de prosseguirem na sua viagem, ali se ficam, não sem fruto, ocupados em doutrinar; e como o templo antigo de velho estivesse ameaçando ruína, sobre ser pequeno, traçaram outro maior com alicerces de pedra e cal, o mais de taipa e madeiras "qual mal cedem ao ferro, tal a sua rijeza". Havia dificuldades no alimento de doze padres e quarenta obreiros, e ainda de muitos pobres; sucedendo o mesmo por

essa ocasião a outros padres em diferentes lugares. As esmolas todavia bastavam; porque essa era a ordem dada pelo provincial para que em todas as partes, exceto nos colégios, vivessem da caridade dos fiéis.

Chega o novo governador Luís de Brito, sendo recebido na Bahia com festas e no colégio com aparato, havendo aí mistério e outeiro. Conhecendo este que a demora dos padres ausentes era devida por sem dúvida à falta de transporte, expediu um navio para os ir buscar.

Chegam estes náufragos a São Salvador a 7 de setembro e sabem que era falecido o bispo D. Pedro Leitão, poucos dias antes. Era, segundo o autor, sacerdote talhado para as circunstâncias do Brasil, como também por ser amigo dos jesuítas, a quem deixou a biblioteca, e tinha por confessor ao padre Quirício.

Incansável em cumprir as obrigações de prelado, visitou todo o espaço que vai de Pernambuco a Piratininga, isto é, mais de quatrocentas léguas, exposto a chuvas e ventos, acompanhado sempre em suas jornadas por alguns padres da Companhia.

Por esse tempo restavam aos padres, na vizinhança da Bahia, quatro aldeias: Espírito Santo, Santiago, São João e Santo Antônio.

Neste ano de 1573 começou-se a dar aos índios idôneos o sacramento da eucaristia. O autor glorifica a virtude da comunhão e quanto influía para a mudança dos costumes.

Instituiu-se também por esse tempo a irmandade da Misericórdia, cujo principal fim era o de dar sepultura aos mortos. Os privilégios dos irmãos eram ter velas acesas ao levantar da hóstia. Os índios e cristãos, ambicionando esta honra, não se esqueciam, contudo, de outros meios para estadearem a sua importância pessoal.

O padre Gaspar Lourenço, que residia na aldeia de Santo Antônio, soube que uma nau da Índia naufragara ali perto com perda da fazenda e com muitas mortes. Era noite, e saíram o padre e seu companheiro da aldeia pelas trevas, seguidos de índios, e assim foram ao lugar do sinistro. A luz da manhã veio iluminar miserando espetáculo – homens mortos, não poucos moços e crianças: os vivos acabados de frio, feridos, nus, desesperados e mais mortos que vivos. O padre Gaspar e o irmão Estêvão Fernandes dão sepultura aos mortos, trazem os vivos, e os índios carregam os enfermos, curam-nos, lavam-nos e dão-lhes com edificante

caridade tudo quanto tinham. Chegam com os náufragos à cidade, onde os padres os recebem, agasalham e procuram-lhes vestidos, e também salvam do naufrágio o que podem. Serviu-lhes isto de muito para acreditar e dar nome à Companhia.

No fim deste ano, chegando os irmãos Manuel de Castro e Pantaleão Gonçalves, são mandados a Pernambuco (F. Sachino, pars., IV, lib. I, nº 167). Nesta jornada, que se podia fazer por mar em cinco dias, gastaram eles quarenta; sendo nela obrigados a reduzir o mais possível a alimentação, e ainda assim desembarcaram a quarenta léguas de Pernambuco, obrigados da sede e da fome.

Que perigos naqueles tempos – em rios de jacarés e tubarões, em praias desertas, ou em matos sem caminhos, com o sol ardente a dardejar-lhes, ou molhados do orvalho e das chuvas! Eram todos uma chaga, e muitos queriam deixar-se no caminho sem forças e sem coragem. Eram trinta e três, e assim chegaram auxiliando-se mutuamente.

1574

Faleceram em 1574 no colégio da Bahia dois – Ambrósio Rego, insigne pela sua humildade, pois dele conta-se ter solicitado instantemente ao provincial o deixasse no seu lugar de coadjutor, empregado nos misteres da vinha do senhor e no da cozinha. "Foi o outro, o padre Luís de Mesquita, que trouxera de Portugal os dois irmãos, Manuel Dias e João Solônio, contraindo na viagem princípios da enfermidade de que veio a sucumbir."

"Pareceu mercê de Deus para manifestar a virtude deste homem, que havendo ele por esquecimento deixado no navio uma caderneta dos seus apontamentos, nem se perdeu nem inutilizou ela; antes duas vezes fez-se o navio à vela para a ilha de São Tomé, duas vezes foi constrangido a voltar pelo mau tempo, até que o capitão descobriu aquele papel sujo e o trouxe ao colégio na véspera do passamento do santo padre! Depois disto segue feliz viagem."

Neste mesmo ano fez-se uma larga expedição ao Brasil. Ordenou el-rei a Luís de Brito, levado pela fama do muito ouro que se dizia e assegurava haver no sertão. Iam nela, além dos soldados, muitos índios; mas para que estes fossem de melhor vontade e os soldados os não mal-

tratassem, fizeram parte da expedição os dois padres, João Pereira e Jorge Velho, hábeis para o trabalho, aclimados no Brasil e línguas muitos peritos. O padre Pereira, que havia já gasto muitos anos na conversão dos índios, dava agora lições de filosofia no colégio da Bahia. Ocupados ainda na viagem em doutrinar os índios e em reprimir a intemperança dos soldados, andaram quase mil léguas (no que há decerto muita exageração) a pé e descalços, por causa dos muitos rios, e quase em contínuas lutas! Foram ainda uma vez frustradas as esperanças de ouro, mas no espaço de quatorze meses, que tantos levaram os padres nesta expedição, batizaram mais de quinhentos meninos.

Obra de menos vulto, posto que de mais proveito, empreenderam os padres neste ano, visitando todo o recôncavo e as fazendas que ali se achavam espalhadas. Recebem todavia os moradores essas visitas com repugnância por entenderem que os jesuítas vinham espionar com que títulos serviam os índios. Sendo já por esse tempo muito crescido o número de africanos, aconteceu que os que possuíam só estes agasalharam e trataram muito bem os padres, como foi sempre costume dos fazendeiros do Brasil.

Floresciam, no entanto, as quatro aldeias da Bahia; nelas mostrava-se certa humanidade, e tal qual urbanidade, com que os padres se extasiavam, não achando termos para encarecê-las. "Envergonhavam-se de andar sem roupa, saudavam-se mutuamente, ao encontrar-se, guardavam tempo nas comidas, os principais iam à igreja e vinham dela acompanhados de suas legítimas consortes, à moda da gente europeia. Alguns até já sabiam granjear a vida. Mas no que todos brilham, e entre si mais realizavam, era na frequência dos ofícios, nos jejuns, penitências, flagelações e no amor e dedicação aos padres, como caminho para o Céu, que a Terra não lhes era muito aprazível."

Assim conjeturo que devia de ser, decaídos de seus brios, cercados de conquistadores e déspotas, prevendo qual seria o seu futuro, as vistas de todos se voltariam para o Céu, pois que é preciso algum pasto à parte menos material do homem, por muito bárbaro que seja, por muito abatido que o vejamos.

Importa aqui especializar a aldeia de Santo Antônio, onde os padres, para recompensar seus moradores condignamente dos seus progressos

na piedade, celebraram uma Semana Santa, a que concorreram todos os das demais aldeias, apesar de quantos descômodos lhes oferecia a jornada.

À irmandade da Misericórdia, já instituída do ano antecedente, acrescentou-se agora a do Santíssimo Sacramento com um hospital e cemitério. Alguns dos irmãos daquela confraria percorriam as aldeias, vendo onde havia enfermos e necessitados para avisarem os padres, e tinham como de obrigação o fazerem todos cada dia uma das obras de misericórdia. À noite lhes perguntavam os padres o que haviam obrado, e era de ver como emulavam todos em sobressaírem uns aos outros na piedade!

As instruções ou diretórios compostos pelo provincial, relativos à catequese, à penitência e, sobretudo, à confissão e comunhão, foram vertidos para a língua brasílica pelo hábil padre Leonardo do Vale. Para a aldeia foram também agora mandados muitos da Companhia para que se tornassem destros da língua.

Temiam os índios do sertão descerem as praias onde os aguardavam o cativeiro. Diz o autor que larga porta então abriu-se ao Evangelho com nomear D. Sebastião a Antônio de Salema para governador do Rio de Janeiro com jurisdição independente do da Bahia, recomendando a ambos consultassem o provincial do Brasil no que fosse dos índios. A mim parece-me no entanto que não foi a religião que se teve em vista com essa medida; porque os sucessos posteriores, se alguma coisa provam, é o contrário.

Dois grandes males vexaram então o Brasil: a peste, aliás raríssima ali, e que por seus espantosos resultados dizimou os animais de modo que a cada passo se encontravam nas matas e nos campos cadáveres de tigres, de porcos, de veados, de antas, de cobras, etc., infeccionando os ares, assim tão perigosos aos homens que respiravam estes e até as mesmas feras, se comiam aqueles. A segunda foi a fome pela escassez das colheitas de mandioca, que não bastava. Crescia este mal com o da penúria da caça, e isso remediou-se com preces e flagelações públicas. Os índios, como em *Gil Brás*, pagavam os erros *dos nobres*. No entanto, o remédio aproveitava à imaginação dos ingênuos!

Em Pernambuco acrescentou-se aula de latim à escola primária. Nos Ilhéus, ao mal da fome juntou-se o ataque dos *aimorés*, nação inexpugnável por não ter residência fixa. Assistia naquelas partes o padre Pina, que era tão querido e amado de todos que não havia removê-lo dali. Tinha

arte de os persuadir que se dessem ao trabalho e para exortá-los à conformidade nos sofrimentos. Andava sempre na pedintaria e dava adiante ao primeiro necessitado que lhe estendia a mão. Dava tudo sem respeito ao dia de amanhã; que acima da previdência está a Providência. *Dai que recebereis*, era o seu bordão (*date el dabitur vobis*).

Desceram por este tempo muitos do sertão a Porto Seguro, talvez acossados pela fome.

1575

Os começos do ano de 1575 prometiam abundantíssima messe aos obreiros de Cristo; mas, ainda mal, que os resultados não corresponderam às esperanças! A cento e cinquenta léguas de São Salvador fica o *rio Real*, cujos íncolas estavam sempre em guerra com os portugueses. Resolveram-se agora a pedir paz e o Evangelho. Vieram seus embaixadores à Bahia e o provincial os hospeda nas aldeias dos neófitos para no entretanto experimentar sua constância deles e por ela a firmeza das suas resoluções. Delega para esta expedição o padre Gaspar Lourenço, que tinha bom nome no Brasil. Toda a aldeia de Santo Antônio quer partir com ele, e quatro desses fugiram com suas mulheres para entre os do *rio Real* a fim de o irem ali esperar. No começo do ano parte o padre com o irmão João Solônio e mais vinte dos neófitos de Santo Antônio. Mandou o governador com eles uma companhia de soldados a ver se ali se acharia lugar acomodado para a fundação de uma vila, e isto foi motivo para o malogro da expedição. Marcham a pé e com demasiado incômodo.

Na 5 *kal februarii* chegam ao rio, onde ficam os portugueses em lugar próximo ao mar e próprio para uma povoação. Dali a seis léguas estavam os índios (não declara Sachino de que nação, e só que pertenciam aos que falavam a língua geral). Era aldeia de mil almas, metade dos quais daqueles que em 1568 tinham fugido aos portugueses. Ao entrarem ali conhecem os padres as quatro mulheres que com seus maridos haviam saído de Santo Antônio. Dizem-lhes elas que estes já tinham sido mortos e devorados: rimem-nas os padres da escravidão, disfarçando com tudo o desacato por julgarem assim oportuno. No entanto, os que tinham fugido dos portugueses espalhavam com calor ser costume dos padres reuni-los em aldeias para os entregarem indefesos ao cativeiro, acrescendo que dava for-

ça a este rumor saber-se que nas vizinhanças ficaram soldados. Esforçam-se os padres por acalmá-los, pregam que os vinham chamar à fé, à salvação eterna, e fazê-los filhos de Deus, e com isto acomodam-se.

Logo que o padre chegou a este lugar, fez uma igrejinha de pindoba, onde disse missa e começou a obra da catequese. Dá ao oratório e à aldeia os nomes do apóstolo São Tomé. Ao rumor da chegada do padre, correram muitos até do rio de São Francisco, requerendo-lhe igual honra para suas aldeias. Era mais afamado entre estes o principal *Surubim* por causa de muitas mortes consumadas em portugueses.

Enfiam todos por conhecerem o homem, e ainda mais por saberem que vinha com grande acompanhamento, suspeitando logo que fosse para matar os missionários; mas sentindo-se o padre Gaspar nas mãos de Deus, deixou-se ficar, e o índio, vendo-o tão resoluto e ouvindo-lhe a pregação, disse-lhe: "Folgo com a tua vinda", e daí voltou para sua aldeia. O padre não ficou só nisto e pôs-se imediatamente a caminho para a aldeia de *Surubim*, doze léguas da de São Tomé.

Ajuda-o esse principal a levantar igreja, e o padre dá a esta aldeia o nome de Santo Inácio. Mandou *Surubim* ao governador seu próprio irmão para firmar as pazes, recebendo-o bem este e aos que com ele iam, e depois os despede vestidos e brindados.

Passa daqui o padre Gaspar às aldeias de Sergipe, sofrendo muito na jornada pela dificuldade dos caminhos, inçados de povos de guerra; e aqueles, que o podiam ajudar, viviam em grande miséria. Fez paz com muitas aldeias, e trouxe muito gentio de três delas com que criou a de São Paulo.

Dadas tão boas novas na Bahia, envia o provincial o padre Luís da Grã e Francisco Pinto; sendo que aquele, apesar de velho, recusa cavalgadura e jornadeia a pé. Os índios de São Tomé o acolhem com festa e engrinaldando os caminhos. Concorrem a elas muitos das circunvizinhanças e todos pedem igrejas. Enquanto permaneceu em São Tomé, faz maior igreja, mais acomodada ao lugar, e a dedica a Nossa Senhora da Esperança. Parece ter subido a mais de trinta o número das aldeias que queriam pazes; no entanto, a proximidade dos portugueses ia produzindo os costumados resultados: entram eles a queixar-se que lhes roubavam as mulheres, as irmãs do principal, e até a própria mulher deste! Receosos, pois, da escra-

vidão, fogem para o *Apiripé*. O padre Luís os seguia, exortando a uns e outros a que se tornassem onde tinham suas casas e Deus. Eles retrucavam, lembrando-lhe seus padecimentos e mostrando-lhe as cicatrizes do açoite e do azeite fervendo. Tendo o provincial notícia destes acontecimentos, manda substituir o padre Luís da Grã, já menos próprio para o trabalho e que não falava a língua geral, pelo padre João Pereira, alvidrando-lhe que com o padre Gaspar vissem meios de conciliar os ânimos e de pacificar aquela pobre gente não revolta, senão intimidada.

Entrementes, prosperavam as quatro aldeias dos contornos da Bahia. Em cada uma delas começaram a render-se no serviço quatro jesuítas. Introduziu esta novidade o geral Everardo, sucessor de Francisco Borja, já para mais comodidade da catequese, já para que melhor se conservasse entre os padres a doutrina religiosa.

Neste mesmo ano de 1575 chegaram da Europa seis padres obreiros, com grande provisão de relíquias – quatro cabeças das onze mil virgens e uma cópia do quadro representando a Virgem Santíssima, e atribuído ao pincel de São Lucas.

No fim deste mesmo ano o padre Gregório Serrão, reitor do colégio da Bahia, foi mandado a Roma na qualidade de procurador da província (*ob. cit.,* liv. XVII, nº 260.)

1576

Arruinaram-se totalmente os trabalhos do rio Real. O governador Luís de Brito veio com tropas para bater os índios de *Apiripé*, e ao aproximar-se da aldeia de Santo Inácio fogem seus habitantes. Ele considera a fuga quebra de paz, persegue-os, *Surubim* morre, e os mais entregam-se. Cativa a todos e os encurrala na igreja de São Tomé como em um cárcere. Os soldados assolam tudo quanto encontram, e o governador arrebanha quantos achou e os arrasta para a Bahia; de modo que o resultado de tantas esperanças foi o cativeiro de mil e duzentos transportados para a Bahia "que Deus com a morte se serviu libertar dentro do ano de cativeiro".

Outro tanto praticava D. Antônio de Salema no Rio de Janeiro, levando a guerra a Cabo Frio; mas no meio dela intervieram os padres que os acomodaram. Diz o autor que esta guerra era movida por interesse; por isso que lançavam mão dos índios e os escravizavam a despeito das exorta-

ções e reclamações dos padres. Por aqui é licito afirmar que a porta que o autor julgava aberta não era a do Evangelho!

Ia achar, porém, a liberdade destes míseros novo apoio em D. Antônio Barreiros, trigésimo bispo da Bahia, que ali aportou este ano.

O padre procurador, Gregório Serrão, tendo exposto em Portugal e em Roma a importância de Pernambuco, e de como estava povoado de gente nobre e rica, conseguiu de el-rei D. Sebastião fundasse ali um colégio. Foi este o terceiro em ordem cronológica (*ob. cit.,* liv. IV, nº 261).

1577

No nº 293 do livro V diz o autor que a fama de Anchieta crescia de dia para dia; ele envolvido na sua modéstia, a fugir e a recusar honras, e elas a procurarem-no! Pouco antes nomeado para o reitorado do colégio da Bahia pelo provincial, procurou em uma longa e douta carta eximir-se do encargo; mas a resposta que teve foi darem-lhe o cargo de provincial. Inácio de Tolosa, a quem sucedeu, foi incumbido da tarefa de mestre de noviços e de explicar casos de consciência no colégio da Bahia.

Todo o trabalho do provincial Tolosa esteve posto em defender a liberdade dos índios e em sofrer com paciência os labéus e contestações que por esta causa lhe sobrevinham. Em uma reunião celebrada pelo novo bispo da Bahia, ele o acoroçoa no seu bom propósito, recomenda-lhe aqueles *Brasis* e exorta-o que por nenhuma coação ou temor desistisse do patrocínio que estava de ânimo dispensar-lhes.

Dois sacerdotes com outros tantos leigos foram mandados pelo provincial a esperar uma grande multidão de bárbaros que desciam para o litoral, caminho de Porto Seguro.

Se os padres sofreram muito para os irem encaminhar, mais do que eles essa pobre gente que palmilhou por lugares árduos, alagados, nus de toda cultura e de meios de subsistência, tanto que pereciam a cada passo ao rigor da fome! Os padres, mais felizes do que estes índios, tinham a satisfação no cumprimento do dever, em darem ao gentio naquele ato derradeiro o sacramento do batismo *in extremis*; e do pouco alimento que só ia podendo granjear, sustentava-se-lhes o alento. Chegaram por fim, como por milagre, dois neófitos carregados de farinha de mandioca, esmolada por caridade. Então viu-se o apuro a que tinham chegado aqueles

miseráveis; pois que disputavam com encarniçamento alguma pouca de farinha que das mãos do distribuidor caía por terra! Precipitavam-se em cima dela, debatiam-se com fúria a soco, e comiam-na de mistura com terra ou catavam-na aos grãos. Mais de duzentas crianças e de cento e vinte adultos foram nesta jornada batizados em artigos de morte, e, sem embargo deste suprimento, não cessaram as mortes; que a fome e a sede continuavam! Uns de fraqueza desfaleciam na passagem dos rios, outros caíam ao pé das árvores que lhes ofereciam algum alimento por não terem forças para trepar a elas, e iam assim deixando uma larga esteira de cadáveres por onde passavam!

Lancemos as vistas para o colégio do Rio de Janeiro, que em todo este triênio não deu os costumados frutos, nem entre os portugueses, nem entre os indígenas; porque o vigário-geral de nada mais curava que de acrescentar cabedais para voltar à Europa carregado de despojos.

Escravizava e vendia os índios, e daí proveio-lhe inimizar-se com os padres da Companhia, que lhe queriam ir à mão. Desta desavença veio a frouxidão nas práticas religiosas: o vigário-geral não ia mais à igreja, e a seu exemplo os da nobreza. Ressentia-se disto a propagação da fé, porque os índios, aterrados com a escravidão, não queriam saber de quem quer que fosse da Europa.

Arguia o vigário aos padres da Companhia de não pregarem a doutrina de Deus nem ministrarem *rité* os sacramentos. Arma-lhes processo, ouve as testemunhas que bem lhe pareceu, e manda ao escrivão que só escrevesse o que fazia ao seu propósito.

Respiraram portanto os padres com a chegada do novo governador, e sobretudo do novo administrador eclesiástico. Conhecidas as falsidades e calúnias do libelo, este as exprobra ao seu antecessor no ato de partir e ameaça-o de excomunhão.

Estes rumores, porém, contra os padres da Companhia não se limitavam só ao Rio; propagaram-se e cresciam por toda a parte no Brasil. Na Bahia chegaram a ser tão violentos que os padres, atribuindo tudo à questão da liberdade dos índios, consultaram se não conviria entregar ao bispo a administração das suas quatro aldeias. Já vimos acima como o bispo respondera a esta proposta (*ob. cit.,* liv. V, nº 283).

1578

Ao entrar este ano, chegou à Bahia Lourenço da Veiga para governar toda a província do Brasil, sem exceção da do Rio de Janeiro. Mas, ao passo que julgava conveniente concentrar a administração civil, dividia-se a eclesiástica. Na mesma frota veio Bartolomeu Simões Pereira para o Rio de Janeiro com o título de administrador das igrejas do sul, com todos os poderes prelatícios e inteiramente independentes dos do bispo da Bahia.

Por este mesmo tempo voltou a Roma o padre procurador Gregório Serrão com mais de dezesseis sócios.

As queixas e clamores contra os jesuítas iam sempre em mais aumento; pois que eram eles obstáculo ao lucro que se auferia da escravidão dos índios. Não tinha o Brasil naquele tempo nem ouro, nem prata, nem outros metais ou pedras preciosas; que só posteriormente se descobriram. A sua fortuna era o pau-brasil, era sobretudo o açúcar, principal gênero de sua lavoura e do seu comércio de exportação; mas para isso tornavam-se indispensáveis muitos braços, e as riquezas andavam na razão direta do número dos operários. Todos atentos aos bens da terra, pouco se davam dos princípios de moral ou dos preceitos religiosos. Queriam a todo o custo escravos, e a venda ou trabalho deles era fonte de lucro. Por outro lado, as nações do Brasil isentas, vagabundas, amigas da liberdade e de passarem a vida sem receio nem constrangimento, não podiam sofrer que as forçassem a um labor penoso e improfícuo para elas, cruel e sujeito a ameaças, ao açoite e talvez a martirizações; e por isso as mais experientes e escarmentadas fugiam do litoral, procurando entranharem-se nas brenhas e nas solidões, e preferindo assim ao cativeiro o que quer que fosse de mais intratável e medonho.

Os portugueses procuravam por todos os modos opor-se a esta imigração, mas, vendo que pela força poucos resultados colhiam, começaram a usar de afagos, pequenos mimos e grandes promessas, fazendo-lhes entreluzir *pro forma* as leis divinas, o paraíso, a bem-aventurança; e destarte iludiam os índios e os induziam a sair de seus esconderijos, e os guiavam como rebanhos para as praias, onde os empregavam depois em seus serviços e lavoiras.

O remédio, porém, não era duradouro. Abandonavam os filhos destes, como bocas inúteis, e de quem não tiravam proveitos imediatos, e separavam os maridos das mulheres sem atenção ao futuro; daí eles, solitários, sem família, com saudades dela, sem liberdade, antes coatos e injuriados, definhavam aos centos, mais enfermos do moral que do físico; posto que a nostalgia e a mudança de hábitos e de alimentos também contribuíssem para isso e manifestassem seus perniciosos efeitos. As leis acerca de liberdade dos índios eram de fato írritas e nulas, e seus infratores ousados até ao excesso de reclamarem contra suas pobres vítimas!

Com a chegada do novo governador julgaram aqueles a ocasião propícia para desafogo de seus clamores, e assim o puseram por obra, alegando que os padres, à sombra da religião, perturbavam tudo, e excitavam as famílias. "Que os índios, em fugindo para as aldeias destes, tinham ali seguro asilo como no sagrado; que era aliás aquela gente incapaz de virtude e de religião, e que os jesuítas, seus pretensos protetores, enquanto os negavam aos moradores, os empregavam em seu serviço, ou no de seus amigos."

À vista disso procedeu o governador a algumas devassas, e vendo como eles se flagelavam sem dó e repetiam o padre-nosso na ponta da língua, achou que tudo era falso! Mas, a despeito do apoio do governador, pouco ganharam os índios no temporal.

Deus se compadecia deles, enviando-lhes de novo a peste para arrancá-los com a morte aos vexames e à escravidão! Contra este mal antepuseram os padres preces e procissões (*ob. cit.,* liv. VI, nº 320).

Discutia-se em Roma a conveniência de passar ao bispo a administração dos índios, e, não obstante entender-se que a proposta presumia já em si a conveniência da coisa, as razões apresentadas eram fracas. Prevaleceram, portanto, ou pareceu que prevaleciam, as que lhes eram contraídas.

Declarou o geral da Companhia que não devia desamparar aquelas ovelhas, sem confiança em outros pastores; que a experiência do ano de 1571, em que se tirara os jesuítas das aldeias, mostrara que os rebanhos se tresmalhavam. Não seria isso consultar a paz, senão fugir às claras aos trabalhos, maldições e perseguições; que seria mais louvável e meritório padecer e penar por amor da justiça de Cristo. Dizia o geral em conclusão

que não era matéria aquela para ser consultada ao de leve; e assim continuassem os padres como iam, mas com cautela e moderação, abstendo-se principalmente de ofender os poderosos. Levava a mal que na Bahia e no Rio eles houvessem contendido com os governadores, embora com razão, mas sem a modéstia e a submissão desejáveis!...

Tomaram contudo as coisas nova feição, no Rio de Janeiro, com a chegada do governador Veiga e do administrador eclesiástico do sul, parecendo que a conversão entrava em nova fase. Calaram-se as indisposições contra os jesuítas e agregaram-se às aldeias uns oitocentos índios.

Chega Sachino com a sua crônica até o falecimento do geral Everardo; todavia, não trata do Brasil nos anos de 1579 e 1580.

Não diz ao certo em que ano chegou Lourenço da Veiga ao Brasil; e note-se mais outro descuido da parte do autor, incluindo no liv. VI fatos que deviam ser relatados no liv. VIII. Em todo o caso dá-se lacuna, seja em 1579 ou em 1580.

José Juvêncio, continuador de Sachino, quis escrever história e não crônica, isto é, atendeu mais à ligação das matérias do que à sucessão cronológica dos fatos. No primeiro tomo da parte primeira da sua obra até a quinta, refere-se nos anos de 1581 a 1590. O segundo tomo compreende de 1591 a 1616 e foi impresso em 1710, e é o livro XXIII deste tomo que reserva para tratar da América, e deste livro os capítulos XVI e XVII para o Brasil. As coisas da nossa terra mereceram-lhe pouca atenção, e pelo desenvolvimento que iam tendo os acontecimentos passados nas outras partes da América espanhola vê-se bem que estamos no domínio dos Filipes. O México, o Chile, o Peru, o Tucumán e o Paraguai, os colégios de Buenos Aires, de Mendoza e de Santa Fé preocupam-no tanto que ficou a nossa terra quase que no olvido!

Tratando do Brasil este escritor, repete o que disseram seus antecessores, pelo que escuso resumi-lo. O que diz da pacificação dos *carijós* e *aimorés* vem melhor exposto na *Relação Anual* de Fernão Guerreiro. O mesmo pode dizer-se da missão dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, no Ibiapaba, no que não adianta o padre José de Morais.[33]

33 Vid. *História da extinta província,* que fica extraída.

Diz que os médicos mandaram o padre Anchieta para o Brasil por causa de saúde e que ali morreu. Narra depois seus inúmeros milagres. "*Non Brasili coli bonitas laudabatur, et magna apus erat, longiquo ac maritima itinere*". A pensar do que diz, não acrescenta neste ponto aos demais cronistas, cujas obras extratei; e quanto ao caso de Bolés, ocupa-se dele de uma maneira assaz perfunctória, relatando apenas que, acusado perante o bispo, foi preso e lançado às chamas. Anchieta regeu sete anos a província do Brasil e deixou-a em 1585 por achar-se muito doente. Morreu em Reritiba a 9 de junho de 1597 com sessenta e quatro anos de idade. Levaram os índios seu cadáver em rede para a vila do Espírito Santo.

A 13 de abril de 1593 baixou a lei conferindo liberdade aos índios; mas observa o autor que foi burlada pelos interessados no cativeiro desses pobres infelizes.

No ano de 1596 foram dois padres aos *carijós*, que estavam sempre em guerra. Esses missionários, rompendo inúmeros obstáculos, avistaram-se afinal com um dos chefes, *Tacaraguá*. Este, não obstante os muitos agravos recebidos, faz pazes e entrega um filho aos padres. Partidos apenas os de *Tacaraguá*, chegaram outros; pois que se espalhara rapidamente por aqueles vastos centros a notícia da chegada dos dois padres, dos quais parece chamar-se o mais autorizado Domingos Garcia. A terceira turma, que chegou, formou um longo circuito para evitar os inimigos que estavam de permeio; ainda assim os encontraram, bateram-se e, posto que ficassem vencedores, saíram tão desbaratados e quebrados da peleja que com dificuldades concluíram a jornada até os padres.

Em 1600 estabelece-se paz com os *guaianazes*, nação feroz e guerreira, e ia em mais de trinta anos em guerra com os portugueses. Há aqui a notar fragrante contradição em José Juvêncio, que em outra parte da obra dá esta paz como feita em 1598[34].

Foram trazidas a São Salvador algumas mulheres desta raça, como cativas. Acomodou-se uma delas mais que as outras, e por tal forma, aos costumes portugueses que se intentou a redução da tribo por sua intervenção. Indo esta com brindes, que lá distribuiu, apregoando a ge-

34 Vid. também neste ponto o *Índex* de Simão de Vasconcelos.

nerosidade dos portugueses e quanto fora bem tratada deles, persuade a alguns de seus parentes que venham a São Salvador. Estes assim o fazem; mas aterram-se quando se veem entre seus antigos inimigos, dado que perdem para logo o medo com os afagos e dádivas que recebem deles, e assim voltam contentes aos seus. Cinquenta dos mais animosos tentam depois a mesma expedição, e acolhidos por igual modo induzem os mais a fazerem paz e a aldearem-se às ordens dos padres.

Uma parte desta mesma nação habitava na capitânia dos Ilhéus. Entrou no espírito de um irmão (jesuíta) pacificá-los, e para isso aprende com suma dificuldade a língua. Vai em missão com um sacerdote e da canoa lhes fala e os inclina à paz, reforçando os argumentos com brindes que trazia. Dizem-lhe os bárbaros que desembarque. Os que iam na canoa procuraram dissuadi-lo disso; ele, porém, vendo que nada conseguiria se não arriscasse, põe a sua confiança em Deus e salta em terra. Depõem os índios os arcos, ouvem-no tratar da paz e ornam-se com os dixes que ele recebem: tudo se passa na melhor ordem, e conhecendo-os o padre tão bem dispostos, aconselha-os que mandem três dos seus a fazerem paz com os portugueses, prometendo de os tornar em três dias carregados de dádivas, em vista do que anuem. Foram bem acolhidos e voltam com alguns padres no prazo prefixo. São os seus esperados na praia com ruidosas aclamações e os abraçam transportados de alegria. O chefe, para mostrar sua boa disposição, quebra as pontas das flechas, prega-as a seu modo, e declara paz. Em razão disto abalam daí muitos com os padres, vão à Bahia e se aldeiam. Muitos destes vão depois ao centro pregar pazes aos seus; sendo elas aceitas por grande número deles, que descem e fixam-se nas aldeias, "vivendo nelas como cordeiros, os que dantes, à moda de lobos carniceiros, não se fartavam nunca nem de sangue, nem de carniça".

. . . .

Annaes Litterarii

É COLEÇÃO escrita em latim, que promete muito, e dá muito pouco de si. As notícias incompletas pela mor parte, sem nome de pessoas nem de lugares, tornando-se por isso muito difícil desentranhar dela o que aqui resumo.

1581

Conta a província do Brasil oito casas, e cento e trinta e sete sócios: morreram três; entraram cinco, e efetuaram-se trezentos e trinta casamentos e mil e trezentos batismos.

Começou a primavera deste ano com chuvas copiosas, como nunca dantes as houvera na Bahia; ventanias de arrancar árvores, e por cúmulo de desgraça sobreveio peste com tanta crueldade que só em uma aldeia, no espaço de dois dias, morreram sessenta neófitos.

Faz-se por esse tempo missão a um monte altíssimo (provavelmente o monte *árabe* de que fala adiante M. Vitelleschi) que demora no interior da Bahia. Os selvagens mandam embaixadores e vai um padre ao encontro dos índios; mas um mameluco introduz a cizânia entre eles, por modo que só desceram duzentos.

Nada sucede de importante no Rio de Janeiro, a não ser o medo de duas naus francesas, e isso quando a cidade estava sem tropa e o governador ausente; mas também retiram-se sem causar dano.

Em Pernambuco deram-se conciliações de amizades e composições de dívidas por intervenção dos jesuítas.

Nos Ilhéus começa a fazer milagres a cabeça ou queixada (o latim diz *os*) do mártir São Gregório, que o geral da Companhia lhes mandara seis anos atrás. Os *aimorés*, sempre vencedores dantes, começam a recuar por milagre da tal relíquia! Dizem os *Annaes* que aquela nação era tão feroz que arrancava as crianças do ventre das mães, e logo ali as assava em espetos, e as comia na própria presença dos pais e parentes.

1582

Não tratam do Brasil.

1583

BAHIA

O administrador do bispado, em artigo de morte, reconcilia-se com a Sociedade de Jesus, à qual se mostrara sempre hostil.

Neste ano houve ali fome e depois moléstias, de que morreram muitos.

No colégio de Piratininga trata-se da conversão dos *maramonis*, sendo disso encarregado um dos padres.

1584

Morreram dois padres, entraram seis; sendo o número total deles, na província, cento e quarenta e dois.

BAHIA

Cria-se ali a irmandade das *Onze Mil Virgens*; porque faltando chuvas e havendo muita seca, fizeram preces e procissão noturna, indo nela um andor com a cabeça de uma das onze mil virgens, e logo se toldou o céu e começou a chover.

Representaram os padres por essa ocasião um mistério ou auto das *Onze Mil Virgens*, cujo espetáculo é digno de narrar-se aqui

para se conhecer com que práticas supersticiosas iam eles embrutecendo a inteligência ao povo: caminhava Santa Úrsula sobre rodas disfarçadas com a túnica, e para ela se inclina um anjo que traz a palma do martírio; as virgens choram em coro e querem todas dar o sangue pelo Divino Esposo, e disparam-se nesse momento tiros que representam o triunfo. Recebem-nas por último coros de anjos, que entoam seus louvores. "O público chorava", dizem os *Annae*s, e acrescentam: "Não se pode significar quanto começamos a ser procurados e concorridos depois desta solenidade".

Há no Rio de Janeiro cento e sessenta batismos, em Piratininga cento e setenta, e em Pernambuco cento e noventa, acontecendo mais entrar para o colégio desta capitânia um moço para noviço, bom discursador, engenho ardente: "*ut omnia de eo sperari jam liceat*".

1585

PERNAMBUCO

Dois figurões brigam por causa da autoridade: estavam para vir às mãos e a cidade em alboroto quando o senado recorre aos padres, e estes conseguem que os dois inimigos se congracem *corani papulo*.

O visitador tinha ordenado que todos os anos andassem dois padres pelos engenhos de açúcar em desobriga, como se fazia na Bahia. Ideia católica, e ao mesmo tempo jesuítica na essência era essa; pois não faltavam esmolas de vulto aos padres, que, se faziam colheita no espiritual, vinham com os cofres pesados e as canoas abarrotadas dos produtos da generosidade e crendice dos devotos.

Vão dois padres, cujos nomes calam estes *Annaes*, à conquista do Paraíba; e fazem-se nesse mesmo ano, na Bahia, novecentos e cinquenta batismos.

Apareceu por esse tempo entre os índios uma nova superstição, que fez muito dano, tanto mais quanto, aproximando-se aos ritos da Igreja, atraíam os incautos com a novidade.

Explicavam os cismáticos, na sua improvisada seita, que eram os portugueses que se afastavam da verdade. Arvorou-se um deles em pontífice, elegia bispos, ordenava sacerdotes, ouvia de confissão. Levanta casa para redução de crianças, dizendo aí missas, fazendo rosários com quantas

frutas de semente dura e redonda apanham os seus, livros de cascas e tábuas, e com umas garatujas para figurarem de breviários, "que não podia ser senão inovação do próprio Demônio". Dizem que para chegar-se a ser santo convinha passar por certo grau de demência, e para isso os que o queriam ser bebiam sumo de tabaco e caíam logo em convulsões espasmódicas e horríveis, estorcendo-se, revolvendo-se no chão e pronunciando palavras ininteligíveis, etc. Sobrevinha a este período o do torpor, e logo que voltavam a si lavavam-se e estavam santos, tanto mais legítimos quanto mais violento fora o ataque.

Dizia o tal *papa* que os seus maiores viriam em um navio para os resgatar daquele duríssimo cativeiro. Então morreriam ou seriam mortos todos os estrangeiros, e os que resistissem se converteriam em peixes, porcos e feras dos matos; que os índios, que tivessem fé, se haviam de salvar, e os incrédulos seriam pasto das feras e das aves de rapina. Envia ele seus núncios e pregadores aos índios que viviam com os portugueses, propaga-se a superstição entre eles, e fogem das aldeias com os escravos, talando as plantações e ateando fogo às casas. Nada poupam, como homens, que para andarem mais ligeiros, na fuga, começam pelo infanticídio.

Por fim, os próprios que haviam fugido das aldeias dos padres foram os que se insurgiram contra o improvisado *papa*, prendem-no, maltratam-no, e tê-lo-iam morto se lhes não acudisse a ideia que deviam levá-lo ao governador com prêmio de seu perdão; mas este com melhor aviso entrega-o a eles próprios para que fizessem justiça por suas mãos. Estes arrastam-no para a aldeia, arrancam-lhe a língua e o enforcam.

Não é para admirar este fato entre gente tão rude e em cujos espíritos fracos alimentavam os jesuítas as mais ridículas superstições, quanto ainda hoje se dão outros semelhantes no vale do Amazonas, não só de aparições de papas, mas de Cristos, como ainda não há talvez quinze anos ali sucedeu.

ILHÉUS

Havia aqui duas aldeias com oito padres, porque o trabalho era muito. Todos adoecem, vindo a sucumbir dentre eles o padre Manuel de Paiva, com quarenta e três anos da Companhia e quarenta e dois do Brasil: *obediente ut codex ad pueri dactum*.

RIO DE JANEIRO

Estão os índios (não dizem os *Annaes* quais sejam) em guerra, e vai a eles um padre com um irmão, exposto a contínuas e rigorosas chuvas, e trazem os dois sócios para as aldeias da Companhia seiscentos destes índios.

SÃO VICENTE

Quer o padre visitador mudar as casas da Companhia para lugar mais cômodo, e para isso lhes deram os cidadãos *duas ótimas*; mas apesar de tão generosos donativos não se mudaram, tendo havido iguais ofertas em Piratininga com idênticos resultados, por onde se deve coligir que foi uma cilada armada à credulidade e ânimo ingênuo e generoso dos fiéis.

1586

Não tratam do Brasil.

1587

Entraram neste ano dez noviços e morreram três. Morre também na Bahia o padre Manuel de Barros, que estava, ia em nove anos, na província.

Aumenta-se o colégio, melhoram-se os ornamentos e tornam-se mais frequentadas as escolas.

Nesse mesmo ano morre em Pernambuco o padre Francisco Teixeira, que em 1586 se fora à Paraíba, onde conseguiu que um chefe selvagem com mais trinta dos seus fossem batizados.

RIO DE JANEIRO

Morre o padre Baltasar Álvaro entre os discípulos, e sucede por este mesmo tempo que a irmandade das *Onze Mil Virgens* fizesse de novo preces, pedindo chuvas.

ESPÍRITO SANTO

Contam-se aqui dez mil neófitos.

PIRATININGA

Os *maramonis* fazem amizade com os portugueses, e como ninguém lhes soubesse a língua entendiam-nos por acenos enquanto não a aprendia um padre que se ocupava com empenho dessa tarefa.

1588 – 1589

Não tratam do Brasil.

1590

Abrem-se na Bahia as casas do *Ginásio* com uma douta oração do professor de humanidades, a que assacaram epiGrãas. No dia de Nossa Senhora da Conceição foram premiados doze alunos em filosofia com grandes festas na cidade de São Salvador, e do bispo, o qual se mostrou nobre e generosamente inclinado a favorecer estes estudos, para o que estabeleceu um donativo em açúcar no valor de trinta moedas de ouro (*triginta aureis destinantur*) para ser distribuído em prêmios aos discípulos.

Dispensava este prelado favores não menos valiosos à irmandade das *Onze Mil Virgens*, para cujo altar prometeu dar perpetuamente cera.

Neste ano empreendem três padres, sendo dois de missa e um irmão, a missão a algumas duzentas léguas da cidade da Bahia, e percorrem esse caminho difícil pela solidão das matas e cópia das águas. Chegados que foram aos índios, persuadem-nos a que desçam para lugares mais cômodos; porém, convêm nisto somente cento e cinquenta deles, recusando-o formalmente os mais.

No colégio do Rio de Janeiro morreram nesse ano o padre João Batista, que tinha dezoito anos no Brasil e era prático na língua geral. O administrador do bispado dessa capitânia mostra-se cada vez mais afeiçoado aos jesuítas. Dão-se neste ano cento e setenta e dois batismos.

1591

Morre em Piratininga o padre Manuel de Chaves, que, a despeito dos seus oitenta anos de idade, era constante em peregrinação a pé e quase sempre descalço.

Os bárbaros, depois dessa noite, vêm em grande multidão sobre Piratininga. Devastam os campos, matam os rebanhos, lançam fogo às

povoações: não há descanso nem folga para os cercados, e até desesperam da salvação; porque poucos em número, posto que mui valentes, não se atreviam afrontar essa tempestade de bárbaros que os oprimiam.

Vem a toda a pressa em socorro deles tropa de Santos, de onde se havia pedido reforço. Já os arrabaldes eram tomados e destruída a igreja de Santa Maria, aí situada. Os neófitos fizeram proezas na defesa de Piratininga, oferecendo-se intemeratos às setas dos inimigos, que, depois de repetidos ataques, retiraram-se em vergonhosa fuga.

Conta mais o cronista que na tomada do templo da Virgem apoderaram-se estes bárbaros da imagem e cortaram-lhe a cabeça. Sendo feito depois prisioneiro, o autor deste sacrilégio expirou atado à cauda de um cavalo.

Há na Paraíba por esse tempo dez mil e cem cristãos.

Diz o autor que receberam batismo, na capitânia de Pernambuco, oito mil, quatrocentos e vinte e seis índios, o que faz crer, pelo que hoje existe da população convertida, que o decrescimento dela foi rápido e espantoso.

Na Bahia fez-se neste ano cento e sessenta batismos; e morreram nos dois anos (1590-1591) três noviços e entraram quatro.

1592

Não falam os *Annaes* do Brasil.

1593

Embora não se ocupe o autor particularmente do Brasil, e embora haja anacronismo, traz este trecho digno de reparo:

"Pelo tratado de casamento da infanta D. Catarina, em 23 de junho de 1661, com Carlos II de Inglaterra, deu-se, diz o autor dos *Annaes*, à princesa um dote de dois mil contos, cedeu Portugal Bombaim e Tanger, e abriu aos inglesas os portos do Brasil, onde lhes foi permitido residir e habitar com os mesmos privilégios dos portugueses quanto ao comércio."

Quando foi por ocasião da restauração da Bahia, o conde duque de Olivares ministro de Espanha, fez entrega a D. Fradique de dois ou três milhões para despesas da guerra.

Desavieram-se eles depois, e o conde de Olivares, que governava tudo, ajudando-se do valimento régio para se vingar de Fradique, mandou-lhe contas, e por elas achou-o alcançado em meio milhão. Apertou com ele que o pagasse ou desse descarga: deu-a ele, e esta em poucas palavras: "Que o gastara em missas às almas, em esmolas e obras pias, para que Deus lhe desse a vitória, que alcançara e que muito mais valia."[35] Bom tempo era esse em que um general saldava contas por meio tão sumário e fácil!...

Restauraram-se as capitânias da Bahia e Pernambuco, não pelo parecer do célebre jesuíta Vieira, que opinava pelo abandono desta aos holandeses, como se verá melhor à pág. 132 da sua *Arte de Furtar*, e mais amplamente debatido na biografia do padre escrita pelo distinto literato João Francisco Lisboa (IV vol. das suas *Obras*).

Passam os *Annaes* em seguida a apresentar este catálogo das residências e colégios do Brasil:

Anatuba, missão do colégio da Bahia.

Bahia, colégio.

São Barnabé, missão do colégio do Rio de Janeiro.

Aldeia de Curupotuba.

Belém, seminário.

Camamu, residência e colégio da Bahia, havendo também com o mesmo nome uma missão pertencente a esse colégio.

Canabrava, missão do colégio da Bahia.

Cabo Frio, missão do colégio do Rio de Janeiro.

Carapicuíba, residência e colégio de São Paulo.

Conceição da Virgem Maria, ou *da Santa Virgem*, residência de Gurupotiba, do colégio do Pará, junto ao Amazonas.

Conceição da Virgem Maria, residência do Pindaré, do colégio do Maranhão.

Conceição da Virgem Maria, residência de Tapajós, do colégio do Pará.

Ceará, missão.

Espírito Santo, residência do Pará.

35 Vid. no cap. XX da *Arte de Furtar,* do padre Antônio Vieira, confirmando este caso.

Espírito Santo, colégio.

Espírito Santo, missão do colégio da Bahia.

Goitacazes, residência do colégio do Rio de Janeiro, em Campos dos Goitacazes.

Guaiuru, missão do colégio de Olinda.

Ilhéus, residência do colégio da Bahia.

Itinga, missão do colégio do Rio de Janeiro.

Jaboatão, residência do colégio da Bahia junto ao rio de São Francisco.

Juru, missão do colégio da Bahia.

Maranhão, colégio.

Mortiguera, colégio do Pará.

Nheengaíba, missão do colégio do Pará.

Nossa Senhora do Desterro, residência no Xingu, do colégio do Pará.

Nossa Senhora da Escada, residência do colégio da Bahia.

Olinda, colégio.

Pará, colégio.

Paraíba do Norte, residência do Recife.

Paraíba do Sul, residência do colégio de São Paulo.

Paranaguá, residência do colégio de São Paulo.

Porto Seguro, residência do colégio da Bahia.

Recife, colégio.

Reritiba, residência do colégio do Espírito Santo.

Reis Magos, residência do colégio do Espírito Santo.

Rio de Janeiro, colégio.

Rio da Prata, missão da colônia do Sacramento, pertencente ao colégio do Rio de Janeiro.

Rio de São Francisco, missão do colégio da Bahia.

Santa Cruz, residência do colégio do Rio de Janeiro.

Saco, missão da aldeia do mesmo nome e do colégio da Bahia.

Santos, colégio.

São Paulo, colégio.

São José, residência do colégio do Maranhão na aldeia de São José de Ribamar.

São João Batista, residência do colégio do Maranhão, fronteira à cidade (em Vinhais).

São João Batista, residência nos Caetés (Pará).

São Miguel, residência do colégio do Maranhão.

Serinhaém, missão do colégio do Pará.

Tupinambás, residência do colégio do Pará.

Tatupeba, residência do colégio da Bahia.

Uratagui, missão do colégio de Olinda.

Importa observar que o cronista dá como pertencente à província de Portugal as residências dos Ilhéus e Sergipe. Por que e como foram estas capitânias no que respeita à Ordem desmembradas da província do Brasil e a razão do silêncio que guardaram os demais autores jesuítas a este respeito? Ignoro-o, levando-me esta escuridão a crer que foi com tais concessões que se conseguiu da Companhia a separação das províncias!

Finalizo este extrato pela curiosa, se bem que incompleta, estatística dos colégios e residências e número de sócios que os habitavam, como vem nos *Annaes*.

Colégios e residências	Anos									
	1581	1582	1583	1584	1585	1586	1587	1588	1589	Termos
Bahia	75		0	62	72	15	5	70	0	81
R. de Janeiro	20			25	27			30		22
Pernambuco	16			22	21			22		3
S. Vicente	7			7				11		14
Piratininga	4			4	7			7		85
Espírito Stº	6			8						86
Porto Seguro	6			4				11		57
Ilhéus	6			5				11		88
	136			137	127			162		436

Colégios e residências	Anos										
	1590	1591	1592	1593	1594	1595	1596	1597	1598	1599	1600
Bahia		70									
Paraíba	3										
R. de Janeiro		25 a 30									
Pernambuco		22 a 25									
S. Vicente											
Piratininga											
Espírito St°											
Porto Seguro		9 a 11									
Ilhéus											
Totalidade	161	172									

Desde o ano de 1592 até o de 1600 apresentam os *Annaes* os mesmos colégios e residências, sem contudo assinalar o *quantum* dos sócios que os povoaram, deixando os mapas em branco, e assim deficiente semelhante trabalho, o que acontece também em muitos dos assuntos de que tratam.

Pouco há a extrair de Múcio Vitelleschi a respeito do Brasil, e isto nos anos de 1616 a 1624.

1616

Não se tinham abrandado os ódios dos portugueses contra os jesuítas, defensores da liberdade dos índios. Estas queixas nem sempre foram baldadas: mais de uma vez os homens poderosos tentaram com tumultos populares coagir os padres a abandonarem a administração dos índios, e, apesar dos magistrados abafarem as sedições, iam os clamores sempre em crescimento. Espalhou-se que eles auferiam grandes e enormes proventos da administração dos índios, e que esses produtos deviam entrar com mais justiça para o fisco! Chegaram estas vozes à metrópole, e o rei, bem ou mal informado, tirou aos jesuítas essa administração, confinando-a de outros sacerdotes; e assim triunfaram os interessados no cativeiro dos indígenas, e não houve mais pôr obstáculo à sua cobiça. Parece, contudo, que a alegria não foi de longa duração, pois que o novo governador Gaspar de Sousa,

chegando à Bahia, e logo que pôde ver as coisas por si, e conhecer das falsidades que haviam prevalecido na corte para solução deste negócio, escreveu ao rei "informando-o de quanto convinha ao serviço de Deus, ao seu e do povo, isto é, que as aldeias continuassem a ser administradas pelos padres como dantes; que os seus lucros nenhum eram, a não ser o que eles dispendiam com o culto divino e salvação das almas dos índios; que haveria perigo em privar a estes de seus *curas*; que do contrário se recolheriam de novo aos matos com gravíssimo prejuízo da real fazenda, pela diminuição dos tributos". Cumpre notar que Gaspar da Sousa era dedicado aos padres e os ouvia em tudo!

Tomou o rei esse acordo e os jesuítas voltaram à administração dos índios. Neste ano (1616) aparece nova peste, em que se manifestou a caridade dos padres, e com este procedimento cativam a vontade aos moradores. Vitelleschi fala também de umas águas milagrosas e narra assim o fato: que um neófito chamado Antônio, atacado gravemente da peste, foi ao mato próximo em procura de não sei que erva. "Caindo desfalecido e quase no último alento, eis lhe aparece um venerando varão, vestido com hábito de S. Francisco, o qual, apontando para uma fonte que saía de uma lapa, como lhe ordenava que dela bebesse, e isto feito desapareceu. O homem cobrando ânimo viu a fonte mais distintamente, e aproximando-se dela bebeu e guareceu. Correu fama, e a virtude da água se conservou constante. Todos creram que o franciscano não era outro senão o próprio Santo Antônio."

No tempo do governador Gaspar de Sousa efetuou-se a expedição para a expulsão dos franceses do Maranhão. Nove navios, quarenta veteranos, trezentos índios escolhidos flecheiros, e por chefe Alexandre de Moura, que levou consigo os dois padres Manuel Gomes e Diogo Nunes, e tomou posse da ilha. Expede daí Caldeira que chega ao Pará, onde fez um forte. Diz que os índios como que sôfregos pediam o batismo por modo que era grande o fruto; mas que os padres não podiam fazer longa demora por não terem licença para isso. Acrescenta mais o autor que até de duzentos mil passos, ou coisa de setenta léguas, vinham embaixadores dos índios. Não tendo quem continuasse a guiar aqueles na religião, deram o batismo a alguns na hora da morte, e voltaram com a frota a Pernambuco; mas ainda assim levantaram cruzes em muitos lugares, e expuseram muitas imagens à adoração pública. Esta última parte me parece muito duvidosa.

O que houve por então de mais notável foi a introdução no Brasil das preces de quarenta horas nos três colégios, únicos que por esse tempo existiam naquelas conquistas.

Não se sabe quantos batismos houve no ano, mas deram-se no triênio mais de três mil, trezentos e trinta em crianças, e mais de mil e duzentos em adultos.

Fez-se grande serviço a Deus com os africanos; que já os havia então em grande cópia, vivendo nos engenhos sem terem maior parte de cristãos mais que o nome, e ainda esses mesmos nem sempre eram levados à pia batismal. Mal conheciam a igreja, vivendo nas fazendas, como nos sertões da África, com toda a licença e maus vícios, uma vez que isso não prejudicasse ao serviço dos senhores. Saíram alguns padres em desobriga pelo recôncavo e acharam mais de nove mil que havia três anos pelo menos se não tinham confessado.

Seria longo, diz o autor, enumerar todas as expedições que empreenderam os padres jesuítas; mas de algumas ao menos é bem que se conserve a memória, ou porque foram de grande risco, ou porque tiveram resultado equivalente ao perigo, ou porque afastaram-se do comum, e servirão para exemplo e utilidade dos que lerem.

A primeira dessas missões foi a dos padres Antônio de Araújo e João de Mendonça às montanhas do *Árabe* (*ad montem arabucum*). [36] Este monte, quase inacessível, intromete-se pelas terras dentro muito distante de São Salvador. Tem duas léguas de cumprimento e pouco mais de metade de largura. Aqui viviam pela maior parte em lastimosa confusão muitos indígenas dos que se tinham retirado das praias, e outros fugidos do cativeiro.

Tomada pouca gente, alguns sem armas, cometeram aqueles dois padres a jornada, confiados que acabariam convencendo os índios a que de novo se voltassem às praias e a abraçar a doutrina de Cristo. Caminharam muitos dias por medonhas solidões, e por matos enormemente espessos e onde não descobriam vestígio humano. Aconteceu-lhes frequentes vezes terem de abrir caminho a ferro, ou de trepar montanhas a pés e mãos, e de sofrer por fim os horrores e misérias da fome; porque, consumida a matalo-

36 Fala também dela, posto que por alto, os *Annales Litterarii.*

tagem, tiravam o principal remédio da sua vida de algum mel silvestre que por acaso deparavam nas árvores.

Consumiram quatro meses nesta perigosa jornada, até que chegaram ao monte Árabe. O padre Araújo, gravemente enfermo, era transportado em rede, e por isso avançava com mais vagar. Mendonça o precedia com os demais companheiros.

Vendo os índios aquela caravana do alto de suas montanhas e suspeitando serem portugueses que os vinham acometer, deram logo rebate, meteram as crianças e as mulheres no mato e armaram-se para a resistência. Como se aproximassem hostis, Mendonça gritou-lhes que era sacerdote e vinha em paz, portanto que nada temessem. Adiantou-se sozinho e meteu-se resolutamente entre eles. A confiança os impressiona, e a afabilidade os rende. Se é duvidoso, como diz o autor, que eles em sabendo que Mendonça era jesuíta se lhe lançaram aos pés, em sinal de veneração, ainda é menos provável.

Chega o padre Araújo e desvanece algumas desconfianças que os mais suspeitosos talvez ainda alimentassem, recebendo-os todos com o melhor gasalhado e contentamento.

Viviam em paz estes selvagens com suas aldeias no monte, a pequena distância umas das outras e em número de quinhentas. Eram de costumes corretíssimos, destoando, porém, deles alguns admiráveis exemplos. O principal de uma destas aldeias recebeu luzes do Evangelho; e por isso tinha uma vida íntegra e recomendável. Cumpridor de suas regras e de bom viver, não procurava vingar-se ainda mesmo quando o podia a seu salvo. Em outro tempo fora tomado à traição pelos portugueses, tratado indignamente, reduzido à escravidão e posto a trabalho em um engenho de açúcar, de onde fugiu. Quiseram os seus disfarçá-lo, e bem o podiam fazer; mas ele os dissuadiu desse mal intento. Homem de bom coração, de uma misericórdia como ingênita para com os estranhos, não consentia que se procedesse contra eles injusta nem desumanamente. Havia desterrado de suas aldeias os sacrifícios humanos, e se lhe constava que alguns dos seus tinham inimigos à corda, lá ia e os resgatava.

Foi fácil conseguir por meio deste abraçassem os mais o cristianismo; mas no que punham os padres maior empenho é que descessem para o litoral. Pareceram concordar nisso, mas no dia da partida os mais

deles desapareceram tão misteriosamente que, por mais que foram procurados, não se encontrou nenhum dos tais. Desceram ainda assim uns trezentos, que se estabeleceram na aldeia do Espírito Santo, na Bahia.

Outra missão foi a dos *carijós*. Partiram para ela, esperançados nos maiores resultados, os padres João Fernandes e João de Almeida. Malogrou-se, porém, ela por não terem achado apoio naqueles de quem o poderiam esperar.

Salvador Correia de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro, mandou adiante dos padres ordens para que todos os magistrados dos lugares por onde teriam de passar lhes dessem auxílio e mantimentos à custa da real fazenda; mas, longe de assim o praticarem, eles empregaram todos os esforços e diligências para que os padres não prosseguissem, e isso porque tinham sempre à mão um viveiro de escravos, como estivessem os *carijós* em constante guerra entre si. Puderam, contudo, os padres progredir na sua missão pela liberalidade de Antônio de Vasconcelos, que os recebeu no seu navio, e os fez desembarcar nas terras dos *carijós*.

Ao chegarem, souberam que os portugueses tinham, por mensagens secretas, prevenido estes índios contra os padres, aconselhando-os que se acautelassem daqueles dois homens e fugissem de suas vistas, pois eram maus e que, se chegassem a ouvir-lhes a voz, ficavam sem remédio seus escravos. "Fez isto impressão; mas depois abrandaram."

Entram os padres pelos sertões, são acolhidos em toda a parte pelos *carijós*, e persuadiram aos melhores deles que deixassem seus bosques e viessem para o Rio de Janeiro; mas faltavam navios. O padre Fernandes escreveu a Salvador Correia pedindo-lhe meio de transporte seguro; pois com tantas mulheres e crianças não podia empreender a viagem em canoa.

Seja que o governador não recebesse as cartas, ou que elas se perdessem, o certo é que não obtiveram respostas, e por isso despediram-se desconsolados e saudosos daquela pobre gente, que mandou então um embaixador ao provincial do Brasil, instando com ele para que lhes mandasse padres. "Não lhes foram, pela *insuficiência do número que então havia no Brasil!* E todavia *no tempo de Anchieta* com menos se acudia as mais partes."

De Pernambuco saíram duas missões ou expedições. O padre Domingos Monteiro aos *aimorés*, a quem catequizou tão bem que os resol-

veu a abandonarem suas terras e a virem para as aldeias dos neófitos. Não havendo nelas provisão para o acréscimo de tantas bocas, a fome os vexou, e eles abalaram de novo para os seus sertões.

Outra expedição foi a do padre Francisco Lobato aos *goitacazes*. Ele os domesticou por tal modo que nunca mais de então em diante voltaram as armas contra os portugueses. Não houve, porém, meio nem modo de os trazer às aldeias. Isso ocorreu em Cabo Frio; de onde se colige que há confusão de localidade quando o cronista diz que as duas missões partiram de Pernambuco.

Daqui passou-se o padre Lobato para os *tamoios* fronteiros, que eram poucos, ou antes relíquias das guerras infelizes movidas contra estes pelos portugueses; e que por isso ainda conservavam sua indômita fereza. Naqueles montes escondiam-se por tal forma que não havia menor dificuldade em descobri-lo, que vencê-los. Saíam às vezes de improviso de seus rochedos, desciam armados ao litoral e assolavam tudo.

Haviam eles cativado três *goitacazes*, que conservavam à corda. Envia-lhes o padre mensageiro para que lhe venham falar e tragam os três prisioneiros; porque daí lhes resultará bem. Levam um mês em consulta, por fim resolvem-se e vêm ao lugar marcado. Diz-lhes o padre que os portugueses eram aliados dos *goitacazes*, e que, portanto, vingariam a morte daqueles três. Em vista disto entregaram-lhe esses índios que traz o padre consigo para a aldeia de São Pedro, fundada dois anos antes pelos padres da Companhia a duas léguas de Cabo Frio. Vieram com filhos e mulheres.

1623

Em anos anteriores a este foram mandados para a missão do Maranhão os padres Manuel Gomes e Diogo Nunes, seguindo para ali na companhia de Moura. Depois desse tempo abstiveram-se os padres de enviar para ali novos missionários, não porque lhes faltasse vontade, mas porque, levado de falsas informações, tinha o rei preferido empregar outros religiosos naquela vinha. Fez, porém, Diogo de Mendonça com que o governo mudasse de opinião; por isso que, sendo, diz o autor, homem integérrimo e sabedor das coisas da missão, não por fé de estranhos, mas como *testemunha ocular* (?), persuadiu o Conselho das Índias que, longe de se deverem afastar do Maranhão os padres da Companhia, convinha

muito ali a sua presença e assistência. Tendo-lhe a corte de Madri facultado levar avante suas ideias, entendeu-se Diogo de Mendonça com o provincial, para que fossem mandados dois jesuítas àquela capitânia, para o que preparam-se logo o padre Luís Figueira e Benedito Amodei, ambos muitos apropriados e escolhidíssimos para o caso.

Não os acolheram, contudo, os moradores do Maranhão com a mesma disposição de ânimo com que o governador da Bahia os mandava. Levantou-se uma sedição no povo, e apenas chegados pretendia que de novo fossem embarcados. Reprimiu o governador do Maranhão este tumulto, já com força, já com autoridade.

Donde estes ódios? Induz-me isto a crer que os jesuítas, apesar de tudo, tinham tão má reputação que esta os precedia até aquelas paragens de tão difícil contato então com a Bahia. O que diz este cronista da Companhia de Jesus não é de todo o ponto acreditável: *Adeo fere peccate non poterant prodatores indigenarum colonis, esse ibi qui contra eorum rapacitatem tutarentur libertatem indorum, hos que abripim in servitutem prohiberent. Nam qui hoc odii unica, "cui alias proetexere" conabantur frustra.*

Reprimidos os colonos, como fica dito, pelo governador, não deixaram contudo de insistir com toda a eficácia que os padres fossem logo e logo revocados, se bem que o não fizessem com a violência do começo. Passaram depois a representar ao governador Diogo de Mendonça que proibisse o território do Maranhão aos jesuítas, porque a presença deles era ali inconveniente (*gravem*) e nociva à republica; e depois lançam os seus libelos em atos públicos (refere-se o autor ao acordo com o senado da Câmara de que eles padres se não manteriam em questões de índios?); mas nada disto aproveitou. O governador da Bahia, como parte que tinha sido naquela determinação, respondeu indignado, que ele admirava-se muito de como lhes passasse pela imaginação lançarem fora tais homens, quando pelo contrário lhos deveriam pedir com instância, se já ali os não tivessem consigo, e que soubessem mais, que ele ali queria a Sociedade por muitas razões, e principalmente por haver entendido que com ela se haveria el-rei de confirmar na posse daquela conquista, e dilatar ainda mais seus domínios. Acrescentava por fim que, dali em diante, se abstivessem de todo ulterior procedimento contra os padres. Cabe notar de passagem que nem

ele, nem os da Companhia puderam salvar a capital do Brasil das garras da cobiça holandesa!

Quando esta carta chegou ao Maranhão, já andavam os espíritos mais pacíficos, tendo a mansidão jesuítica produzido seus costumados efeitos, posto que não fosse grande a vitória. Tinha realizado esta conversão o trato e convivência com os padres, "a ninguém molestos, antes afáveis, brandos e religiosos, sabendo mostrarem-se prestáveis à custa pública, quando assim o pedia a ocasião". Como era de supor, empregadas as baterias jesuíticas contra os que mais violentamente se lhes opunham, eram estes agora que, vencidos da aparente humildade dos jesuítas, mais os favoreciam.

Os padres, desejando bem-merecer de todos, não se pouparam também a trabalho nem indústria para promoverem a religião pública ou particularmente. Construíram o seu templo de pedra e cal, o primeiro que teve o Maranhão deste feitio e solidez, e não se ocuparam senão com os colonos; porquanto os franciscanos, chegados ali por aquele tempo, tinham diploma régio para que ninguém, senão eles, se empregassem na conversão dos indígenas; mas, decorridos uns seis anos, cederam daquele monopólio, que reverteu para os jesuítas. Os motivos que levaram os franciscanos a isso ignoro, nem me foi possível descobri-lo nas obras por mim consultadas.

Passando o autor a tratar em seguida da nação *mares verdes*, aproveita-se do que disse o padre Antônio Vieira em uma carta da mesma época (1623): "Eram estes *mares verdes* nação feroz, inculta pela infâmia de seu nome, procurada muitas vezes dos portugueses e nunca achada deles."

Dois anos antes tinha ido a esta conquista, ou antes descobrimento, os dois padres João Fernandes Gotto e Martínez. Depois de errarem muito por vales e montes inóspitos, voltaram sem nenhuma esperança.

O padre Fernandes morreu de moléstias, ou contraídas nesta jornada ou agravadas nela.

O padre Martínez não desistiu nem desanimou: repetiu este ano (1623) a sua expedição com alguns neófitos e gentios práticos das habitações dos *mares verdes*. Os gentios fogem todos do caminho, o que embaraça a expedição; e os que ficam querem voltar e assim persuadem-no ao padre; mas este teima em ir adiante. Progridem deste modo muitos dias às tontas sem descobrirem vestígio humano, até que um dia, quando menos

o esperavam, dão de repente com os Palmares (*creba mapalia*?), habitação dos *mares verdes*.

Sentindo os bárbaros a aproximação dos adventícios, e cuidando que seria alguma daquelas *bandeiras* de portugueses que costumavam correr os matos para os cativarem, reúnem-se no momento, levam mão das armas, adiantam-se infestos e ameaçadores, preparados a dar a morte aos invasores. O padre manda um mensageiro, por quem sabem que é um sacerdote que os vem buscar através de tantos obstáculos, e foi isso parte para que depusessem sua ferocidade.

Persuadiu-lhes o padre a que viessem ao Espírito Santo, e eles teriam acompanhado se não fosse a falta de alimentos. Mandam, no entanto, sete, declarando que se o padre voltasse no seguinte ano eles o acompanhariam de bom grado.

Revoluto o ano, volve o padre em companhia do sócio Antônio Bellavia. Festejam os índios a sua chegada. Segundo a afirmativa do autor, todos o acompanharam para o Espírito Santo em número crescido.

Tinham estes pobres silvícolas sempre o que recear e perder do contato com os europeus, ainda quando os tratavam bem: desta feita acometeu-os a peste (*lues*) chegados que foram ao Espírito Santo.

Esta peste, de que falam tantas vezes os escritos dos padres, é de supor que fosse quase sempre a epidemia variólica, que ataca os índios com violência extrema, e ainda mais me confirma nesta opinião a descrição que dela faz o autor "*tabes postulorum, malum brasilieorom maritintam incon-lentibus frequens, et adhuc Mariverdibus inexpertum*".

PORTO SEGURO

Poucos anos antes tinham aqui vindo dois padres de muita virtude, Matias de Aguiar e Fábio Moyo. Em seis meses, que tantos ali se demoraram, carearam por tal modo a vontade de todos que muitos desejaram houvesse ali casa da Companhia. Escreveram ao prepósito-geral Múcio pedindo-lhe isso, e oferecendo-se para correrem com as despesas da fundação e subsistência dos padres. O prepósito-geral aceitou o convite destes povos, e mandou fazer ali casas, no gênero daquelas chamadas *residências*.

Foram ali recebidos os padres com muitas festas e repiques de sino, e reconciliaram-se algumas inimizades inveteradas e que se tinham por implacáveis.

Morre neste ano o padre Gonçalo de Oliveira; mas, como nada fez que mereça menção, melhor será deixá-lo em silêncio.

1624

Estando ainda no governo Diogo de Mendonça, tomaram os holandeses a Bahia, concedendo liberdade de culto, exceto aos padres jesuítas; mas não se achou ninguém nem eclesiástico, nem cidadão de algum trato que abandonasse a nossa religião. Irritados os holandeses por isso, cometem desacatos nas igrejas. "Ficou a Sé para templo de sua superstição de Calvino, do colégio dos jesuítas fizeram armazéns de vinhos, dando licença a alguns mercadores, que os acompanharam, para nele se alojarem. Enquanto ali estiveram os heréticos, a casa ficou mal-assombrada e não dormiam com o barulho os sacrílegos que a habitaram, que, supondo serem riquezas enterradas, assim escavaram tudo."

Para remate de tantos males sucedeu outra calamidade. Pouco depois de se terem rendido os portugueses, o padre prepósito provincial, Domingos Coelho, voltara por mar à Bahia, ignorando o acontecido. Vinham com ele nove sacerdotes, e entre eles o padre Antônio de Matos, designado para suceder ao provincial da administração da província. O navio é tomado logo que entra na Bahia. Nenhuma esperança havia de resgate, porque os holandeses tinham decidido que todos os religiosos que se tomassem fossem levados à Holanda, para servirem de troca de prisioneiros. Foram depois tomados mais dois, os padres Gaspar da Silva e Simeão Souto-Maior, em viagem para Portugal.

Estes doze jesuítas, maltratados e carregados de cadeias, são transportados para Amsterdã, onde jazeram nos cárceres públicos por mais de vinte meses, até que por diligências do geral foram resgatados. Na ausência daqueles dois do colégio da Bahia, o padre Fernão Cardim tomou a administração da província. Ficou ela em tristíssimas circunstâncias com a entrada dos holandeses, tanto que o grande seminário da província, dantes frequentado de muitos alunos e professores, agora se via privado não só da casa, mas dos rendimentos tão necessários para a sustentação de tanta

gente. Por isso muitos, apreciando bem as suas dificuldades, já não iam longe de supor que a província ou se tinha acabado ou, pelo menos, estava agonizante.

RESTAURAÇÃO DA BAHIA

Eram em número de vinte e dois os padres que por ocasião da restauração se achavam nos arraiais portugueses da Bahia, para acudirem aos soldados por entre balas e fogo. Mas isso tinham de comum (suponho) com todos os mais religiosos. No colégio se guardou a presa feita ao inimigo, e para vigiar estacionava ali uma companhia de soldados. Os padres afastaram-se e concentraram-se no interior de suas casas.

Em Pernambuco e no Rio de Janeiro temem-se dos inimigos e apercebem-se para a guerra. Os índios acodem em grande número a socorrê-los, o que, como sempre, se atribuíam os jesuítas a seu esforço e indústria.

Este autor fala de uma viagem no ano de 1624 a Vila Rica, na província de Guaíra ou Tucumán, onde os jesuítas punham colégio e que ia em grande aumento, quando foi tudo – colégio, colônia e terras – assolado pelos salteadores do Brasil (os holandeses).

. . . .

Sinopsis
Annalium Societatis Jesu in Lusitania (Ab ano 1540 Usque ad annum 1725)

AUCTORE R. P. ANTÔNIO FRANCO[37]

DO VOLUMOSO *in folio* do padre Antônio Franco só pude estremar os poucos dados que passo a resumir.

Os padres Simão Rodrigues e Francisco Xavier, chegando a Portugal (1540), foram recebidos com estranha benevolência por el-rei D. João III, que deu-lhes logo cartas para o rei de França, Francisco I, e para o imperador Carlos V, casado com Isabel, irmã daquele, a fim de que todos os monarcas, unindo seus esforços, instassem ante o papa pela confirmação da Sociedade. Nestas dificuldades descobre-se já a astúcia dos padres para aguçar a vontade dos soberanos a que forcejassem ainda mais pela introdução dos discípulos de Loiola! Foram úteis essas recomendações, como se vê da bula de confirmação dada por Paulo III a 27 de setembro desse mesmo ano; mas, para que fosse completo o benefício, quis o rei concorrer com todos os gastos da expedição das bulas.

37 Impresso em 1726.

Eram essas cartas de D. João III em termos muitos pomposos, segundo o padre Antônio Franco, encarecendo a Júlio III tanto ao padre Simão Rodrigues pelos serviços prestados ao reino, como aos mais varões apostólicos das Índias pelo que haviam já obrado em favor dos naturais.

A tão celebrada obediência dos jesuítas não foi, todavia, sempre o que cá por fora nos parece, como melhor se verá deste fato.

O padre Simão Rodrigues tinha ido a Roma no ano de 1551, deixando a província entregue a Gonçalo Madeira. Ouviu ali as *constituições* que Loiola ia publicar, e assentiu em tudo menos na faculdade que elas davam ao geral de poder transferir para os colégios necessitados os réditos de outros, o que impugnou com muita energia. Santo Inácio explicou a sua mente, mostrando que deixava a derrogação delas, nessa parte, ao arbítrio do rei e da boa vontade dos sócios, de onde se conhece que a elasticidade das leis e mandados jesuíticos já era ensinada por seu próprio instituidor.

No ano de 1552 publicavam-se as *constituições* em Portugal, mas entendeu Loiola que devia tirar o governo ao padre Simão para extirpar os costumes por este introduzidos. "Pediu vênia ao rei, e com ela o transferiu ao padre Diogo Miram", recolhendo-se o padre Simão à residência de São Félix (*propié Minium*).

Apenas nomeado Miram, cria reitor do colégio de Coimbra ao padre Manuel Godinho. Ambos confessores de caráter, porém menos estimados dos súditos, rígidos e austeros ambos, queriam tudo a virga-férrea. Não permitiam que nada se fizesse sem que fossem ouvidos e consultados, fosse o que fosse o de que se tratasse, dizendo que as coisas iriam de mal a pior, se eles não atendessem a tudo.

O resultado foi tal qual se devia esperar destes rigores. A presença de Simão Rodrigues, que passava por Coimbra em caminho para o seu retiro, foi como óleo lançado no fogo. Os padres odiavam os novos governadores, como homens sobremodo importunos, e que pretendiam inclinar a todos com violência, e a cada um ao seu gênio deles. Levantaram-se declarando que queriam a Simão para seu reitor. Daqui nasceu a suspeita de que este, por algum fato ou palavra, ou ainda mesmo involuntariamente, fomentara a revolta. Ateado o incêndio ou desesperado de o poder apagar, o fato foi que Simão se transferiu sem demora para a residência de São Félix, enquanto os novos superiores, incapazes de subjugar aquela tormenta,

escreveram para Roma, que era impossível restabelecer-se a paz enquanto Simão residisse na Lusitânia.

Veio a Portugal, com a pressa que o negócio requeria, Miguel Turriano, a quem o padre Inácio de Loiola cometera suas vezes, para reparação e emenda destas desordens. Turriano se apresenta ao rei, a quem vence ao modo jesuítico, rendendo-lhe infinitas graças pelos benefícios que derramara sobre a Sociedade, e acaba suplicando-lhe que pusesse coroa a tantos favores, consentindo na saída do padre Simão do reino, que era o mais que podia fazer para a tranquilidade da Companhia. Anuiu a isso o rei. Turriano, que trazia cartas em branco e com a assinatura de Loiola, enche-as logo, dando ordem a Simão que parta incontinênti a governar a província de Aragão de novo instituída. Na incerteza de qual fosse a vontade do rei, Simão dirige-se para Lisboa, lembrado de que em outros tempos Loiola se havia subordinado ao real arbítrio. Em Tomar, porém, entregam-lhe as cartas régias de 23 de julho, em que lhe diziam que a pedido de Loiola, que alegava como bom e justo, lhe mandava a carta do seu geral para que se transporte a Valença, e daí à província de Aragão, do que ele rei se daria por bem servido. Simão obedece e parte para Valença, tendo a Miguel Gomes por companheiro.

No entanto, nem por isso melhoraram as coisas no colégio de Coimbra, e *muitos o abandonavam*: podiam fazê-lo, porque ainda os reverendos padres não tinham o diploma pontifício contra os *apóstatas*, essa arma poderosa que só vieram a obter em 1565, no pontificado de Pio V, e por intervenção de São Sebastião.

"*Qui durioros erant sevicis, in tirocinium misse ad residenciam S. Felicis multis probati sunt experimentis, Pauci tamen illorum in Societate abieré*", diz o padre A. Franco.

No entanto Miguel Gomes, que partira para Valença com o padre Simão, não esteve por muito tempo ausente de Portugal. Voltou por causa de saúde. *"Reversus Joannem regem Proceris eliminavit atrionibus multis in sanctissimum fundatorem, inquisivi me sparsis, adeo suspensos tenit ut mult crederent extinguendam in illis terris Societatem.*" [38]

38 Vid. Orlandini, liv. XII, nº 60.

Tendo o padre Simão regido por pouco tempo a província de Aragão, se tornou de novo a Portugal, ainda por causa de saúde, e chegando a Lisboa foi-se à casa de Santo Antônio. O caso, todavia, estava prevenido pelo superior, que ordenou ao porteiro não lhe permitisse entrada, por não trazer carta patente, e saber-se que não tinha licença de voltar ao reino. Era por sem dúvida o pai da província da Ordem dos jesuítas; mas causas por certo mui graves obstavam o seu ingresso nele!

De olhos baixos e ânimo tranquilo, louvou ao porteiro a religiosa fidelidade para com os superiores, e resolveu buscar lugar no hospital, pondo-se ali ao serviço daquela casa. D. João de Lencastre, duque de Aveiro, seu grande amigo, não sofreu isso, e o levou para seu palácio. A 12 de julho de 1553 chegou carta de Santo Inácio, que, com muitos afetos, o chamava a Roma, facultando-lhe fizesse a viagem por mar ou por terra, como melhor lhe permitisse sua saúde; mas que em todo o caso partisse dentro em oito dias depois de recebida a carta, e ordenava-lho sob preceito de obediência. À vista disso não houve socorrer-se mais a pretextos, e partiu no fim do ano, levando por companheiro Melchior Carneiro, primeiro reitor do colégio e depois bispo de Évora.

Apenas chegado o padre Simão a Roma, Afonso de Lencastre, embaixador de Portugal, entregou-lhe um diploma pontifício, isentando-o da jurisdição de Loiola e permitindo-lhe tornar-se a Portugal, e viver ali onde mais lhe aprouvesse.

Ou por julgar-se inocente, ou por confiar na antiga amizade, o certo é que Simão Rodrigues se apresenta a Loiola e mostra-lhe o diploma, e depois rasga-o imediatamente, para assim provar ao geral que o não provocara e fora obtido por seus amigos dele padre Simão sem que o houvesse consultado para isso. Loiola louva-lhe muito o ato; mas a congregação, revendo a causa, julgou que o padre era ou fora a causa daqueles tumultos. Portanto, para evitar ocasião de novos distúrbios, deliberou mandá-lo fundar um colégio em Jerusalém. Partiu ele nesse intuito para Veneza, e ali, impedido pelas suas enfermidades (note-se que a este jesuíta sempre advém uma moléstia que o impede de cumprir ordens que lhe não comprazem!), se demorou até 1564, quando se passou à Espanha, onde ficou até 1575; em que obteve licença para voltar a Portugal.

Não foi sem muito custo e empenho que alcançaram esta mercê os padres portugueses que tinham ido a Roma assistir à eleição do geral, que recaiu em Everardo Mercurial. Levaram muito recomendada a volta do padre Simão Rodrigues e não desancaram no desempenho deste mandado enquanto não obtiveram semelhante favor.

MORTE DO PADRE SIMÃO RODRIGUES

Voltou tão velho e quebrado de forças que apenas como que teve tempo de se admirar dos progressos que a Companhia havia feito em Portugal; porque tendo percorrido Évora, Coimbra, etc., veio morrer em Lisboa no ano de 1579.

Observa o autor que com a saída de Simão Rodrigues de Portugal tomou o rei por confessor ao padre Luís Gonçalves da Câmara.

Atando depois o fio à narração, e referindo-se o padre Antônio Franco ao ano de 1552, em que sucede o fato porque incorreu o padre Simão no desagrado de Loiola, diz que se não pacificaram aqueles distúrbios em Coimbra com a desejada prontidão. Os rumores espalhados pelos muitos que haviam desertado da Companhia ofendiam os pios ouvidos dos fiéis. Acrescia a isso que o padre Manuel Godinho, reitor do colégio, estava em uma demanda com os poderosos cônegos de Santa Cruz, e se tinha alienado as boas graças daquela respeitável congregação. Querendo aplacar aquela tormenta, e ver se ainda era possível tirar partido das circunstâncias, reúne a 8 de novembro o colégio na sua igreja, pede que implorem a Deus por sua intenção e continuem os sócios em fervorosas orações até a sua volta. Depois, vestido de luto e com as espadas nuas, vai-se pelas ruas, açoitando-se cruelmente com umas disciplinas, e parando em todas as estações. Comovido o povo de tal espetáculo, ajunta-se e segue-o até a igreja de Santa Cruz, onde ele continua a açoitar-se, pedindo a misericórdia do Céu para esses homens honrados, e para si mesmo, por ter defendido tão acremente a *justiça* do seu colégio.

Não produziu na congregação menos efeito que no povo a velhacaria jesuítica! E quer cônegos, quer egressos, todos emudeceram!

1553

Veio a Portugal o padre Jerónimo Nadal com poderes de comissário para o fim de publicar as constituições, e foi ali recebido benigna-

mente. O rei pede-lhe um exemplar, e dota o colégio com cinquenta mil réis – "*decorum regalium aequitanis, et quidem in perpetuum*".

Veio depois, no mesmo ano, D. Francisco de Borja. Está fora de todo o encarecimento o modo com que foi acolhido na corte. Era geral a loucura, e a tal ponto que o infante D. Luís quis fazer-se jesuíta. Não o foi, porque pareceu a Loiola que a Sociedade de Jesus ganhava mais se o não tivesse por sócio.

1555

Referem os autores da Ordem o seguinte fato passado neste ano, posto que haja alguém que o impugne. Dizem que D. João, tão amante, como era, da Companhia, tratando de estabelecer a inquisição em Portugal, lhe oferecera, e que Diogo Miram a aceitara, sob condição do assentimento de Loiola, que de fato o dera; mas que não foi avante o negócio, por terem chegado as cartas de Loiola anuindo à proposta quando já era morto o infante D. Luís, fervoroso admirador e o mais tenaz defensor da Companhia, e enfermo o cardeal.

Faleceu, com efeito, neste ano D. Luís, e como não tinha podido fazer-se jesuíta no exterior, vestindo a roupeta curta, mandou que fosse a ela admitido seu filho D. Antônio prior do Crato; mas os fados o reservavam para maiores vicissitudes: tocou na coroa, e morreu no exílio!

1556

Morre Loiola em 1556. Os padres professos de Portugal, que eram poucos, reúnem-se em Almeirim, onde estava o rei. Luís Gonçalves da Câmara e Gonçalo Vaz de Melo foram eleitos para acompanharem o provincial Miguel Torres (Turriano), indo também com eles o padre Manuel Godinho, como procurador da província de Portugal, e Jorge Serrão, das do Brasil e Índias. O rei correu com os gastos da jornada.

1557

Morre D. João III a 11 de junho, com cinquenta e cinco anos de idade e trinta e cinco de reinado.

Não houve recanto do reino onde este monarca não fundasse igrejas com largas dotações! Criou e nomeou os primeiros bispos de Leiria,

Porto Alegre e Miranda, em Portugal, o primeiro arcebispo de Évora, o primeiro bispo de Cabo Verde, o patriarca da Etiópia, e para o que pudesse acontecer os bispos da China (*concinense*) e de Malaca, e mais o bispo da Bahia. Introduziu no reino os jesuítas, antes mesmo de serem aprovados pelo pontífice, como também os padres capuchinos e os franciscanos. Além das casas da Companhia, mandou construir ou aumentou grandemente as fundações dos monges de São Jerônimo, de Santo Agostinho, dos religiosos da ordem de Cristo, dos carmelitas, o mosteiro de São Gonçalo de Amarante, e foi, enfim, quem introduziu a inquisição em Portugal!

Não satisfeito de enriquecer a cúria romana, mandava esmolas à Galiza e à Espanha. Quanto aos jesuítas, a estes favorecia ele em toda a parte e por todos os modos; porque Loiola lhe metera em cabeça que era ele o segundo pai da Ordem! Por isso mandava largas provisões de especiarias das Índias e do Brasil às casas e colégios de Espanha, França, Itália e Alemanha. "*Jubebat dari ex aromatibus Indieis et Brasilicis condimentis ampla subsidia.*"

Deixou também muito recomendado que seu neto D. Sebastião fosse educado na doutrina dos honrados padres (na frase do rei), e para isso foi chamado de Roma o padre Luís Gonçalves da Câmara. A rainha nomeou para confessor de seu neto e tutelado a Miguel de Torres (Turriano). O rei, mesmo em vida, aconselhava a todos que tomassem confessores jesuítas, que era esse o caminho do Céu mais do seu agrado.

1559

Cabe mencionar neste ano a vinda do padre Luís Gonçalves da Câmara pela fatal influência que exerceu no reino, e pelas desgraças que a ele advieram de seus conselhos!

Depois da morte do rei, tendo a rainha respirado os ares daquela atmosfera devota e hipócrita, e sendo de mais a mais espanhola a filha de Filipe I, não se descuidou das recomendações do real esposo, antes apressou a cumpri-las. Escreveu logo ao geral Laynes que lhe mandasse o padre Luís Gonçalves, ao que ele lhe respondeu que era preciso consultar os provinciais. Sabia o astucioso jesuíta com quem tratava, e por isso simulava tais dificuldades para lhe acirrar mais a vontade; tanto que, entendendo a rainha ser esta resposta uma recusa, mandou a Roma por seu embaixador a Lourenço Peres de Távora, recomendando-lhe especialmente a vinda do

padre Luís Gonçalves da Câmara. Já não houve então mais dúvidas, e volta o padre Luís Gonçalves isento da jurisdição de qualquer superior, exceto da do geral, mas com a condição de não habitar fora de casas da Sociedade. Chega e põe tropeços de sua parte. D. Catarina, mulher e rainha, teima e vence, se é que a vitória não foi do padre e de seus consócios, que negaceavam para venderem-se mais caros e entrarem ainda mais no ânimo real.

Morre o padre Manuel Álvares, coadjutor, mártir, ou no Brasil, ou em viagem para ali (*in itinere brasilico*). Partiram também nesse mesmo ano, com o bispo Leitão, sete jesuítas, sendo sacerdotes de missa os padres João de Melo e João Dício, belga.

O último, achando contrários à sua saúde os ares do Brasil, voltou a Portugal. Dos cinco noviços, três foram expulsos por não satisfazerem a vocação.

1561

E neste ano que volta do Brasil o padre Dício. Foram mais dois para lá: o padre Francisco Viegas, português, e um irmão de nome Cipião, italiano.

1562

D. Catarina entrega o governo do reino.

1563

Partiram para o Brasil quatro: o padre Quirício Caxa, o irmão Baltasar Álvaro, ambos castelhanos, e os irmãos Sebastião de Pina e Luís Carvalho, português. O cardeal lhes mandou dar passagem na capitânia, fazer as despesas da jornada pelo tesouro, além de presentes de muitas alfaias, paramentos e cálices de prata com que os brindou.

1564

O cardeal dota o colégio da Bahia, em nome de D. Sebastião, que manifestara desejo de o fazer.

1565

Morte de Laynes.

Congregação geral em que vai por procurador da Índia e do Brasil Inácio de Azevedo. Resolve-se aí que não usem essas dignidades o título

de dom (Inácio de Azevedo estava no caso de o ter), anulados, menos nos colégios maiores, os lugares de superintendentes, que tolhiam toda a ação ao reitor; assim como os dos comissários aos provinciais.

O cardeal D. Henrique obtém, em nome de D. Sebastião, que fossem coagidos e punidos, como apóstatas, os jesuítas que de seu próprio moto saíssem da Companhia e que não entrassem na Cartuxa.

1566

O novo geral cria visitadores para as diferentes províncias. Coube a Portugal Miguel de Torres, e ao Brasil Inácio de Azevedo. Partiu este com Mauro Gonçalves, Antônio da Rocha e Baltasar Fernandes, sacerdotes, Pedro Dias e Estêvão Fernandes, irmãos. Chegam à Bahia a 24 de agosto, e quase que ao mesmo tempo em que os padres Miguel Rego e Antônio Aranda.

Estabelece-se em Coimbra a inquisição no colégio que havia sido dos jesuítas, e onde depois haviam de encarcerar o padre Antônio Vieira.

Toma D. Sebastião nesse ano as rédeas do governo, tendo de idade quatorze anos, e em fins de outubro volta o padre Inácio de Azevedo "contando dele [Brasil] tantas maravilhas, a ponto que levantou-se como um incêndio em todos que lá queriam ir pregar a fé".

Apesar de promulgado o diploma pontifício contra os apóstatas, parece que nem esses casos de deserção eram raros, nem as outras ordens podiam ver com bons olhos que se considerasse apostasia a preferência que lhes dessem os trânsfugas do Instituto. O cardeal, porém, orgulhoso como quem era, e teimoso a mais não poder, vendo que não conseguia convencer os muitos doutores que eram contrários à sua opinião, valeu-se da autoridade de legado *a latere* e de inquisidor-geral, e a 13 de outubro condenou como herética, ofensiva, etc., a opinião que lhe era oposta. A isso não havia réplica: os jesuítas ficaram jesuítas, e diz o padre A. Franco: "*Quamvis esset promulgatum pontificia diplomata de apostatis; non dierant litterati externi, qui favebant Societatem sponte sua deserentibus, vel ad ordines alias migrantibus. Noxios errores cardinalis Henricus exterminaturus, usus potestate. Legati de latere, et generalis inquisitoris, dedit literas, ubi verbis gravissimis declaravit hujus modi opiniones esse errores non tolerandos et a sacra puniendos inquisitione, tanquam sapientes haeresim.*

Praecepit in virtute sanctae obedientix sub paena excomunicationis nequis temere aut tam pestifera docere douctrinam auderit. Hujus modi diploma edictum 13 octobris, fraenum imposuit talium errorem defensoribus" (*Syn. Ann.,* § 11, pág. 82).

1570

A 15 de julho deste ano morre Inácio de Azevedo e seus companheiros às mãos de Soria, ficando Simão da Costa de reserva para cortarem-lhe os hereges o pescoço no dia seguinte, tendo igual sorte a 13 de setembro de 1571 o padre Pedro Dias e mais treze companheiros. [39]

1571

Sucede mais neste ano vir S. Francisco de Borja a Portugal por causa das calúnias que contra os jesuítas mandaram assolar na Europa aqueles que no Brasil e nas Índias julgavam seus interesses prejudicados pelos da Companhia.

Diz o autor que os padres empenhavam-se em compor as desavenças entre o rei cardeal e a rainha, que se queria ir para Castela, mas que nem ela, nem os padres opunham-se a que ele casasse.

1572

Parte neste ano para o Brasil Inácio de Tolosa, nomeado provincial por S. Francisco de Borja pela morte do padre Inácio de Azevedo.

Tolosa era espanhol, natural de Medina Coeli. Entrou para a Sociedade em Portugal, e como era doutor em teologia ensinara esta ciência em Coimbra.

"Recebidas as cartas patentes, foi-se ao altar e as depôs ante um crucifixo, rogando à Virgem Maria tomasse a si aquele encargo. Para prova de que aceitava a oferta, lançou de si o crucifixo tantos raios de luz tão viva que todo o cubículo ficou alumiado." Já se vê que houve disso testemunhas!...

---

39 Vid. F. Sachino, *Historice Societatis Jesu,* no extrato que faço, que não está de acordo quanto ao número dos padres escapos das mãos de Jacques Soria.

1573

Partiu Tolosa a 28 de janeiro em uma frota de trinta navios, levando consigo doze companheiros, e chegou à Bahia em fins de abril, vivendo ali santamente até maio de 1601.

A despeito dos grandes favores que Pio V tinha feito à Sociedade, voltara atrás nos últimos anos do seu pontificado, querendo muitas reformações na instituição da Companhia, sobretudo na parte relativa aos não professores, a quem recusava tomassem ordens sacras. Gregório XIII aboliu todas estas restrições, e as coisas voltaram ao antigo estado.

Reúne-se em Roma a congregação para eleger novo geral, e João Polamo, espanhol e vigário-geral, que tinha estado no segredo dos antecessores, era o caminho mais provável para substituir o derradeiro.

Quando se apresentaram os da congregação ante o papa, rogando-lhe, como era de costume, a sua bênção, informou-lhe ele miudamente do modo da eleição e perguntou quantos gerais espanhóis tinha havido, ao que lhe redarguiram que todos três haviam sido daquela nação. Daí passou a indagar do número de votos espanhóis e do das demais nações; e vendo que havia desigualdade ponderou: “Pois é justo que agora se escolha geral de outra nação!”

Tornou-lhe Polamo modesta e comedidamente que a Sociedade se congregava em Roma para ter mais liberdade na eleição; que ninguém sofria exclusão, obrigando-se todos por juramento a escolher o melhor. Retrucou a isso o papa que houvesse igualdade nos sufrágios, pois que nas outras nações não faltavam sujeitos capazes daquele cargo eminente, e apontou o belga Everardo Mercurialis.

A causa desta novidade era o ciúme das outras nações, que viam o cargo nas mãos dos espanhóis, entrando também nessa guerra feita à eleição de Polamo o aborrecimento ao sangue judeu: pois ele ou era cristão-novo, ou protegera aquela nação perseguida. O cardeal D. Henrique tinha descoberto horrores desta gente, e como amigo da Sociedade lastimava-se de que os houvesse na Companhia! Ele, portanto, D. Sebastião e Filipe I, da Espanha, escreveram ao papa, instando para que não consentisse um geral infamado com esse labéu, e foi isso o que instigou o papa a tomar parte tão pronunciada nessas eleições.

Reunidos os padres, apresenta-se aí um cardeal, recomendando-lhes que não elejam espanhol. Irritam-se, mas obedecem com a tão preconizada flexibilidade do Instituto.

Sai eleito Everardo Mercuriano (Mercurialis) a 23 de abril deste ano (1574). Partiram cinco jesuítas para o Brasil, com diferente sucesso. Luís Dias e Manuel Mesquita, sacerdotes portugueses, e João Salônio, catalão, chegam ao seu destino, e o último vai daí com outros padres da província do Brasil para Tucumán, na América espanhola, onde funda colégio. Os outros dois sacerdotes, Diogo Mendes e Francisco Lopes, que também partiram neste ano para o Brasil, foram apresentados pelos heréticos franceses, e são postos nus na praia, depois de sofrerem grandes afrontas e correrem risco de vida a ponto de estarem os piratas a vir às mãos, porque um dos navios os queria para os matar, e o capitão recusava entregar-lhes.

1575

Parte D. Sebastião para a África e leva consigo seis jesuítas, voltando depois desta primeira e louca tentativa.

Partem para o Brasil seis jesuítas, José Morinelo e Leonardo Armínio, padres italianos, os padres Francisco Lopes e João Batista e os noviços Manuel Távora e Jerônimo Rodrigues.

1577

Gregório Serrão, que viera por procurador a Roma, volta com dezessete companheiros portugueses e de outras nacionalidades[40].

1578

Segunda jornada da África em que vão quinze jesuítas. Depois da catástrofe de Alcácer-Quibir, é aclamado rei o cardeal D. Henrique.

1579

Chega a Portugal o padre Maffei para escrever a sua *História das Índias*. Morre Simão Rodrigues em Lisboa, a 15 de julho deste ano, como já fica referido na pág. 194 [pág. 347 nesta edição].

---

40 Vid. os nomes no catálogo.

1580

Morre neste ano o cardeal-rei, e no seguinte (1581) o geral Everardo Mercuriano; sendo eleito para substituí-lo Cláudio Aquaviva, com trinta e sete anos de idade.

Parte para o Brasil com poderes de visitador o padre Cristóvão de Gouveia, indo em sua companhia Fernão Cardim e Rodrigo de Freitas, ambos sacerdotes e procuradores da província do Brasil, e o coadjutor Barnabé Teles, que fora sócio de Simão Rodrigues, e Martinho Vaz, noviço. O padre Cristóvão, na sua tornada ao reino, caiu em poder dos piratas e foi lançado nas praias de *Cantábria* (?).

1585

Não poucos partiram este ano de Lisboa (30 de janeiro) com destino ao Brasil, e entre eles o padre Lourenço Cardim. Como o vento era fraco, andam seis léguas e saem ao encontro deles duas naus de piratas franceses, ocultas pela serra de Cintra. Dão-lhes caça, de noite combatem longamente, morrendo Lourenço Cardim no conflito de uma bala que lhe despedaçou o crânio, quando animava os combatentes. Entram os piratas, roubam, maltratam os padres e os deixam no navio em que aqueles vinham, e que foi até a Galiza.

1586

A esforços e conselho de cardeal Alberto, são os comediantes condenados a degredo, como peste e corrupção dos bons costumes. Eles oferecem dotes a cinco donzelas órfãs e resgate para cinco cativos, contanto que os deixem. Os padres mofam (*risere*) desta liberalidade e foram aqueles pobres coitados expulsos de Lisboa! Não desesperam no entanto de tão mofina sorte, tanto que voltaram à carga em 1588, prometendo desta feita dar oitenta comédias e mil dinheiros reais (cruzados?) à Santa Casa por cada um deles; mas os jesuítas não cedem e fazem com que refusem o pedido. Três séculos depois são os atores festejados por povos e reis, considerados e agraciados pelos governos, e, por uma singular coincidência, ergue-se o teatro de D. Maria II, onde se levantava dantes o catafalco para os autos de fé do iníquo tribunal da Inquisição! E há hipócritas e *philotheras* que choram pelos tempos de outrora!...

1587

Partitam neste ano para o Brasil Marçal Beliarte, que ia por procurador da província, Francisco Soares, que um ano antes tinha sido tomado pelos piratas, Marcos da Costa e Henrique Gomes, todos professores, o padre Manuel Ferreira, coadjutor espiritual, Domingos Coelho (*non dominietatus*) e que depois regeu por duas vezes a província. Os mais eram coadjutores: Paulo Pinto, Diogo Gomes (portugueses), Ascânio Bonajusto e Agostinho Lifarelo (italianos).

Voltou ao reino o padre Antônio Gomes, que viera ao Brasil por procurador.

1591

Foram quatro para o Brasil: Pedro Coelho e Gaspar Lobo, sacerdotes professos, Simão Pinheiro e Manuel Oliveira, não ordenados. Pinheiro foi mais tarde provincial, e Oliveira reitor do colégio da Bahia, que, voltando por procurador da província, morreu na Itália.

Houve neste mesmo ano a *grande conspiração* de Luís Carvalho. Entrara este para a Sociedade, em Coimbra, no ano de 1554. Era homem de engenho, letras e bons dotes; mas de virtudes não correspondentes, segundo a opinião dos padres. Alguns jesuítas tinham por aquele tempo levantado em Castela contra a Sociedade. Ele quis imitá-los em Portugal e escreveu *Observationes Constitutionibus Jesu em Portugale*, e as traduz Gaspar Coelho, a que representam os padres como homem leve e inconstante e de nenhuma verdade nem virtude, visto como os contrariava e convinha portanto tisná-lo.

Transpira o negócio, e o visitador, padre Pedro da Fonseca, mete a Coelho no cárcere; e por isso escreve Luís Carvalho ao cardeal Alberto, que tinha casos de importância a comunicar-lhe e o não podia fazer por carta. Decide este que o chamassem a Lisboa, como de fato se fez.

Apresenta-lhe o seu libelo, cheio de calúnias e injúrias (diz o autor): lastima o misérrimo estado da Companhia, entendendo não havia valer-lhe outro remédio senão cometer a um bispo de letras e virtudes a reformação da Ordem. O que lhe disse Carvalho, calou no espírito do cardeal. O rei tinha obtido de Roma bulas para entender na reforma das

ordens religiosas, e o bispo Jorge de Ataíde, que presidia na Espanha ao conselho de Portugal, estava convencido dessa necessidade e ameaça *nomeadamente* os jesuítas. O cardeal instituiu uma devassa secreta: chama os jesuítas, toma-lhes juramento de dizerem a verdade e guardarem segredo. "*Res erat plena periculi; nam leviores, quorum semper aliqui vivunt in tanto numero arriperent occasionem turbandi Societatem, ejus que Sanctissimam Institulum et vivendi morem.*"

Escrevem para Roma ao pontífice, e este ao rei da Espanha, que a bula da revisão e reforma das ordens no reino não se estendiam aos jesuítas; e ao cardeal Alberto que não fizesse questões acerca das instruções da Companhia e entregasse os autos e papéis a Carvalho.

Este pobre diabo é quem pagou as custas, sofrendo a vingança oculta, perseverante e inextinguível da Ordem!

1595

Partem seis para o Brasil: Rafael Carneiro e João Fernandes, sacerdotes; Manuel Gomes e Tenreiro, estudantes; João Batista e Francisco Gonçalves, coadjutores temporais.

1598

Foram quatro para o Brasil: Antônio Matos, Melchior Álvares e Jerônimo Peixoto, sacerdotes, e o irmão João Gomes.

1602

Partiram neste ano onze, todos portugueses; quatro sacerdotes, um coadjutor e os mais leigos. Entre eles o padre Luís Figueira, de Amoldóvar, que depois morreu, diz Franco, *in regressu ad Maranionem*; dele há a Grãática e o restante, e o vocabulário da língua geral.

1604

Vão sete jesuítas, sendo seis padres e um coadjutor, e com eles um estudante. Era seu superior o padre Fernão Cardim, de volta da Inglaterra, onde os piratas o tinham deixado.

1607

Partem neste ano seis para o Brasil: o padre Manuel de Lima, com poderes de visitador, seu sócio o padre Jácome Monociros e Mateus Gonçalves, coadjutor, dois estudantes e mais outro coadjutor.

1609

A 27 de junho proclama-se a canonização de Santo Inácio de Loiola.

1610

Ordem do rei expulsando da Índia todos os jesuítas italianos por não convirem ali ao seu serviço. Não foi sem dificuldade que puderam os padres atalhar este golpe, mas por fim o conseguem.

1619

A 23 de outubro, canonização de São Francisco Xavier. Partiram neste ano dez sócios para o Brasil com o padre Henrique Gomes, que daí viera por procurador. Todos eram portugueses, exceto João Herman, hamburguês e pintor.

Foram também nesse ano mais três: o padre Paulo Carvalho, doutor e professor de teologia em Évora, homem doutíssimo; o padre Benedito Amodei, siciliano, que depois passou-se ao Maranhão, e o padre Fábio Moyo, napolitano, que em seguida foi mandado ao Paraguai.

1620

Partiram neste ano para o Brasil dois sicilianos, o padre Leonardo Mercúrio (Mercurialis) e o padre José Costa.

1622

Morre Filipe II, e foram para o Brasil quatro sacerdotes, todos sicilianos: Antônio Bellavia, morto em Pernambuco às mãos dos holandeses, quando ouvia de confissão a uns penitentes; Conrado Arici, Antônio Forti e Francisco Oliveira (parece-me duvidosa a naturalidade que dá o autor a este último).

1623

EXPULSÃO DOS JESUÍTAS DE ANGOLA

Governava esta província João Correia de Sousa, que fazia guerra aos gentios, e ao que opunham-se os padres por iníqua. Sousa, tomado de cólera e para cortar dificuldades, manda uns pretos ao colégio e estes agarram os padres Jerônimo Vogado, Antônio Amaral e Mateus Navarro, metem-nos amarrados de pés e mãos em redes, e assim os conduzem para bordo de um navio que os trouxe a Portugal. Isso sucedeu no princípio do ano; e porque no mês de outubro esse governador abandonasse o seu posto e fugisse para as Índias de Castela, foi ali preso e mandado para Lisboa, onde morreu no cárcere.

Foi canonizado São Francisco de Borja a 6 de setembro deste ano, sendo pontífice Urbano VIII.

1628

Partem oito jesuítas para o Brasil, seis sacerdotes, entre eles o futuro provincial Antônio de Matos, e dois coadjutores, dos quais era um belga e pintor. Tomada a nau pelos holandeses, viveu o padre Matos quatro anos em poder deles.

1633

O padre Francisco Gentino, que passara doze anos missionando em Angola, passou neste ano ao Brasil, e daí foi ao Paraguai.

1635

Aparecendo neste ano o duque de Bragança em certa festa religiosa de Évora, o padre José Gaspar Correia, que pregava, voltando-se para ele, concluiu. "*Adhuc, princeps, cernam in tuo capite coronam...*", e fazendo uma pausa continuou: "*Gloriae, ad quam Deus nos perducat*". Lembram-se disso mais tarde nos conselhos de Espanha, e Gaspar Correia foi um daqueles que nos tumultos de Évora, de 1637, foram chamados à Espanha por supor-se perigosa a sua presença em Portugal.

Por esse tempo corriam os jesuítas espanhóis para a Índia e a África, esquecendo-se do Brasil.

1640

Com a aclamação de D. João IV as coisas mudam um pouco de figura. Ele lembrou-se talvez de que a um de seus antecessores tinha o rei de Espanha oferecido a coroa do Brasil, para não encontrar maiores obstáculos em Portugal, e por isso voltou suas vistas para ali.

1641

Elevado ao sólio, o rei se aproveita dos jesuítas para diferentes missões, e o padre Francisco Vilhena veio para o fazer aclamar no Brasil.

Não foi isso, porém, preciso, porque o marquês de Montalvão já o havia feito na Bahia, mandando a Portugal seu filho mais velho como portador de tão boa nova. Em companhia deste veio o padre Antônio Vieira.

O grande pregador precisava bem de uma corte onde se falasse português e que fosse teatro de seus triunfos oratórios.

Pouco depois veio o próprio marquês de Montalvão trazendo os que já tinham sido seus companheiros na viagem ao Brasil: o padre Inácio Estafortio, inglês e professor de matemática, e o irmão Gonçalo Vaz.

1642

A 12 de fevereiro deste ano morre o padre Inácio Estafortio, e a 24 de abril do mesmo ano o padre Bartolomeu Guerreiro, em Lisboa.

Partiram para o Brasil o padre Francisco Correia, que depois foi provincial (em Portugal?), e os dois noviços Antônio Carneiro e Antônio Vaz. O último, com o andar dos tempos, passou-se a cultivar a vinha no Maranhão.

Com estes foram quatro estudantes, que no Brasil entraram para a Sociedade.

1643

MISSÃO PARA O MARANHÃO

O padre Luís Figueira, que tinha passado ao Brasil, foi dali mandado ao Maranhão[41] para cultivar aquela vinha; mas, reconhecendo-se

41 Como é sabido, divide-se o Brasil em dois estados, o do Maranhão e o do Brasil, propriamente dito; por isso conservo essa distinção, para ir de acordo e conforme escreveram os cronistas.

insuficiente para tão extensa messe, tornou a Portugal, no intuito de convidar novos obreiros e de melhor proteger a liberdade dos índios. Consumidos alguns anos nessas diligências, partiu de Lisboa no último de abril deste ano (1643) com quinze companheiros, tanto sacerdotes de ordens como sem elas. Chegaram ao Maranhão a 12 de junho; mas, vendo que a terra pertencia aos holandeses, levantaram novamente âncora e foram para o Pará, onde entraram a 27 do mesmo mês. A nau encalhou e desfez-se, perecendo os padres, uns nas ondas, outros nos dentes dos índios de uma ilha onde tinham aportado nos destroços do navio, escapando só três com vida, os padres Francisco Pires, Antônio Carvalho e Nicolau Ferreira de Carvalho, que acabou seus dias pouco depois.

Ia nessa viagem, por governador do Pará, Pedro Teixeira, que também escapou.

1644

O padre Antônio Vieira é nomeado pregador da capela real.

1648

Salvador Correia de Sá e Benevides toma Luanda. Iam com ele nessa expedição os padres Filipe Franco e Antônio Couto.

1649

O padre André Fernandes é nomeado confessor do príncipe D. Teodósio e bispo do Japão. Por influência e conselhos dele, segundo dizem, se criou o tribunal das missões ultramarinas, que tinha por fim promovê-las. Foi provavelmente instituído em 1650, sendo o mesmo André Fernandes seu presidente enquanto viveu.

1652

Partiu para o Maranhão o padre Antônio Vieira. Muitos motivos concorreram para isso, sendo um deles o ter-se metido em muitos negócios que lhe tinham acarretado inimizades, tais como o litígio do colégio de Santo Antônio com a província do Brasil, favorecendo Vieira o Brasil, com sustentar a separação da de Pernambuco. Era isso o que indignava sobretudo os franciscanos: *“Ob id qui sentiembant ob qui pellendum e Societate, tanquam ejus turbaret pacem”*.

1653

Morre o príncipe D. Teodósio em 1653.

A 27 de setembro desse ano divide-se a província em *cis e transtagana,* durando esta divisão até 1655. O rei foi o principal promotor dela, chegando até ao ponto de intimar ao provincial que suspendesse toda a comunicação com seu geral, nem mandasse subsídios aos jesuítas de Portugal, que contra a ordem dele se demoravam em Roma. Mal sabia ele que os jesuítas lhe não obedeceriam. Távora, que era provincial, respondeu-lhe humildemente que tal não podia fazer, nem impedir a seus súditos que o fizessem sem incorrer em pecado mortal; que se dignasse, pois, sua alteza, visto a sua grande benevolência para com aquela mínima Sociedade, não a lançar em tais angústias.

O geral, que considerou o negócio sério, mandou o visitador João Brisar, de nação francês e reitor do colégio de Paris, com poderes plenos para resolver o caso.

1655

O padre Antônio Vieira volta a Portugal; mas o rei não se contenta somente com a visita, senão que dificulta-lhe a tornada e manda que o negócio se proponha na congregação da província transtagana, a que pertenciam as missões de Angola e Cabo Verde; e pelo que daqui colijo, também a do Maranhão. Vieira apresenta-se e ora a favor da sua ida. O provincial Benedito Siqueira põe a questão a votos secretos, decidindo-se a maioria pela afirmativa.

Partiram neste ano para o Brasil nove, um italiano e os mais portugueses, levando como superior o padre João de Paiva, que missionava havia muitos anos no Congo, e que veio a morrer no Brasil com a opinião de não vulgar virtude.

1656

Morre D. João IV, e sucede-lhe no governo a rainha D. Luísa, na menoridade d'el-rei D. Afonso.

1659

Entende Filipe de Espanha que, por governar em Portugal uma mulher, ser-lhe-ia fácil recobrar o reino. Não obstante as guerras

que sobrevieram, partiram neste ano em auxílio ao padre Antônio Vieira, então no Maranhão, seis sacerdotes e dois irmãos que ainda não eram professos.

1660

Morre neste ano D. André Fernandes, bispo do Japão e também confessor da rainha.

Partiram para o Maranhão os padres Pedro Luís Gonçalves, italiano, Gaspar Wrisch, João Filipe Bettendorff, belgas, com Baltasar de Campos, coadjutor e também belga.

1661

O padre Antônio Vieira é expulso do Maranhão. No começo de maio deste ano, possuído o povo de furor diabólico, segundo a opinião do autor da *Synopsis,* invade o colégio da Senhora da Luz, rompendo paredes, quebrando portas e roubando tudo, e afinal prendem sete padres, que põe incomunicáveis e os coage a embarcarem-se em uma nau que estava no porto.

Imitando-os a gente do Pará, também põe o colégio de Belém em assédio, vão pelo norte acima e prendem os que acham nas aldeias.[42] Dentro do ano falta chuva, os rios secam e há peste, e prega por esse motivo o padre Vieira um notável sermão.

1662

A rainha D. Luísa de Gusmão entrega o governo.

1663

Voltam ao Maranhão quatro padres e seis coadjutores, que dali tinham sido expulsos.

O padre Jacinto de Magistris, italiano, com o padre Luís Nogueira, português, seu sócio, e mais coadjutores e noviços, partiram para o Brasil.

42 Desde a pág. 115 até 131 [da pág. 289 até a 301 nesta edição] fica resumida do manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa (de que dou notícia na nota *B in fine*) a relação destes sucessos.

O visitador não foi aceito, e deposto da autoridade o mandaram de volta a Portugal. Foi depois reenviado como comissário para punir os criminosos.

1664

Foram para o Brasil os padres Jacob Roland, belga, Mateus de Moura, português. Este Moura, diz o padre Antônio Franco, é ali provincial no tempo em que isto escrevia, sem se saber se se refere a 1725, quando terminou a *Synopsis,* ou a 1726, em que fora impressa.

1665

Forma de novo Portugal uma só província religiosa, e o padre Antônio Barradas é feito provincial de ambas, ou antes da única, que ficou subsistindo.

Expulso do Brasil o padre Jacinto de Magistris, "*cum raes essent turbata et severitati opus foret ad cohibendam deinceps pessimi audaciam*". Foram neste ano por duas vezes diferentes sócios. Primeiramente, no mês de março, o padre Francisco Morato com Manuel Cortês e Baltasar Duarte, estudante; em dezembro o padre Dr. Antão Gonçalves, comissário com poderes de geral, levando para sócio Manuel Zuzarte. O padre Gaspar Álvares ia por provincial, tendo por sócio o padre Antônio da Fonseca, depois confessor d'el-rei D. Afonso, quando deposto e preso em Cintra. Foram mais os estudantes Francisco de Sousa e Francisco João da Silva. "*Quid in Brasilia fungentes suis muneribus, non est inerem nemo rare.*"

1666

Morre neste ano a rainha viúva D. Luísa de Gusmão.

1667

Volta ao Brasil o padre Domingos Barbosa, que viera por procurador a Roma. Vão dois estudantes, Manuel Figueiredo e Manuel Rodrigues.

1668

Partiram para o Brasil três estudantes, Antônio Rodrigues, Mendo Pacheco e Rafael Salgado, que ali entraram para a Sociedade.

1669

O padre Manuel de Pina, que no ano anterior tinha ficado em Portugal por motivos de saúde, partiu este ano com o estudante Gaspar de Barros, que ia ao Brasil filiar-se na Sociedade.

1671

A 8 de dezembro morre no Porto o padre Manuel Zuzarte, companheiro do comissário Antão Gonçalves que foi ao Brasil, e ali morreu.

1674

Partiram três padres para o Maranhão, os padres Francisco Pereira, Manuel Pereira e Francisco Ribeiro, e mais Simão Luís, que ainda não era de missa.

1675

A 20 de abril deste ano morre Baltasar Teles, autor da *Crônica da Companhia*, na casa professa de São Roque.

1680

No 1º de agosto morre em Roma o padre Antão Gonçalves.

1681

Partiu para o Maranhão o padre Manuel Nunes, que fora dantes expulso com alguns outros. Caiu nessa viagem em poder de piratas, onde sofreu muito. Conseguiu afinal escapar e morrer entre os neófitos.

1683

Morrem D. Afonso VI e a rainha D. Maria Isabel de Sabóia, de quem nascera D. João V.

1686

Casou D. Pedro II com D. Maria Sofia, filha do eleitor palatino.

1687

No ano de 1684, os portugueses do Maranhão, indignados contra os padres, ainda por causa da escravidão dos índios, os exterminam des-

ta capitânia. Manda o rei abafar o tumulto em 1687; voltam quatro padres: Iodoco Peres, Antônio Carvalho, Antônio Fonseca e Manuel Borba, com o irmão Francisco, que era coadjutor.

1688

Passaram-se neste ano ao Maranhão dezoito padres com o superior, que era o padre João Filipe Bettendorf, belga, que do Maranhão tinha vindo a Portugal a buscar novos operários, sendo dos dezoito oito padres, três coadjutores e os mais estudantes.

1690

Foram para o Maranhão quatro sacerdotes e um irmão: os padres João Justo Lucca, italiano, Manuel Amaral, Manuel Galvão e Manuel Rebelo, e o dr. Domingos Cruz, portugueses.

1691

Partiram neste ano para o Brasil sete estudantes e dois coadjutores; e para o Maranhão três sacerdotes, Antônio Amaral, Manuel Galvão e João Justo Lucca, italiano, o que parece repetição, pois que o autor já os faz partidos para essa província no ano de 1690!

1692

Com poderes de visitador ou de provincial, partiu neste ano para o Brasil o padre Manuel Correia, de Extremos, que era reitor do colégio do Porto. Levou consigo para mestre de teologia o padre Francisco Botelho, que depois foi confessor de D. João V. O padre Manuel Correia morre no seu emprego, deixando preclaros exemplos de uma vida religiosíssima. Foram também quatorze estudantes e o padre Luís Severino, que, voltando alguns anos depois por causa de saúde, morreu em Évora.

1693

Partiram para o Maranhão com poderes de visitador o padre Benedito de Oliveira com seu sócio Antônio Afonso, como coadjutor.

Para o Brasil foi também neste ano um – padre Filipe Bourel, alemão.

1694

Passou ao Brasil o padre João Guinsel, também alemão, com dezessete noviços, todos portugueses.

1695

"In Maranoniam misimus egregiam manum erant numero quatuordecin; omnes ardentissime id postulaverant."

Eram todos portugueses, cinco sacerdotes, e os mais para o serem apenas chegassem à idade[43].

1696

Para o Maranhão foram neste ano os padres Frutuoso Correia e Miguel com dois estudantes. O padre Frutuoso Correia tinha lido filosofia em Évora e ia ensinar teologia no Maranhão, com permissão de voltar, como de fato voltou, concluído o tempo do magistério. Exerceu alguns cargos na Sociedade e no ano de 1720 era reitor do colégio e da universidade de Évora.

1697

A 18 de julho deste ano morre na Bahia o padre Antônio Vieira com noventa e três anos de idade. D. Francisco, conde da Ericeira, mandou-lhe celebrar na casa professa de Lisboa, no mês de dezembro, exéquias dignas de um príncipe.

1698

Partiram neste ano para o Maranhão dois padres, Francisco de Andrade e João Valadão. Deixou este um venerando exemplo de santa obediência. Por dez anos tinha missionado nas ilhas dos Açores, e apenas de volta deu-lhe o superior ordem de partir para o Maranhão, ao que obedeceu. Perguntado por que se não dispensara dela e ficara alegando os tantos anos que tinha passado nas ilhas servindo à Sociedade, objetou que os superiores bem sabiam da sua vida, e que o poderiam ter escusado se o entendessem, mas que ele ignorava se a sua salvação não dependia daquela obediência.

43 Vid. O *Catálogo.*

Voltando do Maranhão anos depois, morreu no naufrágio ocorrido na foz do Amazonas.

1702

Para o Brasil partiu este ano o padre João Pereira, com poderes de visitador, tendo por sócio o coadjutor Ascenso Fernandes, com mais alguns escolares. O visitador se demorou no Brasil até o ano de 1706.

1703

Para o Maranhão foram doze; um estrangeiro e todos os mais portugueses. Ia o padre Manuel Saraiva com poderes de visitador.

1705

Partiram onze para o Brasil, que tinham pedido com grande ardor esta missão; todos noviços e entrados para a Sociedade antes do novo decreto pontifício proibindo noviços para ela. Foram para o Maranhão sete, e como superior deles o padre Miguel da Costa.

1706

Morre D. Pedro II de Portugal.

1707

D. João V foi aclamado rei no princípio deste ano. Tinham os jesuítas com os ministros romanos uma célebre pendência acerca do pagamento dos quindênios. Neste ano, enfim, o duque de Cadaval, em nome do rei, e o cardeal núncio concordaram em que qualquer que fosse a quantia devida pelos jesuítas por conta dos quindênios passados pagassem três mil cruzados, e depositassem em mão de pessoa de confiança do núncio mais a quantia de quatro mil cruzados pelos quinze anos próximos futuros. Pagas e depositadas aquelas somas, suspende-se a proibição da admissão de noviços, e no meio do mês de janeiro começaram logo a ser eles recebidos. Isso, porém, não durou muito, porque o papa não aceitou a tal convenção.

Foram neste ano sete para o Maranhão, todos não sacerdotes, exceto o padre Manuel da Costa, que de lá tinha vindo.

1708

A 20 de janeiro morreu com outros o padre Antônio de Barros, natural de Arcos de Valdevez, no naufrágio que se deu a algumas léguas distante desse lugar! Vinha da China o padre e trazia para Roma embaixada do imperador do Celeste Império. Chegada ao Brasil a nau da Índia, é condenada por inavegável, e o padre Barros com outros se passou para a nau *Alamoda.* Ao chegar a Portugal tomou-a grande temporal. O piloto que a amarrara muito deu popa ao vento e veio encalhar não longe de Viana, onde morreram todos, exceto poucos marujos.

1709

Renasceu este ano a controvérsia dos quindênios, porque o papa não quis aprovar o convênio feito a 5 de janeiro de 1707 pelo cardeal núncio, e pedindo soma muito maior ameaçava privar os colégios de Portugal das igrejas que lhe haviam sido anexadas por bulas de Paulo II e Xisto V. É de saber que estas igrejas eram o principal dote dos colégios, e a ameaça tão séria e seus resultados tão amargos, que o provincial padre Manuel Dias mandou sem demora pagar o que pediam os ministros da cúria romana. O rei, julgando que isso era em menoscabo da sua honra, irritou-se contra o general que instara pela solução do negócio e contra o provincial que o tinha dessa forma resolvido. O provincial foi degradado; mas, ao ausentar-se, nomeou vigário-geral ao padre Francisco Tavares, a quem o rei *ordenou* que não recebesse nenhuma ordem do geral, nem permitisse que ele exercesse jurisdição alguma sobre os padres portugueses, seus súditos d'el-rei.

Tampouco conhecia o monarca as constituições da Ordem que tanto favorecera, e tão apertado se viu depois, que achou melhor consentir no seguinte ano na correspondência e obediência ao geral!

Partiram para o Maranhão o padre Tomás Linchio, estrangeiro, e o coadjutor português Manuel da Silva.

1711

Voltou de novo a pendência dos quindênios; o novo núncio Bichio intima ao visitador se não recebessem noviços enquanto não estivessem pagas as quantias devidas. O rei interveio, declarando que essa questão não era da Sociedade, mas sua; porque opunha-se ao direito real de

padroado que ele tinha sobre as igrejas do seu estado. Era no mês de abril, e, enquanto o núncio comunica o ocorrido ao papa, não deixam os jesuítas de receber noviços!

1712

Partiram treze para o Maranhão, tendo ido antes deles, no ano antecedente, três: João Teixeira, João Sampaio e Miguel de Castro, estudantes da missão do Maranhão, para ali receberem ordens sacras. Combatidos aqueles treze pelas tormentas, foi o navio em que iam tomado e retomado pelos piratas, sendo os últimos holandeses, que os lançaram em Lisboa. Chegaram a tanta penúria de alimentos que desejavam de serem represados, ainda que fosse pelos moiros, a fim de conservarem a vida. Entre os treze, que neste ano partiram, iam os dois padres João Teixeira e Sampaio (que parece já se tinha ordenado). Este último ficou com tanto horror ao mar que, para não embarcar-se, despediu-se da Sociedade. Foi em seu lugar o padre Filipe Luís, que, sofrendo em Portugal horríveis nevralgias, nunca mais as teve no Brasil.

No mês de maio foi despedido da Companhia, por ordem do papa, o padre João Ribeiro, professo de quatro votos, lente de prima de teologia em Évora, só porque foi homem de bem e cidadão antes de padre. Naquelas longas controvérsias acerca da questão dos quindênios, em que alegava o rei o seu direito de padroado na Índia e China, foi consultado sobre este ponto João Ribeiro, que, como péssimo jesuíta, dizia sem rebuço o que sentia, e defendeu os direitos e prerrogativas da coroa, mostrando-se bom e inteiro patriota. Denunciado por este motivo ao papa Clemente XI, ordenou este sobre preceito ao geral o expelisse da Sociedade de Jesus! Escreveu-se logo ao visitador, o padre João Pereira, que sem demora desse execução ao mandamento pontifício. O padre Ribeiro, que já previa o raio, tinha ordem do rei, recomendando ao secretário de estado intimasse ao visitador que nada se ousasse contra o padre João Ribeiro sem dar prévio conhecimento disso ao rei. O secretário, não sei por que, não cumpriu a ordem, deixando o visitador dar execução ao mandado do geral! Era já noite e fechadas as portas do convento quando vão-se à casa professa e ali leem a ordem ao padre e o expulsam da Companhia. Respondeu ele que “apelava para o pontífice melhor informado”. O visitador, porém, não lhe aceitou a apelação.

"Pois que assim se ofende o mestre divino (retrucou o padre João Ribeiro), apelo para a coroa, que tem por dever proteger e desforçar seus súditos." Vendo que nada lhe aproveitava, e a fim de evitar violência *a que em último recurso recorreriam,* tomou vestes seculares, saiu e recolheu-se à casa de um dos principais ministros do rei, que habitava junto à dos professos. É incrível o burburinho que se levantou contra a Companhia e contra o visitador, principalmente quando se teve cabal conhecimento do fato! O rei amava o padre Ribeiro e julgava-se ofendido nele; a corte, a seu exemplo, não cabia em si de indignação! Chamado o visitador João Pereira, foi repreendido, degradado para fora do reino e privado dos direitos de português, e o padre Ribeiro nomeado deputado da Mesa da Consciência, lugar que exerceu até 13 de abril de 1718, em que faleceu. O visitador retirou-se ao colégio de Pontevedra, na Golegã, e à força de instâncias conseguiu voltar em dezembro do mesmo ano de 1712; porém, malvisto da corte e maltratado, morreu em 1715 de puro desgosto!

O núncio intima por este tempo aos padres que despedissem os noviços recebidos depois de abril de 1711 contra o teor da bula, em cujas penas tinham por isso incorrido. O provincial, padre Manuel de Andrade, como quem sabia os preceitos de Loiola, declara que os considerava *estudantes,* e desta forma ficam, mesmo porque a boa justiça começa por casa e as boas manhas devem de ser aproveitadas!

1715

Partiram para o Maranhão os padres Manuel dos Reis, José da Gama, Manuel Carvalho e Antônio Pimentel. Levaram quatro estudantes para ali serem ordenados, *pois o não podiam* em Portugal, e destarte continuavam a iludir o decreto com aquela astúcia e manha próprias de jesuítas.

1716

No mês de junho concluiu-se de vez a tão cansada questão dos quindênios. A proibição de se admitirem noviços, que datava de 1711, causava grande e talvez irreparável prejuízo à província e às missões. Informado disso o rei, tratou de terminar o negócio, recomendando a conclusão dele ao seu embaixador em Roma, o marquês de *Fontes*, que depois o foi de Abrantes. Pactuou-se que os colégios pagassem à cúria romana pelas igrejas controvertidas a soma de cinco mil cruzados em cada cinco anos, e aceita

que foi a proposta pelo papa mandou este expedir sem mais tardança letras apostólicas para admissão de noviços, declarando nelas que pelas igrejas do mosteiro de Pedrosa e de São João dos Longos Vales (*a longis vallibus),* às quais se não tinha estendido a controvérsia, continuasse o colégio de Coimbra a pagar o mesmo que antes do litígio.

Em Portugal ocorria a todos a objeção de que, se não havendo declarado no convênio quais as igrejas que tinham dado origem à questão, ficariam provisoriamente incluídas na mesma pena todas as que pertenciam ao padroado real! "*Censuerunt viri juris peritissimi non admittendam eo modo compositionem. Declarandam prius has et illas ecclesias pertinentes ad regis patronatum non subisse oneri pecuniae solvendo."*

Mandou o rei o negócio aos do conselho de estado, e estes, "*pietati eorum mentes, gubernanti",* foram de opinião que todos os inconvenientes, quaisquer que fossem, se deviam pospor ao bem da Companhia, que andava ligado ao bem público! "*Curandum unice de fallendo obice, qui tendebat in Societate extintionem: alias rationes contemmendas."* Entre os que mais se distinguiram pelo ardor com que defenderam este parecer, apontavam-se o cardeal de Acunha, inquisidor-mor, o velho marquês das Minas e o conde de Castelo Melhor.

A 10 de junho comunicou o rei que levantava a sua proibição para o pagamento dos quindênios, e o fazia só para que o núncio levantasse também a proibição de admitirem-se noviços.

Para o Brasil foi mandado por visitador o padre José de Almeida, reitor do colégio do Porto. Conta-se que, prevenindo o geral algumas objeções na aceitação deste cargo, lhe respondera o padre Almeida "que nada a ele, senão a Deus, lhe podia tornar molesta esta jornada feita no seu santo serviço, quando era o sacrifício para serviço do rei e maior lustre da sua casa". Convém notar que o marquês de Angeja, mais velho que ele, de volta do governo da Índia, não trepidou nesta mesma ocasião em aceitar o cargo de vice-rei do Brasil; é verdade que não era jesuíta e por isso desconhecia as manhas dos reverendos!

1717

Neste ano os jesuítas que viu o Brasil foram, além do padre Francisco Machado, doze que navegavam para a China e Goa, os quais, contrastados pelos ventos, aportaram à Bahia à espera de monção para

prosseguir na viagem. Ia para Macau o padre Baltasar Miller, italiano, com um estudante português, e para Goa o padre Bernardo Garcia com nove noviços, todos portugueses. Haviam partido de Lisboa a 17 de abril.

Quanto ao padre Francisco Machado, que já tinha estado no Brasil, tornou-se para ali nesse mesmo ano de 1717 com mais nove noviços, que recebeu do colégio do Porto de seu reitor dele, o padre Antônio Giamo.

Para o Maranhão foi mandado por visitador o padre Manuel de Seixas, que por espaço de cerca de vinte anos tinha missionado nas ilhas dos Açores e estava de volta de pouco tempo. Levava por sócio a um coadjutor e mais oito noviços recebidos na Companhia com o fim determinado de servirem naquela missão.

Neste ano começou o Maranhão a ter em Lisboa procurador especial, porque antes disso o do Brasil acumulava estas funções.

1718

Partiram para o Maranhão quatro jesuítas, sendo três sacerdotes italianos e um coadjutor português.

Eram os padres Aníbal Mazolani, Luís Buchareli e Marco Antônio Arnolfini, e o português Manuel Esteves.

1719

Morte gloriosa do padre João de Vilar. Entrou para a Sociedade a 30 de março de 1683 com vinte anos de idade. Estudava em Évora no ano de 1688 quando, levado pela salvação das almas, pediu com instância e obteve partir para a missão do Maranhão, onde chegou a ser reitor ou superior (*socios regit),* suando muito na conversão dos pagãos e na cultura dos neófitos. Entre as suas descidas fizera a dos *guanarés* para lugares menos ásperos e mais cômodos. No meio desses trabalhos, levantou-se a peste das bexigas, fatal para o gentio, e logo após o rumor de que os portugueses os queriam cativar! Abandonaram por isso o padre e fugiram para seus matos.

Anos depois tentam os portugueses invadir outra nação do gentio, e solicitam e conseguem para isso o apoio dos *guanarés*. A nação ameaçada faz pazes com estes, armam-se entre si, e surpreendem os portugueses,

a quem tinham por inimigos comuns. Mandam embaixada ao padre Vilar com fingimentos de que queriam receber o batismo; e, apesar de envolver isso suspeitas de traição, desprezou o padre todos os perigos e embarcou-se com eles, com quem trata de mudança de aldeia. Protelam o arranjo definitivo deste negócio a pretexto de se aconselharem com os velhos. Nisso sobrevêm outros armados, acometem e matam os hóspedes. Parece que alguns puderam escapar, porque dali a três dias vieram os portugueses *enterrar os seus mortos*. Acharam ao padre Vilar despido, debruço na praia e com o crânio esmigalhado.

1720

Partiram neste ano onze jesuítas para o Maranhão.

1722

Vão dois para o Maranhão e dois para o Brasil, sendo um destes procurador.

1724

Foram neste ano treze para o Maranhão. Acaba o padre Franco a sua *Synopsis* no ano de 1725; mas a partir de 1720 ou pouco fazia a sociedade, ou já lhe iam a ele faltando os materiais; porque as notícias são de mais em mais resumidas, e essas mesmas, como acima se vê, deficientes. O que há de mais importante é o *Catálogo dos jesuítas que se passaram ao Brasil,* e que passo a dar:

EXTRATO DESSA PARTE DA SINOPSE

ANNALIUM SOCIETATIS JESU IN LUSITANIA

(*ab anno 1540 usque ad annum 1725*)

1549 – 6 SÓCIOS

Padre Manuel da Nóbrega
Padre Manuel Pires
Padre João de Aspicuelta Navarro

Padre Leonardo Nunes
Padre Vicente Rodrigues
Padre Diogo Jácome

1550 – 4

Padre Afonso Vaz
Padre Salvador Rodrigues
Padre Manuel Paiva
Padre Francisco Peres

1553 – 7

Padre Luís da Grã
Padre Brás Lourenço
Padre Ambrósio Peres
Padre Gregório Serrão
José de Anchieta, canarim
João Gonçalves, castelhano
Antônio Blasques, castelhano
Padre Francisco Lopes
Padre João Batista
Padre Leonardo Armínio, italiano
Manuel de Távora
Jerônimo Rodrigues

1576 – 4

Padre Agostinho Castilho, castelhano
Padre Pedro de Toledo, castelhano
Padre Francisco Ortiega, castelhano
Miguel Garcia (não diz a *Synopsis* qual a naturalidade)

1578 – 17

Padre Gregório Serrão, que viera como procurador
Padre Simão Travassos
Padre Pedro Soares

Padre Pedro André
Vicente Gonçalves
Manuel de Barros
Francisco Teixeira
Simão Gonçalves
Gonçalo Viegas
João Batista, flamengo
Tomás Filde, italiano
João Yat Vicente (?)
Ventedio, italiano
Gedeão Lobo, flamengo
Adrião Joannes, italiano
Francisco Alves
Francisco Dias

1582 – 5

Padre Cristóvão de Gouveia, visitador
Padre Fernão Cardim
Padre Rodrigues de Freitas
Barnabé Teles
Martim Vaz

1587 – 10

Padre Marçal Beliarte, provincial
Padre Francisco Soares
Padre Henrique Gomes
Padre Marcos da Costa
Padre Manuel Fernandes
Melchior Paulo
Ascânio Bonajusto, italiano
Diogo Martins
Agostinho Lifarelo, napolitano
Domingos Coelho

1588 – 3

Padre Fernando Oliveira
Padre Bartolomeu Abreu
Pedro Correia

1591 – 4

Padre Pedro Coelho
Padre Gaspar Lobo
Simão Pinheiro
Manuel Oliveira

1594 – 3

Padre Pedro Rodrigues, provincial
Pedro Barreira
Antônio Gonçalves

1595 – 6

Padre Rafael Carneiro
Padre João Fernandes
Manuel Gomes
Manuel Tenreiro
José Batista
Francisco Gonçalves

1598 – 4

Padre Antônio de Matos
Padre Melchior Álvares
Padre Jerônimo Peixoto
João Gomes

1601

Padre João Madureira; ia como visitador e foi tomado com outros pelos piratas.

1602 – 11

Padre Antônio de Abreu
Padre Luís Figueira
Padre Vicente Lopes
Padre Antônio Dias
Pedro Fernandes
Baltasar Fernandes
Miguel Rodrigues
Domingos Rodrigues
Francisco Leite
Francisco Ferreira
Melchior Peres

1604 – 8

Padre Fernão Cardim, que viera por procurador
Padre Gaspar Álvares
Padre Manuel Fernandes
Padre Francisco Fernandes
Padre Manuel de Sá
Padre Manuel Vallada
Benedito Lopes
Sebastião Cruz

1607 – 6

Padre Manuel de Lima, visitador
Padre Jacome Monteiro
Mateus Gonçalves
Manuel Sanches
Antônio Lobo
Antônio Simões

1609 – 6

Padre Marcos da Costa, que viera por procurador
Benedito Lopes
Antônio Gomes

Lopo do Couto
Francisco Pires
Bartolomeu Carvalho

1609 – 11 (BIS)

Padre Henrique Gomes, que viera por procurador
Padre Salvador Coelho
Padre Gaspar da Silva
Padre Nicolau Botelho
Padre Benedito Gama
José da Silva
Rodrigo Gomes
João Barreira
Cristóvão Chaves
João Herman, hamburguês
Rafael Cardoso

NO MESMO ANO – 3

Padre Paulo de Carvalho
Padre Benedito Amodei, siciliano
Padre Fábio Moyo, napolitano

1620 – 2

Padre Leonardo Mercúrio, siciliano
Padre José Costa, siciliano

1622 – 4

Padre Antônio Bellavia, siciliano
Padre Conrado Arici, siciliano
Padre Francisco Oliveira, siciliano (?)
Padre Antônio Forti, siciliano

1628 – 8

Padre Antônio Matos, provincial
Padre Domingos Coelho
Padre Manuel Tenreiro (pela segunda vez)

Padre João Oliva
Padre Agostinho Coelho
Padre Agostinho Luís
Padre Manuel Martins
Inácio Layot, flamengo

1633 – 1

Padre Francisco Gentino, siciliano

1639 – 3

Padre Pedro Moura, visitador
Padre Luís Lopes, seu companheiro
Miguel Gonçalves

1642 – 7

Padre Francisco Carneiro
Antônio Carneiro
Antônio Vaz
Antônio Sequeira
Melchior Vieira
Pedro de Figueiredo
Lourenço Teixeira

1652 – 8

Padre Francisco Gonçalves, que viera por procurador
Simão Faria
Manuel Coutinho
Pedro Velho
Mateus de Sousa
Pedro Correia
Francisco de Matos
Agostinho Carvalho

1655 – 9

Padre João de Paiva
Padre Francisco Morato

Padre Gaspar Martins
Padre João Batista Berô, italiano
Antônio Godinho
Manuel Rebelo
Antônio Couto
Jerônimo Matos
Roque Pereira

1633 – 11

Padre Jacinto de Magistris, italiano, visitador
Padre Luís Nogueira, seu companheiro
Padre Teodósio Hous, italiano
Padre José Maria, italiano
Afonso Martins
Paulo Camilo, italiano
José Selamboi, italiano
Padre Valentino Estancel, alemão
Padre Cristóvão Colaço
Lourenço Craveiro
José Torres

1664 – 2

Padre Jacob Roland, belga
Padre Mateus de Moura

1665 – 3

Padre Francisco Morato (pela segunda vez)
Manuel Cortês
Baltasar Duarte
No mesmo ano e em diversa monção mais sete:
Padre Antão Gonçalves, comissário
Padre Manuel Zuzarte, seu companheiro
Padre Gaspar Álvares, provincial
Padre Antônio Fonseca, seu companheiro

Francisco Sousa
Francisco Silva
João Silva

1667 – 3

Padre Domingos Barbosa, que viera por procurador
Manuel Figueiredo
Manuel Rodrigues

1668 – 3

Padre Antônio Rodrigues
Padre Mendo Paulino
Padre Rafael Salgado

1669 – 2

Padre Manuel de Pina
Gaspar de Barros

1670 – 5

Padre Bernardino Antunes
Domingos de Araújo
Manuel Pacheco
Manuel Saraiva
Pedro Antônio Natalini, italiano

1691 – 9

Irmão André Gama
Irmão Rafael Machado
Irmão Francisco Costa
Irmão João Pereira
Irmão Francisco Carvalho
Irmão Batista Ribeiro
Irmão José Antunes
Irmão Benedito Ribeiro
Irmão Manuel Costa

1692 – 17

Padre Manuel Correia, provincial
Padre Luís Severim
Padre Francisco Botelho
Afonso Pestana
Francisco Machado
Carlos Figueiroa
Bartolomeu Martins
Antônio Ferreira
Benedito Soares
Pedro Taborda
José de Oliveira
Antônio do Vale
Manuel Ferreira
José Neves
Antônio Fonseca
Manuel dos Santos
Manuel Ramos

1693 – 1

Padre Filipe Bourel, alemão

1694 – 18

Padre João Ginzel, alemão
Manuel da Cruz
Sebastião Simões
Manuel Sousa
Manuel Nogueira
Manuel Sanches
Tomás de Aquino
Tomás Simões
José Silveira
Feliciano Vasconcelos

Antônio Fonseca
Francisco Xavier
Antônio Sousa
Simão de Barros
Martinho Borges
Domingos Andrade
Luís Botelho
Antônio Pereira

1702 – 2

Padre João Pereira, visitador
Ascenso Fernandez, castelhano

1705 – 12

Veio o padre português que já uma vez se tornara do Brasil (não declara qual)
João Dias
Lourenço Costa
Félix Capelo
José dos Reis
José Lopes
Félix Ribeiro
Julião Xavier
Manuel Garcia
José Cardoso
José Rodrigo
Manuel Luís

1716 – 2

Padre José de Almeida, visitador
Padre Pedro Guilhelm, castelhano de Flandres

1717 – 10

Padre Francisco Machado, que voltava de novo para o Brasil com mais nove, a saber:
Padre Antônio Pimentel

Antônio Mousinho
Manuel Rodrigues
Manuel Morais
Manuel Álvares
Domingos Araújo
Antônio Pereira
Marcos Távora
Domingos Vilela

1722 – 1

Padre Luís Tavares

CATÁLOGO DOS SÓCIOS QUE PARTIRAM
DE PORTUGAL PARA O MARANHÃO

1643 – 15

Padre Luís Figueira
Padre Manuel Moniz
Padre Barnabé Dias
Padre Simão Florim
Pedro Figueira
João Leite
Manuel Lima
Francisco do Rego
Nicolau Teixeira
Antônio Carvalho
Domingos de Brito
Manuel Rocha
Manuel Vicente
Pedro Pereira
Gaspar Fernandes
A maior parte deles morreu de naufrágio ao entrar o Amazonas.

1652 – 13

Padre Antônio Vieira
Padre Manuel Lima, pela segunda vez e já sacerdote
Padre Francisco Veloso, idem
Padre Mateus Delgado, idem
Padre Tomé Ribeiro, idem
Padre João Souto-Maior
Padre Manuel Sousa
Padre Gaspar Fragoso
Padre João Soares
Antônio Soares
Agostinho Gomes
Francisco Lopes
Simão Luís

1655 – 3

O padre Antônio Vieira, que viera do Maranhão, torna-se a ele com mais dois, cujos nomes omitem o autor por ignorá-los.

1659 – 8

Padre Gonçalo Veras
Padre Pedro Monteiro
Padre João Maria, italiano
Padre Pedro Luís (pela segunda vez)
Padre Bernardo de Almeida
Domingos Costa
Marcos Vieira
Padre Ricardo Careu, irlandês
Os dois últimos reuniram-se aos outros em Pernambuco.

1660 – 4

Padre Pedro Luís Gonçalves, holandês
Padre Gaspar Wrisch, flamengo
Baltasar Campos, castelhano de Flandres
Padre João Filipe Bettendorf, flamengo

1663 – 10

Padre Francisco Veloso (pela segunda vez)
Padre Benedito Álvares
Padre Antônio Soares (desta vez já como sacerdote)
Padre Pedro da Silva, já sacerdote
João Fernandes
Sebastião Teixeira
Domingos Costa
Manuel Rodrigues
João de Almeida
Antônio Ribeiro

1674 – 3

Padre Antônio Pereira
Padre Francisco Ribeiro
Simão Luís. Este voltara do Maranhão com o padre visitador Manuel Zuzarte, e agora foi de novo para essa província.

1681 – 1

Padre Manuel Nunes

1687 – 5

Padre Iodoco Peres, italiano
Padre Antônio Coelho
Padre Manuel Borba
Padre Antônio Fonseca
Francisco Xavier

1688 – 15

Padre João Filipe Bettendorf, flamengo. Volta de novo como procurador
Padre José Ferreira
Padre Miguel Antunes
Padre João Silva
Padre João Vilar †

Padre Inácio Ferreira
Padre Baltasar Ribeiro
Padre Francisco Pedroso
Padre Manuel Costa
João Valadão
Marcos Vieira (pela segunda vez)
Inácio Luís
Manuel Santos
Pedro Oliveira
Manuel Lopes

1690 – 5

Padre Justo João Lucca, italiano
Padre Manuel Amaral
Padre Manuel Galvão
Padre Manuel Rebelo
Domingos da Cruz

1693 – 2

Padre Benedito Ohor (?), visitador
Antônio Afonso, castelhano

1695 – 14

Padre José Ferreira
Padre Manuel Galvão (pela segunda vez)
Padre Silvestre Matos
Padre Eduardo Galvão
Padre Manuel Santos (pela segunda vez)
José Vidigal
Antão de Brito
João Muscot (português?)
Antônio Batista
Francisco Ferreira
Jacinto de Carvalho

Manuel Brandão
Lourenço Homem
José Moura

1696 – 2

Padre Antônio Correia
Miguel Silva

1698 – 2

Padre Francisco Andrade
Padre João Valadão (pela segunda vez)

1699 – 1

Padre José Ferreira (pela segunda vez)

1703 – 12

Padre Manuel Saraiva
Padre Francisco Xavier, boêmio
Padre Manuel Brito
Tomás Pereira
Francisco Gaia
João Xavier, boêmio
João Sampaio
João Teixeira
Antônio Sécio
Antônio Neves
André Gonçalves
Miguel Lopes

1705 – 7

Padre Miguel Costa
Padre Frederico InGrã (pelo apelido não parece português)
João Gruber (idem)
Francisco Xavier

Filipe Santiago
Manuel Vieira
O coadjutor (não lhe declara o nome)

1709 – 2

Padre Tomás Linch (português?)
Manuel Silva (pela segunda vez)

1712 – 12

Padre Filipe Luís
Padre Jerônimo Gama
Padre José Sousa
Padre Francisco Soares
Padre José Lopes
Padre Antônio Sampaio
Padre Manuel Mota
Padre João Sampaio
Padre Miguel Lopes
Alexandre Camelo
Domingos Correia
Manuel Rodrigues

1712 – 10

Aparece de novo o ano de 1712, o que me leva a crer ter havido troca de datas, sendo a que antecede a esta talvez referente ao ano de 1711.
Padre Manuel Seixas, visitador
Manuel Bernardes
Manuel Silva (pela terceira vez)
Antônio Simão
Manuel Coelho
José Lopes
Francisco Tomás
Antônio Gonçalves
Lourenço Duarte
Caetano Ferreira

1715 – 2

Padre Manuel Carvalho
Padre Manuel Pimentel

1718 – 4

Aníbal Mazolani, italiano
Luís Barcarelli, italiano
Manuel Esteves
Marco Antônio Arnolfini, italiano

1720 – 11

Padre Rodrigo Homem
Padre Sebastião Fusco, napolitano
Benedito Fonseca
Manuel Ferreira
Luís Álvares
Benedito da Cruz
Domingos Pinto
Antônio Macedo
Manuel Gonçalves
Luís Oliveira
Francisco Freire

1722 – 2

Padre Jacinto Carvalho (pela segunda vez)
Padre Simão Henriques

1724 – 13

Padre José Cunha
Manuel Bernardes
Francisco Machado
Antônio Fernandes
João Costa
Manuel Murato

Manuel Gomes
Antônio Roldão
José Martins
Francisco Silva
Manuel Fernandes
Lourenço Fernandes
José Tavares

Indica o sinal † martírio; dispensando-me de reproduzir dos *catálogos* para aqui outros por sua nenhuma importância e porque só dificultariam o trabalho tipográfico. Omiti também declarar a nacionalidade dos portugueses por dispensável e por exclusão de partes, visto como as dos outros o foram. Os nomes de alguns jesuítas que aparecem repetidos em mais de um ano são dos que, tornando-se à Europa, foram de novo para o Brasil.

O padre Franco acrescenta em nota "que o *catálogo* era deficiente, principalmente a partir do ano de 1670; porquanto sabia de muitos que se tinham passado ao Brasil, mas que ignorava quantos foram e em que anos".

Assim, faltaram no seu *catálogo* os padres José de Seixas, que foi por visitador, João Antônio Andreoneo, Luís Mariani e outros.

É mais de notar que o padre A. Franco só fala dos padres da Companhia que partiram da província de Portugal para o Brasil, sendo portanto de supor que não tomasse rol dos que procederam de outros países, embora embarcados no porto de Lisboa: é esse o meu parecer, *salvo meliore juditio.*

Com a *Synopsis* do padre Franco terminou também aqui a minha tarefa de compilador, e fico que não deixei passar fato ou feitos notáveis dos jesuítas que fossem obrados no Brasil, ainda as patranhas milagreiras nem as práticas supersticiosas que deixasse de resumir, de apontar, e às vezes de extratar trechos inteiros para que meus concidadãos ajuízem por si de quais foram os tão preconizados serviços dos jesuítas no Brasil, segundo as crônicas e relações dos próprios escritores da Ordem, em cujos trabalhos as ninharias e puerilidades ridículas espantam e enfadam ainda mais por sua frequência e longa individuação, e no entanto tive a coragem e paciên-

cia de os ler, e de investigar quanto de mais seleto escreveram os reverendos membros da célebre Sociedade com respeito ao que nos toca.

Afora essas crônicas e mais escritos atrás compilados, e dos que vão enumerados em outro lugar (vide nota C), passo a dar abreviadíssima notícia de outros cronistas do Instituto de Loiola. Depois de Sachino (*Historiae Societatis Jesu* – pág. 133 à pág. 159 deste tomo [págs. 303 a 325]), que deixou muitos cadernos para a continuação de sua *História*, entrou no cargo Pedro Passini, de quem ficou rude e indigesta matéria de alguns anos.

Cinge-se o padre Vicente Quirício a esclarecimentos concernentes a um ou outro ano; mas nada que preste.

Daniel Bártolo, sucessor deste, escreveu muito em italiano sem aplicação ao nosso assunto.

Honorato Fabri, todo entregue aos seus comentários *De rerum naturae*, pouco fez na história de sua Ordem.

Joseph Rincio formou os *annaes* de seis ou sete anos, aproveitando-se para isso dos cadernos escritos por Sachino e Passini; porém caiu de cama e morreu sem nada haver concluído.

Chega Cordara até 1624, e José Juvêncio, de quem tirei o pouco que fica nas páginas 160 a 162 deste tomo, coordenou sua *História* até 1626, e como já se viu quase nada traz que sirva para as coisas do Brasil.

O erudito quão prestadio e bondoso escritor francês M. Ferdinand Denis, escrevendo-me há pouco acerca do primeiro tomo destes *Apontamentos,* dá-me as seguintes agradáveis informações: "Je suis faché dans l'interet de votre travail (qui, je le vois aura une continuation), que vous n'ayez pu consulter la grande collection des manuscripts portugais donnée para Mme Geoffroy St Hilaire à la Bibliothèque Nationale de Paris. Il existe dans cette reunion de pièces essentiellement curieuses des lettres inédites du p. A. Vieira, puis des lettres émanées de lui et que son état de cecité lui a permis seulement de signer."

"La Bibliothèque Richelieu possède également le manuscript original de son fameux ouvrage intitulé O *quinto império do mundo*, qui fut écrit em grande partie durant une navigation sur le fleuve des Amazones. Cet étrange ouvrage qui eut durant um temps de si cruels résultats pour son auteur, puisqu'il lui valut les rigueurs de l'inquisition, rentre essentiéllement dans votre sujet." Oxalá que eu me demore mais alguns anos por aqui e te-

nha posses de chegar até Paris para consultar estes preciosos trabalhos, cuja notícia agradeço de coração ao meu distinto e sábio confrade.

Não me despedirei, contudo, deste assunto sem conjurar mais uma vez os nossos estadistas e homens políticos de todos os matizes a que, escarmentados da desobediência dos bispos de Pernambuco e do Pará, unam-se no pensamento de extirpar pela raiz o jesuitismo que tenta insidiosa e solapadamente implantar-se no nosso solo. Aí fica consignado o que fez o Instituto ao Brasil e se julgam os nossos legisladores que lhe merecemos tanta gratidão a ponto de atraí-los ao nosso país, de agasalhar a víbora, e tolerar que vão os padres da Companhia cativando o ânimo da gente ignorante e tornando-se os educadores por excelência das gerações futuras, ousem cometer esse crime de lesa-patriotismo, e amontoem males sem conta sobre a terra a que devem tudo – seu nascimento, sua subsistência, as honras, e a glória, e a confiança dos que os nomearam seus representantes, uns no Parlamento, outros na direção dos negócios como poder executivo.

E o que esperam, em verdade, de uma instituição cujos membros fazem holocausto de sua consciência e de sua razão, conformando-se a seus estatutos que os querem quais *bordões,* a *lima* na mão do operário, ou antes *cadáveres*?! Inimigos de toda a liberdade, são verdadeiros espíritos das trevas monopolizadores da instrução, onde quer que tomem pé, transformando ali as escolas em laboratório de seus malefícios e rede, em cujas malhas prendam os povos, para dar-lhes a beber doutrinas subversivas de toda a moral, como – que os fins justificam os meios e tudo mais quanto vem na *Monita secreta* e nos livros de seus doutores, onde desculpam-se e aconselham-se – o roubo, o desacato ao pudor virginal, a desobediência aos pais, a delação, a mentira, a calúnia, o assassinato, o perjúrio, a perfídia, a conspiração, e enfim tudo quanto são crimes e vícios como permitido e louvável quando praticado para maior glória de Deus e proveito da Ordem?!

Nós, filhos deste século e da América jovem e livre, perfilhemo-nos todos em santa cruzada, sevando as armas e engatilhando-as contra essa milícia de Roma, contra os hipócritas da reação religiosa que conspiram com todas as forças, e por todos os modos e com todas as armas, para retrotrair a humanidade aos tempos obscuros da Idade Média, quando predominava a Igreja, e a um aceno do papa baqueavam tronos, substituíam-se dinastias; divorciavam-se com sua anuência príncipes para contraírem

matrimônios incestuosos e adulterinos, e à sua instigação conflagravam-se povos. Direi como La Charolais, no seu relatório dirigido ao rei de França: "Entregareis, Senhor, a nossa pátria a homens que se tornarão seus dominadores e preceptores, tendo princípios e interesses opostos aos nossos e aos de nosso país, a homens que por seu estado não podem jurar-vos obediência e fidelidade? Como educarão a mocidade na obediência que ao soberano é devida, quando têm para si que o próprio monarca deve no temporal obediência a um outro?!" [44]

Àqueles que fazem coro com os adeptos do jesuitismo exalçando até às nuvens os méritos dos jesuítas, como educadores, e os altos e imensos serviços que podem prestar e têm prestado à instrução, opor-lhes-ei estas enérgicas palavras do bispo Mondar, que por seu caráter religioso e suas virtudes não pode ser averbado de suspeito: "Não será loucura", diz ele, "atrever-se alguém a louvar aqui a aptidão e utilidade dos jesuítas para os estudos? Vai em cento e quarenta anos que dirigem os reverendos padres o colégio d'Aix: lançai os olhos sobre o estado deplorável das letras neste país; e nem os jesuítas não podem fazer sábios quando *os temem e perseguem.* Possuem fora daqui alguns colégios bem reputados, mas que aproveita neles a mocidade, depois de malbaratado o tempo precioso da infância, acontecendo daí que os de engenho ficam frívolos, supinamente vaidosos e adquirem apenas conhecimentos superficiais dos autores profanos, algumas práticas de devoção exterior que abandonam dentro em pouco, *profunda ignorância da religião e horrível ausência desses princípios sólidos que afeiçoam e preparam o cidadão e o cristão*?" E depois que vemos ensinarem as irmãs de caridade e seus diretores espirituais, os padres lazaristas, no que respeita à religião de Cristo? Um catecismo material, uma crônica religiosa inçada de fatos milagrosos, de castigos divinos, e a idolatria personificada na adoração das imagens da Virgem Santíssima, na difusão de registros e de rosários, na relação de fatos sobrenaturais, do aparecimento de Jesus Cristo e de Nossa Senhora em tais e tais lugares, dos milagres de Nossa Senhora de Lourdes, de la Salette, de suas águas não menos milagrosas, e no fanatismo em suma, e em todas essas superstições que embrutecem o entendimento e enfraquecem o espírito.

---

44 Laurent, *Lettres sur les jésuites,* pág. 595.

Assim, um povo educado e preparado pelos exercícios de Loiola, pelo seu método da *disciplina da alma* suicida-se, é um povo morto; porquanto essa disciplina, segundo um autorizado publicista, é a teocracia, é o despotismo, é a escravidão, é a negação da dignidade humana, é a condenação do altíssimo destino do homem na Terra, condenado na encíclica e no *syllabus!*

Movendo-se os jesuítas na sombra, ocultam-se por detrás dos executores de seus planos, quando não podem afrontar a opinião pública, e por sua intervenção, ou servindo-se deles, apoderam-se dos devotos, torturam-lhes as consciências com o terror religioso, anulam-lhes a razão, inculcando-se intérpretes da vontade de Deus, e assim esforçam-se por encaminhar a humanidade para a escravidão, postergando os direitos do cidadão para dessarte estabelecer o predomínio universal da Igreja por meio de toda a sorte de artifícios, pela hipocrisia, pelo fanatismo e pela superstição, repito mais uma vez.

Não nego virtudes nos que as tinham e nos que as têm; mas de envolta com elas ali está o fim ostensivo da instituição de Loiola – o predomínio do pontífice sobre o governo civil – a teocracia de Gregório VII; mas creio firmemente que por mais que trabalhem os clericais não conseguirão fazer parar a roda do progresso, nem desaparecer as conquistas da civilização, ainda que fulminadas pelos raios arrojados do Vaticano.

Fio que é louco esforço; pois é incrível que o mundo retrograde quase no fim deste século – depois da imprensa, depois da filosofia do século XVIII, da Revolução de 89, das conquistas nas ideias e dos progressos em todo o sentido, e quando ligado o universo pelos fios elétricos, comunicam-se os povos e transmitem suas ideias com a rapidez do raio. Pelo menos, quanto ao Brasil, pode o beatério e a hipocrisia religiosa maquinar, que não farão mais do que convencer com tanta maior evidência da necessidade e convivência da separação da Igreja do Estado, que já cala de há muito entre os cidadãos esclarecidos de todos os partidos, e despertar os sinceros patriotas para que se armem e estejam em guarda contra as conspirações de sacristia, e repilam de nossa pátria tudo quanto possa contrarrestar sua marcha na via gloriosa da civilização e da liberdade dentro do regime que nossos pais adotaram, e nos apoiamos e defendemos de toda e qualquer invasão extemporânea e contrária aos atuais interesses e ao desenvolvimento regular do Brasil.

Notas

. . . .

Nota A

...no IV volume das suas *Obras,* pág. 265

CONSTA de dois tomos a obra do padre Antônio Vieira, que tem por título *Maquinações.*

Contém o primeiro alguns documentos concernentes à Companhia do Comércio, aos bens confiscados pela Inquisição e às ordens pontifícias anulando a concessão régia. É de supor que foi esta questão a origem e causa principal da prisão e processo movidos ao padre Antônio Vieira pelo Santo Ofício.

No segundo tomo comenta em viagem pelo Amazonas as profecias de Bandarra (*vide* págs. 115 a 122 do tomo II – imp. em 1659).

Profetizou também ele da sua parte mais circunstâncias prodigiosas, tais como que nas "ditas terras prezadas, ou conquistas, havia naquele tempo dois vice-reis (o que nunca houve antes nem depois), e que um deles, que era o marquês de Montalvão, era agudo, e que o outro, que foi o conde de Aveiro, era sisudo e cabeludo, e que o primeiro não havia de ser detido no governo, isto é, que havia de ser tirado dele; declarando mais que este se daria a si o título de excelência, sendo exonerado por suspeitas de infidelidade, a qual não havia de estar em seu escudo. Afirma nessa obra que foi Montalvão o instrumento da aclamação na Bahia e em

todo o estado do Brasil, ou de quem dimanou ordens por que foi D. João IV aclamado.

Todos os que governam as praças de Portugal nas conquistas foram detidos nelas, porque os conservou el-rei nos mesmos postos, menos o marquês, que foi mandado tirar pelo monarca por motivo da fuga dos filhos e do ânimo da mulher (tomo II, pág. 124).

"Os que conheceram o marquês (diz A. Vieira) sabem quão bem lhe cabe o nome de agudo, pela esperteza que tinha natural em todas as suas ações e execuções, e ainda nas suas feições e movimentos do corpo; mas mais que tudo no inventar traças nos negócios e introduzir-se neles – sendo o instrumento em maior parte da aclamação, a qual executou com grande prudência e indústria por haver na Bahia dois terços de Castela e um de napolitanos, que poderiam sustentar as partes de Castela, quando menos causar alvoroços."

Tratando o padre do cometa que apareceu na Bahia, em 1618, descreve-o assim: "A figura era de uma perfeitíssima palma, a cor acesa, a grandeza como a sexta parte de todo o hemisfério, o sítio no oriente, o curso sempre diante do Sol, a duração por quase duas horas."

"*Quia scitur quod in America, civitas singulis mensibus putentur, singulis quoque mensibus germinent.*"

. . . .

Nota B

...índice do que contém esse precioso volume...

Nota da pág. 289

DESCOBRI na Biblioteca Nacional de Lisboa um volume manuscrito sob nº E-5-53, com o título *Obras de vários autores,* contendo as seguintes peças, que copio com sua ortografia:

"Ant. Vieira: Nas Esperanças do V.º Império Português fundadas na primeira e segunda vida do Sr. Rei D. João IV. Acomodadas pelo padre Antônio V.ª a Gonç.º Anes Bandarra. Respondidas por um anônimo curioso. Ano de 1661... págs. 1 a 87."

"Papel oferecido pelos comissários dos Estados Gerais: Pontos provisionalmente propostos para tirar e pacificar as diferenças entre o Senhor Rei de Portugal, de uma parte, e os senhores Estados Gerais das Províncias Unidas, e Países Baixos da outra – 1648 ... págs. 89 a 110."

"Resposta do Dr. P.º Frz. Montr.º Procurador da Fazenda. A quem se mandou dar vista do discurso sobre a paz, que com Holanda ajustava Francisco do Sousa Coutinho, embaixador do Sr. Rei D. João IV. Aos mesmos holandeses. 1648, págs. 111 a 145."

"Parecer da Mesa da Consciência sobre os acordos da paz com Holanda à vista das capitulações que os Estados propunham. 1648, págs. 146 a 152."

"Instrução secreta que o Senhor Rei Dom João IV deu ao Pe. Antônio Vieira da Comp.ª de Jesus, mandando-a à Cúria de Roma, em outubro de 1649, págs.153 a 168."

"Notícia dos sucessos, e expulsão dos PP. da Companhia do Estado do Maranhão, autora a Verdade, págs. 169 a 220."

"Papel político sobre o Estado do Maranhão. Apresentado em nome da Câmara ao Senhor Rei Dom Pedro Segundo por seu procurador Manuel Guedes Aranha. Ano de 1683, págs. 221 a 297."

"Parecer sobre os sucessos do Maranhão feito por Manuel da Vide Souto-Maior. Ano de 1658... págs. 298 a 307."

"Parecer sobre o Governo do Maranhão dado no Conselho de Ultramar pelo procurador daquele estado Manuel da Vide Souto-Maior... págs. 308 a 318."

"Parecer sobre se aumentar o Estado do Maranhão. Fazendo-se assento para negros de Cabo Verde. Feito... por João de Moura... págs. 319 a 326."

"Problema: Em quem nos devemos fiar mais: naqueles que nos fizeram benefícios; ou naqueles a quem os fizemos... págs. 327 a 328."

"Discurso a favor da antiga capitação mostrando os inconvenientes que resultam da Nova Lei de S. Majestade vinda para as minas e os prejuízos que dela se hão seguir: por Alexandre de Gusmão, etc. Em Lisboa em 18 de dezembro de 1750... págs. 329 a 342."

"Papel feito acerca do ouro por que se estabeleceu a capitação nas Minas Gerais. E em que se mostra ser mais útil o quentar-se o ouro, porque assim se apaga o que o deve seu autor o Dez.or Tomé Gomes Moreira, secretário do Estado da Índia e conselheiro do conselho ultramarino. No ano 1749, págs. 343 a 369."

"Pergunta-se por uma Freira, a qual de dois amantes se deve admitir, se a um tolo quente, se a um discreto frio. Resposta de Dr. Pedro de Sá, a favor do tolo quente. E outro de um anônimo, a favor do discreto frio. Págs. 307 a 378."

"Discurso panegírico sobre o zelo, fervor e devoção com que depois de um incêndio que arruinou o oratório da Senhora do Amparo os seus devotos primorosamente o renovaram, e colocaram nele segunda vez a m.ma senhora... págs. 379 a 382."

(Vários papéis sem título) –Págs. 383 a 388.

O outro manuscrito curioso em notícias que nos interessam e a que referi-me em outro lugar deste tomo trás no rosto:

. . . .

Cunha

CARTAS PARA SUA ALTEZA REAL POR FRANCISCO DA CUNHA MENESES
(Governador e Capitão-general da Capitania)

EIS O QUE ENCERRA ESSE VOLUME:

Ofício nº 50, de 10 de julho de 1802.

"Que por falta de dinheiro no cofre Manuel Ferreira da Câmara, já então na Bahia, e encarregado por carta régia de 14 de novembro de 1800 da descoberta das minas de ouro, prata e cobre, não a empreende."

"Nº 51 – Que se não tinham feito ainda os cemitérios ordenados pela carta régia de 14 de janeiro de 1802, para *benefício* da Bahia, em virtude de grave enfermidade do arcebispo metropolitano."

"10 de julho de 1802 – Que tratava de haver todas as espécies e variedades de aves indígenas para os viveiros da real quinta de Belém, segundo ofício do governo de 3 de dezembro de 1800."

"Ofício do governo de 18 de dezembro de 1800."

"O governo quer que se comprem negros escravos, que aprendam ofícios mecânicos, para servirem nos estaleiros, por ser isso mais econômico. O governo acha útil o negócio. Era supra de 10 de julho de 1802."

Nº 56 – O arcebispo d. frei Antônio Correia morreu no dia 12 de julho de 1802, de enfermidade que há muito tempo padecia.

Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt, encarregado do Jardim Botânico, da Bahia, diz "que o resultado das sementeiras de sândalo, *puna e teca, e de outra árvore,* de que se *não declarava o nome,* foi que só nascera um pé de *puna,* e supõe que as mais sementes estavam danificadas (14 de agosto de 1802)."

Sobre a cultura de pimenta da Índia, diz "que se não tem aumentado mais por falta de sementeiras, visto como o Jardim Botânico não estava ainda estabelecido".

30 de agosto de 1802 – Recebeu ordem "que não consentissem religioso algum embarcar para Portugal, sem licença do seu prelado superior, e que esta lhe seja concedida por *motivos justificados".*

23 de novembro de 1802 – Que recebeu o caixote vindo com sementes de *teca,* que as distribuiu pelos lavradores com respectiva instrução, "que seria bom virem as melhores árvores da Índia, porém pequenas".

13 de dezembro – "Remete aves para o viveiro da quinta de Belém pelo correio mercantil *Gavião."*

11 de dezembro de 1802 – "Que devassara do ex-administrador da pesca das baleias, e fabrico do azeite, Domingos José de Carvalho, e que não resultava prova contra ele."

Quanto à *pescaria franca* da baleia, que o governo recomenda que se anime, diz "que *neste primeiro ano* foram tantos os pescadores que o número das lanchas era mais do triplo do que no tempo do contrato".

11 de dezembro de 1802 – "Mandou plantar em 6 caixões pés de *Aya-pana* ou erva milagrosa, e que logo que tivessem pegado as remeteria para o reino."

"26 de fevereiro de 1803 – O brigadeiro João Batista Godinho Vieira escreveu uma *Memória sobre as virtudes medicinais e uso do extrato de caninana.* Remete para Portugal o extrato com a memória, plantas do capim do sertão e várias espécies de laranjeiras."

"O governador da relação, Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho, escreve sobre gomas de três árvores, úteis para tinturaria: *arariba, amoreira e candim."*

18 de março de 1803 – Respondendo ao ofício do reino, do primeiro de outubro de 1802, que recomenda a inoculação da bexiga, principalmente nos meninos negros e índios, "diz que do resultado daria parte".

30 de abril de 1803 – O dr. Baltasar da Silva Lisboa é nomeado conservador das matas de Cairu. É depois visconde de Cairu.

"Naquele tempo as remessas de madeira eram para o real palácio da Ajuda."

3 de julho de 1803 – "José de Sá Bittencourt Acióli é encarregado da abertura da nova estrada para Montes Claros."

29 de julho – "Trata este ofício sumariamente das amostras e minas de oiro no distrito de Xique-Xique, limites da comarca de Jacobina, na serra do Itoleira, cabeceiras do rio Verde nas costas da serra do Açuriá (Bahia)."

14 de setembro de 1803 – "Dificuldades de terreno para o Jardim Botânico. O encarregado desta criação, Inácio Ferreira da Câmara, escolhe a roça do bacharel Caetano Maurício Machado, perto do forte de S. Pedro. O proprietário pede 4.800$000; recebendo em dinheiro 1.200$000, ficando nos cofres reais 2.800$000 para pagamento do que devia ao recolhimento de S. Raimundo Nonato. A avaliação foi de menos, o proprietário recusa, pede ao recolhimento a desapropriação. Parece que a roça, chamada de *Tororó*, de João Francisco da Costa, também se reputava própria para isso."

15 de fevereiro de 1804 – Publicação da carta régia de 18 de agosto de 1803 – "dando liberdade aos índios nas pessoas, comércio e locação deles, de modo que não houvesse mais o abusivo costume de serem obrigados a servir por 40 réis diários".

18 de junho de 1803 – do governo – "que os navios da companhia da América (naturalmente do Norte) estabelecida na Rússia, ou de qualquer serviço russo, sejam recebidos como os das nações mais amigas".

12 de maio de 1804 – Conclusão da estrada para Montes Claros por Accioli, e que custou 23.385$871 réis. "Remeteram-se as informações reservadas dos ouvidores de Jacobina e Ilhéus."

"Constava, porém, que no sertão da Jacobina, principalmente nas margens do rio S. Francisco do norte, aparecia essa enfermidade (*cow poe*) no gado vacum. Mandou-lhe instruções de como se conhecia o vírus, e do modo de o recolher."

4 de janeiro de 1805 – O navio *Bom Despacho* chegou à Bahia (não se diz de onde) com 7 negrinhos bexiguentos. "Os negociantes da Bahia os remeteram para conduzirem a vacina (a lembrança lhes foi louvada pelo rei. Ofício de 10 de novembro de 1804)."

"O governador faz vacinar na sua presença com o *humor dos últimos vacinados* mais de cem pessoas de diversas idades. Era médico cirurgião daquele navio Manuel Moreira da Rosa, e vinha mais o médico José Avelino Barbosa, ao qual se encarregou a conservação do *vírus* por meio de vacinas sucessivas."

26 de janeiro de 1805 – "O Dr. José Avelino Barbosa escreveu ao Dr. Jenner, em Londres, comunicando-lhe as suas observações sobre a vacina no país."

15 de março de 1805 – "Fala-se de uma *Memória* do capitão-mor João da Silva Santos, que foi pelo rio Belmonte acima até onde se divide na capitânia de Vila Rica. O tal descobridor chegou até a *aldeia* dos índios *tocaioz*, da Lorena – Determinou-se que este caminho ficasse vedado por ser das minas." Seria bom que se procurasse descobrir esta memória, que talvez pare na Câmara municipal da Bahia.

16 de março de 1805 – Pela oportunidade da partida, para o Rio, do paquete *Santa Margarida*, que transportava o tabaco da remessa da Índia, nele mandaram-se 4 rapazes, "que fossem sendo vacinados sucessivamente de braço a braço, e para isso ia o ajudante do cirurgião do regimento de linha da Bahia José Francisco Machado. Havia já remetido o pus vacínico em vidros para o vice-rei, governador de Angola e da capitânia de S. Paulo de Luanda".

24 de julho – O governador da capitânia do Espírito Santo remete para a Bahia amostras de oiro de uma mina das margens do rio Doce, mas sem especificar distância, riqueza da mina e facilidade da exploração.

3 de setembro de 1805 – José Gomes de Sá Lobo Maia, secretário nomeado do governo de Mato Grosso, descobriu nas pedras de um ribeiro vizinho à povoação de Nazaré, distrito da vila de Jagoacipe, da

comarca da Bahia, azougue puríssimo. Mandou-se a esse exame Manuel Ferreira da Câmara, intendente das minas. — Manda amostras de ferro de Maragogipe. Talvez exista na Câmara municipal algum roteiro ou notícia a este respeito.

20 de setembro de 1805 – Remessa pelo navio *Trovoada* de 26 arrobas e 7 arratéis da *quina* de Camamu, dois frascos de quina branca em pó, e em casca, e extrato em vinho (ofícios nºs 119 a 121).

PARÁ

Carta de Martinho de Sousa e Albuquerque ao diretor da vila de Sousel, 12 de agosto de 1787:

"Ontem recebi a carta de vossa mercê de 29 do mês passado (julho), nela vejo o triste sucesso acontecido no sítio do índio piloto Francisco Roberto, no dia 18 de julho, e que vossa mercê, em alcance dos agressores ou gentio *munducuru,* mandara uma escolta, cuja fizera muito dano ao dito gentio referido; é necessário procurar afugentá-los, e se possível fosse era melhor apanhá-los à mão do que matar nenhum, por não horrorizar aquela gentilidade, que muitas vezes, pelo horror que lhes faz o mau tratamento que lhes damos, é que *fogem de nós e nos perseguem;* e por esta reflexão, que tenho feito, é que também tenho dirigido à maior parte dos diretores diversas ordens, em que lhes declaro o modo com que se devem haver nestas ocasiões, sendo o último remédio, que se há de aplicar, o matar neles, o que só se deve fazer para livrar as vidas da nossa gente, se este fim se não pode conseguir com persuadi-los e acarinhá-los para que busquem as nossas povoações ou sítios."

(Carta do mesmo a João Pereira Caldas). Diz que Caldas a 14 de agosto referia ao grau de perigo em que se tinham visto Manuel da Gama e mais oficiais, que se achavam no Rio Branco, em uma alagação que tiveram da outra banda da cordilheira, que nos separa dos domínios espanhóis do Orinoco, e que o dito Manuel da Gama depois estivera em outro maior perigo em uma cachoeira.

Naquela mesma carta dizia P. Caldas quanto desejava que lhe viesse sua patente e tudo mais corrente para tomar a sua posse e gozar do seu novo emprego, ao que lhe respondeu que estava tudo pronto no reino, mas que até então nada tinha podido vir.

"Pelo que respeita à diligência do rio das *Trombetas,* nada por ora lhe posso dizer, pois Luís da Rocha nada fez que pudesse servir, por não poder penetrar o dito rio senão até a primeira cachoeira por entrar a vazar com muita força e lhe principiar a adoecer toda a gente; e agora há tanta falta dela que ainda não pude dar princípio a coisa alguma; mas o tempo descobrirá algum caminho, e eu estimarei ter possibilidade de efetuar esta diligência, visto V. Exª me dizer a sua importância."

Fala também nessa carta de uma cópia da *História do Rio Branco*, que parava em poder de Caldas.

Ao mesmo do mesmo Martinho de Sousa e Albuquerque (9 de dezembro de 1787):

"É bem desagradável o ter (V. Ex.ª) passado toda a sua mocidade, como V. Exª pondera, neste país remoto, andando por fora de sua casa já há trinta e quatro anos, sem cuidar nos interesses dela, nem gozar do prazer da vida, separado de sua família e parentes, metido sempre em labirintos do governo, o que eu considero que é um dos maiores trabalhos que os homens podem ter, tendo ultimamente residido em Barcelos, capital do Rio Negro (Amazonas), por espaço de 7 anos com tanta lida, e tantos diversos trabalhos e qualidades de negócios."

10 de dezembro – Fala das ordens, donde constam as providências dadas pelo coronel Manuel da Gama para povoar de gado vacum os férteis campos das margens do rio Branco.

"Em Alenquer havia pouco gado, já em 1784, quando lá fui; mas haverá talvez algum adiantamento agora, porque Luís da Rocha, que a dirige, é alguma coisa eficaz." Isto diz o governador no ofício acima citado.

1º de julho de 1787 – Paz e redução do gentio *mura* (carta de Caldas).

A 17 de outubro desse ano fazia justamente sete anos que Caldas chegou a Barcelos.

14 de dezembro de 1787 – Alexandre Rodrigues Ferreira, acusando que recebera e ia remeter para Lisboa trinta e um volumes da sétima remessa das coleções naturais, e nesta carta encarece os grandes serviços e trabalho como naturalista.

19 de dezembro de 1787 – Para a Câmara de Macapá. Pediu um médico, mandou-lhe um cirurgião: parece que os pobres enfermos deram-se pior com ele do que com a moléstia. O governador intima que ninguém pode vender, nem preparar remédios, por ser contra a lei, que chamem o cirurgião, mas não quando estão para morrer só para o arguirem de ignorante! Ordena que o chamem em caso de qualquer moléstia. – E como recusem pagar, que sejam obrigados a isso, dando 80 rs. por visita, além dos preços do medicamento. O cirurgião era Joaquim Ferreira e a ordem supra foi expedida à sua reclamação dele.

. . . .

Nota C

...que vão enumerados noutro lugar... 303 a 325

(BIBLIOGRAFIA)

ALÉM DAS OBRAS que vão, umas resumidas, outras apenas indicadas no corpo desta obra, apresento aqui esta abreviada nota dos livros que se ocupam particularmente da Companhia de Jesus, tanto no sentido favorável a ela como contrário, já também analisando seus feitos e doutrinas com toda a verdade e imparcial crítica.

Histoire réligieuse, politique et litteraire de la Compagniie de Jesus par CRETINEAU JOLY, 5 tomos ornados de gravuras (Paris, 1859).

Histoire dramatique et pittoresque des jésuites par ADOLPHE BOUCHÉ, 2 tomos grandes, como gravuras.

Histoire des jésuites par l'abbé GUETTÈE, 3 tomos. Fala com imparcialidade e procura ser por vezes simples narrador.

De la calomnie ou instruction du procès contre les jésuites et leurs adversaires (1761).

La morale pratique des jésuites pas Arnauld, 3 tomos (Amsterdam, 1688 e 1747).

Procès contre les jésuites (Drouai, 1761).

Rapport judiciaire du procès criminel instruit à la poursuite et diligence, etc. par Augustin de Loysa etc.

Actes Authentiques qui prouvent l'obstination des réligieux expulsés et de leurs adherens etc. (Madri, 1716).

Retrato dos jesuítas feito ao natural (Lisboa, 1761).

Dedução cronológica e analítica dada à luz pelo doutor José de Seabra da Silva, 3 tomos in-fólio, impressos em Lisboa por Miguel Menescal da Costa, a 1.ª e 2.ª parte em 1767 e as *Provas* em 1768. Foi reimpressa toda a obra, na mesma oficina e no último ano de 1768 em formato de 8.º, compondo-se de 5 tomos: é a mais vulgar. É atribuída ao próprio marquês de Pombal, não só por João Lisboa e o sr. Inocêncio F. da Silva, como mais positivamente pelo sr. Latino Coelho no tomo I da sua *História da guerra peninsular.*

L'avocat du diable, ou les jésuites condamnés, malgré l'appel à la raison (1762).

Origem infecta da relaxação moral dos jesuítas (Lisboa, 1771).

Discurso de las enfermidades de la Compañía per R. P. Juan de Mariana (Madri, 1768).

Relação abreviada da república, que os religiosos jesuítas das províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos. É um folheto in-16.º com 85 páginas, sem nome de autor nem data e oficina em que foi impresso.

Examen impartial et aprofondi de l'Institut des jésuites par M. de la Chalorais, procureur génèral du roi au parlement de la Bretagne (Amsterdam, 1762).

Reflexões de um português sobre o memorial apresentado pelos padres jesuítas à santidade do papa Clemente XIII, etc., expostas em uma carta escrita na língua italiana a um amigo em Roma e traduzidas fielmente na portuguesa. Ano MDCCLIX. Consta de um volume com 216 páginas in-16.º, mas sem nome de autor, da oficina e nem do lugar onde foi impresso.

Instrução a príncipes sobre a política dos padres jesuítas, ilustrada com longas notas etc. (Lisboa, MDCCLX), um volume in-16.º de 208 páginas.

Les jésuites criminels de lese-Magesté dans la théorie et dans la pratique (Amsterdam, MDCCLX), volume in-16.º de 424 páginas; mas também sem nome de autor nem de tipografia.

Il jesuíta moderno da VICENZO GIOBERTI, 6 tomos in-16.º, impressos em Turim, na tipografia d'Alles Fontana (1848).

Les jésuites par M. M. MICHELET et Ed. QUINET (Paris, 1844).

Os jesuítas em 1860, folheto de 32 páginas in-8.º, impresso em Lisboa.

Questão Janrard, discursos proferidos na Câmara dos deputados pelos drs. PEDRO LUÍS e JOAQUIM M. DE MACEDO (Recife, 1864).

Les jésuites par A. ANDREI (Paris, 1872. Faz parte da coleção da *Biblioteca Democrática*).

Le juif errant par EUGÉNE SUE, 10 tomos; romance de que há uma versão portuguesa dos srs. A. F. e J. F. de Castilho.

Le jesuite, par l'Abbé *** autor do *Maudit,* de la *Religieuse* e do *Moine* etc. (Paris, 1865). Consta de 2 tomos.

Lettres sur jésuites par F. LAURENT (Paris 1864).

Les jésuites et le procès Dubach, 1 tomo.

Os jesuítas, romance por OLIVEIRA PIRES (Lisboa, 1873).

Os jesuítas perante a história por OVÍDIO DA GAMA LOBO (Maranhão). É uma recopilação de Crétineau Joly em defesa da Companhia de Jesus.

Manual prático dos jesuítas escrito por ARNAULD e queimado por ordem do parlamento de Paris em 1679.

Les provincialles ou les lettres écrites par LOUIS DE MONTELTE (PASCAL) a um provincial de ses amis, etc. Foi publicada esta obra do célebre geômetra em 1660, por ordem do rei, traduzida para o latim por Nicolas, é proibida em 1670! Possuo a edição de Cologne, impressa em 1669 por Nicolau Schonte.

Compte-rendu des institutions des jesuites par Omer Joly De Fleury.

Les guerres de religion, IX ^{EME}. volume des *Études de l'humanité* par F. Laurent (obra excelente e recomendada pelo mérito de seu espírito analítico).
Sugenheim – *Geschicht der Jesuiten Deutschaland.*
Affonso de Vargas – *Relatio de stratagemati jesuitorum.*
Job Morelli – *Societatis Jesu Amores, e scriniis provinciae superioris, Germanice, Monachii super repertis, brevi libello expositi (1815).*
Argentré – *Colletio judiciorum.*
La monarchie des solipses (escrita em 1617 por um jesuíta).
Theimer – *Clement XIV.*
Arnauld – *Histoire du jansénisme.*
Leibnitz – *Opera, no tomo IV.*
Mondar – *Compte-rendu des constitutions des jésuites.*
Mercure jésuite (coleção preciosa de processos, etc.).
Histoire de la Compagnie de Jesus (Soleure,1740).
Recueil des procès sur les affaires des jésuites, 3 tomos.

Índice onomástico

B

C

D

G

H

M

N

O

P

Q

R

S

W

X

Z

Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil,
de Antônio Henriques Leal, foi composto em Garamond,
corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85 g/m², nas oficinas da
SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal,
em Brasília. Acabou-se de imprimir em abril de 2012, de
acordo com o programa editorial e projeto gráfico do
Conselho Editorial do Senado Federal.